



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINA RODRIGUES MOREIRA

**SOB O CÉU COM O PÉ NA TERRA: A AÇÃO DA CÁRITAS DIOCESANA DE
LIMOEIRO DO NORTE NO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE – CEARÁ – BRASIL**
(2002 – 2019)

FORTALEZA

2021

CAROLINA RODRIGUES MOREIRA

SOB O CÉU COM O PÉ NA TERRA: A AÇÃO DA CÁRITAS DIOCESANA DE
LIMOEIRO DO NORTE NO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE – CEARÁ – BRASIL (2002 –
2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: Trabalho e Migrações.

Orientador: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

FORTALEZA

2021

Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- M837s Moreira, Carolina Rodrigues.
 Sob o céu com o pé na terra : A ação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no Baixo e Médio Jaguaribe – Ceará – Brasil (2002 – 2019) / Carolina Rodrigues Moreira. – 2021.
 243 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em História, Fortaleza, 2021. Orientação: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.
1. Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. 2. Convivência com o Semiárido. 3. Rede política territorial de resistência. 4. Vale do Jaguaribe. I. Título.

CDD 900

CAROLINA RODRIGUES MOREIRA

SOB O CÉU COM O PÉ NA TERRA: A AÇÃO DA CÁRITAS DIOCESANA DE
LIMOEIRO DO NORTE NO BAIXO E MÉDIO JAGUARIBE – CEARÁ – BRASIL (2002 –
2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: Trabalho e Migrações.

Aprovada em: 27/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Dedico a todos os camponeses e camponesas do Vale do Jaguaribe e aos agentes da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Dedico ao tio-avô Edmilson Duba, em memória aos tios-avôs Maria Duba e Francisco e aos meus avós Zé Duba e Maria das Neves. A partir deles todos eu pude primeiro ouvir e ver as durezas e alegrias do que é ser agricultor (a) e resistente.

AGRADECIMENTOS

A escrita, em grande parte, é um período solitário e por isso é muito importante ter ao nosso lado pessoas compreensivas, amorosas e amigas. Agradecer é um ato muito comum para mim, ainda que eu não seja uma pessoa que pede muita ajuda. Diante disso, agradeço de forma geral a todas e todos que estiveram presentes, de forma direta e indireta, e que tornaram os dias mais leves para que esse trabalho fosse escrito. São poucos amigos, mas, possivelmente, os mais valiosos que alguém pode ter. Nesta dissertação eu tive antes de tudo, sorte! Sorte em tê-los comigo, sorte em amar minha pesquisa e de encontrar pessoas preciosas no caminho. Obrigada por tudo!

Primeiro agradeço a Deus pela força, por me apontar os caminhos, por não me abandonar e por encher o meu coração de sentimentos e ações de amor e empatia ao próximo; e a minha mãezinha, Maria, por sempre me proteger, me cuidar e me acalantar.

À minha mãe, Janaina, por me educar e por ser o meu maior exemplo. Obrigada por abdicar de parte da sua vida em favor da minha. No final, mãe, é tudo pra você. Ainda que eu não repita com frequência, eu amo você.

Ao meu pai, Marlio, por sempre garantir que nunca me faltasse nada. Sei que não é fácil ser meu pai, mas sei o tamanho do seu esforço para permitir que eu pudesse chegar aqui, no mestrado, com amparo, ensino de qualidade e segurança. Obrigada, pai.

À minha irmã, Karine, por ser fonte dos meus melhores sorrisos, alegrias e presepedas. Sem você a vida teria tons cinzentos. Obrigada por trazer cor e leveza. Obrigada por existir, assim, do jeitinho que você é.

Aos meus avós paternos, Helio e Mariza, por toda uma vida de convívio, ensinamentos, ajuda e cuidado. Vovô, obrigada pelas suas histórias de “trancoso” e por me possibilitar viver em uma casa rodeada de livros e discos. Vovó, obrigada pelos desenhos, pelo colo e pelo “beijo da velha”.

Aos meus avós maternos, Zé Duba e Maria das Neves pela simplicidade da vida no campo e por todo o amor evidente em gestos e atitudes. Vô, obrigada por sempre acreditar em mim e se orgulhar da sua neta. Herdei a força e a rebeldia do sangue Duba, sangue cariri. Vó, obrigada pela sua gaiatice, sua inocência e seu coração puro. Todo dia quero ser mais como a senhora.

Aos tios Cici e Mercês (*in memoriam*) àqueles a quem devo a inspiração do meu ofício. Ao escritor Francisco de Sena Rodrigues, meu tio Cici, obrigada pelas conversas sobre Fortaleza e pelo incentivo. Tia Mercês, a senhora é meu maior exemplo de professora. Obrigada

por contar as mesmas histórias mil vezes e por me provar que a vida docente é uma vida de amor. Sei que vocês dois olham por mim aí de cima.

Ao meu grande e eterno amigo, Joeliton por, desde a graduação, ser meu confidente, ouvido amigo, incentivador, conselheiro e parceiro para toda hora. Amigo, sem as nossas gaitadas, fofocas e os processos pelos quais passamos juntos eu jamais teria aguentando a pressão para chegar até aqui. Obrigada por tudo.

À Ivanda, o maior presente do mestrado. Minha irmã de alma, de outras vidas, de sangue cariri.

Ao Geovane pela parceria, convivência e incentivo. Obrigada por sempre me lembrar que eu sou capaz e por tudo que fez por e para mim nesse período. Você foi essencial.

Às amigas Bia e Soleane por tudo que vivemos em meio a uma pandemia, por garantirem que a vida fique mais leve, engraçada e, sobretudo, por me aturarem.

A todos os bolsistas do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) em especial a Guilherme, Dávila, Marcelo, Venâncio, Volgan, Taynara, Julyalisson, Elaine e Carlos Victor. As experiências nesse núcleo com vocês e o nosso trabalho nele foram responsáveis pela sensibilidade em escrever este trabalho.

À outra geração do COMTER, sobretudo a Neto e Hortência, pelas ajudas na pesquisa, pelas leituras deste texto e pelo trabalho árduo no Núcleo.

A todos os camponeses e camponesas que participaram desta pesquisa direta e indiretamente, em especial ao seu Dino, dona Osmarina, seu Aldenor, Daniele, Deimy, Gracinha, Osarina e Dona Antônia pelas conversas, cafés, confiança e amizade. Espero que este trabalho seja mais um fortalecimento na luta de vocês.

Às agentes Aline, Anjerliana e Patrícia por abrirem as portas da Cáritas de Limoeiro para mim sem ressalvas. Obrigada pela confiança, pela ajuda e antes de tudo, obrigada pelo trabalho que vocês fazem na região do Vale do Jaguaribe.

Ao agente e padre Moraes, em especial, por adentrar na poeira do arquivo comigo, separar, limpar, catalogar e organizar. Pela troca de experiências e amizade. Pela disponibilidade integral de perto e de longe. Pela rede, o cuscuz e a tanga. Pelo cuidado de pai e de amigo.

Aos padres Júnior Aquino e Djavan, por me concederem entrevistas e por fazerem de suas vidas a experiência do Evangelho de Cristo.

Ao Desporto Universitário, em especial ao Wildner, Sabrina, Isabelle e Juliana pela convivência, viagens e por todos os anos de amizade, comprometimento e responsabilidade em equipe.

Ao meu orientador, Mário Martins, pela confiança, paciência, incentivo e amizade. Obrigada pelos puxões de orelha, pelas conversas, orientações, por não me deixar desistir e por provar que a vida acadêmica também pode ser construída com diálogo, empatia, escuta e colaboração. Por embarcar comigo em um projeto cheio de imperfeições e que se tornou essa dissertação tão linda e necessária. Obrigada por entender o modo como eu funciono e me incentivar a partir disto. Isso é ser professor, educador. Obrigada pelo COMTER.

Ao professor Diego Gadelha, por todas as inquietações, ajudas, facilitações nos territórios, trocas de informações e por me ajudar a construir este trabalho. Obrigada pela amizade, pelos muitos sorrisos e pelo COMTER.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC.

Ao professor Frederico de Castro Neves, nosso Fred, pela participação na minha banca de qualificação e defesa e por, desde a graduação, trazer uma linguagem poética, militante, sutil e forte que me inspiram reflexões na escrita e na vida.

Ao professor Clifford Welch por participar das bancas de qualificação e defesa e por contribuir com indicações de leituras e caminhos possíveis a esta pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

A TERRA É NOSSA

A terra é um bem comum
Que pertence a cada um.
Com o seu poder além,
Deus fez a grande natura
Mas não passou a escritura
Da terra para ninguém.

Se a terra foi Deus quem fez,
Se é obra da criação
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.

Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar

O grande latifundiário,
Egoísta e usuário,
Da terra toda se apossa
Causando crises fatais
Porém nas leis naturais
Sabemos que a terra é nossa.
(Patativa do Assaré).

RESUMO

Neste trabalho procuramos entender as ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, um organismo social da Igreja Católica, em territórios do Baixo e Médio Jaguaribe cearense. O recorte temporal se ateve ao interstício de 2002 a 2019, quando a instituição foi responsável por acionar lutas nas comunidades rurais conformadas em uma rede política territorial de resistência baseando suas ações sob o paradigma da *Convivência com o Semiárido*. Estas ações foram empreendidas em um contexto de avanço das relações capitalistas no campo, onde o crescimento da fruticultura de irrigação esteve atrelado ao aumento das estruturas hídricas de grande porte, como açudes, perímetros irrigados e barragens, além do uso permanente de agrotóxicos. A partir disto, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, assim como toda a rede política territorial de resistência foram responsáveis por atender às demandas das comunidades e mobilizar os processos de luta e resistência da região. No desenvolvimento da pesquisa, promovemos a análise das experiências de três comunidades: Lagoa dos Cavalos (Russas-CE), Caatingueirinha (Potiretama-CE) e Lapa (Iracema-CE). A partir delas observamos os marcadores identitários que delinearão e foram delineados pelas ações da instituição e nesses territórios. Como recursos, utilizamos fontes de caráter variados, tais como: relatórios, jornais, entrevistas, vídeos, ofícios, atas de reuniões, planos trienais, cartilhas, códigos legislativos e livros. Esta pesquisa faz parte de um conjunto de estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) da Universidade Federal do Ceará.

Palavras-chaves: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; convivência com o semiárido; rede política territorial de resistência; Vale do Jaguaribe.

ABSTRACT

On this research we seek to understand the actions of Diocesan Caritas of Limoeiro do Norte city, a social institution of the Catholic Church, in territories along the upper and lower Jaguaribe river valley in State of Ceará. The time frame was from 2002 to 2019, when the institution was responsible for provoking struggles in rural communities formed into a territorial political network of resistance, basing its actions on the paradigm of coexistence with the semi-arid region. These actions were undertaken in a context of advancing capitalist relations in the countryside, where the growth of irrigated fruit farming was linked to the increase in large-scale water structures, such as weirs, irrigated perimeters and dams, in addition to the permanent use of pesticides. From this, Diocesan Caritas de Limoeiro do Norte, as well as the whole territorial political network of resistance, was responsible for meeting the demands of the communities and mobilising the processes of struggle and resistance in the region. In the development of the research, we promoted the analysis of the experiences of three communities: Lagoa dos Cavalos (Russas-CE), Caatingueirinha (Potiretama-CE) e Lapa (Iracema-CE). From these villages, we observed the identity markers that delineated and were delineated by the actions of the institution and in these territories. As resources, we used various sources, such as: reports, newspapers, interviews, videos, letters, minutes of meetings, triennial plans, primers, legislative codes and books. This research is part of a set of studies developed by the Center for Studies on Memory and Territorial Conflicts (COMTER) of the Federal University of Ceará.

Keywords: Diocesan Caritas of Limoeiro do Norte city; Living in the semi-arid; Territorial political network of resistance; Jaguaribe Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Curso de apicultura ministrado pela CDLN aos camponeses de Lagoa dos Cavalos.....	119
Figura 2	– Fabricação de cera alveolada.....	131
Figura 3	– Trabalho de desoperculação.....	131
Figura 4	– Colocação do mel na centrífuga.....	132
Figura 5	– Extração do mel nas colmeias.....	132
Figura 6	– Placa de identificação de uma cisterna de placa construída na comunidade Lagoa dos Cavalos.....	134
Figura 7	– Museu da resistência e casa de sementes em Potiretama.....	161
Figura 8	– Casa de Evandro e Lucimar cercada pelo canal de abastecimento do PITR....	183
Figura 9	– Celebração em agradecimento a suspensão da reintegração de posse do. Acampamento Zé Maria do Tomé em 08 de junho de 2017.....	190
Figura 10	– Celebração em agradecimento a suspensão da reintegração de posse do. Acampamento Zé Maria do Tomé em 08 de junho de 2017.....	190
Figura 11	– Celebração à vida em 21 de setembro de 2017 Acampamento Zé Maria do Tomé.....	191
Figura 12	– Celebração ao Dia das crianças em 25 de outubro de 2017 no Acampamento. Zé Maria do Tomé.....	191
Figura 13	– Roda de conversa no acampamento da Lapa dos ocupantes e professores. universitários no dia 26 de agosto de 2016.....	197
Figura 14	– Padre Djavan conversando com Cosme Martins, o ex-proprietário da Fazenda. Varzinha, no dia da ocupação.....	204
Figura 15	– Roda de conversa no acampamento da Lapa dos ocupantes e professores. universitários no dia 26 de agosto de 2016.....	210
Figura 16	– Formação sobre a Palma Forrageira na comunidade Lapa.....	215
Figura 17	– Momento de partilha de experiência prática entre um agente Cáritas e um agricultor sobre o plantio da Palma forrageira.....	215
Figura 18	– Participação feminina na oficina de plantio da Palma Forrageira.....	215
Figura 19	– Participantes da oficina sobre a palma forrageira e terreno de plantio.....	216
Figura 20	– Missa da terra e Festa da Colheita em 18 de maio de 2017.....	218
Figura 21	– Missa da terra e Festa da Colheita em 18 de maio de 2017.....	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil.....	61
Gráfico 2 – Municípios de nascimento dos agentes voluntários da CDLN – 2015.....	88
Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos agentes voluntários da CDLN – 2015.....	89
Gráfico 4 – Diálogos e interlocuções da CDLN.....	128

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	– Região do Vale do Jaguaribe – Ceará – Brasil.....	23
Mapa 2	– Municípios atendidos pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte entre 1990 e 1997.....	70
Mapa 3	– Localização esquemática dos Perímetros irrigados no baixo Jaguaribe a partir de mapas da região obtidos no IPECE.....	107
Mapa 4	– Comunidades Lagoa dos Cavalos e Junco – Russas/CE.....	120
Mapa 5	– Municípios atendidos pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte em 2006.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Equipe técnica da Cáritas de Limoeiro em 2000.....	78
Tabela 2 – Atividades de Convivência com o Semiárido na com. Lagoa dos Cavalos (1986-2004)	130
Tabela 3 – Questão Fundiária nas comunidades da região da Caatinga do Atanásio/Potiretama (CE) – Maio de 2006.....	146
Tabela 4 – Eventos de ação direta no contexto da construção da Barragem do Figueiredo (2010 – 2013).....	176
Tabela 5 – Relação de invasores/ocupante com áreas superiores a 100 ha.....	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	American International Association for Economic and Social Development
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BM	Banco Mundial
CB	Cáritas Brasileira
CDLN	Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRS	Catholic Relief Services
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATERCE	Empresa de Assistência técnica e extensão Rural do Ceará
EPS	Economia Popular Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais agricultores e agricultoras familiares do Estado do Ceará
G-7	Grupo dos Sete
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JOC	Juventude Operária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação Básica
MLM	Movimento de Libertação da Mulher
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
PITR	Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas
PITR	Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PSV	Programa São Vicente
PSV	Projeto São Vicente
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
STRR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Russas.
TdL	Teologia da Libertação
USAID	U.S. Agency for International Development
USDA	U.S. Department of Agriculture

LISTA DE SÍMBOLOS

Ha	Hectares
%	Porcentagem
Km	Quilômetros
R\$	Real

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CARITAS AOS EXCLUÍDOS: ENTRE O ASSISTENCIALISMO E A PROMOÇÃO HUMANA	35
2.1	Cáritas Diocesana de Limoeiro e uma experiência de caridades (1958-1989)	35
2.1.1	<i>Ressignificação das caridades e caminhos para a promoção humana</i>	47
2.1.2	<i>Financiamento internacional e os usos deste pela Cáritas de Limoeiro do Norte</i>	52
2.2	Promoção humana e a reestruturação da ação da Cáritas de Limoeiro (1990 – 1999)	58
2.3	Educação e Articulação: A importância das formações para a autonomia camponesa e a composição da equipe de voluntários da CDLN (2000 – 2015)	74
3	CONVIVER PARA (R)EXISTIR: AS ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA	91
3.1	Sertão, semiárido, combate e convivência	91
3.1.1	<i>Convivência com o Semiárido: Uma questão ambiental</i>	99
3.1.2	<i>Convivência com o Semiárido: Uma questão agrária</i>	105
3.2	Experiência e pioneirismo: Lagoa dos Cavalos – Tabuleiro de Russas/CE	110
3.2.1	<i>Interlocuções em rede: as possibilidades de articulação</i>	125
3.3	Intercâmbios e práticas: experiências dos moradores do Sítio Caatingueirinha – Potiretama/CE	139
3.3.1	<i>Cáritas, ONGs internacionais e a (des)padronização das ações nos territórios</i>	147
3.3.2	<i>Intercâmbios e a formação do território-rede</i>	151
3.3.3	<i>Juventude rural e a construção de novas experiências</i>	158
4	“NASCEMOS NA TERRA, MORAMOS NA TERRA E VAMOS CONTINUAR NA TERRA”	164
4.1	Os usos da terra e do tempo no Vale do Jaguaribe cearense	164
4.1.1	<i>Entre a lógica camponesa e a lógica do des-envolvimento: territórios e narrativas em disputa</i>	171
4.2	A rede política e as estratégias de luta e resistência	179

4.3	A comunidade da Lapa e a ocupação da antiga fazenda Varzinha. (2016 – 2019).....	194
4.3.1	<i>Entraves, conquistas e o acionamento da rede política.....</i>	212
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
	REFERÊNCIAS	227
	APÊNDICE A – FONTES.....	239

1 INTRODUÇÃO

Sábado, 30 de maio de 2015.

Saímos da UFC atrasados, e sem um dos bolsistas por conta disso. Partimos em direção ao nosso destino, Tabuleiro de Russas [...] nós nos dirigimos até a casa do Seu Din o onde seríamos encaminhados para as entrevistas. A entrevista da dupla Volgan e Taynara deu certo, porém a minha e do Guilherme, que ficou nas mãos de Dona Fransquinha e seu Dino não foram possíveis visto que os dois tinham saído de casa pra trabalhar. Seu Dino em um mutirão no Cipó, e Dona Fransquinha no lote. Partimos então em busca de novos sujeitos, e em meio a conversas com a vizinhança e os parentes de Seu Dino, o seu José Xavier se propôs a nos contar um pouco de sua história de vida[...]¹

Este foi o meu primeiro dia de atividades de campo enquanto bolsista do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais, o COMTER. Em retrospectiva, percebo o quanto esta experiência, e muitas outras, delinearão minha formação como pesquisadora e me encorajariam a construir uma narrativa de história de gente, de vida, de experiência, de sofrimento, de luta, de vitória, uma história social! Que é construída na imperfeição do “atraso”, no desbravar de outros mundos, no cotidiano camponês² e, portanto, no improvável.

Apesar de ter chegado ao território com muitas leituras sobre História Oral, a prática se mostrou bem mais plural que a teoria, e a história se mostrou em uma de suas belezas: a imprevisibilidade. Dona Fransquinha e seu Dino continuaram seu dia com a habitualidade cotidiana. Capinando mato e plantando. Tudo isso em solidariedade com outros sujeitos, mais tarde analisados por nós como camponeses.

Nós, bolsistas do COMTER, os elementos exógenos. Naquele ano o grupo tinha duas linhas de ação: Tabuleiro de Russas, trabalhando com camponeses que sofreram impactos dos perímetros irrigados; e Potiretama, com formações em educação patrimonial no território que estava dentro do plano de ação de novos projetos hídricos da região do Vale do Jaguaribe. Somei-me às ações nas comunidades de Russas: Cipó, Sítio Junco, Distrito do Peixe, Fazenda

¹ Diário de campo – Carolina Rodrigues Moreira / 30 e 31 de maio de 2015 / Tabuleiro de Russas.

² Entendemos o termo “**camponês**” a partir de: “o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais.” (WELCH et al., 2009, p.9).

Maia e Lagoa dos Cavalos³; essa última comunidade a qual eu iria me debruçar mais na conversa e contato com os sujeitos.

O cotidiano camponês pouco mudou para se adequar a nossa lógica enquanto grupo de pesquisa e esse foi um dos pontos que fez despertar o meu olhar para o que se fazia presente em todas as pesquisas que nos propomos a desenvolver ali.

Retrocedendo um pouco mais no tempo, no dia 06 de setembro de 2014, eu tive o meu primeiro contato com algumas pessoas e lutas daquela região, no Grito dos Excluídos, caminhada que acontece anualmente antes do dia da “Independência do Brasil” e que desvela vozes e gritos de lutas silenciadas pelas relações sociais de poder. Cada ano o Grito é feito em um município diferente da região do Vale do Jaguaribe, promovendo intercâmbios entre os participantes e territórios.

Naquele dia, eu conheci catadores de materiais recicláveis, agricultores, pescadores, grupos de mulheres, acampados do Acampamento Zé Maria do Tomé, entre outros; com isso, os problemas da região, os mártires de lá e os desejos daquele povo. No conjunto de tudo isso, me deparei com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN), que era a união de tudo que eu tinha visto, e me encantado, naquela caminhada.

Mas então porque voltar a minha atenção para o cotidiano camponês e a Cáritas de Limoeiro do Norte? Primeiro, eu, neta de agricultores, nunca entendi as relações as quais os meus avós estavam submetidos. Pensei que minha avó, que ainda criança ficou órfã e teve que ir cuidar da casa de sua “madrinha” e dos tantos filhos, era vista como uma filha daquela mulher, e que a casa que ela “ganhou”, o terreiro que ela varria, eram atos de bondade da família que a acolhera.

Pensei que meu avô, que plantava em terra alheia, dava parte da plantação para o dono da terra porque era um homem bom, e não precisava de tanto arroz, já que éramos poucos. Imaginei que ele tinha largado a plantação por um emprego melhor, o de matador de galinhas, na fazenda daquela mesma família, e como forma de agradecimento era o primeiro a chegar, as 4h da manhã, para acender o fogo da caldeira. Meu avô sempre fazia tudo para me agradar, e eu pensei que ele era o homem mais rico do mundo, e talvez fosse.

³ Comunidades do Tabuleiro de Russas dentro da Segunda etapa do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas (PITR).

Depois da pesquisa nesse território, descobri muito de mim, descobri porque, depois de longos anos, já aposentada e independente daquela família, minha avó continuava voltando àquela fazenda e lavando a louça da sua “cumade”; e que meu avô trabalhava 13 horas por dia e recebia cerca de 320 reais por mês para dar conta de todas as obrigações da casa.

Então eu percebi que, apesar de ser pobre, a riqueza maior que tínhamos ali era a do cotidiano, das rezas, das comidas, do jeito que meu avô plantava e matava galinhas e das anedotas e adivinhações que minha avó me contava a noite. Estas memórias pessoais cruzavam-se com as cicatrizes do meu corpo que me lembravam as árvores que subi – e caí -, os açudes que me banhei, as brincadeiras; portanto, percebi que a história também podia ser feita desses pequenos detalhes, das aventuras de cotidianos particulares e singulares.

Segundo, enquanto católica praticante da Renovação Carismática, entre 2011 e 2013, nunca entendi uma igreja que sempre queria evangelizar e salvar o indivíduo depois da morte, mas nunca queria mudar a realidade social deste; que não entendia os problemas sociais como fruto das relações de poder, e sim como um destino, seguido da frase “Deus sabe o que faz”. O meu entendimento sobre fé não se encaixava nessa Igreja.

Afastei-me. No Vale do Jaguaribe vi *in loco* uma igreja totalmente diferente daquela que eu conhecia. A Cáritas, a partir da minha observação externa, era antes de tudo uma igreja feita por e para pessoas, onde os problemas sociais além de estarem no centro das orações, promessas, cultos e ritos eram também analisados, problematizados, questionados e por muitas vezes solucionados.

Observei na Cáritas uma igreja que pode ser criticada. Uma igreja migrante nos locais, nas ideias, nas práticas e nas ações. Uma igreja do povo! Ao longo do contato com as comunidades e ao desenvolver esta pesquisa, me dei conta da atuação da Cáritas na região e na vida de cada sujeito que estava ligado direta e indiretamente àquela instituição.

Essas inquietações me levaram ao campo da pesquisa das religiosidades. Inicialmente, eu queria perceber as ações dos moradores das comunidades do Tabuleiro de Russas em torno de suas práticas religiosas e, a partir disto, entender suas relações de solidariedade, os mitos e o contato do sagrado com o profano, muito baseada nas leituras de Mircea Eliade, que em seu texto intitulado “O sagrado e o profano” nos fala justamente dessas duas categorias que eu objetivava desenvolver inicialmente nesta pesquisa.

Porém, a pesquisa não teve andamento, por inúmeros fatores externos, mas também porque minhas fontes e minha experiência nas regiões do Baixo e do Médio Jaguaribe me levavam a um elemento comum, que sempre estava em ênfase, seja no cotidiano camponês, nas práticas de luta e resistência, seja na religiosidade: A Cáritas.

No início deste trabalho, eu me comuniquei com você, leitor, usando sempre a primeira pessoa do singular por estar contando parte de minha experiência de vida e pesquisa. Porém, a partir deste momento, haverá uma mudança no pronome pessoal, pois o singular passou a não fazer tanto sentido depois dessas experiências.

Ao invés de “eu”, para esta pesquisa, usaremos o “nós”. “A mediação deste "nós" elimina a alternativa que atribuiria a história ou a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) ou a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.)”⁴ E é neste sentido que apresentamos o nosso objeto de pesquisa, que também é pautado no conjunto de vários “eus” e “eles”, que formam um imenso nós.

A partir disto, o objetivo geral desta dissertação é analisar as ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte nas comunidades camponesas do Baixo e Médio Jaguaribe e o seu papel na rede política territorial de resistência construída na região que se movimenta de encontro aos avanços do agronegócio no território camponês.

Dessa análise central são desenvolvidas ainda a questão do paradigma da *Convivência com o Semiárido* (CSA) nessas comunidades e como as atividades provenientes desta identidade assumida pela Cáritas nos anos 2000 a partir do trabalho com os camponeses e com esse paradigma foram fundamentais para o deflagrar de resistências organizadas na região do Vale do Jaguaribe em detrimento a proposta de reconstrução do espaço agrário e agrícola feitas pelo Estado e pela iniciativa privada, nas figuras do DNOCS e das empresas fruticultoras vinculadas ao agronegócio.

⁴ CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Tradução: Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.63

Mapa 1 - Região do Vale do Jaguaribe – Ceará – Brasil



Fonte: Produzido por Raphael Lorenzeto de Abreu em 29 de abril de 2006. Disponível em:
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/28/Ceara_Meso_Jaguaribe.svg

Diante de nossas fontes e das vivências de pesquisa na região, percebemos que as pessoas vão se identificando por meio da resistência e essa resistência vai se configurando enquanto elemento de identidade da ação e atuação desses indivíduos. A identidade, portanto, é vista em sua interface com a resistência, entendendo que essas identidades coletivas não são compreendidas apenas por um agregado de interações sociais, mas também por razões político-estratégicas de atores sociais⁵ dialogando com Thompson⁶ quando aponta que “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”.

Grande parte das lutas reivindicatórias nesses territórios giram em torno de direitos que eram comuns a todos os moradores em uma época remota; uma terra de família, um modo de produzir e plantar, uma relação com a terra diferente das novas lógicas agrárias e agrícolas⁷ implantadas no território que deixaram um rastro de desapropriações e tentativa de apagamento das memórias e, portanto, das identidades locais.

⁵ GOFFMAN, Erving A Representação do Eu na Vida Cotidiana. 8ª ed, Trad. RAPOSO, M. C. Petrópolis; Editora Vozes, 1999.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19

⁷ Segundo Prado Júnior (1979) o termo “agrícola” se refere às práticas, agentes e técnicas relacionadas a produção e está ligado à intensa exploração da força de trabalho. Já “agrário” se refere as formas de uso da terra, sua estrutura fundiária e os conflitos que acontecem nesses territórios, como é o caso da luta pela reforma agrária.

A identidade, portanto, é entendida por nós, a partir da análise bibliográfica, como se delineando tanto a partir das semelhanças de ações da Cáritas com os moradores dos territórios do Baixo e Médio Jaguaribe e também por meio da diferença com os grandes projetos hídricos e políticos do Governo, seja estadual ou federal. Essa identidade é construída pelo que a instituição está sendo, mas também em negação àquilo que ela não é.

Essa análise será desenvolvida a partir do diálogo com os trabalhos de Stuart Hall⁸ e Kathryn Woodward⁹, que vão analisar justamente a questão da dinâmica da identidade como diferença. Uma chave de interpretação que permite observar a Cáritas Diocesana em uma perspectiva histórica, como uma instituição que vai sendo construída, permanecendo e mudando a partir da ação de seus múltiplos sujeitos e contextos.

A Cáritas Diocesana de Limoeiro, como um organismo internacional de cunho social da Igreja Católica, vai moldar sua identidade em consonância com as modificações no mundo eclesial, nas formulações da rede Cáritas, dos financiamentos que acessa e, sobretudo, a partir da sua interação com os territórios aos quais atende. Esses últimos, em contextos diferentes, demandaram a instituição formas de ações diferentes que transitaram entre o assistencialismo e pelo que a instituição chama de caridade libertadora, promocional. Além disso, nos anos 2000, como analisaremos em nosso trabalho, outras formas de ação foram somadas a instituição e ajudaram – e ajudam – na construção do paradigma da *Convivência com o Semiárido*.

A *Convivência com o Semiárido* é um paradigma que aborda a questão ambiental e agrária¹⁰. Primeiro a relação dos homens e mulheres com a natureza de forma harmônica e a desvinculação da seca como fruto de problemas naturais. A ideia de conviver com o território em que se vive e não de combater as condições climáticas. No mesmo movimento, esse paradigma nos faz refletir sobre a questão agrária brasileira na medida em que para se adotarem as ações de convivência para o bem-estar dos camponeses, é necessário ter acesso à terra, à água e a condições de crédito e incentivo para tal garantia.

No Vale do Jaguaribe esses direitos foram – e são – negados e é a partir desta problemática que percebemos a ação da Cáritas e dos camponeses na região em busca da garantia e conquista de direitos constitucionais.

⁸ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006

⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

¹⁰ SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006.

Os territórios camponeses dentro das regiões do Baixo e Médio Jaguaribe cearense desde a década 1970 sofreram modificações para atender projetos diferentes nacionais e estaduais. Especialmente na região jaguaribana, situada dentro do “Polígono das secas¹¹”, várias obras de grande porte hídrico foram introduzidas na região sem o consentimento das populações que habitavam aqueles territórios anteriormente.

A violência desses projetos invisibilizou diversas iniciativas e propostas de convivência com o território que eram desenvolvidas pelas famílias camponesas em parceria com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Dentre os projetos hídricos destacamos em nossa análise os perímetros irrigados e as barragens, além de todas as microestruturas que alimentam essas grandes estruturas de irrigação e represamento de águas.

Ao longo dessas modificações no território e no cotidiano de vida e trabalho dos camponeses, esses sujeitos foram somando experiências que os fizeram se portar de outras formas frente esse avanço, inicialmente – nos anos 1970 – modernizador e posteriormente – nos anos 1990 – neoliberal, no campo. As práticas do Estado mostravam que o sentido da modernização estava atrelado à “salvação” do Nordeste, visto como pobre e atrasado; e os perímetros irrigados, dentro da lógica desenvolvimentista, eram a face perfeita da agricultura moderna.

Porém na década de 1990, como a crescente do neoliberalismo nas políticas e nos territórios, o “discurso neoliberal transforma em estratégia de assistência social”¹², no sentido de que “não se pode defender distributivismo dos fatores produtivos como pressupostos da assistência social. A agricultura irrigada é atividade produtiva, que requer profissionalismo e visão empresarial [...] não poderá ser tratada como estratégia de assistência social.”¹³

No mesmo período, a Cáritas de Limoeiro desempenhava na região do Vale do Jaguaribe vários trabalhos no âmbito da assistência social, ainda que a instituição tenha nomeado suas

¹¹Segundo TROLEIS e SILVA (2018) “O Polígono das Secas enquanto recorte territorial de abrangência das condições de semiaridez se constitui em uma área de suma importância para o delineamento das políticas públicas relacionadas ao gerenciamento e gestão dos efeitos adversos do processo de estiagem. Institucionalizado na década de 1980, esse recorte territorial tem passados por várias alterações ao longo do tempo, com a inclusão de novos municípios, extrapolando hoje os limites político administrativos da região Nordeste.”

¹²BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. Tradição camponesa e modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2003, p. 10

¹³SECRETARIA DE AGRICULTURA IRRIGADA. Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI, Fortaleza, 1999.

ações de outras formas, como veremos ao longo deste trabalho. Portanto, vemos uma categoria em disputa.

A assistência social nas visões produtivistas, segundo a Secretaria de Agricultura Irrigada cearense, que remontam às condições clientelistas e tem a intenção de dar acesso à terra àqueles sujeitos que nela puderem produzir segundo os termos capitalistas; e a percepção das ações da Cáritas, que permite que os camponeses tenham acesso a formações e metodologias que os possibilitem produzir a sua maneira, a partir de suas cultura, costume e tradições e que, antes de tudo, vêm essa ação por via do direito.

Frente a esse “novo” componente, o trabalho de reconhecimento por parte desses indivíduos, como agentes resistentes a partir de suas experiências, é o elemento aglutinador desses sujeitos. Portanto, a resistência desses indivíduos é baseada nas experiências, na sua diferença – inclusive na ideia de assistência social - e no que une coletivamente os sujeitos. Essa consciência nos leva a pensar no processo de lutas de classe existente na região e a dialogar com Thompson quando diz que:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo, suportam a exploração, identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe.¹⁴

Para tal, percebemos e problematizamos ao longo do texto, que a Cáritas não é responsável por “dar consciência” àqueles moradores, mas entendemos que ela, enquanto instituição atuante na região, é um dos elementos da constituição dessa consciência que vem sendo construída através da experiência desses camponeses, como as vivências de desapropriações passadas, o contato com outras comunidades atingidas através dos intercâmbios, suas próprias percepções de mundo, entre tantas outras que tentaremos desenvolver ao longo deste trabalho.

Consciência essa que percebemos através de alguns atos simbólicos, como o caso das ações diretas de resistência. Essas ações diretas, desde o século XIX, se expressavam em ações

¹⁴THOMPSON, E. P; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Editora UNICAMP, 2014, p.274.

de boicote, greves e sabotagens no contexto das ações sindicais de resistência a produção¹⁵. Aqui desenvolveremos esse conceito a partir de sua análise relacional com a questão agrária.

A “experiência”, baseada nos escritos de E.P. Thompson em sua obra *A Miséria da Teoria* (1981), está presente em toda a discursão deste trabalho, pois entendemos que, ao falarmos sobre história de sujeitos sociais concretos, portanto, de cotidianos resistentes procuramos evidenciar as experiências que os fazem serem agentes de transformação social e histórica, entendendo esses sujeitos integrados a um espaço vivido e onde “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”¹⁶.

Para o desenvolvimento desta dissertação foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental, além de trabalhos de campo no Estado do Ceará em duas frentes, mais especificamente nas comunidades de Cipó, Distrito do Peixe, Lagoa dos Cavalos, Sítio Junco, Fazenda Maia que constituem os territórios do recorte desta pesquisa no Baixo Jaguaribe; as comunidades de Caatingueirinha e Lapa, no distrito de Potiretama, situado no Médio Jaguaribe; além de visitas ao acampamento Zé Maria do Tomé, atualmente organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Durante a pesquisa, visitamos as comunidades do Baixo Jaguaribe participando de suas reuniões, promovendo oficinas e entrevistas de *história de vida*, baseadas na metodologia apontada por Verena Alberti em seu *Manual de História Oral* (2013).

Nas comunidades do Médio Jaguaribe, em paralelo às ações patrimoniais feitas com o COMTER, também compartilhamos de momentos de diálogo com a comunidade, nos integrando às suas festividades, reuniões e entrevistas. Além disso, participamos de reuniões da Cáritas de Limoeiro junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os moradores de ambas regiões de nosso recorte, em forma de intercâmbio de experiência e ações.

Essas reuniões¹⁷, nos mostraram uma Cáritas mobilizadora dos debates da região. Não no sentido de impor demandas, ações e metodologias, mas de, a partir das demandas das comunidades, do intercâmbio de experiências múltiplas com territórios outros e da escuta ativa

¹⁵ WOODCOCK, 200 **Apud**. GUIMARÃES, Adonile Ancelmo. Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade). 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 56.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio: Zahar, 1981, p. 182

¹⁷ Cada reunião é seguida pela confecção de uma “Ata de reunião”, que nos proporcionou a melhor análise desses eventos ao longo dos anos.

de cada proposta de ação e metodologia vinda dos moradores, dos sindicatos e de quem se propõe ajudar as causas as quais defende.

Grande parte das fontes analisadas neste trabalho foram acessadas a partir do esforço conjunto dos bolsistas e coordenadores do COMTER em digitalizá-las, catalogá-las e produzi-las. Além de digitalizar parte do acervo da biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) referente a região, esse núcleo produziu durante os anos de 2014 a 2016 um conjunto de entrevistas nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, precisamente nas cidades de Russas, Limoeiro do Norte e Potiretama, afetadas pela construção de grandes projetos hídricos.

Durante todo o processo de pesquisa na região, nós percebemos que a Cáritas estava presente no cotidiano camponês, bem como se fazia presente no nosso. Foi a Cáritas que nos permitiu a aproximação e o trabalho com os moradores dos territórios que escolhemos para a nossa ação. Era ela quem mediava nosso transporte e nossa alimentação, inicialmente; trabalho esse que, no decorrer da pesquisa, passou a ser estritamente dos camponeses, mostrando a autonomia de organização pautada e almejada pelas formações e ações da Cáritas.

A partir da análise das entrevistas produzidas pelo COMTER, que não tinham o objetivo de virarem fontes para esta pesquisa, percebemos que as ações da Cáritas apareciam em todas as mais de 50 entrevistas feitas na região, e que a forma em que apareciam, não eram como uma citação direta, “A Cáritas fez isso, ou aquilo”, mas como atividades do que ressignificaria o cotidiano daqueles camponeses. A Cáritas estava presente na sutileza do comum. Essa análise, só pode ser feita através do conhecimento dessas ações que tivemos acesso a partir dos relatórios da instituição e do avanço da pesquisa no território.

Durante a pesquisa, o contato com as fontes orais se dividiu em dois momentos: Primeiro a produção e análise das entrevistas do arquivo do COMTER, que foram significativas para pensar a importância das ações e as formas de atuação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN) nos territórios.

Segundo o conjunto de entrevistas, feitas já no andamento desta pesquisa, nos apresentaram fragmentos e indícios de ações da Cáritas que nos despertaram a investigar essas ações da instituição e, assim, a própria instituição, nos levando a um esforço de pesquisa mais amplo. Sentimos a necessidade de aprofundar nossa investigação e nos debruçamos também sobre as fontes escritas, os acervos – não organizados – da Cáritas.

Apesar do intento inicial desta investigação ter se baseado nas produções de fontes orais, o caminho de pesquisa nos levou a outras fontes que nos deram a dimensão da Cáritas enquanto instituição estruturante e estruturada pelo público que alcança e atende. Estas fontes foram localizadas no acervo documental físico onde era a sede da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte até 2020, localizada na rua Cônego Climério Chaves, 2709, no centro da cidade de Limoeiro do Norte.

Neste acervo tivemos acesso aos mais variados documentos como cartas, relatórios, cartilhas, vídeos, cadastros, material de mobilização, panfletos, jornais, planejamento de atividades entre outros. Decidimos, em certa medida, trabalhar com parte desse conjunto de fontes e destacamos alguns como estruturantes para a nossa narrativa, como é o caso dos relatórios.

Durante a pesquisa no acervo particular da Cáritas, tivemos uma série de diligências inspiradas por Carlos Bacellar¹⁸ para trabalhar com fontes documentais. Além dos desafios de conhecer o arquivo, tínhamos que separar os documentos, que estavam minimamente organizados em pastas, mas sem nenhuma ordem lógica de catalogação. Os documentos estavam amontoados e empoeirados em estantes de ferro e sem nenhum cuidado de conservação. Então o trabalho inicial foi o de escolha dos documentos que estavam dentro dos objetivos da pesquisa, depois a limpeza e digitalização.

Ainda no trabalho com esses documentos foi importante, em análise futura, contextualizá-los, bem como procurar entender as permanências e rupturas nos usos das palavras e expressões encontradas em cada um deles. Cada conceito expressa experiência, contexto e modos de pensar já substanciais, mas também são projeções, expectativas de um futuro possível. Visto que, como apontado por Koselleck (2006):

Os conceitos não nos instruem apenas sobre o caráter singular de significados passados; a par disso, eles contêm possibilidades estruturais, tratam simultaneidades como não simultaneidades, as quais não podem ser desprendidas por meio da sequência dos acontecimentos da história. [...] Apenas por meio de conceitos providos de capacidade de duração, de uma economia de repetição do seu uso e, ao mesmo tempo, dotados de um referencial empírico, ou seja, conceitos providos de uma capacidade estrutural, é que são capazes de deixar o caminho livre para uma história antes tida como “real” possa hoje manifestar-se como possível, logrando assim também ser representada.¹⁹

¹⁸ BACELLAR, Carlos. Uso e Mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas, v. 2, 2006.

¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. **Rio de Janeiro: Contraponto**, v. 25, 2006, p. 116.

O conjunto de relatórios da CDLN é uma rica fonte de análise e entendimento da construção da identidade da instituição que perpassa elementos em que transitam questões internacionais e locais. Por isso, existe uma variedade de relatórios na instituição. Nós decidimos então, naquele momento, trabalhar com três deles: Relatórios anuais enviados ao Ministério da Educação (MEC); Relatórios Cáritas Regional e Relatórios Semestrais CDLN. Além deles trabalhamos com os Planos Trienais e com os Diagnósticos feitos nas comunidades.

Os relatórios anuais enviados ao MEC que tivemos acesso datam dos anos de 1972 até 1997. Nesses relatórios podemos perceber a gama de ações da Cáritas de Limoeiro em grande parte do território do Vale do Jaguaribe, em comunidades que não vemos no mapa, mas que são sinalizadas pelo distrito a qual pertencem. Limoeiro do Norte, Russas, Jaguaruana, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaribe e Tabuleiro do Norte são municípios frequentes nesses relatórios até o final da década de 1980. A partir disto, somam-se outros municípios como Palhano, Pereiro, Fortim e Jaguaratama, que se estendem até o final da década de 1990.

Nesses relatórios, em geral, há o cuidado de sinalizar a postura da instituição. Mesmo que, como demonstravam as atividades desempenhadas nos anos 1970 e parte dos 1980, fossem de cunho assistencial²⁰, nos relatórios enviados ao MEC, a instituição se autodenominava “promocional”.

Nesses documentos, a instituição aponta todas as ações financiadas, monitoradas e/ou acompanhada pela Cáritas, dividindo-as por município, comunidade, ação e público-alvo. Além disso elencam os parceiros e os financiadores de alguns projetos.

É muito comum aparecer o nome de movimento sociais, ONGs, seguimentos da Igreja, entre outros. Esses relatórios são anuais e assinados pela presidência da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, que até a década de 1990, era de responsabilidade do bispo da Diocese de Limoeiro, mas que depois passa a ser exercida por padres sem a vinculação com o bispado.

Os relatórios semestrais internos da CDLN, sinalizam que essa “é uma Entidade de Cunho Promocional e, em algumas circunstâncias, assistencialista e de fins filantrópicos.”²¹ Esses relatórios, além de pontuarem também as ações da instituição, de 1982 aos anos 2000, tinham a preocupação de registrar as demais atividades que envolviam o mundo dos agentes, da programação, da organização e das comunidades.

²⁰ Construção e reconstrução de casas atingidas pelas enchentes, vacinação de gestantes, atendimento de crianças desnutridas e etc.

²¹ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, ano 1981 e 4 meses de 1982.

São documentados os cursos, as formações, os intercâmbios, as parcerias feitas pelos agentes Cáritas com diversos setores da sociedade. A partir dessa fonte, conseguimos delinear algumas posições da instituição sobre as mulheres, por exemplo, quando em 1982 se falava sobre a “Mulher Marginalizada” e apoiava um trabalho com mulheres em condição de prostituição na região.

Esses relatórios eram enviados às Cáritas internacionais que financiavam os projetos da CDLN, como é o caso das instituições na Suíça e na Alemanha, bem como para Ongs (Organizações não-governamentais) internacionais. Desde 1983, os relatórios passaram a ficar mais complexos.

O que antes eram tabulações de fácil compreensão e de curta extensão, a partir desse ano se tornam relatório longos, repletos de textos e mapeando todas as ações da CDLN; atividades paroquiais, educação popular, formação de agentes, construção de estruturas, projetos futuros, visitas pastorais, assessorias, entre outros. São relatórios muito detalhados das ações da CDLN no Vale do Jaguaribe cearense.

Vale ressaltar que esse conjunto de fontes documentais é parte de uma extensa documentação que ainda não foi pesquisada e trabalhada, que está sob domínio da CDLN. São arquivos hemerográficos, visuais, documentais, processos judiciais, atestados de saúde e etc.

Nos relatórios regionais visualizamos o intercâmbio de agentes da região, e com isso podemos perceber a construção das metodologias de ação. São divididos em algumas partes. A primeira resgata a missão e o projeto do trabalho da Cáritas. Nesta parte, são definidas a missão, as linhas de ação, os objetivos e os problemas daquele ano.

Na segunda seção, encontramos um resgate aos referenciais de instituição, sujeito, Igreja e sociedade²². No terceiro momento são apresentados os frutos dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), o público, a organização, produção e comercialização. Logo após, há um balanço das atividades do ano referido a partir da análise dos agentes; o que foi feito, o que se deixou de fazer e etc. Por último, os resultados, as avaliações a partir das linhas de ações estabelecidas no ano anterior.

Além das fontes documentais presentes no acervo da CDLN, nós também analisamos neste trabalho de dissertação jornais, que nos ajudaram a entender tanto o contexto de ação da

²² “A sociedade que queremos: Onde todos tenham direitos iguais; Humana, participativa e democrática.” – Relatório de 1998

CDLN, como conhecer dinâmicas outras que não estavam presentes nos relatórios, mas que mostravam um trânsito de políticas locais e internacionais.

Os jornais também foram importantes para tomarmos nota das grandes quantidades de alimentos e donativos que chegavam ao Brasil por intermédio da Cáritas Brasileira. Essa análise também pode ser feita através de Comunicados mensais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A fontes orais foram os elementos fundantes desta pesquisa. A partir delas, conseguimos perceber as dinâmicas de ação da instituição no cotidiano camponês, como esse sujeito se sente parte da instituição sem que ela recrute agentes. O sentimento de pertença que é visível em parte dos agentes voluntários da instituição, que na maioria das vezes²³, eram parte do público-alvo das ações e que no decorrer do processo e do contato com as atividades da instituição, se tornaram membros dela. Ao trabalhar com as entrevistas de história oral, tentamos perceber para além do texto transcrito, o corpo do entrevistado.

Ao lermos somente as palavras, as orações, sem atribuímos entonações, olhares e movimentos, não somos capazes de ver o entrevistado ali. As pessoas trocam enunciados, como aponta Bakhtin²⁴, que pressupõem um ato de comunicação social, a unidade real do discurso. Neste processo, existe uma interatividade entre sujeitos falantes. A enunciação caracteriza-se então pela alternância de atos de fala, ora do entrevistador, ora do entrevistado, numa relação dialógica. Esta alternância é uma das peculiaridades do enunciado. Não somos simples ouvintes, também somos locutores.

A voz que aqui interessa não é aquela que se reduz à produção sonora do ar que provém dos pulmões e sai pela boca. O que importa é a voz que possui uma historicidade: fenômeno global vinculado à história do homem, à sua materialidade constitutiva. Essa voz que ultrapassa a articulação oral da língua e se faz como presença viva de um corpo vivo em ação em determinado contexto. A voz que se faz performance²⁵. Com esse propósito foi que realizamos este trabalho, dividido em três capítulos.

²³ A CDLN também conta com um conjunto de agentes voluntários especializados - que acontece no contato com as universidades sobretudo a partir dos anos 2000- que tem somado às ações da instituição de variadas formas, como veremos ao longo do texto.

²⁴ BAKHTIN, Mikhail et al. Os gêneros do discurso. Estética da criação verbal, v. 4, p. 261-306, 2003.

²⁵ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. Trads. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo, 2000.

No primeiro capítulo evidenciamos a necessidade de criar uma narrativa que dê inteligibilidade a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, para a própria instituição e para os pesquisadores. Então, neste capítulo, escolhemos didaticamente, uma exposição cronológica. Essa disposição, como veremos no texto, não quer dizer que a instituição seja composta por atos substitutivos. Esse capítulo foi desenvolvido, em grande parte, pela análise das fontes relatoriais, comunicados, jornais, e o dossiê *Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido*.

Como é um capítulo que tenta dar conta das ações da Cáritas de Limoeiro desde sua criação até os anos 2000, utilizamos conceitos e categorias de diversas áreas, como quando trabalhamos com a diferenciação da religião e das religiosidades através de um debate feito entre Emile Durkheim²⁶, Manoel²⁷ e Simmel²⁸. Já nos encaminhando para o campo da caridade, assistencialismo e assistência social, ainda que nos detenhamos muitos aos relatórios e cartilhas da instituição para conceituar isto, dialogamos com Alayón²⁹. Esse capítulo vai passear justamente nas várias nuances da identidade da instituição e, portanto, dividido em três períodos: a) de ações assistenciais; b) de reestruturação da instituição e da promoção humana e c) do início da organização das ações diretas e da resistência organizada.

No segundo capítulo, e ainda no âmbito das resistências camponesas, observaremos como as atividades de *Convivência com o Semiárido* são pautadas pelas comunidades em conjunto com a Cáritas, e como essas atividades foram fundamentais para o processo de formação, luta e garantia de direitos das comunidades do Baixo e Médio Jaguaribe. Para tal análise, dividimos nossa narrativa em 3 partes.

A primeira aborda a problemática da “criação” do nordeste e do semiárido como território de pobreza e seca e como diferentes sujeitos foram se apropriando e ressignificando esses termos. Logo em seguida damos ênfase a duas experiências de comunidades que vivem sob o paradigma da *Convivência com o Semiárido* na região jaguaribana: Lagoa dos Cavalos e Caatingueirinha.

²⁶ DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. In: _____. Durkheim (Os pensadores). Seleção de textos: José Arthur Giannotti. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

²⁷ MANOEL, Ivan Ap. História, religião e religiosidade. Revista de Cultura Teológica, n. 59, p. 105-128, 2007.

²⁸ SIMMEL, Georg. Religião – ensaios, vol. 1. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

²⁹ ALAYÓN, Norberto. Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

Sobre essas duas experiências procuramos desenvolver uma narrativa que mostre a experiência dos agentes e da Cáritas, enquanto instituição feita por pessoas, nos processos formativos e mobilizadores nesses territórios, e para além disso analisamos como esses dois momentos foram fundamentais para a construção da identidade da Cáritas e, desse modo, como suas ações foram estruturadas e estruturantes dos processos sociopolíticos apresentados na região. Para tal análise, dialogamos com o conceito de *Convivência com o Semiárido* em duas perspectivas: ambiental e agrária.

No terceiro capítulo, trataremos de uma abordagem mais desenvolvida para o campo das resistências organizadas pela CDLN na região do Baixo e Médio Jaguaribe. Decidimos então dividir este momento em três eixos: a) O conflito entre a lógica camponesa e a lógica desenvolvimentista³⁰ no contexto da região jaguaribana e como a Cáritas de Limoeiro aparece nesse cenário; b) a formação e a importância de uma rede política territorial de resistência³¹ que foi construída no territórios por diversos atores heterogêneos da sociedade civil e que deram o tom das resistências naquele território; c) o ato autônomo de resistência camponesa na comunidade da Lapa que, por meio desses sujeitos, solicitou a participação da Cáritas no momento de luta dessas famílias.

Em suma, pretendemos que ao ler nossa dissertação, você, leitor, conheça e pense sobre histórias invisibilizadas de cotidianos e lutas de sujeitos múltiplos e complexos que a partir de suas experiências e formas de organização agem para formação de territórios resistentes. Aqui veremos as ações, os projetos, a esperança, as vivências, a luta, os sonhos, as tristezas, a coletividade e as conquistas do povo do Baixo e Médio Jaguaribe em parceria com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

³⁰ SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, p. 75-114, 1990.

³¹ CAF SILVA. As redes políticas de Resistência ao agronegócio: Impasses e alternativas. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia- MG. UFU. 2012

2 CARITAS AOS EXCLUÍDOS: ENTRE O ASSISTENCIALISMO E A PROMOÇÃO HUMANA

2.1 Cáritas Diocesana de Limoeiro e uma experiência de caridades (1958-1989)

No primeiro momento tinha uma função meramente assistencial, inclusive de receber doações de roupas e alimentos para distribuir com famílias carentes. Depois passou uma fase de acompanhamento de associações de pequenos projetos comunitários, de criação de cabras.³²

A Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN), assim como as demais espalhadas pelo Brasil, passou por várias mudanças desde sua criação em 12 de fevereiro de 1958. Relacionando essa instituição a uma esfera maior, a da Igreja Católica propriamente, podemos perceber uma influência direta das mudanças e novas perspectivas da Igreja, sobretudo a partir de 1959 com a convocação do Concílio Vaticano II, que corresponde à virada antropológica da modernidade, que atribuiu importância à autoconsciência, à subjetividade e à liberdade³³ e reconheceu a existência de problemas sociais e suas origens.

O olhar voltado aos pobres, que pouco foi seguido pelas tendências mais conservadoras da Igreja, proporcionou na América Latina, transformações nas práticas religiosas e ações dessa então Igreja latino-americana, que parecia estar a contrapelo da prática da Igreja europeia.

Para entendermos melhor o catolicismo, precisamos desanexar o conceito de religião e de religiosidade. No que tange a construção da identidade e das ações da Cáritas de Limoeiro do Norte, esses dois elementos foram basilares para o desenvolvimento de uma compreensão da fé e das demandas comunitárias.

Como religião, entendemos um conjunto de práticas pelas quais os homens manifestam sujeição ao sagrado. Essa é produto da sociedade e, portanto, fruto da criação do homem – e da mulher –, um agrupamento de valores e moralidades institucionalizados, que influenciam no modo como as pessoas, que acreditam, vivem³⁴.

Porém, não é sempre que a religiosidade se revela através de religiões institucionalizadas. A religiosidade mais está ligada às várias formas individuais de vivência e interpretação do sagrado, atrelando traços da experiência de cada indivíduo a peculiaridades

³² Entrevista temática com FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR. Entrevistador: Mário Martins. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. 29/03/2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC, 2015, p. 11.

³³ LIBÂNIO, João B. Concílio Vaticano II-Em busca de uma primeira compreensão. Edições Loyola, 2005.

³⁴ DURKHEIN, 1983

sincréticas de diversas religiões, sem uma observância à ortodoxia dominante. Pode ser, portanto, palco de promessas, novenas, procissões, terços e costumes mais locais de ordem pessoal³⁵.

Institucionalizada a partir da Igreja, a CDLN também tocava o véu da religiosidade, pois esteve em contato direto com as peculiaridades da fé de cada região a que atendia. Por vezes foi o elo entre a Igreja dominante e a religiosidade popular, e no decorrer dos anos foi atribuindo e construindo sua identidade a partir desses múltiplos contatos e vivências, bem como pela passagem dos diversos sujeitos, que a construíram a partir de demandas novas e diferentes.

Diante das influências da Igreja Católica, das religiosidades populares, do contexto mundial e das suas próprias ambições enquanto entidade, a Cáritas nesse emaranhado de acontecimentos também se valeu de mudanças no Vale do Jaguaribe cearense. Limoeiro do Norte, uma cidade cercada com o manto do catolicismo conservador, também a partir dos anos 1960, teve um “descerramento das cortinas”, que a protegiam do avanço da modernidade e da secularização; modernidade esta aclamada pela elite limoeirense à voz branda para não aguçar os ouvidos do então bispo Dom Aureliano Matos³⁶.

O prelado com a intenção de manter a Igreja no centro, bem como em fortalecer uma estrutura mínima de desenvolvimento humano alicerçado tanto na religião, como saúde, educação e trabalho, foi financiado pela elite e logo assumiu um posto tão importante que chegava a ofuscar a figura do prefeito.

A abertura para o mundo “moderno” e secularizado aconteceu de forma mais progressiva nos anos 1970 com as sucessivas mudanças no bispado. Com a morte de Dom Aureliano em 1967, a elite se viu livre do pacto, que tinha com o bispo e passou a empreender na cidade e transformá-la em um modelo para a região: a “princesa do Jaguaribe”³⁷.

Nessa conjuntura, a Cáritas Diocesana atuava na região do Vale do Jaguaribe com um caráter assistencial, – ou com *caridade*, como define a instituição - seguindo os passos e objetivos da Cáritas Brasileira. Esta foi fundada em 1956 durante a 3º Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por Dom Hélder Câmara e tinha o intuito de articular todas as ações sociais católicas e coordenar o “Programa de Alimentos para a Paz”

³⁵ MANOEL, 2007; SIMMEL, 2010.

³⁶ Bispo da Diocese de Limoeiro do Norte de 1940 até 1967, o ano de sua morte.

³⁷ FREIRE, Edwilson Soares. **As cortinas que cerram o Vale: religião e secularização na diocese de Limoeiro do Norte/CE (1940-1980)**. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista/UNESP, Franca.

vindo dos Estados Unidos³⁸. Teve relação com a criação da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – uma Organização Não-Governamental (ONG) de apoio e assessoria aos movimentos sociais. Tais atividades se estenderam a Limoeiro de diferentes maneiras. A distribuição de alimentos para pessoas, que trabalhavam em frentes de serviço certamente foi um aspecto marcante:

Durante as estiagens na década de 1950, diversas frentes de serviços foram organizadas no Nordeste pelo Poder Executivo, via Ministério da Viação e Obras Públicas, sob a justificativa de empregar os pobres das secas e controlar também as migrações para os estados de outras regiões. No Ceará, milhares de trabalhadores foram alistados em obras de açudagem, estradas de rodagem, redes de irrigação, eletricidade, prédios públicos, entre outras, protagonizando a edificação de uma volumosa estrutura em todo o estado.³⁹

Em paralelo a essas ações estruturantes do Estado, a Cáritas replicava as orientações da Cáritas Brasileira e buscava atender às populações mais despossuídas e atingidas pelas estiagens. Fortalecendo a sua identidade como entidade caridosa de auxílio aos pobres.

A caridade está intimamente associada à pobreza. Sem pobres a sua existência estaria comprometida, já que sua prática usual ocorre entre beneméritos dotados de condições que lhes permitem fazer donativos não passíveis de restituição e donatários normalmente situados nos mais baixos degraus da escala social.⁴⁰

Os empobrecidos demandavam caridade, demandavam assistência por diversos motivos dentre eles as variações climáticas bruscas que causavam as enchentes e estiagens, por exemplo. Esses fenômenos, desde o final do século XIX, foram vistos como justificativa principal para o aumento de atividades de caridade e abertura de associações beneficentes e de instituições que amparam os desvalidos⁴¹.

A prática assistencialista inicial da instituição era a distribuição de donativos, sem formar, informar ou questionar as causas estruturais da pobreza, do analfabetismo e da desigualdade social. Ações como essa eram – e ainda são - bem comuns e reforçam a condição de subalternizado aos serviços prestados. A doação de alimentos vindos dos EUA é um dos

³⁸ COSTA, José Hamilton da et al. *Religião e solidariedade: Dom Helder Camara e a cáritas brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). UNICAP, 2011.

³⁹ FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas*. (Ceará, anos 1950). 2017, p. 8.

⁴⁰ PEREIRA, Maria Florice Raposo. *As práticas assistencialistas e a institucionalização da cultura do benefício*. *Revista Trajetos*, v. 4, n. 8, 2006, p. 92

⁴¹ FERREIRA, Antônio Nelorracion Gonçalves. *A miséria da piedade: o governo da pobreza no dispositivo da caridade (Fortaleza, 1880-1930)*. 2019.

exemplos desse sentimento de subordinação que se baseia em uma teia de trocas de favores onde as pessoas são receptoras da ação em troca de algo.

O autor Alayón⁴² aponta que as práticas exclusivamente assistencialistas não atendiam as demandas das comunidades, na medida em que somente aliviava o cenário de pobreza, portanto não existiam medidas planejadas para erradicar com a condição da pobreza e sim ações paliativas, que tratavam os efeitos da pobreza e não modificava o sistema político-econômico ao quais as pessoas estavam sendo submetidas.

Todavia, esse argumento limita a ação dos sujeitos empobrecidos enquanto agentes do processo histórico, pois ainda que a caridade, a assistência, venha sem formações e “solucionando” apenas as causas dos problemas, ela alimenta, veste e abriga. Ou seja, embora precariamente, a caridade possibilitava recursos básicos aos empobrecidos que, a partir de outras dinâmicas e experiências podiam – ou não – se formarem, informarem e agirem política e socialmente.

Contudo, mesmo o pobre tendo essas experiências e a construção de novas dinâmicas interpessoais, o assistencialismo faz parte de uma dinâmica política e econômica capitalista, que priva os pobres da capacidade de produzir e de comprar alimentos e por isso os faz precisar de assistência. Seja com a distribuição de alimentos e vestimentas, feitas predominantemente por instituições da Igreja e de caridade; seja pelo Estado, através do oferecimento de trabalho em troca de alimentos, como nas frentes de emergência.

[...] o assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda. [...] Assim, enquanto o assistencialismo é estratégia de manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde a um direito humano. [...] Toda assistência significa atendimento tendencialmente emergencial, exceto naqueles casos em que precisa ser mantida até o fim da vida ou do ciclo de idade. Em linguagem popular, assistência apenas “quebra o galho”.⁴³

Na diferenciação entre assistencialismo e atividade assistencial há uma virada das ações da Cáritas de Limoeiro. Na visão de Alayón⁴⁴, a atividade assistencial é “[...] assumida como direito inalienável da população explorada, interpretada na perspectiva da igualdade e da justiça social, e ao mesmo tempo, se atua contra as grandes causas geradoras da exploração e da miséria [...]”. Esta forma de ação pode caracterizar as atividades da Cáritas, a partir da década de 1970, baseada na consonância entre diversas frentes de metodologia e ação. Além disso,

⁴² ALAYÓN, 1992.

⁴³ DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Papyrus Editora, 1994, p. 30 – 31.

⁴⁴ ALAYÓN, op. cit., p. 54.

devemos evidenciar a força da luta social para a conquista de melhores condições de vida, direitos e políticas sociais, o que influenciou nos seus aspectos identitários.

A ajuda estadunidense estava fazendo parte da função assistencial adotada pela Cáritas no início de sua formação e atuação, e podemos notar que ela não tinha um caráter promocional. O “Programa de Alimentos”⁴⁵ através do *Catholic Relief Services* (CRS) – equivalente a Cáritas dos EUA - ressalta os traços do assistencialismo por si só e assinala uma tentativa, por parte do governo estadunidense, de neutralizar o “antiamericanismo” e reconstruir uma relação de proximidade com os Brasil⁴⁶.

Na década de 1960, os Estados Unidos e o Brasil fizeram um acordo, em que o Brasil recebia equipamentos militares dos EUA. Nesses anos há um grande interesse dos EUA em promover ajudas comunitárias em países da América Latina. No entanto, mesmo com os discursos de “bondade” estadunidense proclamados pelos jornais da década, podemos considerar essa ação como uma forma de evacuar os excedentes e conquistar novos mercados, assim como uma ferramenta de interesse político-estratégico, sobretudo no período da Guerra Fria⁴⁷.

Quando essas doações chegavam ao Brasil, era tarefa da Cáritas Brasileira distribuir os donativos, que vinham em navios, que atracavam nos portos e as mercadorias eram transportadas para as dioceses, conforme notícia do Jornal Correio da Manhã em 30 de agosto de 1962:

Alimentos, agasalhos e donativos são entregues pela Catholic Relief Services às Cáritas, que se encarrega da distribuição de acôrdo com as necessidades de cada região. [...] O programa de assistência para o Brasil começou em 1958. Desde então – segundo informações – o plano cooperativo dos Estados Unidos e dos episcopados brasileiros distribuiu mais de 25.000 t de mantimentos. A Cáritas brasileira prestou, ainda, em caráter de emergência, auxílio às vítimas das enchentes dos rios Jaguaribe e Parnaíba, enviando 550 t de mantimentos fornecidos pela Catholic Relief Service. Os produtos fornecidos são excedentes da produção agrícola norte-americana⁴⁸.

Segundo o “Comunicado Mensal de Junho de 1956” da CNBB, vinha uma grande quantidade de alimentação, que era distribuída para os estados do Nordeste, através de navios

⁴⁵ A ação do programa era estendida pela Europa no período pós-Segunda Guerra, porém, na década de 1950 essa ação se voltou para os países subdesenvolvidos pertencentes a África, Ásia, Oriente Médio e América Latina.

⁴⁶ 50 anos – **Cáritas Brasileira**: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 6.

⁴⁷ LIMA, Thiago; DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais-RPPI*, v. 1, n. 1 (Ago), p. 189-211, 2016.

⁴⁸ CATÓLICOS reunidos falam sobre assistência social. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1962. 1º Caderno, p. 3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso: 15/03/2019.

cargueiros da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro⁴⁹. Os alimentos doados eram leite e queijo, e para alguns locais o feijão⁵⁰:

A Charitas Brasileira, um dos órgãos do Secretariado Nacional de Ação Social de nossa Conferência, informa que, pela generosidade do povo americano, por intermédio de seus Exmos. Bispos, recebemos, em 1956, pelo porto do Recife: “Loide Haiti”, 16,630 ks de leite e 21.773 ks. de queijo; “Loide México”, 21.733 ks de queijo; Loide Panamá”, 31.135 ks de queijo. Esse material se destina, além da Arquidiocese de Olinda e Recife, às Arquidioceses e Dioceses do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Alagoas e Pernambuco (exceto Petrolina que prefere receber via Salvador)⁵¹.

Programas de doações vindos dos EUA foram recorrentes na década de 1960, como o caso do *Food for Peace Program* (Programa de Alimentos para a Paz), um dos marcadores da política externa no governo de John F. Kennedy (1961-63), que criou a U.S. Agency for International Development (USAID) com atuação de forma conjunta a U.S Department of Agriculture (USDA), a assistência alimentar dos EUA (LIMA, 2016).

Ainda que com nome muito similar à iniciativa que deu origem a Cáritas Brasileira, o *Programa de Alimentos para a Paz* data do início do governo de Kennedy e a criação da USAID, portanto, é posterior ao *Programa de Alimentos* incentivado pela *Catholic Relief Services*. Nas matérias de jornais por todo o Brasil, sobretudo entre os anos de 1960 e 1969⁵², é possível notar a euforia causada pela vinda do programa da USAID, seus objetivos, encaminhamentos e funções.

Ao longo dos anos os estreitamentos entre Brasil e Estados Unidos através da USAID foram perceptíveis em outros acordos, que visavam atender a temas como educação e meio ambiente. Depois do golpe militar de 1964 houve um acordo entre os dois países através da USAID e do Ministério da Educação (MEC). O acordo visava à transformação do ensino primário e médio em parâmetros⁵³. Também em 1968, o governo assinou acordos com a USAID para a Reforma Universitária, prevista no plano Aliança para o Progresso. Estudiosos vieram

⁴⁹ Uma companhia estatal de navegação de longas distâncias vinculadas à Marinha Mercante Nacional. Foi privatizada no governo Fernando Henrique Cardoso.

⁵⁰ CHEGA feijão dos EE. Unidos para distribuição aos pobres. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 de novembro de 1961. Primeiro caderno, p.3. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso: 15/03/2019.

⁵¹ CNBB. Comunicado Mensal. Junho/1956. N45. **Apud:** COSTA, José Hamilton da et al. Religião e solidariedade: Dom Helder Camara e a cáritas brasileira. 2011.

⁵² Em levantamento feito por nós nos arquivos da Hemeroteca Digital, foram cerca de 3.417 ocorrências do assunto “Programa de Alimentos” durante esse período de 10 anos em jornais de todas as regiões do país, entre os quais destaque Jornal do Brasil (RJ), Correio Braziliense(DF), Diário de Pernambuco (PE) e Jornal do Comercio (AM).

⁵³ DIVARDIN, Danilo Henrique. Cooperação internacional e meio ambiente: Os programas da USAID no Brasil. 2008.

até o Brasil, fizeram relatórios e voltaram com uma proposta, que modificava os moldes universitários anteriores.

Segundo a historiadora Maria Paula Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960”⁵⁴. A cooperação tinha como objetivo principal a adaptação da estrutura educacional brasileira às exigências modernizantes capitalistas, que se intensificaram após 1964 bem como a contenção do Movimento Estudantil (ME), que resistia às propostas modernizantes autoritárias sugeridas pela USAID e pelo regime.⁵⁵

Além desse acordo, nos anos 1990 a USAID integrou o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) criado pelo Grupo dos Sete (G-7)⁵⁶, uma cooperação internacional para a proteção ambiental da floresta amazônica. O programa de cooperação internacional também recebeu críticas e foi dividido em duas partes que se iniciaram em 1995 e tinham previsão de término para 2010.

Iniciativas como essas marcaram o cenário nacional no final do século XX. As cooperações internacionais que mascaravam objetivos políticos e econômicos em programas de auxílio a países subdesenvolvidos. Desde sua criação até os anos 1970, a Cáritas fez parcerias com instituições nacionais e internacionais, que visavam distribuir alimentos e roupas em localidades necessitadas, geralmente atingidas por secas, enchentes, ou seja, um trabalho assistencial.

Portanto, este é o marco identitário da instituição neste período, ações voltadas prioritariamente para o serviço assistencial, que na linguagem religiosa era chamado pela instituição de caridade, de *Caritas*.

Paralelamente a essas investidas internacionais e, sobretudo, norte-americanas, os debates suscitados pelo Concílio Vaticano II e os estudos iniciais da Teologia da Libertação (TdL) trouxeram para o mundo moderno vários questionamentos e visões destoantes das disseminadas por parte da Igreja Católica.

O Cristianismo da Libertação⁵⁷, como aponta Michael Löwy⁵⁸, está dentro de uma conjuntura regada por mudanças estruturais significativas na América Latina, tais como: a

⁵⁴ ARAÚJO, Maria Paula. Memórias estudantis—Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, p. 158.

⁵⁵ DA SILVA, Rafael Viana. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 1968 brasileiro. Revista Espaço Acadêmico, v. 18, n. 210, p. 76-88, 2018.

⁵⁶ G-7: Grupo dos Sete países mais industrializados integrado pelos Estados Unidos, Canadá, Japão, Reino Unido, França, Alemanha e Itália.

⁵⁷ Movimento geral de onde nasce a Teologia da Libertação.

⁵⁸ LÖWY, Michael. O que é o cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

industrialização do continente trazendo consigo o aumento das desigualdades sociais e êxodo rural nos anos 1950; a deflagração da Revolução Cubana em 1959, que intensificou as lutas sociais; a eleição do Papa João XXIII (1958-63) e a convocatória para o Concílio do Vaticano II (1962-1965), que foi um dos marcos religiosos para a “virada” do olhar de parte da igreja para os pobres.

Esses sucessivos eventos antecederam uma série de conferências e encontros na América Latina, que tinham como objetivo a adequação desses encaminhamentos episcopais à realidade latino-americana, como é o caso da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e Puebla (1979).

Ainda que houvesse diferenciações entre os teólogos da Libertação, existiam princípios básicos, que alicerçavam as mudanças e propostas para a Igreja. Dentre elas a crítica moral e social ao capitalismo, o analisando como sistema injusto e desigual, e o categorizando como pecado estrutural; a opção pelos pobres e o apoio às suas lutas pela autolibertação, seja apoio moral, econômico, político ou social, o que traria a libertação humana histórica como o Reino de Deus na terra, como antecipação da salvação de Cristo; a aproximação e uso do Marxismo para analisar as causas da pobreza, a luta de classes e os contrastes do capitalismo; uma nova leitura da Bíblia, focada em passagens com o Êxodo, que é uma clara narrativa de luta de um povo escravizado em busca de sua libertação e pôr fim a criação de comunidades de base cristãs entre os empobrecidos tanto para propor uma nova forma de Igreja como para propor um novo modo de vida, baseado na coletividade, solidariedade e partilha, se diferenciando totalmente do individualismo capitalista⁵⁹.

As práticas e discursos eclesiais no período pós-conferências episcopais da América Latina geraram vários debates, que buscavam a aproximação com os sujeitos empobrecidos do mundo moderno e, portanto, dialogavam com as propostas da Teologia da Libertação – já que esta nasceu após o Vaticano II e Conferência de Medellín.

Uma das características impactantes desse período pós-conferências foi à vinculação entre a evangelização e a promoção humana, “de modo que sem a promoção humana não se poderia falar propriamente de evangelização”⁶⁰. Esse pensamento foi sendo firmado no envolvimento da Igreja com as questões sociais, no processo de reconciliação com o mundo moderno, que culminaram no Concílio Vaticano II. Na América Latina esse discurso ganhou

⁵⁹ Ibid. 2016.

⁶⁰ DE AQUINO JÚNIOR, Francisco. Evangelização e promoção humana. Teocomunicação, v. 48, n. 1, p. 35-47, 2018, p. 36.

centralidade e importância e norteou as práticas de vários padres, bispos, grupos eclesiais e leigos⁶¹.

A promoção humana, segundo a *Populorum progressio*⁶² (Do progresso dos povos), é o agir social que permite que homens e mulheres passem de uma condição menos humana para uma condição mais humana. Conforme a encíclica, as condições “menos humanas” são causadas pela privação dos direitos básicos e também pelas opressões motivadas pelo abuso de posses ou de poder, o que causa a exploração dos trabalhadores e a injustiça social. Em contrapartida, as circunstâncias “mais humanas” seriam justamente a passagem dessa condição de pauperização para a posse do necessário, o fim das desigualdades sociais, “o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura”⁶³ e a dignidade de todos os homens e mulheres.

Todas essas propostas foram alicerçadas em pensamentos e experiências das comunidades e dos teólogos e favoreceu iniciativas, que demandavam uma disposição eclesial mais pertinente ao diálogo com o mundo moderno. Em busca de mais conversas e proximidades com as pessoas, na Cáritas, a visão de serviço aos pobres foi sendo modificada. Os anos 1970 estavam sendo um período de transição em que a Cáritas encontrava-se abandonando aos poucos a assistência somente emergencial e descobrindo os caminhos da promoção humana e da construção de ações a partir das necessidades das comunidades.

Para tal, a formação de agentes para lidar com as ações relativas às novas diretrizes da entidade foi propondo outras metodologias, que caminhassem junto ao trânsito mundial da promoção humana, e que ajudavam a delinear o perfil identitário da CDLN:

A partir dos anos 1970, constata-se na Cáritas uma crescente preocupação com a formação para qualificar os diversos tipos de práticas sociais. Profissionais das áreas do serviço social, sociologia, filosofia, teologia, direito, pedagogia e outras passaram a integrar equipes de Secretariados Regionais e de algumas Cáritas Diocesanas⁶⁴.

O novo comportamento promocional se materializava, por exemplo, no atendimento às famílias camponesas com visitas, palestras, orientações e formações sobre agricultura e higiene, desenvolvia campanhas para a implantação de hortas comunitárias e

⁶¹ Ibid., p. 37 – 40.

⁶² Encíclica escrita pelo papa Paulo VI, publicada em 26 de março de 1967. O texto denuncia a desigualdade social gerada pelo liberalismo, critica o neocolonialismo e aponta meios para que os povos tenham acesso ao bem estar e a condições mais humanas de vida.

⁶³ Ibid., p.8

⁶⁴ Política de formação para a prática da solidariedade / organizador Telmo Adams. – Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006.

distribuição de filtros⁶⁵. Porém essa mudança não aconteceria somente pelas transformações no pensamento da Igreja.

Nos anos 1970, o Estado assumiu o planejamento e execução do desenvolvimento regional, assim como acontecia uma crescente nas expulsões de moradores de suas terras. Simultaneamente a essas ações se intensificou a abertura de empresas agrícolas e foram aumentadas as linhas de crédito à produção agropecuária e agroindustrial⁶⁶. Isso implicou em uma reestruturação do espaço, que disparou mudanças no modo de vida, dos trabalhos, dos modos de fazer, das sensibilidades, do tempo.

Na região do Vale do Jaguaribe cearense essas transformações do espaço foram expressivas, sobretudo a partir do final da década de 1960, foram iniciadas na região obras de irrigação, mais precisamente a construção de perímetros irrigados. Entre os anos de 1968 e 1992⁶⁷, 48 perímetros irrigados foram construídos no Nordeste, dentre estes 4 estão na região do Vale⁶⁸. Enquanto nos anos anteriores a preocupação era com alimentos, em paralelo vinha correndo um processo de beneficiamento e valorização dessas terras, – construção de açudes, barragens, perímetros – que tem seu ápice nos anos 1980. Esse sofrimento se materializa de forma mais efetiva nos anos 1990 e 2000, como demonstraremos adiante.

Antes da Ditadura Civil-Militar no Brasil, os membros da Igreja Católica conservadora “[...] apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país.”⁶⁹

Segundo o Relatório Final da Comissão da Verdade, Dom Hélder Câmara era um dos representantes das ideias progressistas na Igreja que “[...] exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana”⁷⁰.

O posicionamento da Igreja com relação à Ditadura foi mudando e o fator elementar para o afloramento do conflito entre a Igreja e o Estado foram as inúmeras prisões e violências contra clérigos e militantes católicos. Essas atitudes levaram a Igreja a “[...] evoluir de uma

⁶⁵ Relatórios de Atividades da CDLN – Anos 1972 - 1979

⁶⁶ BESERRA, Bernadete de L. Ramos. Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990). Fortaleza, COLEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFC, v. 1, n. 2, 2016.

⁶⁷ RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. Dossiê Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2012. Disponível em: <http://dossieperimetrosirrigados.net/>. Acesso em: 13/02/2017.

⁶⁸ Morada Nova, Jaguaribe-Apodi, Jaguaruana, Tabuleiro de Russas (1 e 2).

⁶⁹ Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, p. 384.

⁷⁰ Idem., p. 384.

posição neutra ou conservadora para a denúncia sistemática da violência da ditadura e a firme defesa dos direitos humanos”⁷¹

O fim do “Programa de Alimentos” em 1974 é uma das marcas dessa mudança do eixo da Igreja no Brasil e na América Latina e ação da Cáritas. Não estar submetido ao controle assistencial estadunidense foi umas das atitudes tomadas pelos membros da Cáritas como resultado das decisões políticas e eclesiais nos anos anteriores e uma forma de resistência à ditadura brasileira, que carregava um histórico de violências múltiplas a direitos e a vida.

A desativação da maior parte dos escritórios regionais e diocesanos por conta disto, aponta para uma nova fase de ações, metodologias, pensamentos e parcerias. Porém, não podemos entender as ações da instituição como um ato substitutivo, uma pela outra, mas como um trânsito de práticas que combina condutas assistenciais e promocionais concomitantemente.

Entre os anos de 1974 e 1985, como apontados nos Relatórios das Atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte são desempenhadas um conjunto de atividades, onde a instituição agia de forma a atender as demandas de cada localidade. Nesses anos, por exemplo, avistamos intervenções de cunho assistencialista para a construção e reconstrução de casas por conta das enchentes de 1974 e 1985⁷², chamado Programa Mutirão⁷³. Esses trabalhos eram feitos pelas comunidades em forma de mutirão e com auxílio das Cáritas da Alemanha e da Rússia, além das paróquias, prefeituras locais e Diaconia⁷⁴.

Paralelamente a essa lida, os agentes Cáritas também desempenhavam outros papéis e ações nas comunidades. Em 1976 a instituição realizava em três comunidades do município de Limoeiro do Norte um trabalho de orientação de “pré-escolares” em convênio com a Diocese de Limoeiro e a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁷⁵.

O trabalho consistia em cuidar das crianças desnutridas, além de educá-las na “escolinha de jardim”. As mães eram peça fundamental para a execução desse trabalho, pois

⁷¹ Idem., p. 384.

⁷² Relatório de atividades da CDLN – 1975, 1984 e 1985.

⁷³ Tribuna do Ceará, 01 de outubro de 1976. “Com a presença [de autoridades federais, estaduais e municipais] ... foi inaugurado ontem [30.09.1976], em Limoeiro do Norte, o conjunto habitacional “Limoeiro Alto”, construído pela Prefeitura Municipal com recursos da Diaconia e Cáritas, entidades religiosas que executam o Programa Mutirão... [...]”.

⁷⁴ Segundo seu próprio site: A Diaconia é uma organização social brasileira, sem fins lucrativos, de inspiração cristã, comprometida com a promoção da justiça e do desenvolvimento social. Está presente nas comunidades rurais e urbanas do Nordeste, situadas na região mais afetada pelas desigualdades sociais no Brasil. Disponível em: <http://bemvindo.diaconia.org.br/>. Acesso em: 13/03/2019.

⁷⁵ Segundo CORTELINI (2013): “Criada em 1942 com a finalidade de prestar serviços de assistência social e proteção à maternidade e à infância às famílias dos convocados para a II Guerra Mundial, a partir de 1946 torna-se órgão de consulta do Estado, voltando-se exclusivamente à maternidade e à infância e passa a efetuar suas ações através dos centros de proteção à criança e à mãe (APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância) que são difundidos por todo Brasil. É considerada a primeira instituição de assistência social de âmbito nacional e o Projeto Casulo torna-se seu principal projeto

elas participavam dos cuidados dos desnutridos, de palestras educativas sobre o desenvolvimento dos hábitos dos filhos e como expandir isso para as comunidades em que viviam.⁷⁶

A construção de casas para os atingidos pelas enchentes em nossa análise é mais do que uma prática assistencial, visto que dialoga com os objetivos da promoção humana. Além de garantir a dignidade e a segurança das pessoas, que vão acessar essas moradias, a construção possibilita que esses sujeitos tenham uma relação de comunidade com outros sujeitos através dos mutirões para a obra. Portanto, garantindo a dignidade, segurança, coletividade e obtenção de recursos básicos para a vida, que são objetos diretos da ação promocional.

No final dos anos 1970 e início dos 1980 a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte estava dividida em dois escritórios: um em Limoeiro do Norte e outro em Aracati. As ações orbitavam em torno de dois grandes aspectos: a organização política e a questão da terra e agricultura. Segundo relato oral, as atividades foram intensificadas nesses anos na região costeira do Médio Jaguaribe:

Nos anos 80 teve uma presença muito forte na região da praia. Aracati, Icapuí, naquela região. Inclusive tinha um escritório em Limoeiro e um em Aracati, depois houve uma redução de quadro, de pessoal, com a contenção de gastos fechou o escritório de Aracati, concentrou em Limoeiro e a ação ficou mais restrita àquela região⁷⁷.

A fala do entrevistado coaduna com os relatórios de atividades da CDLN, que nos anos de 1985 e 1986, por exemplo, apresentam uma intensa atividade na região do Médio Jaguaribe. Na paróquia de Aracati, também sede da Cáritas, havia um trabalho com cooperativa de pescadores promovendo sua reflexão nos aspectos organizativos, políticos, técnicos e evangelizadores.

Nesta paróquia ainda havia ações na comunidade Tapuio, sobre um projeto de pulverização; na comunidade do Jardim, sobre posse e uso da terra, na comunidade Pedregal e Timbaúba com formações e criação de hortas comunitárias. A paróquia de Icapuí atendia demandas das comunidades do Morro Pintado e de Melancias, onde eram acompanhados os projetos de renda geridos pela comunidade com auxílio da instituição⁷⁸.

Essas atividades ajudariam a compor a identidade da instituição durante as décadas de 1970 e 1980, caminhando para o que denominam como atividades de promoção humana.

⁷⁶ Relatórios de atividades da CDLN – 1976 a 1983

⁷⁷ AQUINO, 2015, p. 20. (entrevista)

⁷⁸ Relatório de atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – Anos 1985 e 1986.

Uma identidade que também ia se definindo na negação⁷⁹: a rejeição da função meramente assistencialista expressa na mediação da doação de alimentos e roupas.

2.1.1 Resignificação das caridades e caminhos para a promoção humana

O caráter promocional de ações começa a ganhar força nos discursos e práticas da instituição. No discurso inicial de apresentação nos relatórios de atividades semestrais da Cáritas de Limoeiro há várias mudanças, como aquela em torno da autodefinição da instituição.

No “Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, ano de 1981 e 4 meses de 1982” a denominação dada às ações da Cáritas é de “[...] entidade de cunho promocional, e em algumas circunstâncias, assistencialista”. Essa qualificação é primordial para entendermos a ação conjunta de metodologias e práticas desenvolvidas na década de 1980, em contraste com as décadas anteriores.

O significado de caridade foi sendo modificado pela ação dos agentes que formavam a Cáritas de Limoeiro influenciados pelas modificações na Igreja, as diretrizes das Cáritas Brasileira e Ceará, e sobretudo, pelas demandas dos territórios⁸⁰ em que a instituição estava inserida. Caridade para a Cáritas passou a ser sinônimo de informação, capacitação, formação e dignidade dos moradores das comunidades atendidas e também com medidas assistenciais se essa fosse a demanda dos moradores. Essa mudança no conceito é válida visto que “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”⁸¹.

As mudanças aconteceram gradualmente, já que a instituição precisava acionar diversos atores para que as suas ações fossem efetivadas. Esses atores eram responsáveis pelo financiamento e pela fiscalização das práticas da instituição com o dinheiro doado. A parceria internacional que antes era feita em prol da arrecadação e distribuição de alimentos, passou a ser um vínculo com o objetivo de angariar fundos para a realização das atividades, oficinas e questões estruturais como alimentação e locomoção dos participantes desses eventos, visto que

⁷⁹ HALL, 2006

⁸⁰ Segundo Bernardo Mançano (2008), o território é um espaço de conflito e é construído a partir das relações humanas que são experienciadas naquele espaço geográfico. Portanto é impossível conhecer o conceito de território sem entender as relações de poder que acontecem naquele espaço. O mesmo espaço abarca territórios diferentes e contrários, como o território camponês e o do agronegócio e por isso, para entendê-lo devemos levar em conta a sua totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. (MANÇANO, 2008).

⁸¹ THOMPSON, 2014, p.243.

em alguns momentos as pessoas migravam de um local para o outro para participar das atividades. Além disso, a Cáritas de Limoeiro ainda devia seguir as diretrizes da Cáritas Brasileira, que por sua vez, estava inserida nos debates, que aconteciam dentro da Igreja Católica.

Um dos marcos para a mudança na identidade da Cáritas de Limoeiro é a chegada do bispo Dom Pompeu em 1973. O prelado nascido em Alto Santo, já atuava na região do Baixo Jaguaribe desde 1949 e quando assumiu o bispado da Diocese de Limoeiro, optou por seguir as diretrizes apontadas pelo Concílio Vaticano II.

Por esta escolha, a maioria de suas realizações foram de alcance coletivo, inclusive no planejamento das pastorais, onde eram organizadas a partir do diálogo entre os clérigos e os leigos. Dom Pompeu foi o responsável por promover as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região do Vale, porém estas tiveram pouca atuação em Limoeiro do Norte visto a defasagem de documentação nas CEBs jaguaribanas, que só vão aparecer nos anos 1990, com a disputa em torno da questão da construção do açude Castanhão⁸².

A Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, por fazer parte da Diocese, era coordenada pelo bispo Dom Pompeu, que dinamizou as ações da instituição e marcou a transmutação do assistencialismo para a promoção humana com auxílio da Cáritas Suíça. Através do financiamento de novas atividades a Cáritas promoveu diversos cursos profissionalizantes, Clube de Mães e deu apoio às questões relativas à agricultura familiar. É nesse período também que há a aquisição de máquinas de costura comunitárias, farmácias e a construção de diversas estruturas, que garantiriam a autonomia camponesa – aterros, barragens subterrâneas, pontes, estradas, perfuração de poços e etc. –, como veremos mais à frente⁸³.

O discurso da promoção humana é visto nos relatórios da Cáritas de Limoeiro com mais vigor a partir do início dos anos 1980 e passa a ser mais recorrente nos relatórios dos anos seguintes. Em 1987 um deles expressa:

A Caritas tem como objetivo fundamental a caridade libertadora, quer dizer, a Caritas quer ajudar a conscientizar os que vivem debaixo do tocão da opressão; uma vez conscientizados, os oprimidos partem para a organização no sentido de eles mesmos resolverem seus próprios problemas. Isto não impede que recebam uma mãozinha de fora, como ajuda ou uma espécie de moleta.⁸⁴

⁸² FREIRE, 2016.

⁸³ FREIRE, 2016, passim.

⁸⁴ Relatório de atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte em exercício de 1987.

Algumas palavras passaram a fazer parte dos relatórios produzidos pelos agentes da Cáritas. Opressão, libertação e conscientização são exemplos dessas palavras. A Cáritas de Limoeiro aparece nesse contexto desigual para ser a “mãozinha de fora”, não por sua ajuda ser mínima, mas porque a instituição, a partir de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, começa a criar um discurso, que coloca o sujeito como agente das mudanças sociais e históricas a que eles foram submetidos. Então mesmo que a instituição promova atividades basilares para que esse processo de libertação – em seus termos – aconteça, o intuito é evidenciar os sujeitos, suas conquistas e a autonomia alcançada.

Promover o engajamento social, o envolvimento com as causas locais e globais, provocar as pessoas em relação aos seus direitos e incentivar e propiciar vias de acesso para a organização dessas causas, assim como capacitar tecnicamente o trabalho dos atendidos, é parte da individualidade das ações promocionais, que seriam o foco das metodologias dos anos 1980 na CDLN. Essa mudança só foi possível, pois dentro da instituição “surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram frutos de estruturas econômicas e políticas, e sua superação exigia transformações estruturais.

Por outro lado, essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos.”⁸⁵ Para tal, os caminhos da educação popular foram imprescindíveis para o fomento da caridade libertadora. E essa educação foi bastante influenciada pelo contato da CDLN com os movimentos de base e sociais existentes na região. Inseridos no mesmo contexto social e clerical, a Cáritas em alguns momentos teve aproximações com o Movimento de Educação de Base (MEB) e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ainda que sem muita expressividade na documentação da instituição.

O MEB foi criado pela CNBB em 1961 e em Limoeiro a iniciativa chegou nos anos finais do bispado de Dom Aureliano Matos⁸⁶ com objetivo de alfabetizar, ensinar e doutrinar, principalmente as comunidades mais afastadas do centro urbano de Limoeiro através da Rádio Educadora Jaguaribana, uma emissora católica⁸⁷.

Já a CPT, coordenada em 1975 por Dom Fragoso, se reuniu em Limoeiro em 1976 para discutir sobre a posse e uso da terra no Estado do Ceará. A comissão contava com uma a

⁸⁵ CNBB. Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade. Estudos da CNBB n° 92. São Paulo: Paulus, 2006.

⁸⁶ Seu bispado durou de 1940 a 1967, quando o bispo faleceu.

⁸⁷ FREIRE, 2016

participação de uma equipe ativa e o território era característico por ser uma zona de conflito⁸⁸, porém com o passar dos anos e a redução no número de agentes o trabalho de tornou restrito⁸⁹.

Em vista disso, durante a década de 1980, as práticas da CDLN se expandiram para diversas regiões do Vale do Jaguaribe com o discurso e a metodologia da “promoção humana”, baseadas na caridade libertadora e emancipadora. As experiências precedentes com as comunidades assistidas foram basilares para a construção de atividades e observação das demandas a serem atendidas nos anos seguintes. O verbo emancipar já não fazia sentido no infinitivo e como meta acabada, mas em um gerúndio contínuo e permanente agindo em favor dos empobrecidos, emancipando pensamentos e práticas, de acordo com cada contexto e necessidade das comunidades.

Em nossa análise, há então uma ressignificação da “caridade” através das ações da instituição. Enquanto, sobretudo no período da Primeira República brasileira, a caridade vinda da Igreja era vista como uma das formas de controle social em resposta às ações dos empobrecidos “[...] em suas lutas cotidianas pelo direito a condições básicas de sobrevivência”⁹⁰, camuflada de solidariedade cristã; nas estratégias assistenciais da CDLN, já podíamos evidenciar uma diferenciação com essa ideia de caridade da Igreja em geral, se distanciando da ideia de controle, mas pelo contrário, evidenciando e integrando o “atingido” ao processo de reconhecimento do contexto, da organização e da ação, essas pautadas pela participação ativa das comunidades com a Igreja de cunho progressista, como é o caso dos Círculos Bíblicos. Por exemplo, na construção de casas para os atingidos pelas enchentes, a CDLN dizia que:

Em algumas comunidades onde o povo já tem uma caminhada de reflexão e organização, o trabalho é mais participativo. Um exemplo concreto dessa participação se dá no grupo de Limoeiro Alto, onde o povo tem reuniões semanais para ver o andamento do trabalho e tomar as decisões necessárias. O trabalho é feito em mutirão, desde a fabricação de tijolos até a construção das casas. Grupos como o de Limoeiro Alto surgem e se fortalecem nos Círculos Bíblicos, que são pequenas reuniões para a leitura e reflexão da Palavra de Deus, ligando a fé, a vida cotidiana⁹¹.

⁸⁸ Segundo SILVA (2016, p. 92) entre os anos 1975 a 2015 dos 21 municípios pertencentes a Diocese de Limoeiro, apenas 7 não tiveram conflitos acompanhados pela CPT-CE.

⁸⁹ Ibidem., 2016.

⁹⁰ NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 27, n. 53, p. 115-133, 2014, p. 129.

⁹¹ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro – Ano 1985, p. 1.

Os mutirões são uma das formas tradicionais de solidariedade entre os camponeses⁹². Além da solução para o problema da mão de obra, os mutirões ainda compõem um aspecto da existência coletiva dos camponeses, na medida em que raramente atividades acontecem fora do âmbito coletivo e essas englobam vários elementos do cotidiano camponês, como a religião, política, no lazer e nas questões familiares⁹³.

A ajuda mútua entre os camponeses nessas diversas atividades faz parte da obrigação moral desses sujeitos, que constroem laços de solidariedade e confiança, sabendo que, quando precisarem de ajuda terão também o apoio dos vizinhos em uma relação de troca de tempo⁹⁴ e trabalho. O camponês ajudante não podia se distanciar por muito tempo de suas demandas pessoais, assim como no caso da construção de casas, quanto mais rápida fosse a obra, menos tempo as pessoas ficariam desabrigadas⁹⁵.

Os traços de coletividade entre os camponeses e as diversas atividades que a Cáritas de Limoeiro vinha desempenhando na região do Vale do Jaguaribe aliados ao fervor dos movimentos sociais, sindicais e eclesiais foram motores para a nova perspectiva metodológica da CDLN.

De acordo com Eder Sader⁹⁶ entre os anos de 1978 e 1985, a luta social se organizou a partir desses pequenos movimentos, que deram face a um sujeito coletivo com visibilidade e potência. Esse foi um período também de redescobrimto e reorganização de alguns movimentos sociais, que estavam enfraquecidos. Estes grupos reivindicavam por direitos, sobretudo o direito de poder reivindicar direitos, e isso marcou um momento de emergência de novas identidades coletivas.

Exemplo destes são alguns movimentos de luta social e trabalhista - como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984; e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 – que germinaram de ações católicas e com objetivos parecidos com os que se tornariam os da Cáritas de Limoeiro, particularmente.

Com a intensa reorganização da sociedade brasileira, novos grupos foram ganhando realce como a criação de associações, movimentos sociais, e partidos preocupados com as causas trabalhistas. Atrelados a esse movimento geral, movimentos de cunho religioso

⁹² CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew et al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v. 1. Editora UNESP; NEAD, 2009, p. 193 – 201.

⁹³ QUEIROZ, MIP de. Uma categoria rural esquecida. Revista Brasiliense, n. 45, p. 83-97, 1963.

⁹⁴ WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990, p. 221.

⁹⁵ CANDIDO, 2009.

⁹⁶ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1988.

influenciados diretamente pelos escritos da Teologia da Libertação se sublinham, nesse cenário insurgente e de mudanças⁹⁷.

No Vale do Jaguaribe como relata Padre Júnior Aquino:

Você tem um movimento mais geral, com as Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Juventude do Meio Popular, com o acompanhamento de associação de sindicato. Isso já tinha! E isso se intensificou. Mas ali nos anos 80 há uma sintonia. Cáritas, MEB (Movimento de Educação de Base), CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), são um conjunto de articulações na Diocese nos anos 80 que está ligada a movimento sindical, associação de moradores. A Cáritas promove muito esses projetos de geração de renda nesse período⁹⁸.

Essa articulação e promoção de ações voltadas para projetos de geração de renda é reflexo de um conjunto de atividades desempenhadas pela Cáritas de Limoeiro. Sobretudo nos anos da década de 1980, muitas parcerias de financiamento de projetos foram feitas com instituições de todo o mundo.

A CDLN, fazendo parte da teia internacional, sempre recebeu auxílio e financiamento, principalmente das Cáritas Suíça, Alemanha e Russa. Porém os aportes de outras instituições internacionais, em sua maioria Organizações Não-Governamentais (ONGS) também direcionaram e assistiram às demandas da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

2.1.2 Financiamento internacional e os usos deste pela Cáritas de Limoeiro do Norte

No decorrer da década de 1980, há o primeiro surto de ONGs no Brasil⁹⁹ e este fato foi responsável pelo crescente investimento e apoio aos projetos desenvolvidos aqui no país, especialmente com as camadas populares mais desfavorecidas e coordenadas pela Igreja. Adentrando mais a fundo nessa questão, a historiadora Virgínia Fontes¹⁰⁰ nos aponta, que nesse período há uma conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais de base popular.

Esse fenômeno, que se traduz na admissão e estímulo de algumas demandas populares, direcionou fundos através de financiamentos para o desenvolvimento de atividades

⁹⁷ MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno CRH, v. 20, n. 50, 2007.

⁹⁸ AQUINO, 2017, p. 13. (entrevista)

⁹⁹ Mesmo que a Cáritas Brasileira já viesse tendo o contato com ONGs como a FASE desde os anos 1960.

¹⁰⁰ FONTES, Virgínia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. Observatório Social de América Latina, Argentina, v. 7, n. 19, 2006.

assistenciais. Segundo a autora, essa conversão teve como consequência o apassivamento das lutas sociais das entidades, que recebem esse financiamento¹⁰¹.

Essas ONGs “[...] deveriam provar não estarem coligadas a partidos ou a projetos políticos, limitando sua atuação a demandas específicas”¹⁰². Assim, para Fontes, o grande capital internacional teria controle da ação social desenvolvida no Brasil e em outras partes do mundo, fazendo uma negociação com as entidades, que recebiam esses recursos. Iriam trazer a “[...] solução de transtornos urgentes, contanto que se postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social”¹⁰³. Ou seja, o financiamento dos projetos era uma tentativa de controlar as instituições por meio do dinheiro, e isso ocasionaria uma amortização dos conflitos sociais.

O voto de silêncio imposto pelo Vaticano aos irmãos Leonardo e Clodovis Boff¹⁰⁴ também foi um dos elementos, que auxiliaram tanto na “[...] filantropização da questão social no Brasil, quanto para a generalização do tema da pobreza, alçado como problema social central”¹⁰⁵, visto que, juntamente com as CEBs, a Teologia da Libertação foi a responsável por parte da politização da Igreja e da sociedade.

Apesar de não negar a influência e a força dos movimentos sociais para as conquistas da década de 1980 e apontar que as ONGs estavam tão próximas – com assessorias e contribuições monetárias - a esses movimentos a ponto de serem confundidas como tal, a historiadora aponta que a filantropização teve êxito na sua estratégia de apassivar os conflitos sociais, sendo um dos motores para o esfriamento das lutas sociais dos anos 1990. O que na visão dela também desfiguraria a visão da autonomia de classe, visto que esta “[...] depende também da sua capacidade de autofinanciar-se”¹⁰⁶.

Nossa investigação aponta um caminho diferente. Mediante a história vista a partir das experiências da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, através da análise dos Relatórios da CDLN e do contexto de crise econômica nacional, notamos que parte das ações da Cáritas de Limoeiro do Norte são financiadas, sobretudo a partir da década referida, por diversas entidades internacionais, que incentivam as práticas de cunho assistencial no que diz respeito à construção de casas, tecnologias contra a seca e doação de alimentos.

¹⁰¹ Idem., 2010 e 2006.

¹⁰² Idem. 2006.

¹⁰³ Idem. 2006.

¹⁰⁴ Ambos eram teólogos fundamentais para o desenvolvimento do pensamento da Teologia da Libertação no Brasil.

¹⁰⁵ FONTES, 2006.

¹⁰⁶ Idem, 2010, p.238

Entretanto, o que vemos não é um arrefecimento das lutas sociais por parte da instituição, e sim um amadurecimento e maior comprometimento com essas lutas. É especialmente no final dos anos 1980, quando observamos, que a identidade da instituição começa a sofrer novas marcações.

Dentre essas instituições financiadoras explicitadas nos relatórios da CDLN, podemos citar *Catholic Relief Services*, ONG *Misereor*, CORDAID, *Secours Catholique*, *Entraide Et Fraternité*, *Zentralstelle für Entwicklungshilfe*, entre outras. Entre elas, a que mais se sobressai é a ONG *Misereor*¹⁰⁷, uma entidade alemã que auxilia projetos voltados aos pobres e excluídos, e que até os anos contemporâneos financia ações da Cáritas de Limoeiro, assim como de outras instituições católicas, como o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH).

O acesso ao dinheiro externo comumente era feito através da disputa de editais. Ainda trazendo o exemplo da *Misereor*, a disputa desses editais devia cumprir especificações como o porquê, pra quê e para quem seriam feitas as atividades, qual realidade seria mudada e como o dinheiro seria aplicado. Também para essa instituição era importante que a receptora do financiamento tenha vínculo com a Igreja Católica local e dentro das temáticas dos direitos humanos, desenvolvimento urbano e rural, saúde e paz¹⁰⁸.

Todavia, para além do rígido cumprimento das diretrizes vindas junto com as verbas, o que dava o tom a prática dos projetos eram as experiências, as individualidades e as escolhas da própria CDLN. Sem dúvidas, parte do projeto enviado era executado, até para garantir a conquista de editais futuros. Por não ser uma instituição apática, que recebe o dinheiro e executa o projeto somente, a CDLN dá sua tonalidade com táticas¹⁰⁹ diversas.

Uma delas, o remanejamento de recursos para projetos outros, que não estão enquadrados nos parâmetros dos editais, mas que são de extrema importância para a realidade dos territórios de ação da entidade. Quando comparados os relatórios semestrais e os editais disputados pela CDLN, vemos que os relatórios possuem uma quantidade superior de ações

¹⁰⁷ Ações de 1982 segundo o relatório de *Pequenos Projetos executados pela Cáritas Diocesana do Recurso da Misereor*: Comunidade de Maria Dias – 01 açudeco / Comunidade de Malhada – Compra de instrumentos agrícolas / Comunidade de Corrego de Areia, Sucupira, Bonfim e Gangorrinha – Fossas sanitárias / Comunidade do Espinho – Chafariz, caixa d'água e lavanderia / Comunidade de Flores – poço profundo, chafariz e caixa d'água / Comunidade de Arraial – Horta comunitária irrigada com motor.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.misereor.org/pt/>>. Acesso em: 23/04/2019

¹⁰⁹ Usamos o conceito de **tática** dialogando com Michel de Certeau quando diz que: “Sem cessar, o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos, mas a sua síntese intelectual, tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.” (CERTEAU, 2014. p. 45-6).

implementadas e acompanhadas pela instituição, que estão fora dos planos de ação dos editais previstos.

A junção da verba de diversos projetos confere nuances a um contexto e ao mesmo tempo possibilita uma ação diferenciada daquela proposta pelo projeto. A multiplicidade de projetos garante a multiplicidade de ações. Por isso, todo o engajamento apontado na fala do padre Júnior concatenado com a análise dos relatórios da instituição, nos mostram uma década de 1980 animada, tanto no que se refere a articulações com movimentos de cunho sociais e pastorais, como em relação à múltipla gama de projetos financiados direta e indiretamente por parceiros externos.

Temos como exemplo de variação de atividades entre o triênio de 1981 e 1983, a construção e reconstrução¹¹⁰ de casas através do programa Seca-Cheia, o projeto educacional Casulo em parceria com a LBA, construção de poços, fossas sanitárias, açudecos, chafariz e centros comunitários; compra de materiais agrícolas, máquina de costura. Além disso, constam nos relatórios diversos tipos de formações sobre saúde, educação política, manejo dos equipamentos, conscientização sobre o papel da mulher na sociedade, entre outras¹¹¹.

Com o incentivo internacional, observamos uma conciliação das práticas assistencialistas e das práticas promocionais. O recurso assistencial é disputado e apropriado pela Cáritas, que dá o seu toque. Na comunidade São Raimundo, uma das atendidas no município de Limoeiro do Norte, a Cáritas compra com recursos da Misereor, um conjunto de máquinas de costura para a população, o que caracteriza uma prática assistencial.

Porém, a prática passa a ser ressignificada de assistencial para promocional, quando junto com a doação do material também se recebem cursos de corte e costura, preparações e possibilidades para colocar os produtos produzidos a venda¹¹².

Outras iniciativas como essa foram desempenhadas nas comunidades, muitas através dos Projetos Alternativos comunitários (PACs), que mais tarde viriam fazer parte da Economia Popular Solidária (EPS)¹¹³: também um projeto da Cáritas, que busca possibilidades várias de subsistência, atrelando o caráter caridoso, educacional e produtivo ao desenvolvimento das localidades de forma sustentável.

¹¹⁰ Aracati, Itaiçaba, Russas, Quixeré, Jaguaruana e Limoeiro do Norte.

¹¹¹ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, ano de 1981 e 4 meses de 1982; Relatório do primeiro semestre de 1983; Relatório do segundo semestre de 1983.

¹¹² Relatório de atividades da CDLN – 1982

¹¹³ FORTE, Joannes Paulus Silva. A igreja dos homens: O trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará. Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFC. Fortaleza, 2008.

A promoção humana vista nas ações da CDLN, no decorrer dos anos 80, esteve muito atrelada à educação popular freiriana, fruto dos diálogos com os movimentos sociais e pastorais, que se apropriavam da metodologia “Ver, julgar e agir”¹¹⁴:

Ver quer dizer que o ponto de partida é observar e analisar a realidade concreta e imediata. É o conhecimento profundo da realidade, construído em conjunto por meio da comunicação humana, da troca de saberes, da ação conjugada, e com base na participação de todos do grupo. **Julgar** significa avaliar, entender, criticar e discernir sobre essa realidade à luz do conhecimento cristão. **Agir** remete a atitude de ação concreta esperada em prol do outro ou sobre a realidade julgada, de modo a contribuir para transformá-la¹¹⁵.

Através dessa metodologia, a Cáritas de Limoeiro participou do processo de aprendizagem e formação de várias pessoas. A grande maioria de suas ações, até mesmo a criação de projetos para concorrer os editais internacionais, era fruto do “*Ver-julgar-agir*” das comunidades engajadas nas atividades da Cáritas.

Ver os problemas e dificuldades do território, entender as causas e injustiças desses problemas e por último agir no sentido de buscar transformar a realidade inconformada. Essa metodologia é materializada em forma de reuniões, que aconteciam nas comunidades, onde eram instigados debates sobre essas questões. Nesses encontros eram construídas as propostas de ação e disso saíam os encaminhamentos para captação de verba e meios para o desenvolvimento dos projetos.

É importante frisar que não entendemos a CDLN como a instituição, que guia as práticas camponesas como se fossem “uma motoneta cujo assento esteja vazio”¹¹⁶, pelo contrário. Em nossa análise, compreendemos, que as experiências dos camponeses, dos agentes, do território e da Cáritas, formam o corpo dessa motoneta e que dividem esse “volante” na medida em que os interesses comuns favorecem uma ou outra estarem à frente. Exemplo disso, é que muitas das práticas que a Cáritas aprendeu em territórios, como a Lagoa dos Cavalos, ela levou para outras comunidades, como é o caso de Caatingueirinha, como desenvolveremos melhor no segundo capítulo dessa pesquisa.

¹¹⁴ Esta metodologia foi criada pelo fundador da Juventude Operária Católica (JOC), o cardeal Joseph Cardijn, que sugeriu ao Vaticano que as práticas e o ensino católico deveriam seguir a lógica do “ver-julgar-agir”. A metodologia foi aceita pelo Papa João XXIII em 1961 e fez parte do trabalho da Igreja Católica, com adesão das CEBs, MEB, Cáritas e etc. Esse método tem proximidades com o pensamento de Paulo Freire. (PERUZZO, 2017)

¹¹⁵ PERUZZO, Círcia M. Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 24, n. 1, 2017, p. 13.

¹¹⁶ THOMPSON, 2014, p. 281.

O “Relatório de Atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro – ano 1984”, o primeiro a localizarmos em escrito o método “ver-julgar-agir”, nos mostra a importância das articulações e da caminhada junto à educação popular. Neste ano em específico, pelo menos dez “atividades educativo-promocionais” foram desempenhadas pela Cáritas ou com auxílio dela.

Essas atividades eram diversas, tais como: Movimento de Libertação da Mulher (MLM)¹¹⁷, Catequese de Perseverança visando uma “evangelização libertadora”, Fortalecimento e disseminação das CEBs, Pastoral da Juventude, da Terra e dos Meios de comunicação, visitas pastorais, educação política, obras sociais da diocese e coordenação pastoral. Ou seja, além de ser um dos elementos formadores da identidade dos povos, que atende, a Cáritas também era um marcador para a construção identitária da Diocese de Limoeiro do Norte, pois sua ação se estendia não só como parte de uma pastoral ou ação, mas como um dos norteadores das pastorais, das reuniões e metodologias da Igreja de Limoeiro.

A CDLN foi sendo formada ao longo dos anos em um *looping* de mudanças e permanências, que deram face a identidades construídas de acordo com os sujeitos e contextos em que esteve inserida. Baseando-nos no pensamento não-essencialista da formação das identidades.

O que observamos é que, no decorrer de sua trajetória, a entidade alicerçou sua construção identitária notando e absorvendo as discrepâncias entre os níveis individual e coletivo nos diferentes territórios, que atua e nas relações com as populações, que atende. Entendemos que essa composição é relacional e depende da diferença para existir¹¹⁸.

Quando a instituição começa a se esforçar para dizer em seus relatórios que não é de cunho assistencialista, ela nega um conjunto de práticas e pensamentos atrelados a essa visão, mostrando outra concepção do serviço assistencial e promocional característicos dos anos 1980 e buscando afirmar outro traço identitário baseado na promoção humana.

Podemos então pensar a identidade da entidade formada por diferentes conflitos e diferenças. A identidade é baseada na diferença com os outros, mas também na diferença consigo mesmo e, dependendo do contexto, uma identidade vai ser mais acionada do que outras, como explica Stuart Hall:

[...] identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias,

¹¹⁷ Trabalho feito com mulheres inseridas na prostituição.

¹¹⁸ WOODWARD, 2000.

empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas¹¹⁹.

Além de ser fruto da interlocução de várias individualidades, a identidade da Cáritas ainda é formada de influências outras, internas e externas. A Igreja Católica, os vários níveis da Cáritas (internacional, brasileira e regional), os movimentos sociais – sobretudo a partir dos anos 1980 –, das comunidades e dos sujeitos, que são atendidos e que atendem.

Essa multiplicidade de sujeitos, assim como a multiplicidade de ações, possibilitou que por tantas vezes a CDLN fosse capaz de acionar diferentes identidades de acordo com o contexto, que estava inserida. Uma identidade que mais se parece com um caleidoscópio que, entre centenas de vidrinhos coloridos predispostos, forma novas imagens, cores e possibilidades a partir do movimento, da ação, da experiência.

Em síntese, o marcador predominante das três primeiras décadas de atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, foi o serviço assistencial. Inicialmente marcado pelas ações de cunho assistencialistas e logo em seguida somando atividades assistenciais, conceitos, que desenvolvemos ao longo deste texto.

Nas décadas seguintes, a instituição toma outras posturas, que se cruzam com as do período, que analisamos, atividades de cunho promocional e não somente mais de assistência aos pobres. Por conta da mudança desse marcador identitário das ações, decidimos tratar as ações de promoção humana em outro tópico dessa dissertação.

2.2 Promoção humana e a reestruturação da ação da Cáritas de Limoeiro (1990 – 1999)

Se a década de 1980 foi tomada pela forte ação dos movimentos sociais e pela reabertura política, a década de 1990 foi marcada por fortes mudanças na economia brasileira, possibilitando uma grande abertura do comércio e uma reestruturação produtiva. Parte da historiografia brasileira e dos próprios militantes do período apontam um ciclo de arrefecimento e reorganização dos movimentos dos trabalhadores no que diz respeito às mobilizações e reorientação de práticas, tendo como motivos principais para uma grande onda de desânimo e perplexidade para as organizações, que acreditavam na proposta socialista/libertadora como alternância às justiças sociais, o fim do Sandinismo na Nicarágua e do “socialismo real”¹²⁰.

¹¹⁹ HALL, 2006, p. 13.

¹²⁰ SANTANA, 2003; CAMURÇA, 2007

Também no âmbito da Igreja aconteceu uma intensa perseguição do Vaticano aos intelectuais orgânicos¹²¹ e da Teologia da Libertação com a entrada do Papa João Paulo II, que, além de ser muito conservador, almejava a “volta à grande disciplina” e encaminhava a Igreja para os movimentos de Renovação Carismática (assim como um crescente avanço do Pentecostalismo evangélico em regiões, onde a Igreja Católica não era efetivamente presente). Ademais, com o avanço dessas novas linhas dentro da Igreja Católica e da Protestante, a cúpula do Vaticano desativou o apoio à militância política, orientando os clérigos e leigos ao retorno às práticas tradicionais como orações, procissões, retiros, etc.¹²².

No cenário brasileiro, um dos motivos apontados nos debates sobre o período, foi que os movimentos sociais passaram por esse esfriamento, porque perderam o seu elemento comum, seu inimigo fundante: a Ditadura civil-militar brasileira. Essa desmotivação foi vista no contexto latino-americano por completo, com o declínio dos regimes militares, que caracterizavam os esforços e demandas dos movimentos sociais desde a década de 1960 até o final dos anos 1980¹²³.

Migrando para o âmbito rural, uma das hipóteses para explicar esse arrefecimento das lutas sociais no Ceará seria que com o grande período de seca verde¹²⁴, parte dos camponeses passou a trabalhar como pequenos irrigantes/produtores e outra parte migrou para a cidade para trabalhar e esperar o período de seca cessar para regressar novamente às suas terras¹²⁵.

Especialmente no Ceará, a partir de 1989, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) proporcionou uma série de mudanças e perspectivas de luta e formas de organização. A sua entrada nos territórios gerou uma reflexão crítica sobre a ação do movimento camponês cearense e “reciclagem” por parte das lideranças comunitárias: viram uma grande mobilização e organização dos camponeses em curto período por parte do MST que eles (as lideranças) não haviam conseguido mobilizar em longos anos.

“Entre 1989 e este ano de 1990, eles organizaram várias ocupações e conseguiram, com uma rapidez desconhecida anteriormente, a imissão de posse do Incra e a aprovação de

¹²¹ “Os apontamentos acerca dos intelectuais “orgânicos” na visão do filósofo italiano Antonio Gramsci têm como pressuposto sua influência na tradição epistemológica marxista que se fundamenta na busca pelo bem comum e pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e emancipatória.” (DO NASCIMENTO, 2009, p. 2)

¹²² CAMURÇA, 2007; MENEZES NETO, 2007; DA GLÓRIA GOHN, 2014

¹²³ GOHN, 2011

¹²⁴ “A seca verde se dá quando não há produção agrícola, em razão da pouca quantidade de chuvas ou da sua má distribuição. Às vezes, chove igual à média pluviométrica anual da região, mas em um curto período de tempo, o que impossibilita a realização do ciclo completo das culturas anuais.” (KHAN, 2005, p. 244.)

¹²⁵ BESERRA, 2016.

projetos de assentamento de reforma agrária.”¹²⁶. Porém, concomitante à vinculação de camponeses às ações do MST, alguns deles abandonavam o movimento alegando que muitas de suas ações eram inesperadas e não condizentes com o “prometido durante as mobilizações”, ou seja, algumas ações ainda não eram comuns às práticas camponesas do público que estava inserido no processo. (BESERRA, 2016, p. 140).

Em 1990, a crescente do neoliberalismo se mostrou potente através da implementação de políticas do Consenso de Washington. Essas políticas tinham como objetivo superar os problemas estruturais dos países, sobretudo da América Latina, através de mudanças nas formas de atuação do Estado.

Este deveria abrir mão das funções de planejamento e condução da economia. Tal papel seria agora do mercado, sob o discurso de que o próprio mercado promoveria “eficiência, competitividade convergindo com as economias dos países desenvolvidos”. Essas políticas foram adotadas em vários países da América Latina, como é o caso do Brasil, por meio de restrições impostas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial¹²⁷.

As mudanças sociais foram acompanhadas pelas ressignificações e apropriações dos movimentos sociais. E nesse sentido, nossa investigação nos mostra que na referida década acontece um despontar de inúmeras atividades e ações na Cáritas de Limoeiro do Norte, que vão de encontro ao exposto por parte da historiografia. Gohn (2011) assevera, que ocorreu o surgimento de novas formas, agora institucionalizadas, de movimentos sociais.

Adentrando amplamente o contexto latino-americano, percebemos que nessa referida década:

se llevan a cabo las acciones colectivas y surgen nuevos actores sociales. Muchas de estas nuevas experiencias tienen que ver con el mundo social rural y agrario. Según el Report on Rural Movements de NACLA (2000), en muchas partes de América Latina los movimientos sociales rurales han tomado el centro del escenario político de su nación.¹²⁸

Como aponta a socióloga Norma Giarraca, na América Latina há o surgimento de novos atores sociais, que vão organizar e mobilizar parte das ações coletivas a partir dos anos 1990. Com o avanço do neoliberalismo, sobretudo no campo brasileiro, alavancou o processo

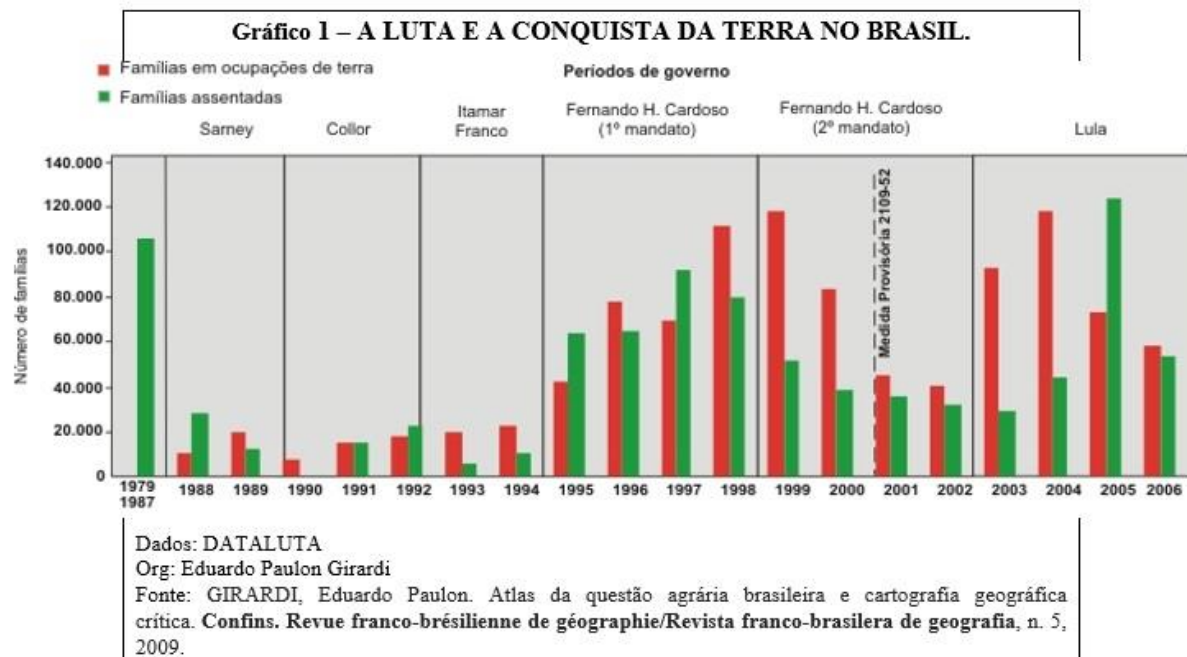
¹²⁶ Ibid., p. 140.

¹²⁷ FORNAZIER, Armando; MATOS DE OLIVEIRA, Ana Luíza. O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 1, 2013, p. 88.

¹²⁸ GIARRACCA, Norma; BETTINA, L. E. V. Y. Introducción. América Latina, nuevas ruralidades, viejas y nuevas acciones colectivas. *Ruralidades latinoamericanas. Identidades y luchas sociales*, p. 13-39, 2004, p. 15.

de modernização e reestruturação do agronegócio.¹²⁹ Os movimentos sociais rurais precisaram cada vez investir mais em resistências que reivindicassem e ocupassem a terra e reforçassem a demanda por terra, água e condições de vida e trabalho¹³⁰. Por isso, os conflitos por terra entre os anos 1993 e 1999 se intensificaram crescendo de 361 para 870 conflitos, o que soma uma total de aproximadamente 141% de intensificação das lutas no campo brasileiro¹³¹.

Em pesquisa feita pelo geógrafo Eduardo Girardi¹³² com base nos dados do DATALUTA, o que percebemos é um crescimento tanto na ocupação de terras como na criação de assentamentos, principalmente nos anos iniciais do governo de Fernando Henrique Cardoso, se estendendo até o governo de Lula. Podemos ressaltar que o recorte temporal de 1995 a 2006 teve um considerável salto nos números de ocorrências em comparação aos anos de 1979 a 1994, como mostra o gráfico a seguir:



Ao relacionar a afirmativa de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005) com os dados do gráfico produzido por Girardi (2009) notamos que à medida, que as lutas foram sendo intensificadas pelas ações coletivas de resistência no campo, o número de famílias assentadas

¹²⁹ Para Welch e Fernandes (2008, p 165): “é um complexo de sistemas que compreendia agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento deste complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento controlado por corporações transnacionais.”

¹³⁰ GIARRACCA, 2014

¹³¹ DE OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2005.

¹³² GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira e cartografia geográfica crítica. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 5, 2009.

também cresceu, ou seja, são as lutas que condicionam a realização das ações de reforma agrária e não o Governo.

Contudo, no início do segundo mandato do presidente FHC percebemos uma redução drástica no número de ocupações e assentamentos. Essa redução é justificada, pois justamente nos anos de 2000 e 2001, FHC lançou duas Medidas Provisórias¹³³ (MPs) que excluía dos programas de reforma agrária todos aqueles camponeses, que participassem de ocupação de terra, assim como adiava em dois anos a vistoria de imóveis rurais em territórios em que tivessem sido realizadas ocupações de terras.

Mesmo com as tentativas de criminalização e silenciamento das lutas sociais no campo, é nesse período que grande parte dos movimentos de resistência direta às políticas referentes ao campo são intensificadas nas comunidades acompanhadas pela Cáritas de Limoeiro do Norte.

No Vale do Jaguaribe¹³⁴, pelo menos duas lógicas agrícolas e agrárias estavam em conflito desde 1968: a lógica camponesa e a do Estado. Para o Estado o objetivo da intervenção na agricultura é o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, baseada em uma lógica de acumulação e de exploração do pequeno agricultor¹³⁵.

A lógica camponesa está mais ligada à economia moral¹³⁶ que regula as condições de trabalho a partir de referências morais, de uma ética de subsistência, onde o objetivo principal não é a acumulação, mas a segurança alimentar, que acontece a partir de trocas comunitárias, relações de reciprocidade e solidariedade e de obrigações mútuas¹³⁷. Dessa lógica surgem os mutirões, por exemplo, e as manifestações de ação direta, que podem ser compreendidas como uma resistência à ameaça capitalista no campo a essa economia moral camponesa¹³⁸.

¹³³ BRASIL. **Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de maio de 2000.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. [S. l.], 4 maio 2000.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. [S. l.], 24 maio 2001.

¹³⁴ A região do Jaguaribe ocupa área de 74.621 km² e está subdividida em cinco sub-bacias: Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe e Banabuiú. (FIGUEIREDO et al., 2003).

¹³⁵ SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, p. 75-114, 1990.

¹³⁶ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *Costumes em comum*, p. 150-202, 1998.

¹³⁷ SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976

¹³⁸ THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *Costumes em comum*, p. 150-202, 1998.

Na construção do Perímetro Irrigado de Morada Nova, em 1968, essa lógica do Estado já se tornava mais visível na região jaguaribana. Entre os anos 1970 e 2000, o território seria recortado por diversos outros perímetros, barragens, empresas agrícolas, que transformaram – e transformam – a lógica agrária e agrícola da região, e, portanto, o modo de vida camponês.

A onda privatizante, intensificada na década de 1990, estava dentro de um contexto de forte interesse na produção da fruticultura irrigada, conduzido pelas empresas privadas no Ceará. O “Novo Modelo de Irrigação”, inaugurado por Fernando Henrique Cardoso em 1996 integrando o “Programa Brasil em Ação”, objetivava promover e consolidar o desenvolvimento sustentável das “áreas irrigadas e irrigáveis”. Para tal, necessitava de projetos e ações específicas que fossem: “indutores de co-inversão privada, geradores de emprego e renda, e promotores da exportação e/ou atendimento estratégico do mercado interno”¹³⁹.

A partir disso os conflitos na região do Jaguaribe foram intensificados visto que o modo de produção impelido pelo capital entrou em confronto com os modos de vidas tradicionais camponeses. E por isso:

O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos¹⁴⁰.

As lutas e modos de resistências diversos no campo foram possíveis através da mobilização camponesa, e pelo auxílio e intervenção de mediadores. A CDLN vinha sendo um desses mediadores na região, porém não podemos esquecer-nos do papel fundamental dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região.

Inclusive, com parceria entre os sindicatos e a Cáritas, foram incentivadas nas comunidades a criação de associações de moradores, como é o caso da Associação de moradores da comunidade Lagoa dos Cavalos – Tabuleiro de Russas/CE – que foi criada no intuito de organizar os moradores, e possibilitar o recebimento de programas do governo, como o Projeto São José (que depois passou a ser chamado de Projeto São Vicente¹⁴¹ [PSV]).

¹³⁹ BRAGA, 2003, p.10

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião : Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977, p. 23.

¹⁴¹ Oficialmente nomeado como Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste segundo o decreto nº 92.320, de 23 de janeiro de 1986.

Entrevistador: O senhor consegue precisar a data que chegou luz aqui na comunidade?

Dino: Nós fixemos o projeto da energia, projeto São José na época. Através do sindicato. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas. Aí a energia chegou. Nós não tínhamos uma Associação, aí não éramos reconhecidos. Não tinha uma Associação para representar, era só um grupo. [...] Em (19)87 o primeiro projeto que chegou aqui, São Vicente [...] ¹⁴²

A relação da fala de Dino ¹⁴³ com a bibliografia acerca do tema nos faz chegar à conclusão de que o modo pelo qual os camponeses se organizam durante grande parte do processo histórico em diferentes períodos é melhor exposto, quando pensamos que “[...] quando não estão de algum modo ligados à Igreja, os trabalhadores rurais envolvidos em conflitos estão ligados, organicamente ou não, a outros mediadores, tais como sindicalistas ou outros assessores do movimento” ¹⁴⁴.

Ou seja, os mediadores, animadores, foram diversos e fundamentais para a organização, especialmente política, dos camponeses no Vale do Jaguaribe. A mediação é mais um dos traços identitários da CDLN dos anos 1990 até os dias atuais, traço este endossado pelo contexto territorial conflituoso jaguaribano, e, portanto, das experiências camponesas frente à deflagração desses conflitos agrários.

Entre os anos 1990 e parte dos 2000, as lutas do território foram mediadas por agentes mobilizadores, ou mediadores, não como uma assistência e dependência dos camponeses a esses meios, mas em torno de uma horizontalidade, que foi capaz de criar experiências outras no território.

José de Sousa Martins (2003) acentua, que os mediadores agem com uma consciência política, influenciada por ideologias e/ou doutrinas “que interpretam a luta pela terra como uma luta pela reforma agrária” ¹⁴⁵, o que o autor salienta que pode ter desviado os camponeses de sua luta. Já os camponeses agem de forma imediata, afim de resultados práticos, que garantam as condições para a sua sobrevivência, ou seja, para o equilíbrio da economia moral.

¹⁴² COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Dino Gomes da Costa. 27/06/2016.

¹⁴³ Seu Dino é agricultor, um dos líderes da comunidade Lagoa dos Cavalos, membro da Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas e mesmo sendo evangélico, vem participando e auxiliando as atividades da CDLN na região, sendo um dos interlocutores da entidade na região. Guarda com ele um caderninho de onde nos conta todas as datas, acontecimentos importantes e feitos da comunidade onde vive. Seu Dino é uma das referências da comunidade quando o assunto é rememorar momentos, ainda que haja narrativas conflituosas.

¹⁴⁴ BESERRA, 2016, p. 101.

¹⁴⁵ MARTINS, José de Souza. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 222.

Na narrativa que segue, iremos nos ater às formas como se relacionaram os camponeses aos diferentes contextos de ação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, entendendo que a entidade não é única no processo de formação e de resistências camponesas, mas parte de uma rede de mediadores e agentes, que representam, de várias formas, interesses e demandas diferentes para as comunidades.

Sem que a teoria prevaleça sobre o fenômeno histórico, que nos dispomos a analisar e teorizar¹⁴⁶, segundo nossa análise dos Relatórios das Atividades da CDLN, Planos de Desenvolvimento Local Sustentável e Planos de ações trienais, o que analisamos é que desde os anos 1990, a Cáritas vem fazendo um papel educacional nesses territórios que garante, não a tutela dos camponeses pela instituição, mas a autonomia de conhecerem aos processos políticos pelos quais participam e lutam de forma horizontal, construída a partir das demandas locais e do ponto “concreto” por terem acesso os diálogo com outros parceiros.

Nesse sentido, unindo essas experiências as que já existiam entre os camponeses, esses puderam então empreender outras disputas e se apropriarem de ferramentas e linguagens para alcançarem os seus objetivos.

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações¹⁴⁷.

Notamos que a CDLN não busca dar a consciência dos problemas da região aos camponeses, visto que entende que todos os elementos exógenos – no caso, as grandes construções hídricas – fazem mais parte do cotidiano e da experiência daqueles sujeitos. Só aqueles camponeses sabem a dor e a violência de serem expulsos de suas terras, e sabem que o projeto proposto pelo Estado, em uma de suas faces, não é pensado para os moradores da região.

Esses mesmos camponeses estão inseridos em uma nova lógica de trabalho exaustivo nas empresas agrícolas, submissos à questão da falta de terra, tomadas para a instalação de um novo projeto agrário e agrícola na região do Vale.

[...] as pessoas se vêem em uma sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, e

¹⁴⁶ THOMPSON, 2014, p.270

¹⁴⁷ SHANIN, Teodor. Lições camponesas. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-47, 2008, p. 28.

no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe¹⁴⁸.

Portanto, ainda que a Cáritas faça um trabalho educativo nas comunidades do Baixo e Médio Jaguaribe, a consciência e, portanto, as lutas que esses moradores escolhem empreender são formadas por suas experiências em relação ao seu modo de vida e ao outro. Outro este que pode ser o Estado ou a própria Cáritas.

As experiências de expulsão, reassentamento, violências, trabalho árduo, entre outros, são tratadas em sua consciência e em sua cultura, e direcionam as ações da CDLN. Esta, como marco identitário nos anos 1990, passou por um período de formação e renovação das metodologias de trabalho, pautadas pelas leituras dos agentes e dos encaminhamentos da Cáritas Brasileira e Ceará.

Dessa forma, outro marco identitário na instituição nos anos 1990 é a mudança na perspectiva do trabalho de educação dos camponeses, baseados na promoção humana, como veremos mais à frente.

O processo educacional da CDLN a partir dos anos 1990 se baseou, assim como outros organismos sociais da igreja – CPT e MEB, por exemplo -, nas metodologias indicadas pelo trabalho do educador e filósofo Paulo Freire, unindo e qualificando o método do cardeal Joseph Cardijn (ver-julgar-agir), se baseando em uma educação libertadora e problematizadora, e não em uma educação bancária.

[...] o antagonismo entre as duas concepções, uma, a ‘bancária’, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve de libertação[...] Nesse sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou narrar, ou transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos [...]¹⁴⁹

Os escritos de Paulo Freire não eram novidade na prática de formação católica. A educação libertária também fazia parte da ação de Dom Hélder Câmara, o fundador da Cáritas Brasileira. Na segunda metade do século XX, Paulo Freire e Dom Hélder Câmara se destacaram no cenário internacional em suas respectivas áreas de atuação e ação.

Os dois traçaram caminhos paralelos em busca da liberdade e da dignidade humana. Dom Hélder Câmara acreditava e pregava que não havia a possibilidade de existir um cristianismo, que não denunciasse a desumanidade e a injustiça, e isso só seria possível através

¹⁴⁸ THOMPSON, 2014, p. 274

¹⁴⁹ FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. Introdução à psicologia escolar, v. 3, p. 61-78, 1997, p. 71.

da desalienação; Paulo Freire queria alcançar as potencialidades dos educandos através do diálogo, conscientização e a transformação política das injustiças.

Nessa acepção, observamos que, ambos entendiam as desigualdades sociais como parte do processo histórico-cultural brasileiro¹⁵⁰, então é comum vermos a metodologia freiriana aplicada a grupos da Igreja e também a movimentos sociais, como é o caso do MST.

Essas desigualdades sociais evidenciadas pela crítica de Freire e Dom Hélder se acentuaram com a chegada da “época de ouro” do neoliberalismo na América Latina, especialmente no Brasil. Esse avanço foi responsável pela crescente no número de pessoas empobrecidas¹⁵¹.

Diante desse crescente avanço, o que notamos por parte das resistências populares, dentre elas setores ligados à Igreja, o chamamento à luta por direitos e por organização, como podemos observar no trecho retirado do “Comunicado Final: Emergência Social” expedido pela Cáritas Brasileira em 1992:

Conclamamos o povo em geral, e as pastorais em particular, para:

1. Intensificar a luta pela cidadania completa e integral, a partir da solução dos problemas imediatos, mas tendo em vista uma sociedade verdadeiramente justa e conduzida por governantes sobre os quais não pairam dúvidas quanto a sua conduta moral;
2. Somar esforços no trabalho de crescimento dos movimentos, organizações e das várias formas de poder popular;¹⁵² (grifo nosso)

O trecho faz um chamado às pastorais¹⁵³, Cáritas Diocesanas e o “povo em geral” para se unirem às várias organizações de poder popular, que lutavam pela democracia. Podemos avaliar que, de forma sutil, a instituição ainda faz crítica aos governantes da época, ressaltando que o processo da cidadania “completa e integral” só seria possível a partir de governantes, que atendessem as demandas emergenciais e as estruturais reivindicadas pela população.

Nos anos 1990, para a Cáritas, a mobilização só aconteceria através da junção das experiências camponesas - tanto dos costumes, como dos conflitos – e da educação popular, que permitiria aos camponeses o conhecimento e problematização de assuntos contemporâneos à época e ao interesse camponês. Foi no início desse decênio que a instituição mudou os rumos

¹⁵⁰ CONDINI, Martinho. Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2015.

¹⁵¹ GIARRACCA, 2004, p.15

¹⁵² Comunicado Final: Emergência Social. Cáritas Brasileira. Belo Horizonte, 09 de julho de 1992. Este relatório é fruto do IV Seminário Nacional de Atualização da CB.

¹⁵³ Em termos de Igreja Católica, a Cáritas e as pastorais são responsáveis por cuidar dos assuntos sociais da Igreja. Ir em busca dos excluídos e concretizar a ação religiosa e social entre estes.

da ação para o que chamou de “Educação Popular”, mesmo que antes já houvesse atividades de cunho educacional.

O caráter instrutivo foi intensificado e atrelado ao desenvolvimento de novos Projetos Alternativos Comunitários (PACS) financiados pelo fundo de ação da Cáritas Suíça. Os PACS, desenvolvidos pela Cáritas Brasileira desde os anos 1980, são interpretados pela instituição como uma forma pedagógica de ação social, que renuncia ao paternalismo e ao assistencialismo e forma os camponeses profissional e politicamente.

Entre 1992 e 1994, a Cáritas definiu 4 tipos de PACS: a) produção de mercadorias; b) prestação de serviços; c) apoio aos movimentos populares e d) apoio à ação de sindicatos rurais¹⁵⁴.

A religiosidade dos PACs se manifesta nas rezas em grupo e nas festas devocionais em que seus integrantes costumam agradecer a Deus e aos santos pelos resultados de seus trabalhos, além de pedirem forças e condições melhores para atividades vindouras, sobretudo para as lavouras vingarem. Segundo os agentes Cáritas, ocorre aí uma “espiritualidade libertadora” que motiva para a mudança de vida, tanto pessoal quanto social¹⁵⁵.

As benesses vindas de ONGs e instituições estrangeiras desvinculadas da rede Cáritas costumavam ser assistenciais, como é o caso das doações de Nurberg na Alemanha, que financiava a construção e reconstrução de casas e aquisição de terrenos, somente. Os projetos alternativos eram todos financiados pela rede Cáritas.

No caso, a da Suíça foi mais constante nos anos 1990. Projetos financiados pela própria Cáritas tinham a liberdade - e o objetivo - de vincular os projetos a educação, e assim se diferenciar do assistencialismo e marcando uma outra face identitária da instituição nos anos 1990.

Durante esses anos, a CDLN baseou suas ações nessa forma de educação, como fruto do trabalho conjunto ao MEB e as CEBs nos anos 1980 fundados nas lições de Paulo Freire sobre esse tema e na experiência coletiva dos que estavam nesse processo. Dessa maneira, a atuação se baseou nesse objetivo principal e fundamentou-se em um tripé: Projetos Alternativos Comunitários (PACs), assessoria de sindicatos e movimentos sociais e formação de agentes e lideranças comunitárias.

Vemos então uma organização das atividades da Cáritas Brasileira, no que diz respeito às diretrizes de ação, mesmo que em certa medida a Cáritas de Limoeiro já trabalhasse

¹⁵⁴ CÁRITAS BRASILEIRA, 1995; BERTUCCI, 1995.

¹⁵⁵ SOUZA, 2007, p. 164 apud BERTUCCI & SILVA 2003, p. 62.

dessa forma em anos anteriores, com a intensificação nos anos 1990. Podemos perceber essa mudança via cenário brasileiro a partir da afirmativa de Maria da Glória Gohn¹⁵⁶, quando fala da Cáritas Brasileira:

A partir dos anos 1990, ela muda de perfil no Brasil, e passa a atuar na defesa dos direitos, da solidariedade libertadora, e progressivamente integra-se aos programas de economia solidária e cooperativas populares que são criados em diferentes pontos do Brasil. A entidade passa a apoiar mobilizações e cursos de formação de agentes comunitários para atuarem no controle social das novas políticas públicas, implementadas pelos requerimentos da nova Constituição de 1988[...]¹⁵⁷

As ações das décadas anteriores não são abandonadas, trocadas umas pelas outras. Os projetos permanecem de forma contínua, da mesma forma em que novos incentivos vão sendo disputados e apropriados. Por essa vasta abrangência e variedade de ações, a Cáritas passou a ser uma das referências de luta e organização na região do Baixo e Médio Jaguaribe.

Os municípios de Jaguaribara, Iracema, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas, Itaiçaba, Aracati, Quixeré, Fortim, Jaguaruana e Icapuí são palco da atuação da entidade durante grande parte de sua ação nos anos 1990. Podemos contabilizar aproximadamente 138 ações contínuas da CDLN entre 1990 e 1997 em comunidades desses municípios, o que dá uma média de 12,5% de ações por comunidade¹⁵⁸.

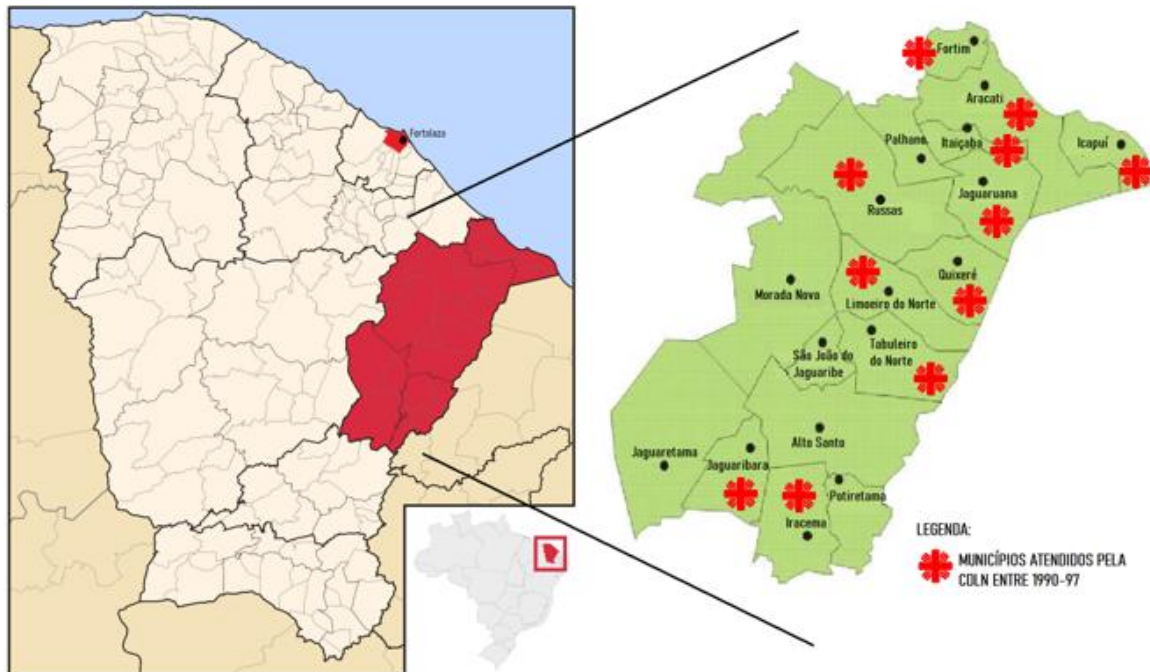
No ano de 1997, por exemplo, a CDLN chegou a assistir 800 pessoas com projetos e 229 foram capacitadas e formadas para manusear e coordenar esses projetos em suas comunidades, pensando na lógica dos indivíduos como multiplicadores dessas ações. Em 1995 as ações foram ainda maiores, acompanhando 464 famílias, equivalente a 1.855 pessoas.

¹⁵⁶ DA GLÓRIA GOHN, Maria. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Editora Vozes Limitada, 2014.

¹⁵⁷ Ibid., p. 125.

¹⁵⁸ A maioria dos projetos eram acompanhados por anos em cada comunidade, e o mesmo projeto atendia a várias famílias, o que significa que um projeto é correspondente a comunidade toda e não somente a quantidade de atividades feitas naquele local. Exemplo: Em 1996, segundo o “Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro, durante o ano de 1996”, 9 projetos foram implantados em Fortim, Limoeiro e Aracati e estes beneficiaram 124 famílias. Ou seja, o número de projetos é muito inferior ao número de famílias beneficiadas.

Mapa 2 - Municípios atendidos pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte entre 1990 E 1997



Fonte: Elaborado pela autora.

No decurso da análise das práticas da entidade junto às comunidades, percebemos uma crescente das atividades que viriam a fazer parte das experiências de *Convivência com o Semiárido* desenvolvida pela CDLN nesses territórios. Essa realidade, que só aparece de forma expressa e conceitual no relatório de 1996, pode ser definida como:

[...] uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas, por meio do incentivo às atividades econômicas apropriadas e a sustentabilidade ambiental. É uma nova percepção que retira as “culpas” atribuídas às condições naturais, e enxerga o espaço Semi-árido com suas características próprias, seus limites e potencialidades¹⁵⁹.

A aproximação com outras instituições como a ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro)¹⁶⁰, possibilitou a qualificação dos agentes e a implementação de tecnologias

¹⁵⁹ SILVA, 2006, p.225

¹⁶⁰ Segundo o site da instituição: A ASA surge, em 1999, com o intuito de fortalecer a reivindicação por soluções hídricas definitivas no semiárido brasileiro. “A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da *Convivência com o Semiárido*. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG’s, Oscip, etc.” Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#como-surgimos>. Acesso em: 15/03/2019.

sociais¹⁶¹, que proporcionassem soberania alimentar, produção de renda, cultivo da terra e sustentabilidade.

Apesar do corte de agentes contratados pela CDLN e o fechamento de escritórios em outros municípios, as atividades se intensificaram. A entidade estava em rede com as comunidades, com as políticas públicas do Estado, com os movimentos sociais, com os setores da igreja progressista e com as demais Cáritas presentes no Estado do Ceará. Essa teia possibilitou, que os agentes abarcassem muitas atividades com o auxílio de parcerias e colaborações.

Fruto dessa demanda por serviços técnicos para atender diversos projetos e capacitações, a Cáritas de Limoeiro passou a acionar – nem sempre de forma pacífica - outras instituições, como a FETRAECE (Federação dos Trabalhadores Rurais agricultores e agricultoras familiares do Estado do Ceará), EMATERCE, SEPLAN (Secretaria de Planejamento), Secretaria de Recursos hídricos do Ceará, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra).

No que se refere à captação de verba e auxílio do Estado para os projetos das comunidades, a segunda metade da década de 1990 se destacou em relação a todos os outros períodos anteriores de ação da instituição. Enquanto antes os recursos, que chegavam eram de ONGs e fundos de ação, nesse período o auxílio monetário foi conquistado pelas comunidades e pela CDLN através de editais para a obtenção de recursos públicos e financiamentos privados.

A demanda por políticas de atividade de *Convivência com o Semiárido* surge da negação às obras do DNOCS, marcando o caráter identitário da instituição, uma negação com uma proposta de ação. A demanda por cisternas, por exemplo, é financiada em parte pelo mesmo Governo, que promove as grandes obras hídricas no território. Percebemos o mesmo ator político acionando diferentes identidades, que estão de acordo com seus interesses.

Enquanto alguns setores populares apresentavam dificuldade de organização de suas lutas, especialmente na questão de recursos, as ONGS (e aqui entendemos a Cáritas sob esta denominação) atuavam de forma efetiva na captação de recursos externos, logo depois dos fundos públicos¹⁶².

¹⁶¹ Segundo a ASA: “Uma tecnologia é tida como social quando ela, além de fornecer meios técnicos para o desempenho de determinada função ou trabalho, atua no sentido de promover maior interação e transformação social. Esse tipo de tecnologia é, essencialmente, inclusiva. Ela reflete o conjunto ideologicamente heterogêneo dos atores sociais envolvidos no processo de produção e de trabalho e, por conta disso, traz uma nova proposta de desenvolvimento – uma proposta afastada dos padrões empresariais; da busca do lucro; do ganho pessoal, puro e simples.”

¹⁶² FONTES, 2010, passim.

As finalidades eram diversas, tais como: mediação e requerimento de cisternas, melhorias na infraestrutura das comunidades, auxílio para construção de equipamentos comunitários, como é o caso das Casas de Semente e de Farinha¹⁶³. Com o aperfeiçoamento dessas tecnologias, novas demandas foram surgindo, sobretudo a de capacitar os camponeses para o uso e entendimento de todo o contexto que aquelas tecnologias estavam inseridas. Era não só um movimento de educação técnica, mas educação ambiental, moral e humana, tocando assim as esferas dos direitos pelos quais as comunidades reivindicavam e ressaltavam a educação libertadora como marcador identitário.

Esse movimento de busca por direitos e organização por parte das comunidades foi fruto das experiências dos indivíduos e esteve relacionado a todo o trabalho de base, formação e educação popular feitos pela CDLN. Boa parte da formação de agentes e lideranças era feita através de cartilhas.

A articulação com os movimentos sociais e a compreensão das causas estruturais da pobreza são evidenciadas nos materiais de formação dos agentes Cáritas da década de 1990 que, além de serem amparados pelas Cartilhas elaboradas pela Cáritas Brasileira, contavam com formações locais e cartilhas próprias a partir da realidade de cada coletivo. Dentre os temas das leituras do ano de 1999 estavam a exploração sexual, o neoliberalismo, textos sobre gênero, a revolução brasileira, sobre a conjuntura política entre outros¹⁶⁴.

Nesse processo, tornou-se comum, a partir de 1995, a prática dos intercâmbios entre as sedes da Cáritas para formação de agentes e lideranças. Em 1996, a troca de experiências entre as comunidades participantes das ações dos PACs ganhou no *1º Encontro Diocesano dos Projetos Alternativos*¹⁶⁵, com a presença de 26 representantes de 15 comunidades de 5 paróquias; também aconteceu o *2º Encontro dos Projetos Alternativos* entre as dioceses de Limoeiro do Norte, Crato e Iguatu, contando com a presença de representantes das comunidades, equipe diocesana e Secretariado da Cáritas¹⁶⁶.

Iniciativas como estas foram primordiais para que as comunidades mantivessem um diálogo sobre as experiências vividas. O foco desse trabalho de interlocução era justamente que as pessoas, baseadas no objetivo da educação popular, aprendessem com os iguais as diversas

¹⁶³ Fruto do trabalho coletivo de cada comunidade e ao passar dos anos, conseguiu através de editais públicos e mediação da Cáritas e das associações de moradores a melhoria das estruturas e dos equipamentos.

¹⁶⁴ **Lista de algumas obras discutidas na formação de agentes da CDLN:** DIAS, Acácia Batista. A família como palco da violência sexual. Cadernos do CEAS, n. 170, 1997. / SCOTT, Joan. História das mulheres. In: A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992. / PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987. / SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

¹⁶⁵ O evento aconteceu entre os dias 26 e 28 de janeiro de 1996.

¹⁶⁶ Relatórios de atividades da CDLN – 1995/1996/1997.

maneiras de plantar, produzir, comercializar, tratar os produtos, conviver com a realidade, que as cercava.

Os intercâmbios promovidos pela CDLN estavam dentro do plano metodológico de ação da instituição durante os anos 1990. Esses momentos, em linhas gerais, foram desenhados para que as comunidades conseguissem refletir sobre o seu território, pensar as particularidades deles e percebessem as semelhanças entre os territórios. Um momento em que os camponeses aprendiam com outros camponeses e, sobretudo, um momento de esperança; por ser espaço de acreditar em novas experiências, conhecer um território, que convive com o semiárido.

Concomitante a esse trabalho, nas comunidades do nomeado Tabuleiro de Russas, a instituição participava da “organização e estruturação de uma entidade de representação dos envolvidos com a desapropriação¹⁶⁷ do Chapadão de Russas e Limoeiro para projeto de irrigação, envolvendo 156 associados diretamente e aproximadamente 900 pessoas indiretamente”¹⁶⁸.

Essa articulação inicial foi feita de forma colateral às violências sofridas pelos expulsos e desapropriados do território o que, apesar de conseguirem montar uma Comissão de resistência, e mantendo essa luta organizada, não foi necessariamente uma ação efetiva, já que parte dos camponeses tiveram suas comunidades destruídas e foram expulsos de suas casas sem ressarcimento.

O objetivo era garantir o direito a terra e à moradia daqueles que foram retirados de seus espaços para a implantação da primeira etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR). As comunidades mais atingidas foram às localizadas dentro do município de Russas, e dentre essas, a comunidade Lagoa dos Cavalos já estava sendo acompanhada pela Cáritas em uma atividade de *Convivência com o Semiárido*, a apicultura, desde 1995, com 20 famílias.

Essas atividades na região do Tabuleiro de Russas já sinalizavam a ação da Cáritas, que viria a ser predominante na década em questão, com projetos alternativos para a obtenção de renda. Os moradores da comunidade Lagoa dos Cavalos apontam que, em 1995, há a formalização da Associação comunitária Porfírio Nogueira da Costa, que demonstra a organização dos camponeses daquela comunidade.

A capacidade de organização local foi o passaporte da Comunidade para receber a intervenção da ONG Cáritas Brasileira. Para chegar à Lagoa dos Cavalos, a Entidade

¹⁶⁷ Desapropriação é o ato do Poder Público que, por necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, retira alguém de sua propriedade e a toma para si, mediante indenização.

¹⁶⁸ Relatório de Atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte de 1996.

realizou um processo seletivo entre comunidades rurais supostamente organizadas, com o objetivo de implantar um projeto-piloto de *Convivência com o Semiárido*¹⁶⁹.

Mais tarde, em 1999, o projeto de ovinocultura na comunidade também é financiado pela Cáritas e, nos anos 2000, acontece, também pela instituição, uma ampliação do projeto de apicultura financiado, originalmente em 1988, pela EMATERCE.

A identidade da CDLN nesse momento, conforme nós expomos, é definida sob outras marcações. A disputa de verbas, o contato direto com movimento sociais, a intensificação das ações formativas. São esses aspectos, que marcam o caráter identitário da instituição durante a década de 1990.

Elementos que “surgem” por meio das experiências dos agentes e dos camponeses pelo contato desses sujeitos com um contexto baseado na crescente do neoliberalismo mundial e nacional, a nível local evidenciado pela intensificação do agronegócio. Essa espiral está diretamente relacionada à outra feição que a Cáritas vai acionar nos anos 1990: a de mediadora e formadora.

Ao longo das nossas análises de fontes e pesquisa bibliográfica, assim como das experiências de campo, mapeamos parte dessas ações. Dado o avanço dos conflitos e maior intensificação de ações da Cáritas para resolução desses conflitos, no desenvolver dessa pesquisa, vamos nos ater a alguns recortes territoriais, melhores expostos no decorrer do nosso trabalho.

Desde já, apontamos que resolvemos trabalhar separadamente os anos 2000, por este apresentar uma marcação identitária diferente dos anos 1990, que também tem suas características específicas.

2.3 Educação e Articulação: A importância das formações para a autonomia camponesa e a composição da equipe de voluntários da CDLN (2000 – 2015)

Objetivo Geral:

Continuar sendo uma presença educativa e solidária no campo e na cidade no apoio às organizações e às iniciativas de convivência com o semi-árido para contribuir na elevação da qualidade de vida e conquistas da cidadania¹⁷⁰.

¹⁶⁹ ALVES, Maria Odete. Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 172.

¹⁷⁰ Relatório das atividades do período de janeiro a junho de 2000. Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Segundo o Relatório das atividades da Cáritas de 2000, os objetivos da instituição permaneciam ligados a conceitos construídos a partir da experiência dos agentes e dos camponeses nas décadas anteriores, sendo esses: educação, solidariedade, cidadania, qualidade de vida e *Convivência com o Semiárido*.

Como expomos no tópico anterior, as atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, nos anos seguintes, foram marcadas por este grande aprendizado construído, especialmente, durante a década de 1990.

Nos anos 2000, muitas das atividades desenvolvidas na década anterior continuaram sendo acompanhadas pela CDLN e outras conquistaram uma autonomia expressiva que, pela avaliação da instituição, “já podiam andar com suas próprias pernas”. Esse reconhecimento da autonomia camponesa possibilitou que a entidade estendesse suas ações para outras comunidades, que ainda não estavam no plano de ação até então.

Esse período tem marcações que formam o traço identitário da instituição, como: a intensificação das atividades de *Convivência com o Semiárido*, o grande número de colaboradores e voluntários, sobretudo oriundos das universidades públicas do Ceará e as mobilizações de ação direta.

O crescente no número de projetos da Cáritas de Limoeiro do Norte nos anos 80 e 90 como abordamos anteriormente, possibilitou que a instituição construísse um canal de comunicação e cooperação com diversos agentes e sujeitos, dentre eles movimentos sociais, ONGS nacionais e internacionais, associações, sindicatos, paróquias do Ceará e do Nordeste.

A composição dessa articulação foi responsável por formar uma rede de agentes que passaram a estar inseridos nos conflitos no território do Vale do Jaguaribe. Essa rede, além de fortalecer as ações técnicas e de resistência nas comunidades jaguaribanas, foi responsável por publicizar os atos, que vinham acontecendo na região e, portanto, aproximaram os olhares de outros agentes como os grupos de pesquisa universitários e os jornais, mais tarde.

Além da rede feita com sujeitos, muitas vezes externos ao território as ações da Cáritas no Baixo e Médio Jaguaribe permitiram que os camponeses se articulassem entre eles através dos intercâmbios produzidos pela instituição. Durante a ocorrência desses intercâmbios, muitas memórias estavam sendo acionadas, sejam elas individuais e/ou coletivas. Essas memórias, baseadas em experiências várias, fizeram parte de um processo de continuidade e de reconhecimento, tanto dos indivíduos como da própria Cáritas.

A instituição foi acionando, então, diversos elementos identitários, todos esses em relação ao outro. Seja o outro o camponês atendido ou o Estado em suas diversas figuras. Essa

identidade coletiva e, portanto, social não pode ser construída de forma estática e homogênea, “isenta de mudanças, de negociação, de transformação em função dos outros”¹⁷¹.

Assim sendo, os critérios para tal construção são variados e diferentes, dependendo das relações com os sujeitos. A da Cáritas com relação aos camponeses passava pelos fatores da aceitabilidade e da credibilidade, feitos eminentemente pela negociação entre estes. Esses indivíduos, além de agirem como o esperado pelo seu grupo, agiam de acordo com o contexto configurado em ações sociais¹⁷².

Essa articulação entre os camponeses de territórios diferentes do Vale do Jaguaribe, assim como com outros tantos agentes sociais que estavam presentes na região, acontecia ao mesmo tempo em que o território passava por um avanço expressivo do agronegócio, que proporcionava uma série de violências ao território e ao direito camponês.

Dentre as investidas do Estado citamos a construção da barragem do rio Figueiredo (finalizada em 2013), a implementação da segunda etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (iniciada em 2008 e inacabada até os dias atuais) e o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (implantado em 1988).

Durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a implantação dessas macroestruturas foram responsáveis por uma série de expropriações¹⁷³, expulsões, adoecimento, desrespeito às culturas e outras violências, que obrigaram os camponeses a seguirem por um dos caminhos da encruzilhada: a migração, a proletarianização ou a luta pelo direito à terra e à autonomia camponesa.

Como alternativa de luta e vida no semiárido, a Cáritas, desde o final dos anos 1990, baseava suas ações no suposto paradigma da *Convivência com o Semiárido* que vinha sendo um conceito de disputa entre o Estado, na figura do DNOCS, e alguns movimentos como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a qual fazia parte a Cáritas Brasileira. A adequação das linhas de ação da instituição ao novo foco demandou uma série de formações, reuniões e definições, que marcou as práticas internas e externas da Cáritas de Limoeiro.

Convivência com o Semiárido, Economia Solidária, Políticas públicas sempre permearam o processo de atuação no campo da Cáritas. Sempre teve. Então começa já nesse campo. Esses primeiros anos 2002, 2003, 2004, 2005 acho que até 2006 mais ou menos, a gente tinha na Cáritas um processo de formação intensa para os agentes. Até porque os agentes vinham de um histórico de formações que não contemplavam, assim... não tinha agroecologia, não tinha Convivência com o Semiárido, das

¹⁷¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992, p. 204.

¹⁷² GOFFMAN, Erving A Representação do Eu na Vida Cotidiana. 8ª ed, Trad. RAPOSO, M. C. Petrópolis; Editora Vozes, 1999.

¹⁷³ Confisco da terra sem o pagamento de indenizações.

formações que a gente vinha. Então, esses temas que era a Cáritas que animava e que puxava, ela trazia formações políticas e técnicas internamente para a rede dela no Ceará, pros agentes que faziam parte.¹⁷⁴

Segundo Anjerliana¹⁷⁵, agente da Cáritas Diocesana e conhecida por Jerli, desde o seu ingresso na instituição, em 2001, até 2006 a Cáritas Regional Ceará forneceu diversos cursos de formação para os agentes de todo o Estado sobre os temas, que englobavam a *Convivência com o Semiárido*.

Jerli se refere às ações como “sempre teve”, pois é justamente a partir de 2001, ano de sua entrada, que há essa mudança e foco nas formações voltadas para as linhas de ação da instituição. As formações, segundo ela, foram necessárias, porque os agentes das Cáritas não tinham acesso a informações sobre os temas relativos ao assunto geral da Convivência, assunto este que seria uma das linhas de ações da Cáritas Brasileira nesta década, e uns dos principais norteadores da ação da Cáritas de Limoeiro até os dias atuais.

Segundo o “Marco Referencial da Cáritas Brasileira – Políticas, prioridades e ações”, “para tratar a questão da dominação política, social e econômica no sertão – semiárido brasileiro, a Cáritas passou a trabalhar com a política de *Convivência com o Semiárido* e abandonou o discurso e a prática de combate à seca.”¹⁷⁶

Nos anos 2000 as linhas de ação da Cáritas de Limoeiro eram: a) *Convivência com o Semiárido* e projetos de geração de emprego e renda; b) Organização e articulação para o exercício da cidadania; e c) Organização e fortalecimento institucional¹⁷⁷. Nesses eixos existiam diversas atividades, que alcançavam comunidades do Baixo e Médio Jaguaribe.

Dentre as atividades existiam novos 22 projetos¹⁷⁸, assim como o acompanhamento de 58 comunidades em projetos sobre captação, armazenamento, tratamento e uso de água, manejo adequado de recuperação e preservação do solo, implementação de projetos alternativos, complementação de renda através de alternativas agroecológicas, contabilizando cerca de 7.654 famílias de 9 paróquias da Diocese¹⁷⁹. Todas essas atividades eram

¹⁷⁴ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. 27/01/2020.

¹⁷⁵ Nascida em 1974 (ano lembrado por ela como período de uma grande enchente na região do Vale do Jaguaribe), filha de agricultores, sendo o pai analfabeto e a mãe professora. Desde jovem organizava os grupos de jovens e esportes da comunidade em que nasceu. Graduada em Geografia pela FAFIDAM e atual coordenadora da Cáritas de Limoeiro. É agente da instituição desde 2001.

¹⁷⁶ CÁRITAS BRASILEIRA, Marco Referencial da Cáritas Brasileira – Políticas, prioridades e ações. Distrito Federal, 2008, p. 11.

¹⁷⁷ Relatório das atividades do período de janeiro à junho de 2000. Cáritas de Limoeiro do Norte, agosto de 2000.

¹⁷⁸ Apicultura, artesanato em búzios, beneficiamento do caju, caprinocultura, equipamentos de trator, melhoramento agrícola, ovinocultura, oficina escola, panificadora, pequena irrigação, piscicultura e construção de galpão.

¹⁷⁹ Relatório de resultados referentes ao plano trienal 1997-1999. Cáritas de Limoeiro do Norte, 04 de janeiro de 2001.

desempenhadas pela equipe técnica, que até os anos 2000 contava com apenas 5 pessoas. Como podemos analisar na tabela a seguir:

Tabela 1 - Equipe técnica da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte em 2000.

Nome	Campo de atuação	Grau de formação	Especialização
Maria de Fátima Moreira	Capacitação e Formação	Médio	Pedagógico/ Técnico agrícola
Antônio José de Sousa Santiago	Orientador pedagógico	Superior (cursando)	Pedagógico
Maria Santa da Silva	Projetos alternativos e Secretaria	Médio	Pedagógico
Francisco Valbernan Rabêlo Freire	Capacitação, Formação e Assistência técnica aos projetos	Superior	Técnico em Agropecuária
Marcondes Rodrigues de Oliveira	Administração	Médio	Administração e gerenciamento.

Fonte: Elaborado a partir de Relatório das atividades do período de janeiro à junho de 2000. Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

A Cáritas de Limoeiro, fazendo um paralelo das ações empreendidas com o quadro de equipe técnica disponível para realizar essas ações, acumulou muitas demandas de trabalho, que acabaram extrapolando as condições operacionais da instituição, que contava com um número reduzido de agentes.

Para dar conta da demanda dos territórios atendidos a instituição dedicou tempo e foco nas atividades de formação de agentes e também das comunidades, o que levou ao fortalecimento dos processos participativos de gestão dos territórios e agregou muitos agentes voluntários que eram moradores das próprias comunidades onde a instituição atuava¹⁸⁰.

Um desses exemplos é a Osarina¹⁸¹, filha do seu Mazinho e da D. Osarina, ambos agricultores, nascida em Passagem de Russas, e moradora do sítio Junco desde os 4 anos de idade. A experiência de vida que ela rememora está toda situada nesse território e suas relações de solidariedade e vivência em contato com as comunidades perto dali.

Relatório das atividades do período de janeiro à junho de 2000. Cáritas de Limoeiro do Norte, agosto de 2000.

¹⁸⁰ Plano de ações trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social – CDLN – outubro de 2006 a setembro de 2009.

¹⁸¹ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Osarina da Silva Lima. Comunidade Sítio Junco, Russas, Ceará. 29 de janeiro de 2020.

Em sua narrativa, Osarina nos conta o que passou nos períodos de seca, o que sua família plantava; nos fala do seu processo de alfabetização, iniciado na casa da tia Marli e continuado com a tia Lucimar. Com a ajuda do pioneirismo organizacional da Lagoa dos Cavalos¹⁸², monta um grupo de jovens com os amigos, que tinha como objetivo aproximar e envolver esse público em algum objetivo comum seja na organização de quadrilhas juninas, estudos, entre outros.

Passamos um pouco pelas memórias de Osarina para chegar ao ponto em que ela aponta que sua primeira experiência de trabalho foi como apicultora no início dos anos 2000. Essa ação, incentivada pela Cáritas na região do Tabuleiro de Russas, desde 1995, é uma das atividades presentes no contexto da *Convivência com o Semiárido*, cada vez mais forte nos discursos e nas práticas da CDLN.

Ainda em atividade com os grupos produtivos, Osarina foi chamada pela Cáritas para fazer parte do quadro de agentes, ficando responsável pela assessoria das famílias que recebiam as cisternas do “Programa Cisternas”, com o dever de capacitá-las sobre o gerenciamento da água das cisternas entre os anos de 2005 e 2009. Logo depois, em 2010, recebeu um novo convite da instituição para trabalhar com os catadores de material reciclável na cidade de Limoeiro do Norte.

A experiência de vida da Osarina nos mostra como parte dos agentes Cáritas se envolvem com a entidade. O primeiro contato se dá pelas atividades de Convivência que, além de habilitar os agricultores em uma atividade prática, os capacitam com uma formação social e contextualizada do mundo e dos usos de seus saberes.

Parte desses agentes passam a fazer parte temporariamente do pessoal contratado da Cáritas, sobretudo nas atividades de acompanhamento das comunidades. Em um determinado momento, por corte de verbas ou fim dos prazos dos projetos, esses agentes são desvinculados, mas grande parte deles permanecem sendo agentes voluntários da instituição, como é o caso da Osarina.

Além das experiências com a Cáritas, ela foi uma das organizadoras da Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas, um importante mecanismo de luta e resistência feito por camponeses e outros agentes da região contra as ações do DNOCS. Ela destaca que os processos formativos da Cáritas, os quais ela participou foram fundamentais para o seu desenvolvimento profissional, pessoal e entendimento de mundo:

¹⁸² Cf. tópico 3.2 desta dissertação.

[...] é porque minha formação, na verdade, foi na comunidade, assim... com todo o processo que eu recebi de formação, não precisou uma faculdade para me dizer, para mim poder falar, por exemplo, sobre agrofloresta, pra eu falar sobre meio ambiente, pra eu falar sobre os cuidados, né? Então é... para mim foi, digamos, foi a minha faculdade.¹⁸³

As formações possibilitavam um momento de troca, entre agentes e moradores das comunidades. Os agentes falavam sobre suas experiências de leituras e contatos com outros territórios, que os formavam nos temas propostos pelas capacitações, como é o caso do meio ambiente, agroecologia e agroflorestal.

Os moradores conversavam sobre os seus modos de fazer, de plantar, de colher e assim, agentes e moradores experienciavam uma formação baseada na participação, no diálogo, na realidade de cada comunidade e na atualidade dos temas. Osarina é um desses casos, mas não a única. No decorrer deste texto trabalharemos com outros sujeitos para discorrermos sobre suas práticas.

Esse contato com diferentes agentes foi essencial para o enriquecimento da Cáritas enquanto instituição constituída por experiências múltiplas e formadoras de uma identidade coletiva. A pequena quantidade de agentes contratados, ainda, que dificultasse as ações da instituição, era contrabalançada com os inúmeros agentes voluntários necessários para a execução das atividades de Convivência.

Dentre as atividades da instituição, as atividades de formação, que ficaram mais evidentes, sobretudo a partir de 2003, foram as formações de lideranças – ação planejada pela Cáritas com o financiamento das ONGs alemãs Misereor ihr Hilfswerk e Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V.¹⁸⁴(KZE) – e as formações advindas do Programa de Formação e Mobilização Social para a *Convivência com o Semiárido*: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) – programa do Governo Federal que implantava cisternas de placa nas comunidades além de garantir um ciclo de formações sobre temas como segurança hídrica e uso responsável da água –, onde a Cáritas de Limoeiro foi a executora do programa entre 2003 e 2007, em Potiretama e Russas.

A formação de lideranças mesclava as atividades de Convivência e intentos de ação direta. Entre 2006 e 2009, a CDLN promoveu essas atividades em pelos menos 5 comunidades

¹⁸³ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Osarina da Silva Lima. Comunidade Sítio Junco, Russas, Ceará. 29 de janeiro de 2020.

¹⁸⁴ Traduções livres: Misereor ihr Hilfswerk (Organização de ajuda comunitária) e KZE (Agência Central Católica de Ajuda ao Desenvolvimento).

e 1 assentamento rural¹⁸⁵. Essa ação se dividia em 03 objetivos¹⁸⁶. O primeiro era baseado na capacitação de lideranças num processo de gestão associativa que tinha atividades múltiplas, como: a) palestras sobre associativismo, reforma agrária e movimentos sociais; b) mapeamento das áreas; c) gestão participativa dos recursos hídricos; d) oficinas de planificação, capacitação financeira, relações sociais igualitárias e etc.

No segundo momento, o objetivo era: a implementação de medidas de preservação ambiental e de corpos hídricos, baseado na promoção de campanhas de mobilização e mutirões sobre a questão ambiental; oficinas de sensibilização para a gestão e preservação das tecnologias sociais implementadas; discussão e implementação de experiência de captação de água.

Por fim, a inserção na luta por Reforma Agrária, através da constituição de uma equipe de mobilização para a reivindicação da terra; visitas de mobilização das famílias para o Seminário sobre Reforma Agrária e Recursos hídricos; participação das reuniões da Comissão Municipal pela Vida no Semiárido e do Fórum Regional pela Vida no Semiárido; mapeamento e implantação de áreas agricultáveis para alternativas agroecológicas; Caravanas de troca de experiências entre os agricultores juntos as experiências de agroecologia de referências.

Fruto dessa ação de formação de lideranças na comunidade de Caatingueirinha – Potiretama/CE, é Antônia das Graças, mais conhecida em sua comunidade como Gracinha. Ela conta um pouco de sua trajetória pessoal, que por diversos momentos se cruza com a trajetória da Cáritas de Limoeiro. Seja no processo de descobertas individuais, como no contato com novos mundos e, portanto, novas possibilidades.

Através da narrativa de Gracinha, que viria a se tornar presidente da Associação de Moradores de Caatingueirinha, percebemos o impacto da instituição nas comunidades; que une um processo de reconhecimento e pertencimento dos camponeses junto à entidade.

Gracinha: Eu me dediquei a vida inteira a cuidar do meu filho. Mais ou menos em 2000, [...] você quer saber, meus filhos já estão grandinhos, agora eu vou me libertar, aí fui pra Potiretama e comecei a estudar de novo. Aí fui, lá vem a cisterna em 2004, a primeira cisterna de 16 mil litros, aí a Cáritas Diocesana que acompanhava, aí eu comecei a participar dos cursos de formação, aí precisava em cada comunidade ter pessoas na comissão[...] O pessoal da comunidade que escolhia a pessoa pra fazer parte da comissão. Aí me escolheram para fazer parte. [...] Isso toda semana tinha uma capacitação...

Entrevistador: Dada pela Cáritas?

¹⁸⁵ Baixinha, Barro Vermelho, Bom Futuro, Baracha, Caatingueirinha e Assentamento Riacho Seco.

¹⁸⁶ Plano de ações trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social – CDLN – outubro de 2006 a setembro de 2009.

Gracinha: Dada pela Cáritas, acompanhada pela Cáritas. Aí comecei a me envolver e em 2005 a gente teve a necessidade de fundar a associação da comunidade. [...] Devido os cursos, começou a abrir nossa mente, “porque que nós somos ligados a associação de outra comunidade? Porque que nós não funda a nossa associação?” [...] A Cáritas em 2007 começou a chegar aqui com formações. Primeiro curso de formação de lideranças, que foi dois anos e meio, aí eu participei. Então através desses cursos aí eu fui começando a falar, ter mais uma coragem. [...] Eu era insegura. [...] Com cada formação a gente vai abrindo mais a mente, reconhecendo que a gente é capaz, vai pegando esclarecimento. Porque as vezes você não vai falar lá na frente de uma coisa que você não entende muito o que é. [...] A Cáritas foi a instituição que confiou na gente!¹⁸⁷

O processo formativo desempenhado pela Cáritas de Limoeiro o qual Osarina e Gracinha participaram, cada uma em sua comunidade, é visto pelas duas mulheres como um marco importante para a vida delas no que tange a educação, autonomia, coragem, e também, para que ambas assumissem lugares de poder dentro de suas comunidades. Ambas tiveram processos autônomos diferentes, porém as duas se tornaram agentes voluntárias da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Ao entrevistar essas duas mulheres, Osarina e Gracinha, percebemos na performance¹⁸⁸ de seus corpos, uma teatralidade para além dos transcritos da entrevista, ao passo que transfigurava a nossa imaginação a lugares fora dali. Observando-as é perceptível a mudança pela qual passaram e apontam em suas falas ainda que não as conhecêssemos antes desse processo.

O vocabulário claramente comum a conceitos utilizados pela Cáritas, assim como também por associações e sindicatos. Termos técnicos, leis, programas sociais, direitos, tudo na ponta da língua, com a clareza que só a experiência de vida pode trazer. Mais do que estudados, aqueles conceitos foram experienciados.

O processo de ação da Cáritas, entre muitos objetivos, preza pela autonomia. Tanto tenta se fundamentar por ela, com objetiva alcançá-la. Autonomia frente ao agronegócio e frente à própria instituição. Não é do desejo da CDLN que os camponeses atendidos se tornem dependentes das práticas dela, se assim fosse, estaria caracterizada como uma ação assistencialista.

A perspectiva do protagonismo dos/as excluídos/as caracteriza-se por uma construção da compreensão da realidade a “partir de baixo”, das pessoas rejeitadas, dominadas e/ou exploradas socialmente. Para Jesus, os/as excluídos/as da época são “a pedra

¹⁸⁷ Entrevista de história de vida com Antônia das Graças de Moura Oliveira. Entrevistadores: Mário Martins e Isabele Farias. Sítio Caatinguerinha, Potiretama/CE. Dezembro de 2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC, 2015, p. 15.

¹⁸⁸ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. Trans. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo, 2000.

rejeitada que tornou-se a pedra angular”. Descartados pelo mercado capitalista, tornam-se referência ética, lugar de gestação de novas relações de vida solidária. E é por isso que eles estão no centro da história. Como resultado da injustiça social, trazem, no seu interior, um potencial transformador. **O objetivo é alcançar a autonomia e soberania popular, resgatando, revitalizando o trabalho de base, favorecendo seu envolvimento na organização e participação na luta como agentes da própria transformação.**¹⁸⁹ [grifo nosso]

A ideia de autonomia para a Cáritas está atrelada à centralidade que os excluídos devem ter nas ações da Igreja, ações essas que devem fazer com que cada sujeito seja “centro da história” e “agentes da própria transformação”. Um discurso baseado nas definições dos Concílios e Conferências na Igreja Católica, como já vimos, mas também de um cenário que se formava no início dos anos 2000. Uma disputa em torno do conceito de autonomia, ou sua remodelagem, o empoderamento.

Algumas instituições como o Banco Mundial (BM), se apropriaram desse entendimento de autonomia/empoderamento e construíram outra narrativa sobre o tema. Em 2002, o BM lançou um livro chamado *Empoderamento e Redução da Pobreza: uma coletânea* que norteavam as diretrizes da instituição e reunia os pensamentos e práticas desse “empoderamento”.

Porém, a lógica do BM, reforçava uma ideia de que os indivíduos e os grupos tinham, por si só, a capacidade de fazerem escolhas, “de modo a transformá-las em ações e resultados almejados.” Essa perspectiva despolitizava e subjetivava as relações sociais de produção capitalista na medida em que a “escolha” aparecia desvinculada de alternativas reais e a “oportunidade” não era condizente a estrutura socioeconômica de produção¹⁹⁰. Dessa forma, “o indivíduo é autorresponsabilizado pelas suas situações e, considerando o poder do “autopoder”, é responsabilizado pelas respostas às suas necessidades, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital”¹⁹¹.

Para a Cáritas, esse “empoderamento” acontecia de outra forma. Além dos sujeitos terem acesso à educação, formação e experiências múltiplas, todas elas eram feitas evidenciando que os moradores das comunidades precisavam conhecer os seus direitos para que pudessem cobrar das autoridades.

¹⁸⁹ CÁRITAS BRASILEIRA. Política de formação para a prática da solidariedade / organizador Telmo Adams. – Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006, p. 44.

¹⁹⁰ CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico. In: MONTAÑO, Carlos. O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do " Terceiro Setor". Cortez Editora, 2015, p. 147 -148.

¹⁹¹ MONTAÑO, Carlos. O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do " Terceiro Setor". Cortez Editora, 2015, p. 101.

O processo da Cáritas é baseado na formação para que os atendidos tenham uma autonomia política, social e de produção, e que a partir disso possam se posicionar para a garantia tanto dos direitos já vigentes, como para a conquista de novos direitos. A mobilização é um dos pontos fundantes da formação para a autonomia. Ou seja, a autonomia que perpassa os objetivos de ação da CDLN é baseada na autonomia política, social e, sobretudo, camponesa.

Para Castoriadis¹⁹² a autonomia é criada a partir de um paradoxo, pois à medida que os sujeitos querem determinar e legislar a partir de si a própria vida, claramente se opondo a “heteronominia”¹⁹³, - ou seja, a lei do outro - também precisam da educação para serem autônomos - que não necessariamente acontece de forma individual e autônoma.

“[...] pois o que visamos através da educação é a autonomia do indivíduo – e essa autonomia tem condições estabelecidas historicamente, tanto na história do indivíduo, quanto naquela coletividade onde ele vive -, dizemos que é preciso educar o indivíduo para que ele seja autônomo. Dizemos, portanto, algo tão paradoxal quanto: é preciso dar-lhe o hábito da liberdade, o hábito do não hábito. Ou então: levá-lo a ser quase que automaticamente autônomo. Antinomia intratável para a lógica corrente e para a concepção herdada de liberdade¹⁹⁴.

A autonomia para Castoriadis, além de estar atrelada à educação também deve ser entendida e buscada para todos os membros da sociedade, pois é só a partir da autonomia coletiva que os sujeitos são verdadeiramente livres e autônomos, e assim sendo, “o discurso deve tomar o lugar do discurso do outro, de um discurso estranho”¹⁹⁵, que fala pelos sujeitos.

A autonomia camponesa, por sua vez, além de ser possível de ser pensada na relação com os escritos de Castoriadis, têm suas particularidades. Para Jalcione Almeida:

Essa autonomia camponesa, que se liga estreitamente ao trabalho, apresenta três dimensões essenciais: I) a busca, por parte do trabalhador-agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, esta sendo aqui entendida no seu sentido mais amplo, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção; II) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e III) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa em última instância restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência que é o domínio do tempo¹⁹⁶.

¹⁹² CASTORIADIS, C. **Sujeito e Verdade no Mundo Social e Histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁹³ CASTORIADIS, 1991, p. 123

¹⁹⁴ Id., 2007, p.178

¹⁹⁵ Id., 2010, p. 124.

¹⁹⁶ ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999, p. 13.

Essas dimensões – estrutura de produção, terra, trabalho e domínio do tempo – permitem que os camponeses tenham autonomia de sua produção, baseando-se em suas experiências e conhecimentos. O tempo para o camponês é entendido como único, uma junção entre trabalho e vida, que permitem que esse sujeito tenha autonomia da hora, que vai trabalhar ou não, assim como do tempo de plantar, colher e vender.

As ações da Cáritas de Limoeiro na região jaguaribana permitiram, de certa forma, a ampliação dessa autonomia camponesa, fundadora de um “novo campesinato¹⁹⁷”, que está atrelada a uma série de lutas sociais e formações. Essa ampliação não permitiu a independência dos camponeses em relação ao mercado – ainda que a CDLN tenha projetos com essa intenção – e não rompeu as relações de exploração vigentes no contexto agrário. No entanto, com suas formações e com os processos de luta aos quais esteve junto aos camponeses, a CDLN conseguiu agregar novas visões sobre autonomia.

Uma delas foi a partir das formações, que fizeram os camponeses compreenderem que as dificuldades pelas quais passam não é causada pela natureza, ou pela vontade de Deus, mas pela ação do capitalismo em seus níveis local e global, e que esse capital vem tentando sufocar os modos de vida camponeses.

Para resistir a essas adversidades, os camponeses passaram a entender que é preciso unir forças e construir articulações para lutar contra políticas públicas que ameacem a agricultura camponesa. Além dessas dimensões, a formação para que o camponês como portador de uma identidade própria, se perceba como sujeito ativo socialmente e, portanto, que não precisam ser representados por entidades, que se sensibilizem com o seu sofrimento, mas de formar seus próprios movimentos e organizações a partir de lideranças comunitárias próprias. Por fim, o respeito à diversidade – ética, religiosa e de gênero – e da igualdade de participação entre esses sujeitos¹⁹⁸.

Os projetos formativos da CDLN, sobretudo o “Formação de lideranças”, são baseados nesses objetivos, que vêm parametrizando essa nova tendência de um campesinato autônomo, gestado, principalmente, pelos movimentos sociais do campo. Os moradores

¹⁹⁷ Para CAMPOS, 2006, p. 151: esse “novo campesinato que se caracteriza fundamentalmente pela busca da autonomia, entendida literalmente como “faculdade de se governar por vontade própria”(LAROUSSE CULTURA, 1992, P. 107).

¹⁹⁸ CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo—uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Revista Lutas & Resistências**, n. 1, p. 146-162, 2006, p. 151 – 152.

recebem formações sobre igualdade de gênero, meio ambiente, assim como estão em contato, através dos intercâmbios, com grupos diversos de camponeses de outras regiões¹⁹⁹.

Percebemos os frutos dessas formações, quando vemos o número de mulheres inseridas nos processos de luta da região, como é o caso de Osarina e Gracinha, cada uma delas líder comunitária em seu território. Também com o número de associações abertas ou reformuladas na região atendida, por exemplo em Potiretama, que depois do curso de Formação de Lideranças, observou os moradores organizarem novamente as associações do Assentamento Riacho Seco, Baixinha, Bom Futuro e Caatingueirinha.

A nível Cáritas, a partir de 2008, essas formações eram destinadas a quatro grupos temáticos diferentes: básica, temática, gestores e formadores. Eram oferecidas a todos os agentes das Cáritas Brasileira, regionais e Diocesanas, onde as reuniões nacionais aconteciam em encontros anuais e as ações regionais e diocesanas tinham uma maior frequência.

As formações para os novos agentes Cáritas tinham o objetivo de apresentar a identidade e a missão da instituição. Nessas reuniões os agentes trocavam experiências sobre a Mística e a Espiritualidade, ações em rede, Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) e análise de conjuntura. Aos gestores existiam informações específicas que os formavam em gestão compartilhada e redes, mobilização e gestão de recursos e legislação²⁰⁰.

As formações temáticas, destinadas a todos os agentes Cáritas, tinham o objetivo de formar os agentes em diversas áreas para que eles tivessem um conhecimento vasto sobre o mundo e pudessem atender melhor as comunidades, onde estavam inseridos. Dentre os temas estavam: desenvolvimento solidário e sustentável, território, economia popular solidária, mobilização social, políticas públicas, diálogo inter-religioso e intercultural, sustentabilidade e direitos humanos²⁰¹.

Os cursos daqueles que iriam ser formadores nos territórios de atuação seguiam as linhas de estudo sobre democracia, participação social, desenvolvimento sustentável, mobilização social em rede, cidadania e direitos humanos, educação popular e metodologia de pesquisa²⁰². Cada regional tinha o dever de aprofundar os temas, que fossem mais condizentes com suas ações nos territórios, que atendiam.

¹⁹⁹ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Deimy Moura dos Santos. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020.

²⁰⁰ CÁRITAS BRASILEIRA, 2008

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Ibid.

O quadro de agentes da Cáritas nos anos 2000 tornou-se plural e contando com agentes diversos, tais como: agente contratados, agentes voluntários das comunidades, professores universitários. Mais à frente, entre 2010 e 2015, o número de estudantes e professores da Universidade Federal do Ceará, do Instituto Federal do Ceará e da FAFIDAM, que se somavam às causas dos territórios foi aumentando consideravelmente e esse foi um dos marcadores da ação desde o início dos anos 2000 até hoje na Cáritas de Limoeiro, responsável por construir diversas articulações entre os territórios e organismos da sociedade civil em geral.

Uma dessas articulações construída entre a Cáritas e outros agentes naquele território foi o Movimento 21²⁰³ (M21), que atuava, principalmente no Baixo Jaguaribe. Segundo Bernadete Freitas, umas das participantes desse grupo:

O M21 é uma articulação que resulta de uma coesão ética e política das lutas atuais do Baixo Jaguaribe, culminada com o avanço das pesquisas acadêmicas e das lutas contra a concentração e grilagem de terras; os problemas relacionados ao uso de agrotóxico. A precarização das relações de trabalho nas empresas do agronegócio, dentre outros. Desse modo, o M21 é fruto da articulação das lutas dos sujeitos sociais e políticos em defesa dos direitos, sendo que tais lutas são alimentadas pelo conhecimento produzido através da academia que, por sua vez, é também estimulado pelas lutas camponesas²⁰⁴.

O M21 foi criado por esses diferentes atores sociais depois das violências e retiradas de direitos dos que viviam no território do Baixo Jaguaribe e principalmente após a morte do agricultor e ativista Zé Maria do Tomé que, em 21 de abril de 2010, foi alvejado por mais de 25 tiros a caminho de casa, no mesmo período em que resistia à pulverização aérea de agrotóxicos no Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi (PIJA)²⁰⁵.

A figura desse camponês assassinado viria a nomear em 2014 a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no PIJA, o Acampamento Zé Maria do Tomé. A Cáritas propôs a ocupação do território e trabalhando lado a lado com o MST, participou da mobilização, articulação e organização para o acampamento, além de estar presente em todos os atos de resistência e ocupação do território, seja em missas, em vigílias e resistência às invasões sob pedido de reintegração de posse.

Além do M21, a grande inserção e aproximação de professores dos institutos e universidades federais deram um novo rosto à instituição de forma geral. O núcleo Trabalho,

²⁰³ O nome do movimento é uma homenagem à memória do Zé Maria do Tomé que foi assassinado no dia 21 de abril de 2010.

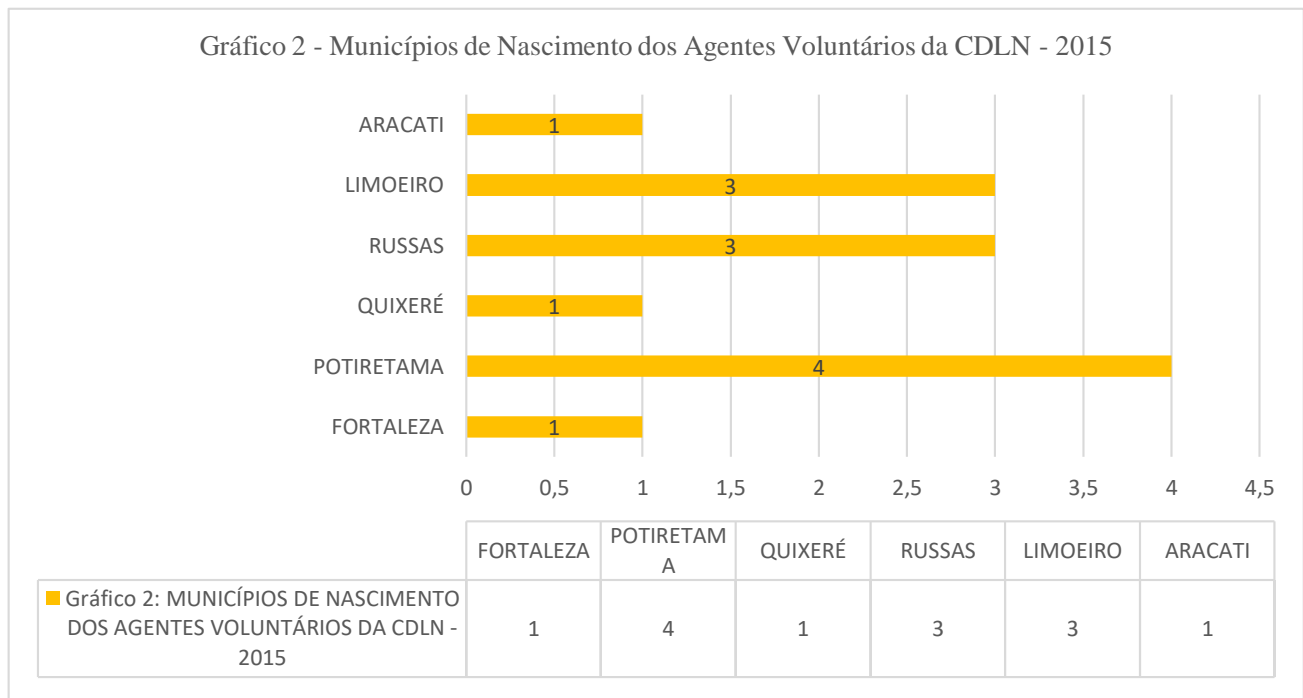
²⁰⁴ FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 259.

²⁰⁵ POVO, o. Linha do tempo do caso Zé Maria de Tomé. O Povo. Fortaleza, 22 de fevereiro de 2017. Notícias.

Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS) da Universidade Federal do Ceará (UFC) fez um excelente trabalho nas comunidades do Baixo Jaguaribe afetadas pelo uso de agrotóxicos e construções de grande porte hídrico, de 2007 a 2010, resultando no “Almanaque do Baixo Jaguaribe” ou “TRAMAS para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade” (2012).

A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), principalmente com o apoio dos professores Bernadete Freitas, Sandra Gadelha, Ernandi Mendes e Hidelbrando Soares. O Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais/UFC (COMTER) com um trabalho nas comunidades atingidas pela segunda etapa perímetro de irrigação de Tabuleiro de Russas e com uma iniciativa de preservação e reconhecimento dos patrimônios das comunidades de Potiretama, dos anos de 2014 até a atualidade, de onde floresceram documentários, cartilhas, entrevistas, museu comunitário, oficinas e esta dissertação.

Em 2015, um levantamento feito pela CDLN com 15 agentes voluntários na região do Vale do Jaguaribe, nos permite mapear o perfil dos voluntários da instituição²⁰⁶. Alguns dados obtidos estão expostos nos gráficos a seguir:

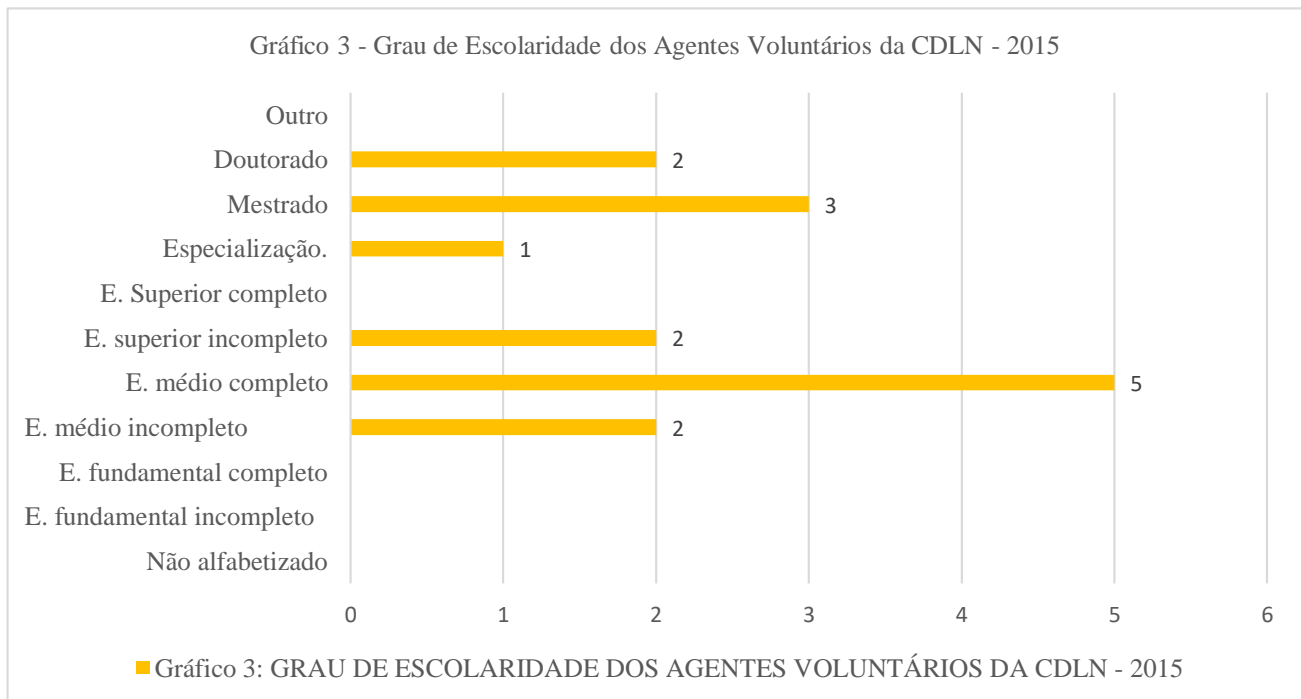


Fonte: Elaborado a partir de CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Programa de Voluntariado. Pesquisa 2015. Outubro de 2015

²⁰⁶ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Programa de Voluntariado. Pesquisa 2015. Outubro de 2015.

Ao analisarmos o gráfico percebemos que, em 2015, o número de voluntários nascidos na região do Vale do Jaguaribe era de aproximadamente 93% dos agentes, caracterizando o traço de pessoas, que se tornavam voluntárias a partir da ação da instituição nas comunidades. Dessas, 60% moravam na zona rural, local de maior atuação da CDLN, e 40% eram professores, estagiário e/ou padres, esses últimos com residência nas casas paroquiais de sua diocese. Ou seja, o público de agentes agregados na instituição é de maior parte proveniente da ação da CDLN nas comunidades.

Quando analisamos o grau de escolaridade desses agentes, observamos, que também há a divisão clara desses dois perfis de agentes voluntários: os provenientes dos territórios atendidos e os que se aproximaram por interesse pelas causas e pela luta no território.



Fonte: Elaborado a partir de CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Programa de Voluntariado. Pesquisa 2015. Outubro de 2015

Analisando o gráfico 3 e as fichas do “Programa de Voluntariado – pesquisa 2015”, oito dos nove os voluntários com escolaridade entre “Ensino fundamental completo” e “Ensino Superior incompleto” são das comunidades atendidas. Os agentes que estão entre “Especialização” e “Doutorado” são 4 professores, com pesquisas nas áreas de História e Geografia, e 2 padres, com pesquisas nas áreas de Educação e Teologia da Práxis.

Os professores prestam assessoria à CDLN em forma de formações, capacitações e projetos advindos das universidades. Essas ações são destinadas tanto aos agentes da CDLN

como aos moradores das comunidades. Exemplo dessa ação foi o trabalho do COMTER na região de Potiretama com formações e projetos na área de patrimônio com a participação, sobretudo, dos jovens das comunidades. Já os agentes voluntários advindos das comunidades fazem trabalhos diversos como mobilização na comunidade para as atividades da Cáritas, tesouraria, levantamentos de dados das comunidades para a construção de futuros projetos e acompanhamento de projetos instalados nas comunidades.²⁰⁷

A partir da segunda década dos anos 2000, o número de agentes voluntários advindos de universidades públicas e institutos federais começou a ser expressivo na região. Junto com as ações de voluntariado, também a crescente na produção acadêmica sobre os conflitos na região, aos quais eu destaco os trabalhos: duas cartilhas produzidas a partir das experiências e memórias dos sujeitos das comunidades - História, memória e conflitos territoriais no Ceará comunidades do Tabuleiro de Russas (2019); “Almanaque do Baixo Jaguaribe” ou “TRAMAS para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade” (2012); além das dissertações, teses e artigos, que citamos no decorrer dessa dissertação.

O processo de formação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte é vasto e múltiplo. Incorpora características dos objetivos da Cáritas Brasileira, das agências financiadoras, das políticas públicas, mas, sobretudo, baseia o processo no diálogo horizontal com os camponeses, sempre ouvindo e propondo demandas que atendam às necessidades e reivindicações de cada território.

O marco identitário da CDLN durante os anos 2000 é o processo formativo de agentes e das comunidades a partir, principalmente, do foco da instituição na construção do paradigma da *Convivência com o Semiárido*.

Para entendermos melhor as atividades de Convivência, iremos no capítulo seguinte nos debruçar sobre a análise, problematização e construção de narrativa sobre a *Convivência com o Semiárido*, em particular com duas experiências no Vale do Jaguaribe: um na região do Baixo Jaguaribe, o caso de Lagoa dos Cavalos; outra no Médio Jaguaribe, na comunidade de Caatingueirinha.

²⁰⁷ Dados com base nas seguintes fontes orais:

MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Antônia das Graças Moura de Oliveira. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020.

MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Antônio Deimy Moura dos Santos. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020.

MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Osarina da Silva Lima. Sítio Junco, Russas/CE. 29/01/2020.

3 CONVIVER PARA (R)EXISTIR: AS ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

3.1 Sertão, semiárido, combate e convivência

Os imaginários construídos em torno do sertão, sobretudo o nordestino, abrem o nosso debate deste capítulo. O sertão e o semiárido são conceitos e espaços em disputa, que mudam, se reorientam, incluem, excluem e se movem, pois, construídos por disputas de poder, simbólicas e geográficas.

Para Robert Moraes “na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferentes lugares.”²⁰⁸ Esse sertão teve sua imagem construída e associada, principalmente a valores culturais, geralmente negativos. Um sertão criado a partir do outro, da comparação, e sua identidade espacial foi criada a partir da contraposição entre sertão e litoral em uma disputa geopolítica, que envolveu vários sujeitos ao longo da história.

O conceito de sertão vai ser acionado ao longo da história de diversas maneiras. Já no período colonial, durante o século XIV, era denominado como tudo aquilo, que estava longe de Lisboa. No século XV como espaços vastos, recém habitados no interior dos territórios conquistados pelos portugueses. Onde mesmo com a presença dos europeus realizando as práticas de escambo, o território ainda se configurava sob a economia e a cultura dos povos nativos, o que vinha a mudar mais tarde com as plantações de cana de açúcar, que criaram novas paisagens. Adiante, a ideia de espaços no interior permaneceu, mas com uma adjeção, locais pouco ou nada conhecidos²⁰⁹.

Essa imagem estava sendo construída desde os portugueses para designar espaços os quais tinham pouca informação ou controle. É um conceito criado a partir do litoral, desde o “não-sertão”²¹⁰. Em 1453, o primeiro registro da palavra “sertão” grafada na língua portuguesa apareceu em um escrito sobre as conquistas de terras africanas no manuscrito gótico *Crônica da Guiné*, que se referiam a esse sertão como um local “afastado do mar”. Em 1546, o donatário Duarte Coelho em carta ao rei D. João III se refere ao sertão como “terras longínquas”²¹¹.

²⁰⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4-5, 2003, p. 2.

²⁰⁹ AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995. FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. Sertão: fronteira do medo. Editora UFPE, 2015.

²¹⁰ AMADO, 2015.

²¹¹ FERRAZ E BARBOSA, op.cit.

Com a expulsão dos nativos da faixa próxima à praia, na medida em que os portugueses, sobretudo no século XVII por conta do gado e do ouro, integravam o espaço sertanejo à espaço de colonização e tinham a necessidade de controlar e explorar diferentes grupos indígenas, eles criaram mecanismos, que aprofundaram as rivalidades e vinganças entre os povos nativos²¹². Construindo ali um território, que para eles, era um território hostil e selvagem, onde existiam os “terrores da viagem ao sertão”²¹³, diferente do litoral.

O sertão era o refúgio dos indígenas que foram expulsos de suas terras no litoral. Lá montaram suas roças e organizaram suas tribos, porém, com a entrada dos portugueses no território brasileiro, esses povos foram também atraídos ao litoral e vendidos²¹⁴. Ainda que Capistrano aponte que os primeiros habitantes do sertão tenham sido escravos²¹⁵, é inegável que esse território se valeu inicialmente da ocupação e das práticas indígenas.

De acordo com Thiago Santos²¹⁶, esse sertão foi construído a partir de uma noção de “espaço-outro”, que se referia aos “espaços vazios” no interior do Brasil a serem desbravados pelos colonizadores e que, no século XIX, passou a ser designado como a parte de clima semiárido nacional.

Esse dualismo entre sertão e litoral é observado por Nísia Trindade²¹⁷ como uma coexistência conflituosa entre o tradicional e o moderno, o atraso e o avanço. O sertão como o local da barbárie e o litoral o lugar da civilização. Uma clara divisão socioeconômica da paisagem, onde o sertão era hostil e sem atividades econômicas, enquanto o litoral era o foco da exploração e, portanto, da riqueza colonial europeia.

A criação da percepção deste “outro” sempre buscou originar termos e classificações para se diferenciar baseados nas relações de poder. Segundo Howard Becker as pessoas que detêm o poder - no caso de nossa pesquisa os colonizadores e mais tarde os estados brasileiros mais “desenvolvidos” – intitulam as coisas da forma que querem, e as outras pessoas devem se adaptar e aceitar isso, ainda que criem suas próprias formas de dizer confidencialmente, “mas aceitando aquilo de que não podem escapar”²¹⁸.

²¹² FERRAZ E BARBOSA, 2015.

²¹³ ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 137.

²¹⁴ Ibid., p. 63.

²¹⁵ Ibid., p. 134.

²¹⁶ SANTOS, Thiago Araujo. Articulação no semiárido brasileiro (ASA Brasil): a *Convivência com o Semiárido* e a construção de um regionalismo de resistência. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo., 2015.

²¹⁷ LIMA, Nísia T. Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade Nacional. Rio de Janeiro: Ed. Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

²¹⁸ Apud. GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 23, n. 68, p. 149-153, 2008, p. 150.

Essa análise ganha mais sentido, quando observamos o exemplo citado pelo autor Carlos Walter Porto-Gonçalves²¹⁹. Ele diz que no Brasil não há sudestino ou centro-oestista, mas há nordestino, sulista e nortista. Afinal, “o Sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal”²²⁰.

Segundo Durval Muniz²²¹, o Nordeste é uma criação que não existia até meados da década de 1910. A região nasce como um “filho reacionário da modernidade”, que reagindo às mudanças sociais, que estavam acontecendo por conta da emergência burguesa no Brasil, criam a imagem de uma região, que recusava a modernidade, fruto da produção e das influências políticas de uma elite local pré-industrial em declínio, que criou um discurso que defendia as ideias tradicionais e que iam de encontro ao moderno, e faziam isso a partir do retrato do semiárido, chamado de sertão, para se diferenciar do restante do país. Portanto, o Nordeste nasce “num momento de perigo para uma dominação”²²².

Sempre que ouvimos falar de nordeste, seja na literatura, em novelas, noticiários, a ideia de sertão e semiárido estão vinculadas diretamente à criação do imaginário nordestino. Esse mesmo espaço que assume nuances e territorialidades diferentes, também se diferencia nos conceitos, e na criação deles. Portanto, entender cada um desses espaços e as construções imagético-discursivas sobre eles, para além de fronteiras políticas, é pensarmos essa região como uma construção histórica, e por isso, passível de disputas de narrativas e poder.

A construção da ideia de semiárido e sertão resultante das influências do pensamento positivista presente no século XIX trouxe ideias que o Estado usa até hoje como parâmetro para a intervenção e disputa do território semiárido, que vêem o local como uma “região-problema” e, portanto, que deve ser modificada pelo homem²²³.

Atualmente essas vertentes estão em disputa com a percepção do semiárido a partir da ideia de sustentabilidade e do acesso à água e a terra como garantia básica para a vida no semiárido. Ou seja, um pensamento que além de focar nas questões ambientais não renuncia aos direitos camponeses, sobretudo o de autonomia, e se enquadram também no painel de conflitos, que configuram o panorama da questão agrária brasileira.

²¹⁹PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. in Edgardo Lander, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p. 9-10.

²²⁰ Ibid., p. 2.

²²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. Edição – Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

²²² Ibid., p. 311.

²²³ PEREIRA, Sidclay. *As representações territoriais e o processo de gestão do semiárido brasileiro (Sertão)*, 1985-2016. *L'Ordinaire des Amériques*, n. 221, 2016.

Para o geógrafo Sidclay Pereira, o semiárido e o sertão podem ser vocábulos, que indicam a mesma região, porém:

enquanto o semiárido é uma região delimitada necessariamente por características ambientais, se aproximando de uma linguagem mais técnica e acadêmica, o sertão é uma construção social e cultural e, em seu entorno, existem as representações territoriais materiais e imateriais construídas ao longo de sua história. Se semiárido [...] possui uma origem técnica e aplicação a partir de critérios pré-estabelecidos, já sertão tem uma origem bem distinta²²⁴.

Roberto Malvezzi²²⁵ amplia o conceito e nos assegura que o semiárido não se classifica apenas pelo clima, pela vegetação, pelo solo e recursos hídricos. Para o autor o semiárido se mistura com o conceito de sertão e engloba o “povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só.”

A ressignificação desse território como plural e passível de convivência, se inicia ainda nos anos 1960 com o surgimento do movimento ambientalista que começava a levantar pautas sobre a escassez dos recursos naturais e os limites de capacidade da Terra. Logo a ideia de sustentabilidade também passou a estar em disputa no que se refere a sua função e objetivo depois da apropriação do conceito de “desenvolvimento sustentável” pelo capital²²⁶.

Essa prática orientou uma parte do mercado, que comercializava os produtos sustentáveis mais caros justamente por terem esse selo. Nesse mesmo contexto, o entendimento sobre o semiárido e as práticas voltadas a ele foram avançando e levantando questões. No comparativo com outras regiões semiáridas do mundo, o semiárido brasileiro é o mais chuvoso e o mais populoso, porém não descartas as condições precárias de vida²²⁷.

O que mostra que o problema real não é a falta de água, mas a má distribuição e a criação de políticas públicas de abastecimento e produção que não atendem aos camponeses, e sim à lógica de desenvolvimento do capital no campo, atualmente com a expansão do agronegócio.

A palavra “convivência”, de acordo com o dicionário, significa ação ou efeito de conviver, um modo de vida que se pode compartilhar, uma vida em comum, convívio diário, próximo e contínuo, a ação de coexistir em um mesmo local de maneira harmoniosa.

Até os anos 1950, com os estudos de Guimarães Duque, as palavras “convivência” e “semiárido” não podiam ser encontradas no mesmo contexto e evidenciar algo positivo. O

²²⁴ PEREIRA, 2016, p. 5.

²²⁵ MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

²²⁶ SILVA, 2006.

²²⁷ MALVEZZI, 2007.

“semiárido” correspondia mais com as palavras “seca”, “problema” e “combate”, fruto de um discurso secular construído por autores, frações de classe²²⁸ e instituições que vinculavam o sertão, assim também chamado, a um palco de calamidades, seca e pobreza.

Mesmo que a partir dos anos 1960 a SUDENE já incorporasse nos seus planos a *Convivência com o Semiárido*. Todavia, esta narrativa, assim como aquela usada pelo DNOCS, pregava o semiárido como uma realidade a ser combatida através de construções e inovações, que pudessem superar os “problemas” trazidos pela longa estiagem e a má qualidade do solo.

Ainda no século XIX, com a grande seca de 1845, o Governo Imperial determinou uma série de encaminhamentos que tocavam na questão da seca. Uma década depois, o Governo resolveu propor uma nova forma de atuação nos territórios em que a seca atingia e desempenhou “mudanças na forma de intervenção estatal na área das secas, com a criação de uma Comissão Científica para estudar a realidade do Nordeste seco e propor soluções para o enfrentamento das problemáticas”²²⁹.

Na década de 1870 as populações do Ceará enfrentavam mais uma seca e com ela, as migrações de diversos retirantes que andavam por longas distâncias com sentido à Fortaleza, em busca de melhores condições de vida. Esses retirantes chegavam à capital em condições péssimas de saúde e desnutrição e por conta disso o poder público, com objetivo de manter os retirantes fora da cidade, iniciou uma série de obras públicas, como a Estrada de Ferro de Baturité. Porém essas medidas não foram totalmente eficazes tendo em vista, que estavam ocupando praças e ruas da cidade um conjunto de retirantes, que buscavam comida, atendimento médico e também o alistamento para o trabalho, formando os “abarracamentos”²³⁰.²³¹

O debate da seca no Ceará ainda passou pelos escritos de autores como Thomáz Pompeu de Sousa Brazil, o Senador Pompeu, onde o autor falava sobre estudos regionais ligados aos problemas da seca, sobre o clima, temperatura, umidade, pluviosidade, que deram dados para que pesquisas e metodologias de combate à seca fossem criadas no período. Segundo

²²⁸ Marx (2013) chamou de fração de classe às divisões internas no interior da burguesia. Em nosso caso essas frações de classe tanto se vinculam a elite pré-industrial brasileira em decadência, como aos políticos locais que, simultaneamente, negavam os intentos de modernidade que chegavam ao Brasil e reforçavam a imagem da seca para conseguir recursos públicos federais para a construção de obras de combate à seca, como açudes, em domínio privado com o objetivo de manter as relações coronelistas.

²²⁹ SILVA, 2005, p. 44

²³⁰ Espécie de alojamento onde ficavam os retirantes vindo de outras regiões para Fortaleza.

²³¹ NEVES, Frederico de Castro. A “capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. Tempo, v.5, n.9, p.93-111. 2000.

Thomáz Pompeu, a solução para a seca era a construção de açudes, o plantio e a conservação de matas²³².

No Nordeste, as políticas federais estavam diretamente relacionadas à questão da seca até o final dos anos 1950, com medidas estritamente paliativas. Por conta das secas que marcaram o início do século XX, a criação do IOCS, em 1909, foi baseada na ampliação do armazenamento de águas para a proteção dos rebanhos e da agricultura de sequeiro. As ações de irrigação apareciam de forma secundária naquele momento, ainda que fosse enfatizada no discurso da instituição²³³.

Porém, a construção desses equipamentos era feita dentro de propriedades privadas e atendia muito mais aos rebanhos dos latifundiários, o que fortalecia a pecuária, do que a própria população. Segundo Francisco de Oliveira (1981, p. 55) essas construções serviram para aumentar o poder econômico e eleitoral dos proprietários, assim como para o controle da água e, portanto, da cultura de subsistência dos moradores e meeiros daquela propriedade.

Os estudos formulados pela Comissão Científica, ideias advindas de obras literárias, com *O cabeleira* (1876), do cearense Franklin Távora²³⁴, e logo depois *O sertanejo* (1875) de José de Alencar, “Os sertões” (1902), de Euclides da Cunha e “O Quinze” (1930), de Rachel de Queiroz, o avanço dos meios de comunicação e a dimensão da seca como questão nacional reorientaram os rumos da ação do Estado na região.

No século XX, o foco das ações seria na prevenção e no enfrentamento às consequências da seca. A delimitação inicial desse espaço foi configurada pela Constituição de 1934 que definiu que o território de parte do Nordeste brasileiro sujeito “a repetidas crises de prolongamento das estiagens”²³⁵ seria chamado de “Polígono das Secas”²³⁶. No contexto das ações de combate às condições que a seca trazia, – estiagem, pobreza, improdutividade e etc. Alguns órgãos do Governo foram disputando uma memória e uma legitimidade em torno dos discursos e construções feitas na região.

No Nordeste brasileiro esse discurso foi veiculado e intensificado por agentes como - atualmente - o Departamento de Obras Contra as Secas²³⁷ (DNOCS), que desde sua criação

²³² POMPEU Apud. GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 25, n. 2, p. 515-539, 2018.

²³³ CARVALHO, Otamar de. As secas e seus impactos. In: *A Questão da Água no Nordeste/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, p. 45 – 99, 2012.

²³⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia História*, v. 33, n. 61, p. 225-251, 2017.

²³⁵ PONTES, 2010, p. 22

²³⁶ O espaço do Polígono ainda foi mudado em 1951 e na Constituição de 1988 para atender a novas demarcações climáticas e interesses políticos.

²³⁷ Essa instituição foi criada com o nome de Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) com o objetivo de promover estudos sobre o semiárido para a implantação de obras como açudes, canais de irrigação, poços e etc. Em 1919

até os anos 1990 criou narrativas em torno do combate e prevenção da seca. Narrativas como essas construíram a ideia de um sertão árido, e não semiárido²³⁸, onde era importante criar medidas para acabar com a seca na região sob a égide da modernidade e da produtividade. No entanto, as narrativas do órgão vão se alinhando aos conflitos sociais e políticos travados na esfera de suas contemporaneidades.

Na década de 1970, a narrativa do DNOCS que antes era construída e registrada através de boletins e estudos com finalidades técnicas, passa a se basear também em produções preocupadas com a memória institucional e com a descrição das ações da instituição ao longo dos anos.

A primeira obra que expressa essa outra identidade do DNOCS em 1984 é “DNOCS e o novo Nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)”, organizada pelo Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará (NIEPCE) a pedido da instituição.

Em 1999, depois de sua extinção e reabertura pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o órgão viria a metamorfosear sua identidade novamente, reforçando ainda mais as questões da memória da instituição. Em 2003 o DNOCS lançou o projeto da “Revista Conviver, – Nordeste Semiárido”, acrescido depois pelo “Programa ConViver” em 2009 – publicações essas feitas com a intenção de aproximação da população e de se apropriar de práticas e discursos já fundamentadas em publicações e na ação de diversos grupos sociais²³⁹.

Nesse contexto, desde meados do século XX, algumas práticas e propostas de *Convivência com o Semiárido* estavam sendo discutidas por autores, com pensamentos e propostas diferentes, como Josué de Castro, Otamar de Carvalho, Manoel Correia de Andrade, Guimarães Duque, entre outros.

Essas propostas baseadas na crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento da economia no semiárido brasileiro, em certa medida, lançavam alternativas de mudanças paradigmáticas, que transmutavam da perspectiva do combate à seca para a possibilidade de conviver com a realidade climática da região, no caso o semiárido.

Roberto Malvezzi aponta que a primeira pergunta para se pensar o motivo dessa transição é “por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região

passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) e em 1945 de Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

²³⁸ MALVEZZI, Roberto. *Semi-árido. Uma Visão Holística*—Brasília: Confea, 2007.

²³⁹ **Para aprofundar o assunto sobre o conflito pela memória travado pelo DNOCS em detrimentos das memórias camponesas na região do Vale do Jaguaribe ver:** JUNIOR, Mário Martins Viana; DE ALMEIDA, Diego Gadelha. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2016.

semi-árida vive mal aqui?”²⁴⁰ Então, a partir de raciocínios como esse e também da prática de vários movimentos engajados na construção desse novo paradigma, como é o caso da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), o paradigma da Convivência foi germinado no semiárido brasileiro.

Deparamo-nos então com um enfrentamento de paradigmas: do combate à convivência. Em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn (1997) expõe que um paradigma é uma soma de conhecimentos e metodologias, que sustentam uma pesquisa científica. É ele que determina o limite do agir, pois para que haja a sustentação da existência desse paradigma é preciso que as teorias e os resultados, sempre, que aplicados a uma pesquisa, – no nosso caso a uma realidade – nos leve novamente a esse paradigma.

Conforme o autor, só existe uma mudança de paradigma, quando o anterior entra em crise. Essa crise só é possível a partir do entendimento de rupturas e conhecimentos em outras áreas, que formulam um novo paradigma a partir de novas visões, muitas vezes sobre o mesmo objeto de pesquisa. Paradigma é um modelo de explicação sobre a realidade, que está a nossa volta.

Em nosso recorte o objeto em evidência é a região semiárida, que apesar de apresentar as mesmas especificidades climáticas de sempre, passa por uma mudança de abordagem recente – e longe de ser unânime – que é a construção do paradigma da *Convivência com o Semiárido*.

Um discurso que vai ser apropriado tanto pelo DNOCS como por entidades da sociedade civil, como a Cáritas²⁴¹. O discurso do DNOCS que vai se modificando até assumir os termos de “Convivência” não segue a prática. Até os dias de hoje a instituição permanece com políticas de açudagem e com a construção de perímetros irrigados as caracterizando como atividades de Convivência.

Ainda que a narrativa sobre o semiárido tenha mudado formalmente nos livros, documentários e programas, ainda é a lógica do combate à seca, que rege as ações da instituição, que além de garantir políticas ineficazes de produção para os povos do semiárido, desrespeita toda a trajetória camponesa trilhada nos territórios aonde instala seus projetos.

²⁴⁰ SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006, p. 11.

²⁴¹ Que além de ter linhas de ação nacionais na temática da Convivência, faz parte, da ASA.

Ou seja, embora a Cáritas²⁴² e o DNOCS, ainda que usem o mesmo conceito – *Convivência com o Semiárido* – não entram em consenso sobre o conteúdo e muito menos sobre as práticas políticas, visto que todo conceito, ou significado, age dentro de um contexto e de acordo com as estruturas a que está inserido, portanto o mesmo conceito pode tomar representações diferentes e “funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”²⁴³.

3.1.1 Convivência com o Semiárido: Uma questão ambiental

A construção do paradigma da *Convivência com o Semiárido* é antes de tudo uma troca de experiências. O contato de povos com saberes e vivências diferentes propõem e organizam alternativas de viver bem na sua região. Um dos paralelos que podemos traçar entre a Convivência e o Combate é no âmbito cultural.

O acionar das experiências entre grupos distintos pode trazer implicações positivas ou negativas e o que vai diferenciar essas consequências é justamente a relação de poder existente entre os grupos. As políticas de combate à seca tinham – e têm – como características a sua violência no que se refere às culturas das populações atingidas pelas suas ações.

Uma política baseada em uma disputa de poder injusta, que se afirma através de intervenções destruidoras, conduzidas pela lógica do mercado e que, sobretudo, se fundamentam na “desvalorização, marginalização e repressão das culturas locais ou tradicionais, substituindo, pelo uso da força e do convencimento, as práticas, conhecimentos e valores.”

Já a experiência da *Convivência com o Semiárido* – não deixa de ser uma relação de poder, pois é constituída por grupos com realidades e interesses diferentes, ainda que se aproximem – é apoiada em uma relação de troca, se fundamenta no pluralismo cultural, por isso age salvaguardando a liberdade de expressão e cultural desses povos²⁴⁴.

Em *Geografia da Fome* (1984), Josué de Castro aponta que o desenvolvimento é a única forma de pôr fim às desigualdades estruturais. Porém esse desenvolvimento deve ser do homem, na medida em que haja uma mudança, do que o autor chama de homem econômico, para o homem social; só através disso aconteceria o enfrentamento do subdesenvolvimento e

²⁴² Atribuímos valor central a Cáritas por ser nosso objeto de pesquisa, não conferindo menos valor às outras instituições que formam a ASA e outros movimentos que também desenvolvem atividades de *Convivência com o Semiárido*.

²⁴³ THOMPSON, 2014, p.243.

²⁴⁴ SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006.

da fome, pois “só um novo tipo de homens capazes de ousar pensar, ousar refletir e de ousar passar à ação poderá realizar uma verdadeira economia baseada no desenvolvimento humano e equilibrado”²⁴⁵.

O paradigma social e de desenvolvimento humano apontado pelo autor, propõe que o foco dos poderes públicos seja “dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade” e buscando sempre a “emancipação alimentar” do povo²⁴⁶.

Para que isso aconteça também é necessário que haja uma mudança da perspectiva antropocêntrica, onde a natureza está à satisfação e necessidades do homem, e encararmos uma nova visão, uma matriz holística, que procure a harmonia entre a natureza e a cultura, “entre a modificação do ambiente para a satisfação de necessidades e a preservação dos bens naturais comuns.”²⁴⁷ Além disso, essa mudança precisa resgatar a inteligência cordial ou emocional para equilibrar o poderio destruidor do processo produtivo acumulador.²⁴⁸

No âmbito do desenvolvimento agroecológico, Guimarães Duque, um engenheiro agrônomo que fez vários experimentos na região do semiárido ainda na década de 1940 e é um dos pioneiros na ideia da convivência, tinha como base de sua argumentação a máxima de que devíamos aceitar a semiaridez como vantagem, e não como atraso.

A partir disso e de suas pesquisas na região concluiu a relevância e a indispensabilidade de uma agricultura ecológica. Suas teorias ganharam um caráter interdisciplinar. No que se refere ao lado humanista, o autor afirma que é preciso, antes de criar alternativas tecnológicas para a convivência com a realidade climática da região, conhecer o homem e viver as suas experiências²⁴⁹.

Então o paradigma da Convivência vem sendo construído e reconstruído a partir de muitos experimentos, trocas de saberes e da visão de que a antiga forma de ver o semiárido – seco, improdutivo, pobre – para um outro ponto de vista, totalmente antagônico e crítico ao modelo implantado pelo Estado até os dias de hoje e sua modernização conservadora. Para desenvolver essa outra experiência, se vê necessária à combinação de dois elementos basilares: os saberes e práticas dos camponeses e as alternativas tecnológicas e de reflexão vinculadas à vida cotidiana²⁵⁰.

²⁴⁵ CASTRO, Josué de. Geografia da fome : o dilema brasileiro : pão ou aço Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

²⁴⁶ Ibid., p. 304.

²⁴⁷ SILVA, op. cit., p. 216.

²⁴⁸ BOFF, Leonardo. Proteger a terra-cuidar da vida: como escapar do fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, v. 38, 2010, p. 47.

²⁴⁹ SILVA, 2006.

²⁵⁰ PONTES, Emílio Tarlis Mendes. A Convivência com o Semiárido no contexto sulamericano: segurança hídrica em Afogados da ingazeira (Pernambuco, Brasil) e Graneros (Tucumán, Argentina). 2014, p. 107.

Esse paradigma, como acentua Wedna Galindo (2008), se baseiam no sentido em que as práticas de produção no semiárido devem considerar tanto a sustentabilidade do ecossistema, quanto os recursos naturais disponíveis, devem valorizar e salvaguardar os conhecimentos dos antepassados sobre a natureza, se alicerçar na participação comunitária, onde fortaleça as identidades locais e o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos, inclusive e principalmente a participação política, incentivar a gestão coletiva de conhecimentos, equipamentos e espaços, onde os técnicos sejam somente mediadores e que busque a melhoria de vida para que os que lá moram não precisem migrar para outras regiões.

Observamos, que além de ser uma proposta ecológica, a convivência é também uma proposta cultural, no sentido em que reconhece a heterogeneidade da região, reconhecem também as experiências, as representações, os imaginários construídos pela população em torno de seu território e através disso tenta desenvolver práticas, que vinculem os saberes e fazeres conjuntos dos mediadores, técnicos e camponeses. As atividades devem ter como base a interação enérgica e consciente das populações locais para que modifiquem os seus pensamentos e práticas em relação à natureza.

Essa população, em sua grande parte, teve durante décadas contato com a forma de intervenção do Estado que buscava modificar o território para que através disso fosse sanado a adversidade da seca, através da construção de grandes açudes, canais, estradas e da organização de diversas frentes de emergência para resolver o problema econômico da região durante o período.

Muitos camponeses cultivavam culturas que não eram adequadas à região, como alguns tipos de cereais, traço da herança colonial, que desprezou os saberes dos povos nativos e implantou um modelo de agricultura equivocada, que durou – e dura – por longos anos.

Na perspectiva da convivência essa ideia muda completamente. São as práticas e métodos produtivos, que devem se adaptar ao ambiente²⁵¹.

A perspectiva da convivência possibilita inverter as explicações sobre a baixa produtividade e os baixos rendimentos nas atividades econômicas no Semi-árido. Enquanto as interpretações dominantes colocam a culpa do atraso na natureza, na escassez hídrica e na baixa capacidade produtiva dos solos, há uma nova interpretação exatamente ao contrário, de que foi a falta de uma adequada compreensão sobre os limites e potencialidades dessa realidade que conduziram à introdução de atividades econômicas não adequadas, que terminaram por agravar ainda mais os problemas ambientais, quebrando o equilíbrio biológico existente e empobrecendo mais ainda as famílias sertanejas.²⁵²

²⁵¹ SILVA, 2006

²⁵² Ibid., p. 234

No entanto, a *Convivência com o Semiárido* perpassa outros níveis sociais como é o caso da iniciativa que possibilita a democratização do acesso aos meios necessários à produção, como a terra, água, assistência técnica, crédito, tecnologias apropriadas e um mercado favorável e apropriado. Ou seja, a revolução dos padrões de produção utilizados até então.

O novo modelo propõe “as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da Caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária”²⁵³, como também um sistema de irrigação, completamente diferente do sistema aplicado pelo DNOCS nessas regiões, como é o caso dos perímetros irrigados, mas que possibilite uma integração da irrigação com as práticas de plantio resistente à seca adotadas pelos camponeses, que possibilitam, inclusive, o armazenamento de alimentação para as criações de animais que os mesmos venham a criar.

Sobre o armazenamento, Malvezzi (2007) assevera como é uma das questões basilares no contexto da convivência, pois é a partir da produção e estocagem da produção em períodos chuvosos que garante a boa qualidade de vida nos períodos sem chuva.

O autor demonstra que não somente a produção agrícola deve ser estocada, mas que o principal bem a ser armazenado é a água. Essa captação e armazenamento, da água da chuva, devem ser feitos de maneira inteligente para que não aconteça a evaporação no decorrer dos meses.

Essas estratégias só podem ser utilizadas a partir da criação de tecnologias que permitam o melhor aproveitamento do tempo e espaço disposto nas casas e nas comunidades. Essas tecnologias foram apresentadas a nós por alguns nomes diferentes, mas que por escolha nossa vamos optar por chamá-las unicamente de tecnologias sociais²⁵⁴.

Em relação as tecnologias sociais (TSSs), salientamos, que são um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”²⁵⁵.

²⁵³ Ibid., p. 235

²⁵⁴ **Para saber mais sobre o caminho conceitual que originou o então termo “tecnologias sociais” ler:** DAGNINO, Renato et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 15 - 64, 2004.

²⁵⁵ Juçara S. Pedreira, Ladislau Dowbor, Maia Takagi, Sandra Boudarovsky, Rogério Miziara e Sonia Kruppa, em seminário sobre tecnologias sociais promovido pela Fundação Banco do Brasil, 2004.

Existem vários tipos de TSs como por exemplo na saúde²⁵⁶, educação, ecologia, agricultura, meio ambiente. Porém como essas tecnologias não estão organizadas em rede acabam se tornando somente soluções parciais e dificilmente viram políticas públicas.

Há tecnologias que ao mesmo tempo são agrícolas, ecológicas, econômico-solidárias, promovem a segurança alimentar e representam modelo de negócio com planejamento de expansão; porém, justamente por serem multissetoriais, precisariam de um amplo leque de articulação entre as organizações da sociedade e várias áreas governamentais para garantir a plena realização de todas as suas dimensões. Em geral, as TSs têm dimensão local. Aplicam-se a pessoas, famílias, cooperativas, associações. O que a princípio é uma vantagem é também uma dificuldade para que sejam vistas em termos de um projeto nacional²⁵⁷.

A partir do citado, percebemos que a maioria das tecnologias sociais encontradas no território que analisamos, a região do Baixo e Médio Jaguaribe cearense, têm características multissetoriais e por isso dependem do financiamento de diferentes organizações civis para que sejam postas em prática. Lassance Jr e Pedreira (2004) nos apontam algumas características das tecnologias sociais necessárias para o funcionamento adequado. Os autores citam que as tecnologias são requisitos imprescindíveis, mas que não são suficientes.

Além disso, devem ser adaptadas a cada território, de forma que a mesma tecnologia pode funcionar de maneira variada em locais distintos, porém sempre fundamentada em um padrão teórico que pode ser, por exemplo, um programa de formação e capacitação para todas as comunidades, que irão recebê-las. É importante que as TSs sejam criadas a partir da sabedoria popular, da científica ou da união de ambas, além de passar por três fases de viabilidade: técnica, política e social.

- b) **Fase de viabilidade técnica**, na qual há a consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de produção; a cisterna tem um projeto básico e um roteiro de construção);
- c) **Fase de viabilidade política**. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e recomendam-na. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;
- d) **Fase de viabilidade social**, quando a tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave que se forme em torno dela uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de *delivery* e assistência. Ou seja, a tecnologia

²⁵⁶ A multimistura: uma junção de arroz ou trigo, folhas de mandioca, sementes de jerimum criada pela Pastoral da Criança, fundada pela médica Zilda Arns e vinculada a CNBB, para resolver a questão da desnutrição das crianças.

²⁵⁷ LASSANCE Jr, A. E., & PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p.66.

precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, reaplicada e cercada de orientações a quem a aplica; [grifo nosso]²⁵⁸

Todas essas tecnologias são implantadas a partir da luta e conquistas de camponeses e movimentos sociais, com o financiamento do Governo e de ONGS. No entanto, devemos lembrar que o uso das tecnologias sociais no nosso semiárido brasileiro, antes de tudo, é a afirmação do paradigma da Convivência, sobretudo o desvincular da subordinação e do poder instaurado pelo Governo e pelos latifundiários, que monopolizam em seus territórios as estruturas físicas construídas sobre a égide do combate à seca.

Na proposta da Convivência a maioria das tecnologias sociais são empregadas na área do meio ambiente e na agricultura. Essas tecnologias além de permitirem uma segurança alimentar dos moradores, possibilitam também uma série de outras experiências, que redirecionam práticas, pensamentos e ações das pessoas inseridas no seu processo de consolidação. A implantação de uma tecnologia social é fruto de uma troca de experiência entre a comunidade e os mediadores.

Segundo Silva (2006), a Convivência, assim como as tecnologias, tem um sentido ambiental, um econômico, cultural, educacional e deve ter uma perspectiva de qualidade de vida e conquistas políticas.

Para Guimarães Duque²⁵⁹, a promoção da educação era fundamental para o desenvolvimento do semiárido, pois só através dela todos os projetos, tecnologias e conquistas são possíveis. O autor aponta que é pela educação, que há a sensibilização da população para que acolham práticas de cooperação com o meio ambiente e com a comunidade em que vivem, deixando de lado a competitividade e o individualismo formalizados pela educação tradicional e através disso, reforçar os laços de solidariedade e parceria para buscar objetivos comuns.

Existem características inerentes à ideia da *Convivência com o Semiárido* como já apontamos anteriormente. Processos esses criados por organizações civis, comunidades, igreja, pesquisadores, universidade e movimentos sociais. Porém, a partir dos anos 2000 o DNOCS, depois de suas amplas reconfigurações, adotou uma política, que dizia ser de *Convivência com o Semiárido*, tentando apagar de seu histórico o insucesso do combate à seca²⁶⁰.

²⁵⁸ LASSANCE JR, PEDREIRA, 2004.

²⁵⁹ DUQUE 2004, p.112 apud SILVA, 2006, p. 251.

²⁶⁰ JÚNIOR, Mário Martins Viana; DE ALMEIDA, Diego Gadelha. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. Revista História & Perspectivas, v. 29, n. 54, 2016.

Nessa acepção, esse debate que propomos não é com o intuito de buscar o pioneirismo das ações de Convivência nos territórios, mas de problematizar os usos do conceito por dois agentes: O DNOCS e a Cáritas.

3.1.2 Convivência com o Semiárido: Uma questão agrária

Desde sua criação, o DNOCS – que sempre carregou os termos “combate às secas” em seu nome – desempenhava atividades, que iam de encontro às ideias do que hoje conhecemos por *Convivência com o Semiárido*. Eram ações baseadas no imperativo nacional de dirimir os danos da seca e lidar com as suas consequências.

As obras de caráter emergencial, como a criação das frentes de serviço – que oferecia trabalho aos homens em troca de alimentos – para a construção de açudes e estradas, por exemplo, eram ações comuns às práticas adotadas pelo DNOCS. Ainda em 1915 tinha como função:

Decreto nº 11.474, de 3 de fevereiro de 1915

DOS SERVIÇOS CONTRA OS EFEITOS DAS SECCAS

[..] Art. 2º Os serviços de estudos e obras **destinados a prevenir e atenuar os efeitos das seccas**, de que trata o artigo precedente, são os seguintes:

[...]IV. Estradas, de rodagem ou de trilhos, que facilitem os transportes, as comunicações entre as zonas flagelladas e os centros productores e os mercados consumidores.

V. Perfuração dos poços tubulares ou artesianos nas localidades que melhor se prestem e delles melhor utilidade possam usufruir.

[...]VII. Estudo e construção directa, á custa da União, dos açudes publicos com que convenha beneficiar esta vasta região do territorio nacional para habilital-a a resistir, sem completa desorganização do trabalho, **aos efeitos das seccas**. [grifo nosso]²⁶¹

Assim como obras hidráulicas de grande porte, que modificavam o território, um modelo de irrigação, que não atendia às demandas camponesas e a permissão, dada pelo Governo Federal, para modificar o território, desapropriando terras, expulsando pessoas de suas casas, alagando cidades e as locomovendo para outras localidades desprezando as memórias e as representações simbólicas construídas naquele espaço social.

LEI Nº 4.229, DE 1º DE JUNHO DE 1963.

Art 2º Ao DNOCS compete, na área compreendida dentro do Polígono das Sêcas:

- a) executar obras e serviços destinados **a prevenir e atenuar os efeitos das sêcas**;
- b) orientar, superintender, planejar, estudar, projetar, executar, fiscalizar e controlar empreendimentos ou assuntos relativos a construção, operação, exploração e

²⁶¹ BRASIL. Decreto n. 11.474, de 3 de fevereiro de 1915. Aprova o regulamento para a Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Brasília, 1915.*

modificação de obras de hidráulica, aproveitamento dos recursos d'água, compreendendo, fundamentalmente, **irrigação, perfuração de poços, utilização de águas subterrâneas e açudagem;**

c) colaborar na organização, revisão e execução do plano de emergência elaborado pela SUDENE a fim de atender à situação de **calamidade pública decorrente da seca**, na conformidade da legislação vigente;

i) **promover a desapropriação** por necessidade e utilidade pública ou social **dos bens necessários à consecução de suas finalidades;**²⁶²

Essa lei, promulgada no ano de 1963, foi alterada quase que completamente. Não por coincidência um novo discurso, diferente do combate à seca, foi alavancado com a nova norma. A cláusula quinta, do artigo II, ratifica o papel do DNOCS em planejar, implantar e executar os planos e os projetos irrigados. Porém os anos 2000 são marcados por uma reestruturação no órgão, e, o novo discurso trazido nos documentos era o de “contribuir para a sustentabilidade do semi-árido”²⁶³.

Esse discurso vai se estender e se qualificar através de livros, revistas e programas de televisão, que se desvinculam da prática, quando analisamos o semiárido brasileiro, especificamente a região do Médio e Baixo Jaguaribe.

No período de 1968 a 1992, 48 perímetros irrigados foram construídos no Nordeste na região conhecida como "polígono da seca". Dentre eles, o Perímetro de Morada Nova que teve sua implantação iniciada em 1968, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram início no ano de 1970. Morada Nova está localizada na microrregião do Baixo Jaguaribe e foi o palco do primeiro Perímetro Irrigado construído no território.

Nesse período, as verbas se destinaram aos projetos hídricos que se localizavam nos vales úmidos, como é o caso do Vale do Jaguaribe²⁶⁴. Dos 14 perímetros irrigados instalados no Ceará²⁶⁵, quatro estão na região do Vale. Além da instalação de Morada Nova, mais 3 perímetros foram construídos: os perímetros de Jaguaruana, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas.

²⁶² BRASIL. Lei nº 4229, de 1 de junho de 1963. Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências. Brasília, 1963.

²⁶³ MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.066-22, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000.

²⁶⁴ RIGOTTO; FREITAS, 2012

²⁶⁵ Segundo o DNOCS: Araras Norte, Ares de Souza, Baixo-Acaraú, Curu- Paraipaba, Curu-Pentecoste, Ema, Forquilha, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiro de Russas e Várzea do Boi.

Mapa 3 - Localização esquemática dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe, a partir de mapas da região obtidos no IPECE



Fonte: Parques Agrários no Baixo Jaguaribe: Arquitetura Rural da região dos Perímetros Irrigados resultante do planejamento de bacias hidrográficas, 2011.

O discurso adotado pelo DNOCS não se mostra coerente na prática. Enquanto isso, já no ano de 1986, a Cáritas de Limoeiro desempenhava junto às comunidades do Vale do Jaguaribe, um grupo de atividades de incentivo a economia local, a produção e criação de animais.

Na comunidade de Peixe Gordo, em Icapuí, a CDLN atuava no Projeto da Bodega comunitária; na comunidade de Morro Pintado, também em Icapuí, com a produção e venda de artesanatos; na comunidade de Majorlândia, em Aracati, desenvolvia um projeto de pesca; na comunidade de Tapuio além de fazer reuniões para a reflexão do evangelho, a comunidade mostrava sua autonomia na construção de um projeto para a compra de pulverizadores para a produção da agricultura.

Nessa comunidade também havia atos assistenciais, como entrega de alimentos e diálogo sobre remédios caseiros. Outras comunidades se engajavam em projetos da construção de um miniposto de saúde, em assuntos sobre a Barragem do Castanhão, assim como para a construção de uma horta e uma escola comunitárias²⁶⁶.

Nos anos 1990, a Cáritas Brasileira criou dois programas nacionais por conta das duas grandes secas que atingiram a região semiárida. De 1991 a 1993, o *Programa de Solidariedade aos povos do Semi-árido*, com a ajuda do Programa Mundial de Alimentos (PMA) garantia ajuda, de caráter assistencialista, às famílias atingidas pela seca doando roupas, alimentos e medicamentos.

Em 1997 até o ano seguinte, por conta do fenômeno mundial do El Niño, que levava chuvas torrenciais às regiões mais ao sul e castigava com a seca as regiões mais ao norte, gerou

²⁶⁶ Relatório de atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 1986.

a criação de um novo projeto da CB, o *Programa El Niño de ações preventivas e emergenciais* e além dele, o Programa de Solidariedade volta a ser de âmbito nacional.

Contudo, foi apenas a partir dos anos 1999²⁶⁷, durante a 12ª assembleia da Cáritas Brasileira que é disseminado o *Programa de Convivência com o Semiárido* tornando-o uma realidade nacional, já que anterior a essa data, somente as Cáritas do Nordeste e de Minas participavam desse projeto. A partir disso, a CB adotou linhas de ações vinculadas à Convivência e que regulava as ações dos restantes das Cáritas espalhadas pelo Brasil. As ações deveriam seguir diretrizes, que correspondessem a uma dimensão hídrica, política, educativa e produtiva.

A ASA, a maior articulação entre camponeses e instituições sobre o tema da *Convivência com o Semiárido*, desde o início dos anos 2000, sobretudo a partir dos primeiros anos do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, manteve uma relação de dualidade com o Estado, que ora estava em tensão, ora estava alinhada.

Isto porque, a ASA é uma articulação política que, a partir do saber camponês, propõe um projeto político antagônico ao baseado no combate à seca. Portanto, durante os anos 2000, a ASA vai fundando suas práticas entre a obtenção de tecnologias de captação hídrica e as manifestações públicas frente ao Estado em defesa da *Convivência com o Semiárido*²⁶⁸.

O primeiro Governo Lula (PT) – que demarca o momento a partir do qual os programas da ASA são convertidos em políticas públicas – representa um referencial importante na montagem deste cenário, que se prolongou em seu segundo mandato e sob o governo Dilma Rousseff. Marcado pela redefinição dos termos da relação dos movimentos sociais com a institucionalidade estatal, o quadro em foco suscita interpretações diversas e contraditórias quanto aos limites ou potencialidades advindas do contexto político-integrativo aos movimentos sociais²⁶⁹.

Foi nesse contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo de 2003 a 2010, que iniciativas como o PIMC, o P1+2 (Programa Uma Terra Duas águas, criado em 2007 pela ASA) foram empreendidas no semiárido brasileiro. Esses dois programas eram organizados pela ASA e a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, como umas das participantes da ASA, tinha o papel de executar esses projetos nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe.

²⁶⁷ Mesmo ano em quem a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é criada.

²⁶⁸ SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e Movimentos Sociais: Uma reflexão A Partir Da Articulação No Semiárido Brasileiro (Asa Brasil), 2003-2017. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

²⁶⁹ Ibid., p. 106.

Mesmo com as atividades de Convivência sendo formuladas e construídas de forma plural pelos camponeses, pensadores e organizações civis, o DNOCS disputava essa memória do pioneirismo e das benfeitorias na região. Em 2008, no primeiro *Programa ConViver*²⁷⁰, o departamento afirma que:

O Nordeste é realmente seco. É uma questão geográfica: estamos no semiárido brasileiro. Mas é verdade também que muito tem sido feito, não para vencer a seca, o que seria impossível, mas para se conviver com ela. As principais ações começaram há mais de um século [...] e foram evoluindo junto com a história da região. [...] Comissões criadas no Ceará e no Rio Grande do Norte tornaram-se a raiz de um órgão que seriam o grande pensador, executor e gerenciador das mais importantes obras realizadas no Nordeste **para a convivência com as estiagens**. Nascia em outubro 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas [IOCS]²⁷¹

No mesmo ano, o DNOCS lançou o relatório das atividades do ano de 2006, que pontuava as suas ações em várias regiões do semiárido brasileiro. Essas ações se desvinculavam da ideia de Convivência ao Semiárido. Segundo o relatório, as ações do órgão em 2006 foram: a produção da carcinicultura e da piscicultura em geral de larga escala, atividades em perímetros irrigados, construção de adutoras e barragens e a fiscalização, pela Polícia Federal, das margens do açude Castanhão²⁷².

Essas obras do DNOCS, especialmente a partir dos anos 2000, são dominadas pelo agronegócio e coordenados pelo capital que tem dominado as tecnologias e políticas agrícolas²⁷³. Nesta lógica, o camponês só pode produzir em condições subalternas determinadas pelo capital²⁷⁴.

Outrossim, com a maioria dos recursos hídricos sob a tutela e vigilância do DNOCS, o camponês não tem acesso à água, que por muitas vezes é usada como moeda de troca política nas comunidades, que são abastecidas com carro-pipa.

Um projeto político antagônico ao combate à seca baseado nos referenciais do paradigma da *Convivência com o Semiárido* é, antes de tudo, a criação de um território de resistência camponesa na medida em que propõe demandas concretas de acesso à água focando nas reivindicações do “novo campesinato” – que requer novas formas de consciência política e

²⁷⁰ Programa de televisão criado pelo DNOCS, transmitido pela TV Diário em rede de televisão aberta, que mostravam ações do departamento no semiárido brasileiro.

²⁷¹ Programa ConViver, N° 1. DNOCS. Fortaleza: Wave Media, 2008

²⁷² DNOCS. Relatório 2006/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2008.

²⁷³ Segundo CAVALCANTE (2019, p. 158.) esse capital, na região do Vale do Jaguaribe, é caracterizado pelas empresas fruticultoras. Em médio 94 empresas diferentes atuavam na região do Baixo Jaguaribe até 2015.

²⁷⁴ WELCH, C; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

práticas organizativas – e alargando as propostas da questão agrária clássica de luta e direito à terra. As tecnologias de captação hídrica, ou tecnologias sociais, e o conjunto de manifestações políticas (caminhadas, manifestações, ocupações, etc.) fazem parte da construção dessa resistência²⁷⁵.

Desde os anos 1980, a Cáritas de Limoeiro e os camponeses, assim como várias Ongs, movimentos sociais, vêm trabalhando na construção e transmissão de tecnologias e práticas, que possibilitassem lidar com a problemática da seca. Essas estratégias, que se intensificaram nos anos 1990, tinham o objetivo de criar estratégias permanentes de convivência em detrimento do paradigma do combate, que propunha medidas paliativas²⁷⁶.

A garantia dessas estruturas de captação hídrica, assim como do conjunto de formações, intercâmbios, construções de redes de sujeitos, criação de fundos rotativos, processos horizontalizados de organização, permitem uma quebra das relações de dependência política do campesinato em relação às oligarquias locais e regionais. O camponês continuou sendo, porém com intensificação e incentivo, um construtor de tecnologias alternativas, que permitem a *Convivência com o Semiárido* a partir de suas experiências.

As tecnologias sociais de captação hídrica permitem uma descentralização do acesso à água de sua construção. A partir dela os processos educativos, formativos e construtores de uma autonomia – através de projetos horizontalizados entre a Cáritas, agente executora e formadora, e os camponeses, são responsáveis por construir as estratégias políticas de enfrentamento ao agronegócio na região do Baixo e Médio Jaguaribe, especialmente durante o final dos 1990 e as duas primeiras décadas do ano 2000.

Diferente da lógica de Convivência do DNOCS, que expulsa, expropria e desapropria comunidades rurais inteiras, como veremos nos tópicos posteriores, as práticas de *Convivência com o Semiárido* permitem a permanência do camponês na sua comunidade, com produção sustentável e de baixo custo, envoltos em novas experiências e garantindo a soberania alimentar, além da articulação entre as comunidades do território jaguaribano.

3.2 Experiência e pioneirismo: Lagoa dos Cavalos – Tabuleiro de Russas/CE

A comunidade Lagoa dos Cavalos – localizada na sub-bacia do Baixo Jaguaribe, a cerca de 22km da cidade de Russas e 160km da capital Fortaleza – é uma das comunidades, que

²⁷⁵ SANTOS, 2016.

²⁷⁶ SANTOS, 2016.

participaram das atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte na região do Vale do Jaguaribe.

Dentro de um panorama geral, escolhemos analisar essa comunidade por algumas questões, dentre elas: 1) pela singular organização da Lagoa dos Cavalos, em comparação às outras comunidades do Tabuleiro de Russas, destacada em outros trabalhos, como os de Lara Braga (2010) e Maria Odete Alves (2012); 2) a ação da Cáritas nesse território, que se inicia nos anos 1990, analisado como um período de mudanças na identidade da instituição; e 3) por nossa investigação nos mostrar que esse é um dos primeiros territórios em que a Cáritas formulou, aprendeu, aplicou e desenvolveu muitas de suas ações na perspectiva da *Convivência com o Semiárido* ainda, quando não eram consolidadas na região.

Entretanto, analisar historicamente a comunidade Lagoa dos Cavalos é também perscrutar outras comunidades que formam a região do Tabuleiro de Russas como é o caso das comunidades Sítio Junco, Distrito do Peixe, Cipó, Fazenda Maia, Córrego Salgado, Barbatão e Sussuarana.

Essas comunidades têm trajetórias entrelaçadas com o centro da organização social e política iniciado na comunidade Lagoa dos Cavalos²⁷⁷. Antes de terem estruturas formalizadas de organização – sindicatos, associações e organizações – as comunidades se ligavam e se desenvolviam através das relações de parentela, solidariedade e ocupação e pertencimento ao território.

Dentre as comunidades da região, sobretudo nas décadas entre 1980 e 2000, a Lagoa dos Cavalos é evidenciada pelos moradores – de todas as comunidades – como sendo a mais desenvolvida e estruturada da região do Tabuleiro de Russas.

O início dos trabalhos aqui [na Lagoa dos Cavalos] foi em 86. Falhou a memória. 86 foi o início dos trabalhos comunitários. E quando foi em 87 começou a surgir os projetos. Chamado na época São Vicente. Que hoje no Estado do Ceará é conhecido como São José. Que é aquele projeto que dá assistência aos agricultores, projetos para desenvolvimento. Em 87 o primeiro projeto que chegou aqui, São Vicente, foi a aquisição de máquinas agrícolas, como “desbuiadeiras” de milho, de feijão. E o campo comunitário. Nós alugamos uma terra, porque não tínhamos terra. E começamos esse trabalho. E também tem os animais, as vacas, um boi de trabalho²⁷⁸.

²⁷⁷ DE ALMEIDA, D. G., JÚNIOR, M. M. V., DE CARVALHO CHAVES, R. L. S., & GOIS, S. C. C. **História, memória e conflitos territoriais no Ceará: comunidades do Tabuleiro de Russas**. Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE. Fortaleza, 2019.

²⁷⁸ COMTER/UFC. MCIPIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Dino Gomes da Costa. 27/06/2016, p. 3.

Como sublinha seu Dino, - uma liderança da comunidade desde a década de 1980 - as primeiras iniciativas de organização na comunidade começaram ainda no ano de 1986, quando 23 agricultores se reuniram e formaram um “grupo de produtores” com o objetivo de ter acesso ao financiamento do Programa São Vicente, do Governo Federal.

Com o recurso alcançado os moradores, por si só, arrendaram 50 hectares de terra por um período de 10 anos para a produção de culturas agrícolas e criação de animais. Também compraram equipamentos que permitiriam um melhor manuseio e trato da produção, como foi o caso da “desbuiadeira” - debulhador – utilizada com o milho e o feijão.

Ainda que 69,7% dos moradores da comunidade fossem proprietários de suas próprias terras²⁷⁹, o pequeno grupo que começou a se organizar no período arrendou um espaço para trabalhar na forma de mutirões coletivamente, a fim de que a produção proveniente da verba do Programa fosse destinada a todos igualmente. A justificativa para o arrendamento da terra, já que mais da metade dos moradores tinham posse dela, é que os financiadores, principalmente SUDENE, Banco do Brasil e Banco do Nordeste, exigiam o envio de recibos de compra de equipamentos, arrendamento da terra, bem como a não propriedade por parte dos moradores participantes do projeto.

A partir da organização do “grupo de produtores” de Lagoa dos Cavalos outros projetos para a comunidade foram acessados ainda nos anos 1980. Esse grupo tinha proximidade com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas (STRR) o que possibilitava uma maior organização e acesso às informações dos projetos disponíveis e o seu possível acesso.

Dino e Aldenor²⁸⁰, também uma das lideranças da comunidade desde o final dos anos 1970, eram dois dos participantes desse grupo de produtores e ambos faziam parte do STR de Russas²⁸¹, o que permitia acessar projetos que por muitas vezes não chegavam ao conhecimento da comunidade anteriormente.

²⁷⁹ Estimativa feita a partir da análise dos 43 *Cadastros de Desapropriados* feitos pelo DNOCS na comunidade Lagoa dos Cavalos, onde 13 moradores eram posseiros e 30 proprietários de terras. Posseiros com soma de propriedades em hectares 165,8372 hectares e proprietários com 347,4004 hectares de terra. *Valores aproximados a partir dos dados coletados.

²⁸⁰ Com base na entrevista do dia 27/06/2016: Agricultor e líder comunitário no distrito do Peixe atualmente, filho de Francisco Marcelino da Costa e Odete Honorato de Lima. Chegou em Lagoa dos Cavalos em 1977 com os pais, uma irmã e um irmão. Uma das frases que marcam o início da trajetória de Aldenor e a família no território é quando ele diz: “Eu costumo dizer que meu pai era um dos mais pobres não era de Russas não, era do mundo” (p.3). Se refere a pobreza quando fala sobre a falta de terra, ferramentas de trabalho e casa, o que gerava a fome. Seu pai veio à Russas em 1920, com 15 anos, migrando da região de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, a pé para fugir da seca e encontrar melhores condições de vida no Ceará.

²⁸¹ COMTER/UFC. MCIPIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Aldenor Marcelino de Lima. 27/06/2016.

O primeiro programa acessado pelo “grupo de produtores”, o Programa São Vicente²⁸² (PSV), foi um dos programas empreendidos pelo presidente José Sarney (1985-1990) com o intuito de desenvolver a região do Nordeste brasileiro, fortalecendo a ideia da produtividade e do combate à seca.

O PSV partiu de uma iniciativa reivindicatória de alguns representantes da CPT e das CEBs, assim como das representações sindicais para a criação de um programa, que apoiasse a organização dos pequenos produtores e concedesse acesso ao crédito bancário de forma mais facilitada²⁸³.

O projeto²⁸⁴ possuía uma orientação técnica, à medida que não dava condições formativas para que os produtores se organizassem. Para a implantação do projeto, era obrigatória uma organização prévia, ainda que um dos objetivos do programa fosse “fomentar formas de organização e associação de pequenos e miniprodutores rurais”²⁸⁵ Além de focar na assistência financeira à produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de bens resultantes das atividades agropecuárias, extrativistas artesanais, organizados sob forma associativa, o investimento principal era em obras de infraestrutura de apoio coletivo à produção.

Além do São Vicente, outros programas foram desenvolvidos pelo governo Sarney no Nordeste, e alguns deles de forma incisiva na região do Tabuleiro de Russas. Diferente do PSV, cuja base de implantação havia sido a pressão da sociedade civil através da atuação da CPT e CEBs, o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE)²⁸⁶ foi criado pelo Decreto nº 97.146, de 30 de novembro de 1988. Este programa buscava ampliar a área irrigada do país e informava sobre a desapropriação das comunidades atingidas pela primeira etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

Através da análise das verbas destinadas ao PSV e ao PROINE podemos ver que a prioridade do Governo Federal era a irrigação de grande porte e não os programas que atendiam os camponeses diretamente. No ano de 1986 o Programa de Irrigação recebeu Cr\$ 6,6 trilhões

COMTER/UFC. MCIPIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Dino Gomes da Costa. 27/06/2016.

²⁸² Oficialmente nomeado como Programa de Apoio a Organizações de Pequenos Produtores Rurais do Nordeste segundo o decreto nº 92.320, de 23 de janeiro de 1986.

²⁸³ DE MATOS, Walkíria Gomes. Projetos comunitários: uma avaliação das experiências do PAPP e do Programa São Vicente. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 10, n. 1, 1994.

²⁸⁴ O programa tinha um conselho administrativo composto por representantes da SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., CONTAG, CNBB, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Confederação Nacional da Agricultura, Ministério do Interior.

²⁸⁵ SÃO Vicente tem verbas de 2 bilhões. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 26 de junho de 1986. Edição 118, p.16.

²⁸⁶ SAFRA terá aumento de 20% no NE. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 04 de novembro de 1986.

de cruzados novos para obras de “infra-estruturas hidráulicas de irrigação”, enquanto o Programa São Vicente recebeu em média Cr\$ 2,0 trilhões de cruzados novos, um valor bastante inferior em relação aos projetos de irrigação²⁸⁷. Exemplo dessa dinâmica de prioridades é o fim do PSV em 1990²⁸⁸, enquanto as políticas de irrigação foram se intensificando e promovendo o distanciamento do acesso a terra pelos agricultores.

Em 1988, outras atividades foram desenvolvidas na comunidade de Lagoa dos Cavalos que, desde a organização do grupo de produtores, se sentiu incentivada a buscar novas e diferentes melhorias para o território em questão. Naquele ano houve ações como manejo de abelhas e a criação de um Banco Comunitário de Sementes²⁸⁹ financiado pela ONG Esplar (Centro de Pesquisa e Assessoria).

A instituição criada em 1974 com o objetivo de prestar serviços sociais na área de assessoria aos trabalhadores rurais, desde os anos 1980, mantinha projetos que seguiam as linhas das tecnologias alternativas, como é o caso do Banco de Sementes. A iniciativa chegou à comunidade através de um projeto conquistado pelos moradores com o objetivo de assessoramento e financiamento do Banco de Sementes, reunidas pelo mesmo grupo de produtores que acessou o Programa São Vicente. Em Lagoa dos Cavalos, a Esplar chegou apenas como assessoria técnica, focando seu trabalho na construção e viabilização do Banco de Sementes comunitário.

Em 1988, a comunidade ainda se organizou de outras formas além do grupo de produtores. O Grupo de Jovens era responsável pela implantação da horta comunitária com a apropriação dos recursos da EMATERCE. Assim como a horta, a primeira Casa de Farinha da Lagoa e um projeto de Apicultura foram financiados pela instituição e essas ações movimentaram coletivamente a comunidade.

Na apicultura, além de conceder as colmeias iniciais, a instituição proporcionou cursos de capacitação sobre tecnologias alternativas. No final da década de 1980 a EMATERCE foi uma instituição muito acionada pelas comunidades do Tabuleiro de Russas. Diferente da Esplar, era um órgão público estadual que agia na comunidade vinculada à

²⁸⁷ NOVOS programas para o NE. **Diário de Natal**, Rio Grande do Norte, 14 de fevereiro de 1986. Edição 29, p. 9.

²⁸⁸ NUNES, Terezinha. Governo esquece o Nordeste: Combate à inflação e luta política frustram promessas de Collor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1990. Seção Política e Economia, edição 217, p. 15.

²⁸⁹ O banco de sementes é, portanto, um instrumento de garantia da soberania alimentar, da autonomia dos agricultores, de conservação da biodiversidade do Semiárido, do meio ambiente e da saúde dos agricultores no processo de produção e no consumo. Além disso, serve de espaço de conscientização sobre problemas causados por queimadas, uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que estimula o uso de inseticidas biológicos e naturais (ALVES, 2012, p. 169).

Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA). Suas ações de extensão rural eram de caráter técnico, ainda que a metodologia de ação tenha sido modificada desde sua criação.

A EMATERCE foi fundada no Ceará, inicialmente denominada Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em 1954. Essa instituição, em nível nacional, foi uma iniciativa do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), que integrava o projeto expansionista estadunidense, assim como o Plano de Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro (SILVA, 2009).

A instituição teve como seus principais apoiadores as organizações de colaboração técnica ligadas ao governo estadunidense e tornou-se um dos vetores da expansão econômica de mercado, da filosofia da “revolução verde” e, portanto, da expansão capitalista no Nordeste brasileiro.

Nos anos 1960 e 1970 a instituição seguia os projetos do Governo Federal de modernização do campo e suas práticas extensionistas, as principais foram à introdução de pacotes tecnológicos “recheados dos insumos industrializados, máquinas, equipamentos, agrotóxicos, fertilizantes e outros.”²⁹⁰

Nos anos 1980, a EMATERCE adotou uma metodologia construtivista interacionista: o agricultor participava do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos projetos. Porém, em 1990 com o início do mandato de Collor, há uma supressão de vários programas e instituições ligados à agricultura, como é o caso da própria EMATER – depois foi reestruturada –, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²⁹¹.

Além disso, os projetos chegavam à comunidade de forma bastante enrijecida sem espaço para alteração: os técnicos davam formações sobre o manuseio da tecnologia implantada e o acompanhamento do projeto não era executado de forma satisfatória²⁹².

O objetivo das formações e do desenvolvimento de tecnologias pela EMATERCE era a inserção dos agricultores no mercado de forma competitiva e associativa. O senhor Aldenor²⁹³ afirma que a instituição teve vários problemas administrativos na comunidade por

²⁹⁰ SEPULCRI, Odílio; PAULA, Nilson de. A Emater e seu Papel na Difusão de Tecnologia nos seus 50 Anos. **Prêmio Extensão Rural**, v. 2, 2006, p. 4.

²⁹¹ Ibid., p. 12.

²⁹² MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. Limoeiro do Norte/CE. 27/01/2020.

²⁹³ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Aldenor Marcelino de Lima. 27/06/2016, p. 10.

conta da falta de organização dos técnicos, que não conheciam a realidade do território, e da diminuição de recursos vindos do Governo para o desempenho das atividades.

Frente a isto, os agricultores de Lagoa acionaram outras instituições e projetos que dessem conta de suprir as necessidades da comunidade. Ainda que o Estado tivesse a intencionalidade de controlar e dirigir as ações no semiárido, a resistência por parte dos camponeses era visível pela seletividade do que seria implantado no território. Somente os projetos que se encaixassem nas formas organizativas da comunidade eram disputados, e quando estes mudavam a sua linha, a comunidade tinha a autonomia de buscar novos recursos, que pudessem atender melhor suas demandas.

No ano de 1989, ainda através do esforço coletivo, os moradores construíram a Casa de Mel, com recursos da Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará. Essas atividades do final dos anos 1980 delimitam o perfil produtivo da comunidade naquele período, com plantações de cajueiros, feijão, hortaliças, mandioca, milho; produção de farinha e extração do pó da carnaúba; criação de abelhas, galinhas, suínos, ovinos e bovinos²⁹⁴.

Concomitante ao processo de fortalecimento desse conjunto de atividades na comunidade Lagoa dos Cavalos, desde 1980, existia um debate sobre a implantação do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas (PITR) que previa a implantação de um distrito agrícola irrigado e que viria a atingir 22 comunidades rurais. A primeira etapa teve edital aprovado em 2003 e sua implementação em 2004, porém, as desapropriações começaram ainda no ano de 1989.

Segundo os 783 cadastros de desapropriados²⁹⁵ inventariados pelo COMTER, 550 eram de pessoas físicas, que indicavam que famílias de várias comunidades dos municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte foram desapropriadas de suas terras, muitas sem indenização, apesar do cadastro prever pagamentos pela terra e pelas benfeitorias²⁹⁶.

Esses registros estavam divididos em dentro e fora da poligonal (área de implantação do perímetro) analisando o cadastro detalhadamente, os 550 cadastros de pessoas físicas somavam 2.154 membros familiares atingidos diretamente pelo perímetro dentro da poligonal. Além destes os 213 cadastros fora da poligonal assinalavam 369 parentes, o que

²⁹⁴ BRAGA, 2010; ALVES, 2012.

²⁹⁵ O *Levantamento cadastral na área do projeto Chapadão de Russas -CE* foi um conjunto de documentos produzidos pelo DNOCS com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico e espacial das famílias na região que estavam no território palco do Projeto Chapadão de Russas. O documento é dividido em 5 partes: Dados sobre o ocupante, memorial descritivo do imóvel, classificação da terra nua, laudo de avaliação e planta individual do imóvel.

²⁹⁶ JÚNIOR, Mário Martins Viana; DE MAUPEOU, Samuel Samuel Carvalheira. Da produção camponesa familiar ao capitalismo: o perímetro irrigado Tabuleiro de Russas no Ceará (1988-2008). **Tempos Históricos**, v. 22, n. 1, p. 120-145, 2018, p. 129.

somando sugere o impacto, direto e indireto, a 3286 pessoas somente na região de implantação do PITR²⁹⁷.

Segundo moradores de Lagoa dos Cavalos, a comunidade Lagoa da Várzea foi a única que resistiu à desapropriação do DNOCS durante a primeira etapa do projeto, porém, hoje vive em área de reserva legal da mesma, ou seja, não tem direito à propriedade da terra²⁹⁸.

Maria Odete (2012) aponta que o processo de desapropriação dos moradores nas comunidades dentro do perímetro foi passivo, sem resistência por grande parte da população e por isso foi tão violento atingindo uma área de 10.795 hectares, onde residiam centenas de famílias camponesas, conforme observamos nos cadastros dos desapropriados.

Em nossa análise dos cadastros de desapropriados percebemos que 46 proprietários e/ou posseiros de terra se recusaram a assinar o laudo do DNOCS, assim como alguns nem sequer deram os dados pessoais. Dentre estes, destaque para Terezinha Ferreira Costa, presidenta do Grupo de Mães da região e moradora do sítio Sussuarana.

Esse número reduzido de assinaturas nos permite enxergar a pouca articulação naquele momento das comunidades afetadas e o elemento de surpresa, a chegada de uma obra hídrica de grande porte naquele território.

Essa violência é constatada pelo senhor Aldenor ao fazer um paralelo da realidade das pessoas, que foram desapropriadas com o fato passado:

Na primeira etapa todo mundo saiu, ainda hoje tem gente sofrendo. Tem colega da gente... dá até para ficar apavorado na situação que ele está morando, mais pobre do que tudo, né? Mas sofrendo as consequências né?²⁹⁹

As memórias dos moradores mais antigos da região são marcadas pelas intervenções do Estado, com o discurso de que viria a melhorar a vida de todos. A desapropriação para a primeira etapa destruiu várias melhorias que os camponeses haviam conquistado durante os anos pretéritos. Como exemplo, podemos citar as cisternas construídas pelos moradores antes das iniciativas externas. Elas garantiam uma segurança hídrica para as famílias, uma forma de autonomia camponesa, que foi perdida nos processos de desapropriação.

²⁹⁷ JÚNIOR; DE MAUPEOU., 2018, p. 130.

²⁹⁸ BRAGA, 2010, p. 143.

²⁹⁹ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Aldenor Marcelino de Lima. 27/06/2016, p. 11.

Dessa maneira, a partir de nossa análise, percebemos a existência de três vetores de atuação de projetos no território do Tabuleiro de Russas. De um lado existem projetos reivindicados e acionados pela sociedade civil, na figura dos moradores de Lagoa dos Cavalos; de outro lado, existe a implantação de políticas e projetos que atendem aos interesses do Estado e de frações de capital, mas que poderiam ser apropriados pelos moradores da área, como os da EMATERCE.

Ambos sendo mobilizados e gerenciados pelos camponeses, o que de certa forma, garantiu benfeitorias para o território da Lagoa dos Cavalos, como as colmeias, Casa de Mel, Banco de sementes, as cisternas construídas pelos próprios moradores, elementos, que caminhavam para a garantia da soberania alimentar e da autonomia de produção camponesa.

No mesmo território, porém, houve a incidência de um projeto maior: o PITR. Diferente dos projetos citados anteriormente que garantiam a permanência dos camponeses em suas comunidades, o PITR implicou a expulsão das pessoas de suas terras. Esse projeto acabou eclipsando os outros projetos de alternativas camponesas, inclusive, destruindo as benfeitorias³⁰⁰ conquistadas através deles, como apontam os cadastros de desapropriados.

O projeto do DNOCS para o território mostra a falta de planejamento mais longo das ações da instituição, que já traz no seu histórico de combate à seca várias medidas a curto prazo, além de ser perceptível o descuido em relação às famílias, que ocupavam o território antes da chegada do PITR.

Mesmo com o processo de desapropriação das famílias batendo à porta, em 1992, as comunidades se valeram de suas vivências passadas bem como das experiências – ainda que dolorosas – trazidas pelo processo de desapropriação e continuaram buscando melhorias para os que ali permaneceram. A comunidade Lagoa dos Cavalos não foi atingida com remoções na primeira etapa de instalação do PITR³⁰¹, apesar de ter a área inventariada e os seus moradores escrutinados pelos técnicos enviados pelo DNOCS.

Como era a comunidade com maior organização e conquistas de políticas públicas de gerência dos próprios moradores, Lagoa dos Cavalos, depois de uma seleção entre várias comunidades da região, foi escolhida pela Cáritas de Limoeiro do Norte para fazer parte do “Projeto-piloto de Convivência com o Semi-árido”.

³⁰⁰ DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Levantamento cadastral na área do projeto Chapadão de Russas – CE, DNOCS. Cadastros entre os anos 1989 – 1992.

³⁰¹ Segundo Comunidades atingidas pela primeira etapa: Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafístula de Baixo; Baixio dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixio Verde; Lagoinha. (DE ALMEIDA, JÚNIOR, DE CARVALHO CHAVES E GOIS, 2019)

Segundo o Relatório de atividades da CDLN de 1995 a iniciativa que aproximou a Cáritas da comunidade foi o “projeto de Apicultura³⁰² (cilindro) na comunidade Lagoa dos Cavalos, beneficiando 21 famílias”³⁰³.

Figura 1 - Curso de apicultura ministrado pela CDLN aos camponeses de Lagoa dos Cavalos



Fonte: Acervo da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Em cima: Fransquinha, desconhecido, Cristóvão, Aldenor, Cláudio, Neto, Dino, desconhecido, desconhecido e José Lima (Seu Mazinho).

Em baixo: Santa, desconhecido, desconhecido, desconhecido, desconhecido, Fátima e Carlos.

* As crianças não foram reconhecidas.

A imagem acima foi registrada em um curso sobre apicultura ministrado pela Cáritas para os apicultores da região. Nela vemos os participantes segurando uma cartilha com as orientações sobre a prática da apicultura e a participação de mulheres, ainda que em pouca quantidade.

Fátima era agente da Cáritas e acompanhava as formações no período. Conseguimos observar nessa imagem os laços familiares, característicos do meio camponês. Santa é prima de Dino e Carlos o irmão. Fransquinha e Neto são casados. José Lima, conhecido na comunidade como Seu Mazinho, é pai de Osarina, que não está na foto, mas que nos anos 2000 viria a trabalhar com apicultura em Lagoa dos Cavalos.

Através da imagem também percebemos a articulação entre comunidades vizinhas, como é o caso de Lagoa dos Cavalos – onde a maior parte desses sujeitos viveram e vivem - e

³⁰² Um projeto de apicultura já era desenvolvido na comunidade, e o novo projeto trazido pela Cáritas tinha o objetivo de trazer melhorias para essa experiência.

³⁰³ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no ano de 1995, p.2.

Sítio Junco – onde seu Mazinho vive. Essas duas comunidades são separadas por uma estrada de terra de em média 1 quilômetro de distância, como podemos evidenciar no mapa a seguir:

Mapa 4 - Comunidades Lagoa dos Cavalos e Junco – Russas/CE.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Maps.

A comunidade compreendida pelo retângulo vermelho é a Lagoa dos Cavalos. O retângulo amarelo é a comunidade do Junco. O pontilhado azul é a estrada de terra principal que liga as duas comunidades.

Essa centralidade dos cursos na comunidade Lagoa dos Cavalos acontecia pela organização da comunidade e porque a Cáritas, nesse período, ainda não tinha experiência com o projeto da apicultura, portanto precisava de uma comunidade piloto, o caso de Lagoa.

O projeto foi a porta de entrada para a Cáritas na região. Segundo os relatórios de atividades da Cáritas e as pesquisas de Braga (2010) e Alves (2012), a instituição desempenhou outros projetos na comunidade e essa relação dos moradores com os agentes possibilitou uma organização e um aprendizado mútuo sobre as capacitações e adequações das tecnologias sociais. Sobre esta temática, a moradora e ex-agente Cáritas, Osarina, afirma que:

Quando a Cáritas chega, o primeiro passo foi trabalhar a formalização da associação, porque através dela a gente poderia, né, ganhar muito mais. Tanto no sentido de capacitações, de informações, como no sentido de recursos para projetos, né? Então em 95 (1995), a associação foi registrada oficialmente como Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa³⁰⁴.

³⁰⁴ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de Vida e temática com Osarina da Silva Lima. Sítio Junco, Russas. 29/01/2020, p. 3.

A formalização da Associação Porfírio Nogueira da Costa, no ano de 1995, foi um dos fatores basilares para a continuação das conquistas na comunidade que vinha desarticulada em termo de acesso a projetos e financiamento desde 1991. Neste ano a EMATERCE encerra as suas atividades e deixa o território. No contexto de organização associativa com mobilização da CDLN, Dino destaca que uma das vitórias foi à conquista da luz:

A energia veio em [19]95! Já na fundação da Associação. Nós fizemos o projeto da energia, projeto São José na época. Através do sindicato. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas. Aí a energia chegou. Nós não tínhamos uma Associação, aí não éramos reconhecidos.³⁰⁵

A fala de seu Dino nos mostra o poder articulador que a comunidade já tinha junto a outras instituições, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas. Inclusive, era através da participação de alguns moradores das comunidades nas reuniões do sindicato que a Associação ficava sabendo dos projetos do Governo e as vias para poder alcançar os recursos provenientes destes.

Ainda no ano de 1995, os moradores prejudicados pela instalação da primeira etapa do Pitr³⁰⁶ começaram a se reunir e formular estratégias de resistência às investidas do Estado. Essa organização estava em articulação com a experiência dos moradores e com o acompanhamento da CDLN e de movimentos sociais.

O objetivo desse trabalho era “garantir a permanência dos pequenos produtores na área e envolvê-los de forma justa, em todo o processo produtivo e de desenvolvimento socioeconômico”³⁰⁷ É importante destacarmos esse acesso dos moradores as terras do perímetro, pois o que acontece na região é uma ressignificação do espaço. Seu Aldenor observa que a mesma terra, que antes era da comunidade, passou a ter regras, requisitos e permissões diferentes para ser usada:

[...] dentro da lógica de administração do DNOCS são 195 lotes pros expropriados, por critério de seleção, não é? Dentro dessa seleção, você vai ter os requisitos do DNOCS [...]. Vão usar critérios que pode excluir você não é, e aí?! Você esperando por esse momento, e pode ficar sem... mas tem esses 195 lotes, que dá mais de três mil hectares. Isso fica pros expropriados, e o resto para as empresas, técnico agrícolas

³⁰⁵ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Dino Gomes da Costa. Russas/CE. 27/06/2016, p. 4.

³⁰⁶ Aqui destacamos os moradores que foram atingidos e migraram para comunidade próximas e também dos moradores de comunidades que não foram expropriadas, mas que sofreram o processo de cadastro de desapropriados e que viram as suas comunidades repletas de técnicos medindo duas casas, terras, benfeitorias e atribuindo preço ao trabalho de uma vida toda, muitas vezes.

³⁰⁷ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no ano de 1995, p.5.

e agrônomos [...]. São terras limitadas. Algumas pessoas têm terras, mas são poucas. A maioria é do governo. Hoje a esperança da gente era um lote de terra de oito hectares. Para a gente que é pequeno. A empresa acho que tem 50 hectares, técnico agrícola 25 (ha)[...] se a gente não passar nesses testes, um dos critérios é a idade, um dos critérios é que acima de 60 anos você não pode se cadastrar para o lote. Porque vão achar que você com 60 anos, você não pode produzir mais³⁰⁸.

A fala de seu Aldenor é pontual, quando remete ao Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas. Quando cruzamos essa fala com o exposto por Bernadete Freitas (2010) vemos que a irrigação no Ceará tem diferenciações em relação aos anos 1970 e anos 1990.

Nos anos 1970, há o início da implantação da política de irrigação no Estado do Ceará. Nesse contexto é construído o primeiro perímetro público em Morada Nova que está localizado na região do Baixo Jaguaribe. O objetivo da irrigação, que a autora chamou de “irrigação moderna familiar”, era distribuir pequenos lotes para que as famílias de pequenos agricultores produzissem.

Após os anos 1990, com o avanço expressivo do neoliberalismo no Brasil, há uma reorientação da ação do Estado, que passa a privatizar os lotes, criar regras excludentes, expropriar pequenos agricultores e inserir no contexto do semiárido as grandes empresas agrícolas.

Essa mudança é baseada nas diretrizes *Novo Modelo de Irrigação*, integrante do Programa Brasil em Ação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O *Novo Modelo de Irrigação* se fundamenta no desenvolvimento sustentável e na competitividade, isto é, com produção voltada para o mercado. Esse novo modelo, questionava tudo o que foi realizado nos projetos públicos de irrigação. Uma crítica para submeter a irrigação a uma nova lógica, a da privatização.

O *Novo Modelo* tinha como objetivo estimular os investimentos privados em todas as fases do agronegócio de irrigação para ampliar as oportunidades de mercado. O papel do Estado nesse modelo era apenas o de orientar e regular, tendo a iniciativa privada autonomia nesses perímetros. Como princípios claros está a “ênfase no agronegócio”³⁰⁹ além de “evitar aceitar, em termos de política de expansão da agricultura irrigada, a divisão entre ‘agronegócio’ e ‘agricultura familiar’”³¹⁰.

³⁰⁸ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Aldenor Marcelino de Lima. Distrito do Peixe, Russas/CE. 27/06/2016, p. 7 e 8.

³⁰⁹ BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. 2008, p. 11.

³¹⁰ BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. 2008, p. 80.

Essa reorientação das leis de irrigação sobre o uso dos lotes do perímetro pode ser observada ao analisarmos a Lei de Irrigação de 1979 e a de 1997. A lei nº 6.662, de 1979³¹¹ determinava que 25% das terras desapropriadas para a construção dos perímetros deveriam ser destinadas à iniciativa privada.

A lei 9.433, de 1997³¹², mudava o percentual de privatização e ampliava para 50%. Além disso, incentivava a produção agrícola intensiva de alta produtividade, para tal, permitia o uso de “outras técnicas e insumos”³¹³, o que podemos relacionar com o crescente uso de fertilizantes e agrotóxicos nos perímetros irrigados.

Sob novas diretrizes de acesso aos perímetros, os 50% destinados aos camponeses da região não eram dados, de forma assistencial, como cita o documento. Para ter acesso os camponeses deveriam realizar “investimentos considerados necessários para aliviar situações prementes sem esperar o retorno econômico”³¹⁴.

A nova divisão da terra e do direito sobre ela é percebida, quando comparamos a quantidade de lotes destinados a cada uma dessas categorias:

No projeto Tabuleiros de Russas (CE), são 622 irrigantes: 499 são pequenos produtores e 78 são empresas. Os pequenos irrigantes representam 88,22% do universo total e ocupam 37,78% da área total de 10.564 ha. Já as empresas, que representam 12,54% do total, concentram 47,65% da área. (PONTES et al, 2013, p. 3216)

O que antes era território camponês, agora passa a ser território ocupado por empresas que transformam a terra e as relações nela contidas em mercadoria. Esse processo se intensifica substancialmente com os projetos e a implantação da segunda etapa do PITR, que trataremos mais adiante.

As pessoas são privadas da liberdade de ir e vir, têm suas terras de produção desapropriadas com a promessa de lotes dentro do perímetro, mas o acesso é repleto de burocracias, que não fazem parte do mundo camponês. É um novo território, o território do (agro) negócio. Embora não tenha acontecido remoções na Lagoa dos Cavalos, houve um

³¹¹ BRASIL. Lei nº 6.662 de 25/06/1979. Dispõe Sobre a Política Nacional De Irrigação, e da outras providências, 1979.

³¹² BRASIL. Lei nº 9433 de 08/01/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

³¹³ BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. 2008, p. 80

³¹⁴ BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. 2008, p. 81.

cerceamento dos deslocamentos de seus moradores e de comunidades vizinhas, já na primeira etapa.

Como forma de resistência, as práticas de Convivência foram cada vez mais promovidas e incentivadas no território. A partir da entrada da CDLN na Lagoa dos Cavalos, vários parceiros foram se aproximando por meio da articulação e mediação da entidade e essas medidas trouxeram atitudes de mudança social, econômica e educacional para a região. O papel articulador da instituição é uma de suas principais características a partir da década de 1990. Essa articulação e aproximação eram feita, na maioria das vezes, através de editais disputados em instituições diferentes.

Alguns projetos da CDLN junto às comunidades foram contemplados por instituições como ONG ESPLAR, Obra Kolping, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste. Esses projetos tinham como objetivo desenvolver propostas e experiências com o semiárido priorizando a implantação de tecnologias sociais, que possibilitassem uma autonomia hídrica e de produção no contexto daqueles territórios.

É nesse período também que a comunidade Lagoa dos Cavalos começa a participar de outras redes de conexão com comunidades de outros territórios, como é o caso das redes: Abelha Ceará, Abelha Nordeste e Sementes do Ceará. A partir dessas articulações, há o início de um processo de entrelaçamento mais consistente junto a Cáritas de Limoeiro.

A comunidade lançava suas demandas e a Cáritas observava, acolhia e encaminhava conjunta e horizontalmente formas de torná-las possíveis. Um processo de aprendizagem mútuo. Quando falamos em aprender, ressaltamos que a comunidade Lagoa dos Cavalos foi o primeiro grupo em que a Cáritas passou a experimentar vários projetos aprovados no âmbito de *Convivência com o Semiárido*. Por isso tornou-se:

[...] ponto de referência. Todo trabalho que eles [Cáritas] tinham no início, assim pra começar, devido a nossa organização, eles vinham pra cá, a gente botava pra funcionar. Quando estava funcionando, trazia outra comunidade que não tinha a organização igual a nossa pra ver a nossa organização, a nossa luta pra enfrentar [...]. Muitas vezes vinham pra cá os jovens, a importância do jovem estar engajado no meio, para que quando aquele pessoal mais [velho] tivesse um pouco assim cansado da luta, os jovens irem fortalecendo pra que eles nunca desistam. Aí foi o que aconteceu, os mais velhos estão na luta mais forte. Nem sei se é mais forte, eles vão para reuniões, essas coisas mais, que eles tem mais conhecimento assim da comunidade, nem tanto conhecimento, que os jovens de hoje já tem quase todo o conhecimento da comunidade, quem é engajado mesmo, quem fundou, as conquistas e sabem a importância da organização, da associação e a força que o grupo de jovem que tem aqui também tem a força muito grande com a associação, se não fosse a organização de hoje, se a comunidade não fosse assim tão visada, que eu acho que no município de Russas em outros municípios, uma comunidade conhecida que nem a Lagoa dos

Cavalos muitos cantos que for falar, ela tem um respaldo assim até maior do que ela é mesmo, fora viu³¹⁵.

Através do processo de “retroaprendizagem” entre a Cáritas e a comunidade Lagoa dos Cavalos diversos avanços foram percebidos nos dois polos. A máxima de Paulo Freire reflete o processo que estava acontecendo nesse período: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”³¹⁶

À medida que a Cáritas chega com um intento formativo na comunidade, ela é também ensinada pela própria comunidade. Assim, agentes e moradores se tornam sujeitos do processo, que constroem juntos, trazendo o pioneirismo da comunidade e a experiência para as pessoas, que estavam constituindo a Cáritas naquele período.

Um processo muito importante, pois virou uma comunidade referência para a Cáritas, para os outros territórios, que começaram a implantar práticas de *Convivência com o Semiárido*, para as universidades e para a região. O que gerou diversos vínculos entre as partes.

3.2.1 Interloquções em rede: as possibilidades de articulação

Através dessas articulações com entidades, experiências de outros territórios e agentes diferentes, a comunidade Lagoa dos Cavalos foi inserida em uma rede de atores, que dialogavam sobre o mesmo tema. Essas redes políticas territoriais de resistência são compostas por diversos atores-redes, que constroem alianças e vínculos entre si e propõem estratégias de resistência a outras redes políticas.

Essas aproximações permanecem de acordo com os interesses dos sujeitos que as compõem e, apesar de ser composta por membros distintos socialmente, não é definida por uma hierarquia predominante, ainda que haja uma assimetria entre o poder e os recursos de cada ator-rede. Além disso, a rede política territorial se redefine a partir das demandas do território e dos conflitos, que nele se desencadeiam³¹⁷.

A aproximação da Cáritas de Limoeiro com outras instituições ao longo dos anos é também um exemplo de rede política de resistência. A instituição está imersa em circuitos com diferentes agentes e por muitas vezes com agentes que têm interesses conflitantes com os seus.

³¹⁵ BRAGA, 2010, p. 86-87.

³¹⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 49. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 79.

³¹⁷ CAF SILVA. *As redes políticas de resistência ao Agronegócio: Impasses e alternativas*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia- MG. UFU. 2012

Primeiro participa de uma rede internacional a qual, principalmente nos anos 1980 ao início dos anos 2000, financiava grande parte das ações da instituição. Também faz parte da organização Cáritas Brasileira (CB), que une várias localidades, experiências e demandas diferentes.

É da CB que recebe as linhas gerais das ações. Essas pautadas pelo contexto regional e local que são articuladas pela Cáritas Ceará. No entanto, é em contato com outra rede, a dos territórios, que formula estratégias, metodologias e encaminhamentos. Ademais, faz interlocução com movimentos sociais, sindicatos, universidades e órgãos do Estado:

[...] as redes de resistência permitem o intercâmbio e a negociação dos interesses em jogo, de modo a distribuir custos e benefícios para que cada participante cumpra os compromissos contraídos, mesmo que haja diferenças de linhas de ação política entre os participantes da rede.³¹⁸

Essa relação acontece na medida em que a Cáritas aciona as políticas públicas, por exemplo, como é o caso do Projeto Um Milhão de Cisternas (PIMC) em Lagoa dos Cavalos e outras comunidades. O vínculo criado entre a Cáritas e o Estado, neste caso, é estritamente pragmático em favor das demandas dos sujeitos das comunidades. A Cáritas acessa o edital, conquista os recursos e, junto aos camponeses, os implementa na comunidade.

Outro tipo de aproximação é da Cáritas com o MST. Ainda que as diretrizes da Cáritas e do MST tivessem suas particularidades, a instituição mantém relações para atividades diversas, como intercâmbios de aprendizados sobre agricultura familiar, ações de mobilização das comunidades etc. Como justificativa a essas aproximações da CDLN:

[...] sua missão é estar a serviço dos pobres, dos excluídos, das excluídas, daqueles que estão sendo ameaçados, que sofrem ameaça de vida, por ser... Ela vai estar onde eles estão. E onde eles estão, estão os movimentos que lutam pela água, que lutam pela terra e nós estamos juntos também, porque é ali onde a vida está ameaçada. Então onde a vida está ameaçada, ela é convocada a estar. [...]³¹⁹

Notamos que um dos fortes marcos identitários da CDLN em todo o recorte temporal que delimitamos nesta pesquisa é o aspecto articulador e fomentador de redes políticas de resistência. Seja no combate à fome e à pobreza por meio do assistencialismo, seja pelas ações alinhadas ao paradigma de *Convivência com o Semiárido*.

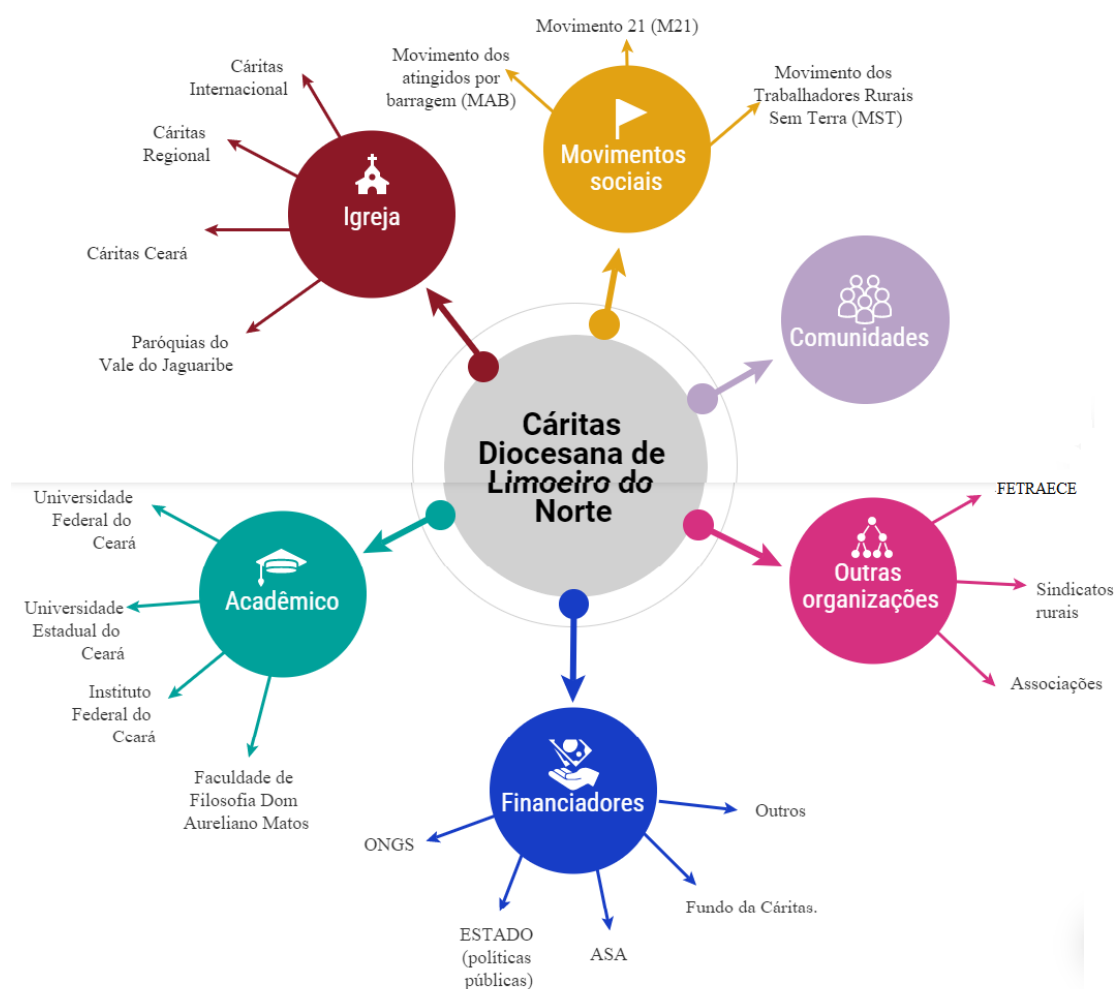
³¹⁸ DA SILVA, Carlos Alberto Franco. Dilemas e Impasses da Resistência ao Agronegócio no Cerrado. *GEOgraphia*, v. 15, n. 30, p. 33-52, 2014, p. 38.

³¹⁹ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. Limoeiro do Norte, Ceará. 27/01/2020, p. 5

A partir dessas conexões, aproximações e articulações uma das ferramentas de resistência adotadas pela Cáritas é a prática dos intercâmbios, que possibilita às diversas comunidades atendidas a aproximação com realidades, experiências e possibilidades diferentes das suas. Justamente por reconhecer as particularidades de cada território e visualizar o potencial de articulação entre eles.

Sistematizamos uma parte dessas articulações e redes, que a Cáritas se vincula a depender de sua ação do momento no infográfico a seguir:

Gráfico 4 - diálogos e interlocuções da CDLN



Fonte: Elaborado pela autora.

Na metodologia adotada pela Cáritas, o processo de trocas era iniciado nas comunidades a partir da identificação de problemas concretos, objetivos, relatados pelos

envolvidos/as. Na sequência eram feitos debates para o aprofundamento do entendimento e levantamento de proposições para resolução dos problemas.

A partir daí as possibilidades eram sistematizadas e encaminhadas para balizar as ações durante um ciclo que poderia ter duração variável conforme a ação (dias, meses, anos)³²⁰. Dessa maneira, as comunidades em rede tinham acesso ao que as outras estavam realizando e quais os problemas enfrentados.

O caso da Lagoa dos Cavalos é exemplar neste sentido, porque sinaliza como suas experiências puderam motivar outros grupos. A imersão e experiências em atividades sob o paradigma de *Convivência com o Semiárido* alavancou a projeção de outras comunidades para seguirem os caminhos traçados pelos moradores da Lagoa, claro, respeitando suas demandas próprias.

Ainda que não seja efetivamente concreto, o horizonte de expectativa figura um conjunto de possibilidades em relação ao futuro que pode acontecer ou não³²¹. Ao reunir as experiências dos moradores da Lagoa às suas próprias, os moradores das outras comunidades envolvidas nessa rede mudaram o seu horizonte de expectativa e criaram possibilidades, visto que os acontecimentos ficam no passado, mas as experiências avindas deles podem ser modificadas no decorrer do tempo³²².

Essas experiências tanto foram compartilhadas como foram ressignificadas pelas famílias das comunidades do Tabuleiro de Russas que, como apresentamos nesse trabalho, tiveram posturas diferentes nas duas fases de construção do perímetro (1992 e 2008).

Todas essas comunidades planejam suas ações de mobilização a partir de um ponto concreto. Ou seja, a partir do ponto de vista de cada território, as ações são gestadas e ainda que vários territórios sejam financiados pelo menos projeto, a Cáritas dá abertura para que os camponeses se apropriem dos recursos do modo, que seja mais interessante para a comunidade. A horizontalidade das ações dá o tom das ações nos territórios.

Essa horizontalidade é entendida nesse trabalho como uma forma de autoridade compartilhada³²³ entre a Cáritas e as comunidades, que atende. A *shared authority* [autoridade compartilhada] é o entendimento de que os sujeitos de cada território são as maiores autoridades de seus próprios passados, pois vividos por eles e seus antepassados, e, portanto, eles são

³²⁰ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. Limoeiro do Norte, Ceará. 27/01/2020

³²¹ NEQUETE, Julia Boor. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: usos do tempo histórico e propaganda política da ditadura militar (1964-1979). Revista SURES, v. 1, n. 13, 2019.

³²² KOSELLECK, 2006, p. 312.

³²³ Conceito desenvolvido a partir do diálogo com os escritos de HAYDEN (1997) e FRISCH (1990;2016).

habilitados a construir uma história pública. Essa construção é feita de forma dialógica³²⁴ na medida em que a Cáritas empodera as comunidades a definirem seus próprios passados e construir suas próprias demandas.

Como é o caso do Tabuleiro de Russas em que sua demanda concreta é a questão da terra, uma questão agrária. Conforme Cavalcante (2019), o avanço do agronegócio na região do Vale do Jaguaribe é a territorialização de um “novo *modus operandi*” do capitalismo no território.

Essa territorialização permite e incentiva o desenvolvimento da agricultura capitalista com o único objetivo de aumentar a produção agrícola em favor do mercado, além de “difundir a lógica de produção empresarial no campo, tornando-o capaz de responder às exigências desse novo projeto de acumulação capitalista.”³²⁵

A *Convivência com o Semiárido* possibilita o confronto com essa outra realidade implantada à medida que proporciona alternativas sustentáveis e acessíveis aos pequenos produtores. Nesse sentido, é interessante refletir sobre como as práticas de *Convivência com o Semiárido* puderam trazer alternativas para a questão agrária em Lagoa dos Cavalos.

Todo o processo de formação para a *Convivência* é baseado na horizontalidade, conhecimentos de direitos, canais de reivindicação, formações sobre meio ambiente, etc. Além disso, um dos traços é a formação de articulações. Dessas articulações surgem uma série de lutas e mobilizações em torno de causas comuns, tais como a Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas.

A Lagoa dos Cavalos era uma das comunidades que tinha representantes dentro da Comissão de resistência do Tabuleiro de Russas. Essa comissão era formada por vários representantes das comunidades afetadas, assim como pela Cáritas e outros parceiros, e era uma frente de sujeitos, que organizavam e mobilizavam as resistências naquele território.

A comissão foi criada em dezembro de 2008 após uma reunião com o DNOCS, quando o órgão apresentou os resultados da primeira etapa do projeto – por sinal, insatisfatórios³²⁶ – e garantiu que até o ano seguinte iniciaria o processo de desapropriação da segunda etapa do perímetro.

A organização da comunidade Lagoa dos Cavalos e as experiências de desapropriações com o Pitr e as ações da Cáritas de *Convivência com o Semiárido* foram

³²⁴ HAYDEN (1997, p. 48-9) apud. LOPES (2013).

³²⁵ CAVALCANTE, 2019, pág. 17.

³²⁶ Em 2008, apenas 10.765 hectares da primeira etapa estavam sendo utilizado, o que correspondia a 23% da obra, então as comunidades tentaram inviabilizar a construção da segunda etapa com essa constatação de improdutividade da primeira. (RIGOTTO; FREITAS, 2014)

determinantes para os camponeses do Tabuleiro de Russas reivindicarem o direito do uso da terra e acesso aos lotes do perímetro irrigado, além de um autogoverno de produção.

Na questão hídrica, pelo uso de tecnologias sociais que permitam a captação hídrica para que haja autonomia camponesa diante do novo modelo agrícola e agrário implantados na região pelo DNOCS³²⁷, o que podemos ver com mais clareza a partir da explanação de Odete (2012), quando analisa cada uma das iniciativas de *Convivência com o Semiárido* desde 1995 na Lagoa dos Cavalos.

A comunidade se apropriou de recursos de diferentes agentes financiadores e empreendeu diversas melhorias para atender as demandas da comunidade. Mais à frente, veremos que a chegada do DNOCS na região rompe a ampliação dessas atividades na região, pois além de destruir as tecnologias sociais implantadas, trabalha para desorganizar e desmobilizar as organizações camponesas.

Na tabela a seguir detalhamos algumas das tecnologias desenvolvidas na Lagoa dos Cavalos entre os anos 1995 aos anos 2004:

Tabela 2 - Atividades de convivência com o semiárido na COM. Lagoa dos Cavalos (1986-2004)

ANO	ATIVIDADE	PARCEIROS
1986	Horta comunitária	EMATERCE e PAPP
1987	Apicultura	EMATERCE
1988	Casa de Farinha	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Nordeste – PAPP
1989	Casa de Sementes	ONG Esplar
	Casa de Mel	Sec. de Agric. do Ceará
1995	Cilindro para violar cera (apicultura)	Cáritas de Limoeiro
	Formalização da Associação	Cáritas de Limoeiro
1999	Ovinocultura	Cáritas de Limoeiro
2000	Ampliação da Apicultura	
2002	Barragens subterrâneas	Cáritas de Limoeiro
2003	Sistema agrossilvopastoril	Cáritas de Limoeiro
	Sistema Agroflorestal	Cáritas de Limoeiro
2004	Cisternas de placa / P1MC	Governo Federal/CDLN

Fonte: BRAGA (2010); ALVES (2012); COMTER (2015)

³²⁷ BRAGA, 2010.

Observando a tabela acima, podemos analisar a quantidade de tecnologias implantadas na comunidade Lagoa dos Cavalos por duas perspectivas, que não se anulam, mas se diferem. A primeira característica que pode ser observada diz respeito à quantidade de tecnologias que a comunidade conquistou ao longo dos anos e suas funções mecânicas, estruturais e econômicas.

A apicultura, sendo umas das primeiras e principais práticas de *Convivência com o Semiárido* adotada pela comunidade gerou, no ano de 2010, 260 colmeias. A produção em média foi de 6,1 toneladas de mel por ano, com capacidade de produzir até 100 ton./ano. Isso constituiu uma renda bruta na comunidade de R\$ 2.000,62 reais bruto/ano para cada associado e para os que disponibilizavam de colmeias particulares esse valor era acrescido de R\$4.385,36/ano³²⁸.

Considerando somente a atividade apícola, a renda não é favorável ao bem-estar das famílias. Na *Convivência com o Semiárido* a proposta é que várias atividades sejam combinadas, em diferentes sistemas, para que além de diversificar a produção e a renda, a família não tenha a arrecadação dependente apenas de uma atividade, assim como do regime de chuvas³²⁹.

Nas imagens a seguir podemos ver algumas das técnicas de manuseio do mel produzidos pelas abelhas das comunidades:

Figura 2 - Fabricação de cera alveolada



Fonte: Acervo da comunidade

Figura 3 - Trabalho de desoperculação



Fonte: Acervo da comunidade

³²⁸ ALVES, 2012, p.165.

³²⁹ SILVA, 2006, p. 238.

Figura 4 - Colocação do mel na centrífuga



Fonte: Acervo da comunidade

Figura 5 - Extração do mel nas colmeias.



Fonte: Acervo da comunidade

A combinação dessas tecnologias e iniciativas de convivência também foram responsáveis pela permanência dos moradores na comunidade. Segundo Maria Odete (2012), o maior fluxo migratório para a região Sudeste na comunidade aconteceu entre os anos de 1970 e 1990, e até o ano de sua pesquisa a migração acontecia de forma reduzida e muitas vezes em direção ao Distrito do Peixe, à cidade de Russas ou Fortaleza.

O final do período apontado pela autora é equivalente à época de início da organização da comunidade e adesão das práticas de convivência. Parte das migrações do Nordeste brasileiro são percebidas como uma estratégia, “uma alternativa de reprodução da unidade de produção familiar”³³⁰. Ou seja, os sujeitos migram para outras localidades para enviar dinheiro aos familiares, ou juntá-lo e voltar à sua terra natal. Em seu retorno é nessa terra, que ele constrói sua morada e pratica suas atividades

O segundo ponto a ser evidenciado pelas tecnologias sociais na comunidade são os processos de participação, organização e de conquista da autonomia por parte dos camponeses levando em conta que, antes de ser um projeto técnico, a *Convivência com o Semiárido* tem uma intenção político-educacional.

Essa ideia de formação está presente na Cáritas de Limoeiro desde o ano de 1982, quando a instituição adotou uma postura “transformadora” de suas ações em relação ao público-alvo e começou a ter como objetivos: a “educação popular”, os “projetos de produção e geração

³³⁰ MENEZES, Marilda A. Família, juventude e migrações. Revista Antropológicas, v. 23, n. 1, 2012, p. 119.

de emprego e renda³³¹” e o “apoio aos movimentos populares³³²”. Antes disso, as formações aconteciam, mas com outra função: a dos cursos profissionalizantes³³³.³³⁴

A organização e a autonomia dos moradores da Lagoa dos Cavalos já era realidade desde antes da chegada da instituição à região. Porém, com as formações voltadas para o associativismo e o cooperativismo, os camponeses puderam conquistar diversos projetos com apoio e incentivo da CDLN.

Este foi o caso do Projeto Agroflorestal³³⁵ na comunidade. Um projeto enviado no dia 27 de julho de 2003 à Cáritas Regional Ceará, pela Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa, para solicitação de apoio a Unidade de Agrofloresta da comunidade.

Os agricultores, através da associação, apontaram como objetivos a “melhoria da qualidade de vida (humana e animal) de 27 famílias” da comunidade e “recuperação do solo degradado”. Além disso, no ofício inicial foi informado que os agricultores já tinham sítio “capacitados no modelo da agricultura florestal ou agroflorestal” e pediam a cooperação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte da realização do projeto³³⁶.

Outro processo formativo para os camponeses responsável por diversas conquistas futuras foi o beneficiamento da comunidade pelo Projeto Um Milhão de Cisternas. A partir do ano de 2003, a prática da construção de cisternas de placa iniciada pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), depois de anos de luta, se torna uma política pública financiada pelo Governo Federal, sob a presidência do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio do, atualmente extinto, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Com o intuito de construir um milhão de cisternas, o projeto previa o beneficiamento de cerca de cinco milhões de pessoas da área rural sem acesso ao abastecimento d'água e com renda de até meio salário-mínimo por membro da família³³⁷.

³³¹ Irrigação por inundação, apicultura, caprinocultura, ovinocultura, avinocultura, piscicultura, artesanato, casa de farinha, roçados comunitários com plantios de milho, feijão, mandioca..., implementos, equipamentos e máquinas agrícolas e etc.

³³² Associações comunitárias, Sindicatos rurais e urbanos, cooperativas e movimentos diversos de reivindicações.

³³³ Pedreiro, eletricitista, datilografia, lideranças comunitárias e relações humanas.

³³⁴ Relatório das principais atividades da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – ano 1982.

³³⁵ Os sistemas agroflorestais são formados por culturas permanentes, com fruteiras e com forrageiras; lavouras de inverno e com plantas destinadas à produção de matéria orgânica. A produção garante a melhoria do consumo familiar de alimentos e a ração para os pequenos rebanhos durante o período da seca.[...]os agricultores começam a substituir as queimadas por coberturas mortas (compostos orgânicos em decomposição) e a preservação de árvores de grande porte nas áreas de plantio. (SILVA, 2006, p. 232)

³³⁶ O projeto foi construído de maneira que apresenta o histórico da comunidade dividido em seções como: localização, vegetação, forma de organização, recursos hídricos, solo, relevo, atividades agropecuárias, população, religião, lazer, educação e justificativa do projeto.

³³⁷ SANTOS, 2016

A Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, como integrante da instância coordenadora regional da ASA, assumiu o PIMC na comunidade Lagoa dos Cavalos no ano de 2003. Apesar da ASA ser responsável pela linha de ação de implantação das cisternas nas comunidades, as instituições executoras tinham certa autonomia na construção dos projetos em cada comunidade, ainda que, depois de transformada em política pública, os recursos fossem mais direcionados e reservados.

Figura 6 - Placa de identificação de uma cisterna de placa construída na Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: Acervo da comunidade.

Anjerliana Souza Oliveira, atual coordenadora da CDLN, rememora o processo de implantação das cisternas do ponto de vista institucional da seguinte maneira:

Então assim, ela (a comunidade) recebia o recurso da gente. Ela gerenciava o recurso, tinha mobilização, tinha formação sobre o recurso, uma transparência sobre o recurso. Como é que faz pra executar essa transparência? Formação para entender a cisterna como um direito. Como é que ela ia trabalhar isso com a família para entender isso? para que os vereadores não viessem fazer palanque das cisternas nos períodos? [...] então assim: nós tínhamos um projeto de formação acoplado no programa de formação em mobilização social, entendendo que o programa deveria perpassar por aí [...] ³³⁸

O PIMC era tratado pela Cáritas em duas frentes. Por um lado, como um projeto que dispunha da implementação de uma tecnologia social para o armazenamento de água e uso da família. Por outro lado, como uma forma de transformação sociocultural, a partir do incentivo a outras formas de entender e se relacionar com as águas da chuva, bem como para

³³⁸ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. 27/01/2020, p. 9.

“modificar a tradicional determinação das políticas públicas, até agora definidas pelas elites em função de seus interesses.”³³⁹

O processo formativo, ao qual se refere Anjerliana Souza, continha diferentes dimensões da realidade dos camponeses e do semiárido brasileiro. Acontecia com o tema “ambiental, econômico, político e das relações de gênero e de geração.”³⁴⁰ Possibilitava uma formação para pedreiros que, a partir da metodologia do “aprender fazendo”, se empenhavam na construção das cisternas e se tornavam agentes multiplicadores da técnica na comunidade³⁴¹.

Nesse sentido, o caráter educacional extrapolava as dimensões puramente técnicas, conforme podemos observar na fala de Osarina Lima:

(...) as capacitações que vinham do PIMC eram, digamos, era fechado. Era aquela coisinha. E a Cáritas conseguiu transformar aquela formação no momento de mobilização da comunidade. Você tem que aprender como cuidar da água, lavar a cisterna, pintar a cisterna, entendeu? Colocar a bica, colocar um filtro. E a Cáritas transformava aquela oficina que vinha para ser de dois dias, para falar sobre isso, em um momento em que a comunidade se mobilizava para construir a cisterna da pessoa que não podia cavar um buraco, para ajudar a senhorinha lá que precisava mais do que o senhorzinho, para receber a cisterna. Então, ela conseguiu ter essa visão mais ampliada das coisas, né? E transformava uma simples oficina numa festa. Pra nós, quando a Cáritas chegava, menino! Quando era dia da Cáritas vir pra comunidade para fazer uma oficina... Nossa, era uma alegria só. (OSARINA, 2020, p. 12)

Osarina relata que as ações da Cáritas eram feitas em mutirão na comunidade e regados a muita euforia e animação, além de todo o aprendizado prático para a comunidade. Quando os moradores do Tabuleiro de Russas rememoram momentos passados de mutirões, como nas farinhadas, eles também relacionam a um momento de alegria, que importava para além do trabalho. O ato de reunião para ajudar o outro era motivo de festa e encontro. O relato de Osarina sobre a ação da Cáritas lembra os mutirões naquele território e mostra a aliança constituída entre a CDLN e a comunidade.

O um dos traços identitários da Cáritas durante esse período se caracteriza no diálogo com as memórias e experiências das famílias, que estavam participando das formações e da comunidade. Woodward ³⁴² afirma que a “construção da identidade é tanto simbólica quanto social” e por conta dessa dinâmica social a construção das identidades dos dois grupos, Cáritas e famílias, depende da construção do outro³⁴³. Portanto, de forma dialógica, quando a

³³⁹ CÁRITAS BRASILEIRA. O Semi-árido brasileiro. Caderno 3. 2002, p. 41.

³⁴⁰ Ibid., p. 41.

³⁴¹ CÁRITAS, 2002

³⁴² WOODWARD, 2019, p. 10.

³⁴³ EDGAR, Andrew. Identidade. In: EDGAR, A. & SEDGWICK, P. (org.) Teoria Cultural de A a Z. São Paulo: Contexto, 2003.

Cáritas cria mecanismos de acionamento da memória dos camponeses e os atrela as formações e ao contexto bíblico de suas ações esta está dialogando com aspectos e sentimentos de pertencimento dos moradores, que elencaram os mutirões como marcador de suas vivências, assim como está constituindo os marcos identitários de ação da própria instituição.

A Cáritas, como instituição formadora e executora desses projetos na comunidade, aciona os mutirões, uma forma de solidariedade da tradição camponesa, para a implementação de ganhos obtidos por uma política pública, no caso o PIMC. Dessa forma, com a atualização da tradição camponesa, a Cáritas mobiliza práticas antigas para a realização de novas atividades, que alteram a realidade das famílias no tempo presente.

Os mutirões são uma prática antiga de organização das comunidades rurais. Neles um grupo se reúne para ajudar uma pessoa a realizar um determinado trabalho, muitos moradores participam, pois, além de se transformar em uma festividade ao final da labuta – um importante traço da vida cultural dos camponeses –, é necessário que o trabalho seja feito em pouco tempo, pois cada pessoa que ajudou precisa voltar às suas obrigações naturais³⁴⁴.

O mutirão, seja ele espontâneo ou convocado, é um ato de solidariedade da comunidade que, para além de questões monetárias, se reúne em torno de uma causa – no caso citado a construção das cisternas – e faz o trabalho sem que haja pagamento em dinheiro. Mas não devemos confundir essa prática com o ato de socorro, ou de piedade. Muito pelo contrário! A tarefa é feita como um gesto de amizade, uma forma de se desocupar das obrigações do cotidiano e pelo intuito da cooperação.

A prática do mutirão, quando observado em seu aspecto religioso da Cáritas é apontado pela instituição da seguinte maneira:

Fazendo paralelo ao encontro de Jesus com a samaritana, vale representar que isso pode acontecer, hoje, na beira de uma cisterna, sendo Jesus algum dos muitos retirantes, sem água saudável... Ao pedir água à mulher, é ela que pode descobrir outra água, e tornar-se fonte de água que jorra...³⁴⁵

Visto como uma relação entre o trabalho, a festa, a religiosidade e amizade, os mutirões são uma prática que reafirmam a identidade do território do Tabuleiro de Russas. Há um acionamento de práticas pretéritas para transformações no tempo presente dos envolvidos e o trabalho coletivo expressa um contato com o outro, com o diferente.

³⁴⁴ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

³⁴⁵ Cáritas Brasileira. **AMOR QUE LIBERTA: MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE DA CÁRITAS BRASILEIRA**. Brasília, 2003, p. 36.

Nesse caso, é se reconhecendo como parte da comunidade, que os sujeitos se reúnem em torno de uma causa comum, pelo bem não só da pessoa assistida, mas entendendo o ato como um bem a ser alcançado para a comunidade. Mobiliza-se o sentimento de pertença, aspectos identitários no território. Ou seja, os mutirões são antes de tudo uma reafirmação e fortalecimento dos traços identitários daquela comunidade. São uma diferenciação das práticas individualistas, com tempo marcado e interesses financeiros.

Essa identidade construíram a partir das experiências camponesas e do contato com diversos agentes externos conferiu à comunidade Lagoa dos Cavalos o poder de se reinventar, de resistir e de persistir com os seus projetos. As experiências compartilhadas entre os moradores e os agentes durante todo o período em que a Cáritas executou atividades na região foram de importância relevante para construir uma comunidade mais forte, organizada e preparada para as adversidades futuras, que viria a sofrer. Todos esses processos fizeram parte da construção e da conquista de um “Território de Esperança”³⁴⁶, baseado nas resistentes formas de permanência na terra e pelo fortalecimento das práticas de agricultura familiar.

O território de esperança se projeta em oposição ao sistema hegemônico, propõe alternativas, que vão de encontro à organização socioeconômica e política, que assola o campesinato brasileiro desde o período colonial. Um novo território baseado na experiência dos sujeitos históricos e marcado pela tentativa de ruptura com a concentração fundiária, a subordinação nas relações de trabalho e políticas sob a figura do coronel. “Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.”³⁴⁷.

A consolidação desses territórios de esperança acontece de acordo com as dinâmicas estabelecidas no espaço camponês. As antigas relações da comunidade baseadas nas ligações familiares e no trabalho com a terra e influenciada pelas experiências vindas a partir dos projetos de *Convivência com o Semiárido*, como analisamos acima nas experiências da comunidade Lagoa dos Cavalos.

De todas as tecnologias sociais que apontamos nesse tópico, as iniciativas de Banco de Semente Comunitários configuram práticas de legitimação e construção do território, que se forma, pois permitem a autonomia dos agricultores na obtenção de sementes, já que antes dependiam da distribuição dos fazendeiros e do Governo.

³⁴⁶ MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Revista Nera, n. 10, p. 72-93, 2012.

³⁴⁷ Ibid., p.76

Além da qualificação das técnicas e dos procedimentos para o uso, separação e manejo das sementes essa atividade é uma forma de organização social coletiva dentro da própria comunidade que soluciona – ou ameniza – problemas sociais do território garantindo uma melhoria da qualidade de vida e da mobilização social da região, como apontamos entre as páginas 106 e 108 deste trabalho.

A Casa de Sementes, dentro de todas as fases de viabilidade apontadas por Lassance Jr. e Pedreira (2004), possibilita a preservação da diversidade de sementes crioulas³⁴⁸, portanto da memória e da identidade dos que vivem e constroem o território.

As sementes crioulas são variedades tradicionais imbuídas de significados para as comunidades, pois a partir delas é possível traçar uma ancestralidade e recordar o passado e as origens das famílias, suas produções e relação com a terra. Cada família se apresenta como o guardião de alguma semente e, portanto, de algum *saber fazer* passado de geração em geração, portanto, traço identitário dessas comunidades.

Por conseguinte, “construímos nossa identidade em relação a histórias de outras pessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito do nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar”³⁴⁹.

Portanto, as identidades das pessoas da comunidade são formadas a partir de suas próprias histórias, das de seus antepassados e também das histórias, que outros sujeitos criam sobre eles. Todas essas narrativas constroem a identidade da comunidade e contribuem para a marcação identitária da Cáritas, em contato direto com as comunidades e suas práticas, visto que a identidade é socialmente construída³⁵⁰. Sendo assim, a CDLN se transforma ao passo, que as comunidades também, em uma via de mão dupla.

Todas essas práticas contribuíram para a formação de uma rede entre várias comunidades atendidas pelas ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no território do Vale do Jaguaribe. Essas comunidades, principalmente nos anos 1990 e 2000, participaram de momentos de interlocução com outras realidades, vivências, experiências e contextos sociais. Essa aproximação entre comunidades diferentes foi possível a partir das práticas de intercâmbio do saber camponês fomentadas pela Cáritas na região.

³⁴⁸ As variedades crioulas podem ser definidas como variedades tradicionais de plantas cultivadas, adaptadas aos locais e culturas onde se desenvolveram, estando presentes nos bancos de sementes de muitos agricultores, principalmente em países em desenvolvimento, justamente por se constituírem como uma garantia de plantio do ano seguinte (DELWING; FRANKE; BARROS 2007, p. 187-188).

³⁴⁹ THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Revista Projeto História, São Paulo, n.15, p.51-71, abr.1997, p. 80.

³⁵⁰ FOUCAULT, 1978.

A comunidade Lagoa dos Cavalos, por fazer parte dos primeiros intentos de organização para a *Convivência com o Semiárido* assistidos pela Cáritas, foi um local que recebeu a visita de diversas comunidades vizinhas, de outras Cáritas do Nordeste e de comunidades da região do entorno, ainda no Vale do Jaguaribe, como é o caso de Caatingueirinha, localizada no município de Potiretama, a cerca de 110 km de distância das comunidades do Tabuleiro de Russas.

3.3 Intercâmbios e práticas: experiências dos moradores do Sítio Caatingueirinha – Potiretama/CE

[Entrevistador]: Fizeram intercâmbio lá em Lagoa dos Cavalos?

[Gracinha]: Sim, nosso primeiro intercâmbio, quando a gente iniciou com a Cáritas foi lá, Lagoa dos Cavalos. Lagoa dos Cavalos que foi assim, tipo um exemplo pra gente poder continuar. [...] Lá foi uma comunidade onde a gente... eu lembro que foi nosso primeiro intercâmbio, que a gente foi e quando a gente foi lá, que a gente viu as experiências lá, no primeiro momento, quando a gente só viu, a gente não acreditou muito.

[Entrevistador]: Quando viu o quê, os quintais?

[Gracinha]: Sim, as plantas, as coisas tudo cheio de mato, cheio, sabe? A gente não acreditou muito, mas aí quando foi tendo as explicações, que eles foram mostrando para gente. O importante dos intercâmbios é isso. Às vezes você só vê de longe uma coisa, você não acredita, mas quando você vai lá, que as pessoas contam, que têm os depoimentos das pessoas, aí você já muda totalmente seu pensamento. Nós pelos menos já saímos de lá com nosso pensamento bem mais mudado³⁵¹.

Gracinha nos relata que a prática de intercâmbio com outras comunidades mobilizadas pela CDLN, em específico com a comunidade Lagoa dos Cavalos, foi um elemento, que reacendeu a esperança das comunidades, que faziam parte da região da Caatinga do Atanásio, no município de Potiretama, em média 120 km distante de Lagoa.

De acordo com a líder comunitária, nesse movimento as comunidades de Baixinha, Baracha, Barros, Bom Futuro, Assentamento Riacho Seco e Caatingueirinha, desde o início dos anos 2000, desenvolveram, em conjunto com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, ações que visavam, entre outros objetivos, integrar essas comunidades a outras regiões com experiências semelhantes para que o processo formativo e de capacitação almejado pelas famílias fossem alcançados de forma conjunta, a partir do “saber fazer”, para além de formações expositivas ou meramente técnicas.

³⁵¹ COMTER. Entrevista de História de Vida com Antônia das Graças Moura. Comunidade Caatingueirinha – Potiretama/CE. 13/12/2015, p. 9

Os intercâmbios³⁵², inseridos na proposta agroecológica e de *Convivência com o Semiárido* tomada pela Cáritas nos anos 2000, reconheciam cada família e suas práticas de agricultura como uma fonte de aprendizado, produção e troca de saberes e, portanto, que almejam animar a troca de experiências e práticas entre os agricultores, sendo o suporte técnico, no caso a assistência dos agentes da Cáritas, responsável por impulsionar reflexões, problematizações e diálogos em torno dos temas elencados pelas comunidades envolvidas no processo.

A participação ativa dos camponeses no processo de construção de suas demandas e sinalização de problemas é também evidenciada nos intercâmbios. Estes são momentos que, além de socializar práticas agroecológicas, possibilitam a problematização da realidade experimentada pelos camponeses assim como busca meios de superar os problemas de forma coletiva.

Ainda que no primeiro momento geralmente sejam abordados pontos abrangentes e que envolvem temas como agricultura familiar, natureza e agrotóxicos, o objetivo central é familiarizar os camponeses às metodologias da prática intercambista e permitir que, depois da apropriação dessas práticas, os próximos momentos sejam construídos coletivamente unindo as necessidades das comunidades às condições técnicas e de implantação pela instituição responsável, no nosso caso, a Cáritas³⁵³.

Baseados nessa perspectiva de estar em contato com outros saberes, o processo de intercâmbio também é um processo de afirmação da identidade das comunidades, à medida que se percebem como conjunto, percebem suas potencialidades e carências, e buscam significar as novas experiências apreendidas com o outro em seus cotidianos reais.

É por isso que esse processo é também um momento de retomada de memórias, como por exemplo no sentido de relembrar as receitas de chás feitos com as plantas medicinais, que passaram de geração em geração; de valorizar práticas camponesas, como as cisternas, que nasceram das ideias e testes dos camponeses e foram incorporadas pelas instituições, como a ASA, até serem tornadas políticas públicas.

Todavia, os intercâmbios não são o ponto de partida de ações da Cáritas de Limoeiro na região de Potiretama. Entre os anos 2003 e 2004, as comunidades da Caatinga do Atanásio conquistaram a implantação do *Programa de Formação e Mobilização Social para a*

³⁵² Segundo ZANELLI (2015, p. 103): “Os Intercâmbios Agroecológicos constituem um conjunto de metodologias que articula diversos procedimentos técnicos para a análise do agroecossistema de forma integral, como os Diagnósticos Rápidos Participativos, “Caminhada Transversal”, “Círculo de Cultura”, entre outros.”

³⁵³ ZANELLI, Fabrício Vassalli et al. Educação do Campo e territorialização de saberes: contribuições dos intercâmbios agroecológicos. 2015.

Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) que teve como instituição executora a CDLN.

Com isto, iniciou-se, na comunidade um processo de obtenção e de captação da água através de tecnologias sociais assim como fomentou um amadurecimento da organização política dos sujeitos envolvidos nesse processo, que dura até os dias atuais.

A conquista das cisternas vindas do P1MC trouxe para a comunidade uma série de cursos formativos sobre temas como associativismo, gestão de recursos hídricos e formação política, à semelhança do que ocorreu na Lagoa dos Cavalos, em Russas. Esses apontamentos foram responsáveis por, a partir da reflexão dos agricultores e agricultoras, que participaram dos cursos, fomentarem vários intentos organizativos nas comunidades, bem como a busca de outros meios de formação e capacitação da população local.

Após o curso de Gestão Associativa, em 2003, algumas associações da região da Caatinga do Atanásio foram reorganizadas e outras fundadas. Diferente da Associação Pe. Leonardus do P.A. Riacho Seco que estava em funcionamento desde 1996, a Associação dos Moradores do Sítio Baixinha e a Associação Comunitária de Bom Futuro foram reestruturadas em 2005 e 2006, respectivamente.

Importante mencionarmos também que a Associação dos Moradores de Caatingueirinha foi fundada em 2004, justamente após as formações oriundas da metodologia de implantação do P1MC desenvolvida pela CDLN³⁵⁴.

Os representantes das associações que participavam das atividades da CDLN relataram vários desafios que estavam inseridos em seus cotidianos e que agravavam a situação de pobreza e esquecimento por parte das políticas públicas e de acesso a direitos básicos.

Alguns desses fatores indicados pelas lideranças comunitárias era o baixo nível de escolaridade, o pouco conhecimento para a elaboração de projetos (o que dificultava a disputa dos editais que eram acessados a partir da apresentação de um projeto), a necessidade de conhecer a realidade das comunidades vizinhas, desorganização associativa por grande parte dos moradores da comunidade e dificuldade financeira por conta dos longos períodos de seca enfrentados pelos moradores, em sua maioria, agricultores.³⁵⁵

Com o objetivo de atender os sujeitos daquela região, a Cáritas de Limoeiro começou sua ação nessas comunidades, visto que no censo de 2000, Potiretama ocupava o

³⁵⁴ Plano de ação trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social: outubro de 2006 a setembro de 2009. Relatório da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte enviado a financiadora MISEREOR.

³⁵⁵ Plano de ação trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social: outubro de 2006 a setembro de 2009. Relatório da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte enviado a financiadora MISEREOR.

4.876º lugar na ordem de qualidade de vida em comparação aos demais municípios do Brasil, atrás ainda de Ibicuitinga, que ocupava o 4590º lugar e que também foi um dos territórios de ação da Cáritas no início dos anos 2000.³⁵⁶

Além da extensão da ação para novos territórios atendendo a demanda das comunidades, que conquistaram o PIMC, a CDLN trabalhava nas comunidades Lagoa dos Cavalos (Russas) com o projeto agrossilvopastoril; na Lagoa do Teixeira (Russas) com o projeto de agrofloresta e do plantio da caju; em Coqueirinho (Fortim) com o projeto de agrofloresta; e na comunidade Neblina (Morada Nova) com o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) e a formação de lideranças³⁵⁷.

Mapa 5: Municípios atendidos pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte em 2006.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Plano de ação trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social: outubro de 2006 a setembro de 2009 da CDLN.

³⁵⁶ POCHAMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo, 2003.

³⁵⁷ Plano de ação trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social: outubro de 2006 a setembro de 2009. Relatório da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte enviado a financiadora MISEREOR.

Como observamos no mapa há uma redução de atividades se compararmos com a ação da instituição nos anos 1990. Essa redução aconteceu por conta da decrescente dos financiamentos internacionais em comparação aos anos anteriores e sinalizava uma mudança estrutural, que viria acontecer nos anos 2000.

O Brasil desde o final do contraditório “milagre econômico” do regime militar, passava por um grande déficit econômico, já que durante aquele período houve a crescente da economia, mas também o aumento das desigualdades sociais e da pobreza em decorrência do foco na industrialização e na urbanização.

A economia brasileira só voltou a se estabilizar na primeira década dos anos 2000 por conta das políticas de valorização do salário-mínimo, diminuição das taxas de desemprego, além do investimento externo em empreendimentos brasileiros e a ampliação de programas sociais voltados para as camadas mais pobres da população, sobretudo durante o período do governo Lula³⁵⁸.

Dado isto, a imagem econômica do Brasil perante o mundo foi se modificando. O país foi deixando de ser visto como um país subdesenvolvido e entrou para a lista de países em desenvolvimento. Isto realinhou o olhar de várias ONGS internacionais que financiavam projetos sociais brasileiros, gerando o redirecionamento dos seus recursos para territórios mais pobres, como em alguns países do continente africano. Esse redirecionamento nos financiamentos estrangeiros começou, sobretudo, após as políticas sociais adotadas pelo presidente Lula em seus governos.

Em 2005, segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*, divulgado PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil ocupava o 70º no ranking mundial de desenvolvimento humano³⁵⁹. Apesar desse grande salto no IDH (índice de desenvolvimento humano)³⁶⁰, que se manteve estável, o Brasil, até 2000, tinha indicadores de desigualdade de renda inferior apenas ao de 5 países africanos³⁶¹. Ou seja, mesmo assumindo lugar entre os países em alto desenvolvimento, o Brasil ainda era um dos países com mais desigualdade social no mundo.

³⁵⁸ DEDECCA, Claudio Salvadori; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SOUZA, Leonardo Flauzino de. Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, n. 98, p. 23-41, 2014.

³⁵⁹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008-Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. 2007.

³⁶⁰ Entre 1980 e 2011 o IDH do Brasil cresceu 31% enquanto o índice mundial aumentou em média 18% no mesmo período.

³⁶¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2000: Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano.

Com a criação e ampliação de vários programas sociais como o Bolsa Família e o Fome Zero, assim como políticas de crédito e seguridade para pequenos agricultores, o governo desse período conquistou um reconhecimento mundial por diminuir os índices de desigualdade social no país, ainda que esses permaneçam até hoje muito altos.

Em 2010, o então presidente foi condecorado pela ONU como “Campeão mundial contra a fome” em comemoração à saída do Brasil do mapa da fome e aos níveis crescentes de segurança alimentar³⁶². Com isso, as ONGs internacionais que antes enviavam financiamento aos projetos sociais brasileiros, com base nos dados, entenderam que o país, com altos índices de desenvolvimento, já não se enquadrava nos objetivos de ação dessas instituições. Ainda assim, a Cáritas Ceará permaneceu com projetos financiados pela Misereor, ainda que os investimentos tenham diminuído.

Com base nisso, a CDLN começou a focar na execução do P1MC e na formação de agentes, de voluntários e moradores que viriam a compor o quadro de ação juntamente com a CDLN durante os primeiros anos dos anos 2000 na região do Vale do Jaguaribe. Essas formações iam ao encontro da identidade assumida pela instituição que enveredava pelos caminhos da *Convivência com o Semiárido*, com a agroecologia e com visões e perspectivas ainda não familiares aos agentes.

Segundo Anjerliana³⁶³, entre 2003 e 2006, com a nova linha de ação da Cáritas Brasileira do Programa de *Convivência com o Semiárido* (PCSA), os agentes tiveram um uma fase de processo formativo, que se baseava em leituras e experiências que dialogavam com as práticas agroecológicas, por exemplo.

Foi nesse período que aconteceu uma aproximação tanto da Cáritas, como de vários movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe, com segmentos das universidades federal e estadual do Ceará.

Segundo a política de formação da Cáritas Brasileira de 2006, os agentes tinham que se adequar a um perfil e deviam atender algumas demandas que faziam parte da construção da identidade da instituição. Dentre eles, o agente, em seu caráter religioso, deveria ter o seu serviço alinhado às práticas de Jesus, pois este estava perto do povo, sobretudo o mais empobrecido.

³⁶² PASSARINHO, Nathália. Lula leva título de ‘Campeão Mundial na Luta Contra Fome’ pela ONU. G1 News. Política. 10/05/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/lula-leva-titulo-de-campeao-mundial-na-luta-contra-fome-pela-onu.html> Acesso em: 12/09/2020

³⁶³ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. 27/01/2020.

Era prática do agente ir ao encontro dos mais humildes e criar condições para que eles, a partir de suas próprias reflexões e fé, despertassem para a existência da liberdade e procurassem se perceberem como seres humanos solidários e multiplicadores da vida plena.³⁶⁴ A partir da análise dessa indicação baseada em preceitos religiosos podemos perceber e avaliar a práxis do trabalho dos agentes da Cáritas no Brasil e em especial, os agentes da Diocese de Limoeiro do Norte.

A prática formativa dos agentes era baseada no encontro com a experiência de outras Cáritas a nível estadual, regional e/ou nacional. As formações a nível “Cáritas” eram baseadas em linhas de ação adotadas pela coordenação nacional que tinham como balizadores os temas: a) Defesa e promoção de direitos da população em situação de exclusão social; b) Mobilizações cidadãs e conquista de relações democráticas; c) Desenvolvimento solidário e sustentável; d) Sustentabilidade, fortalecimento e organização da Cáritas³⁶⁵. Os encontros aconteciam em território pioneiro em alguma prática desenvolvida pela Cáritas, como é o caso de Lagoa dos Cavalos, que recebeu diversos intercâmbios de formação de agentes e comunidades.

A Cáritas de Limoeiro seguia com formações que se alinhavam com as lutas e demandas das comunidades atendidas. As linhas de ação da entidade no final da década de 1990 e início dos anos 2000 eram: a) *Convivência com o Semiárido* e projetos de geração de emprego e renda; b) Organização e articulação para o exercício da cidadania; c) Organização e fortalecimento institucional³⁶⁶.

Ao fazermos um paralelo das linhas de ação da Cáritas de Limoeiro com a proposta da Cáritas Brasileira percebemos uma padronização no foco das ações e uma uniformidade em território nacional das propostas de execução dos projetos.

Os fatores elementares para o realinhamento na ação e identidade da instituição nos anos 2000 estavam relacionados à sua participação na ASA, ao vínculo com os movimentos sociais e ao estreitamento de relações com as universidades e institutos federais.

O primeiro possibilitou o contato e a integração com diversos outros movimentos e lutas que não eram comuns ao cotidiano dos agentes e abrangeu a ideia de “rede” evidenciada em manuais e cartilhas produzidos pela CB.

³⁶⁴ ADAMS, Telmo. Política de Formação para a prática da solidariedade. Série Políticas 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006, p. 57.

³⁶⁵ ADAMS, Telmo. Política de Formação para a prática da solidariedade. Série Políticas 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006, p. 3.

³⁶⁶ Relatório das principais atividades da Cáritas de Limoeiro – 1999/2000

O segundo viabilizou a aproximação dos movimentos sociais com algumas comunidades que não os conheciam, e possibilitou uma inserção de estratégias e da mística³⁶⁷ dos movimentos aos agentes Cáritas. O terceiro garantiu um aperfeiçoamento técnico das práticas, uma visibilidade maior às causas da região, sobretudo a construção e ampliação de objetivos e perspectivas para as comunidades.

Esses três pontos caracterizaram a ação da instituição nos territórios, nas formações internas para agentes e na sua luta política no Vale do Jaguaribe e é a partir deles que podemos entender a importância dos processos formativos – para agentes e para os camponeses – para a efetivação das conquistas que viriam acontecer na primeira década dos anos 2000. Os moradores das comunidades de Potiretama viviam a realidade do latifúndio. Não que fossem latifundiários, mas estavam inseridos em uma política agrária baseada em um sistema que sujeitava a maior parte da população à subordinação dos donos de terra³⁶⁸ (Conforme tabela 3).

A manutenção do latifúndio e das relações sociais clientelistas na estrutura agrária local disputava território com um conjunto de famílias que possuíam minifúndios e tinham como atividade principal a agricultura familiar. Plantavam milho, feijão, macaxeira, jerimum, melancia, batata, caju e castanha do caju, carnaúba e algodão. Tendo como predominância o plantio em regime de 1/2, 1/3, 1/4 e a comercialização do excedente feita por atravessadores.

Tabela 3 - Questão fundiária nas comunidades da região da caatinga do Atanásio/Potiretama (CE) – maio de 2006

COMUNIDADES	TOTAL DE FAMÍLIAS/PESSOAS	PESSOAS <u>COM</u> TERRA	PESSOAS <u>SEM</u> TERRA
<i>Com. Baixinha</i>	120 famílias/312 pessoas	10 pessoas	80 pessoas
<i>Com. Bom Futuro</i>	S/D*	S/D	S/D
<i>Com. Barro Vermelho</i>	S/D	S/D	S/D
<i>Ass. Riacho Seco</i>	41 famílias/146 pessoas	29 pessoas	S/D
<i>Sítio Baracha</i>	77 famílias/245 pessoas	10 pessoas	76 pessoas
<i>S. Caatingueirinha</i>	57 famílias/210 pessoas	4 pessoas	48 pessoas

*S/D: Sem dados.

Fonte: Elaborado a partir de Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Plano de Ação Trienal de Apoio as Intervenções Políticas para inclusão social, Limoeiro do Norte (CE), 22 de maio de 2006.

³⁶⁷ As místicas são momentos de animação, de descontração e, também, de grande motivação para os participantes, trazendo à tona a dimensão simbólica. Geralmente a proposta é trazer a consciência das pessoas para o momento presente e sintonizá-las com a proposta de trabalho do dia. Apesar de muitos destes momentos serem feitos na forma de oração, existem outras formas de condução da mística, como música, teatro, dinâmica de grupos, entre outras [...]. (ZANELLI, 2015, p. 104)

³⁶⁸ Plano de Ação Trienal de Apoio as Intervenções Políticas para inclusão social, Limoeiro do Norte (CE), 22 de maio de 2006.

Analisando a tabela acima, percebemos que até o ano de 2006 a concentração fundiária ainda era um dos principais problemas da região e despertava o olhar para várias outras problemáticas, que acometiam a realidade dos moradores das seis comunidades listadas.

Com os dados do *Plano de Ação Trienal* é possível visualizar que em comunidades como Baixinha, Baracha e Caatingueirinha a porcentagem de pessoas com terra era inferior a 5% em cada comunidade, e mesmo no assentamento Riacho Seco a quantidade não ultrapassa os 20%, demonstrando uma grande desigualdade entre as pessoas com e sem terra na região.

3.3.1 Cáritas, ONGs internacionais e a (des) padronização das ações nos territórios

Os *Planos de ação trienais* configuram sistematizações de informações preexistentes nas comunidades. Neles é possível perceber dados sobre a população local, as condições de moradia, situação agrária, fontes de abastecimento de água, organização social e as dificuldades elencadas pelos moradores.

O documento é um extenso relatório monitorando a ação da instituição nas comunidades em um período de 3 anos com o financiamento das ONGs alemãs Misereor ihr Hilfswerk e Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V (KZE). O plano, que compreende aos anos de 2006 a 2009, é dividido em 4 partes: 1) Apresentação das linhas de ação da instituição e a justificativa do projeto; 2) Diagnóstico, planejamento dos grupos/comunidade e os projetos desenvolvidos; 3) Processo metodológico e 4) Equipe técnica e orçamento.

Para a execução desse projeto a Cáritas de Limoeiro contava com um quadro de 6 agentes contratados – Rosângelo, Anjerliana (Jerli), Marcondes, Rodrigo, Regilvânia (Reginha) e Maria de Fátima (Fatinha) com formações variadas a nível técnico e superior – esses eram responsáveis por se reunir com as comunidades e formalizar as demandas comunitárias através de encaminhamentos coletivos, como é o caso da construção dos diagnósticos³⁶⁹ desses lugares.

Nos levantamentos³⁷⁰ feitos pelos moradores, os assuntos mais citados são a falta dos direitos fundamentais instituídos no 6º artigo da Constituição de 1988³⁷¹. Nas seis comunidades havia reivindicações referentes também a falta de apoio financeiro e técnico aos

³⁶⁹ Levantamento de informações das comunidades feitas pelos próprios moradores. (ex.: moradia, acesso à terra e a água, constituição familiar, demandas e etc.)

³⁷⁰ Esses levantamentos eram feitos pelos moradores, mas guiados e sistematizada pelos agentes da Cáritas.

³⁷¹ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05/05/2020.

pequenos agricultores, a ausência de oportunidade de emprego e perspectivas para os jovens, a baixa renda da maior parte da comunidade visto os anos de seca, a desvalorização do preço de suas culturas em época de colheita e as pragas nas lavouras; alcoolismo e tabagismo e a falta do acompanhamento e proximidade da Igreja, na figura de um padre, àquelas comunidades.

Além desses diagnósticos construídos pelos moradores, aconteciam reuniões em que as comunidades se encontravam, partilhavam experiências e debatiam novas demandas. Esses relatos aconteceram com influência da instituição na região depois da chegada do P1MC e percebemos um direcionamento dos discursos do relatório (categorizados como “Dificuldades das lideranças em relação ao serviço junto às associações”) em direção aos posicionamentos tomados pela instituição.

Segundo o Plano Trienal, que desvela a percepção e análise dos agentes Cáritas em relação aos territórios, as dificuldades eram a pouca ou nenhuma formação das lideranças o que acarretava o desconhecimento para a elaboração de projetos, a falta de compromisso e comprometimento de grande parte da comunidade com as associações, o baixo nível de escolaridade e financeiro, a pouca participação das mulheres, a falta de espaço para reuniões e o pouco conhecimento do uso sustentável da terra.

Com o acesso e a sistematização de todas essas informações sobre os territórios atendidos, a Cáritas de Limoeiro iniciou o trabalho nas comunidades em março de 2007. O plano de intervenção formulado pela instituição para todas as comunidades seguia o mesmo padrão, adequando somente às quantidades.

Tinha sete objetivos principais que se desdobravam e se adaptavam a realidade de cada local, dentre eles elencamos: o programa de formação de lideranças, o apoio a mobilização e debate sobre o tema da Reforma Agrária, a participação em espaços de articulação³⁷², a formação de crianças e adolescentes, melhoria na alimentação e bem estar das famílias através da Economia Popular Solidária, preparo técnico que fomentasse a autonomia das associações em planejar, executar e monitorar projetos desenvolvidos pela comunidade e a inserção da figura feminina nos espaços de diálogo e trabalho de forma igualitária.

A padronização desses projetos refletia a política de obtenção de financiamento estrangeiro aos projetos no Brasil a partir dos anos 1980, quando, em nível nacional, as ONGs, que antes eram estreitamente vinculadas com as demandas dos movimentos sociais, passam a desempenhar um novo papel na sociedade civil.

³⁷² Fórum Regional pela Vida no Semiárido, Rede de Intercâmbio de sementes, Via campesina, Comissão Municipal pela Vida no semiárido

A nova postura inaugurada nos anos 1980 são os sistemas de “parceria”³⁷³. As ONGs passaram a estabelecer parcerias com o Estado e com o capital internacional, o que moldou e reconfigurou as suas ações à medida que os projetos e a “missão” das instituições deveriam se adequar às condições do financiador.

O novo lugar e papel político das ONGs, consideradas na sua generalidade, transfigura-se significativamente, passando de importantes “atores coadjuvantes” dos Movimentos Sociais, a “parceiros” do Estado e/ou do capital. De sujeitos (protagonistas) no processo de desenvolvimento e articulação a interesses populares, passam a “sujeitos” (amarrados) às necessidades de financiamento, funcionais ao projeto de reestruturação neoliberal³⁷⁴

A Cáritas, apesar de ser um organismo social da Igreja Católica e agir de forma semelhante a algumas pastorais sociais, na realização de seus projetos e no discurso da rede nacional (Cáritas Brasileira) desempenhava posicionamentos particulares em relação às ONGs. A Cáritas tinha demandas e missões que visavam prestar serviços, ainda que sob a ótica da autonomia, a comunidades, que estavam à margem dos projetos políticos instaurados no Brasil.

Como aponta Montañó (2015), essa mudança no direcionamento das ações das instituições era reflexo do realinhamento do neoliberalismo no mundo que, sobretudo, a partir de 1990, influenciou diretamente nos países da América Latina. O autor aponta que as intervenções passaram de uma ação política – que contestava as bases e estruturas sociais desiguais – e de assistência social – que garante que os direitos básicos sejam acessados – para uma “ação voluntária, filantrópica, assistencialista, clientelista.”³⁷⁵

Ao analisarmos os relatórios dos projetos construídos pela Cáritas ao longo dos anos, assim como é o caso dos *Planos trienais*, percebemos que é nítida a adequação das missões da instituição às tendências globais e locais. Seja nas parcerias com o Estado ou com as agências financiadoras alemãs (as principais financiadoras da CDLN ao longo dos anos), a Cáritas adequava os projetos para que esses fossem aprovados e a verba fosse utilizada nas comunidades atendidas.

Segundo Gohn (2004), as novas estruturas que gerem essas instituições demandam prazos e resultados, onde a palavra *mobilizar* passou a ser símbolo de organização da população

³⁷³ O primeiro momento da expansão dos financiamentos dessas ONGs seguia a lógica da “Teoria do desenvolvimento”, onde as organizações mundiais, através da “cooperação internacional” categorizavam o mundo em países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos. Estes estariam no primeiro estágio de desenvolvimento econômico e por isso eram palco de vários financiamentos vindos da Cooperação internacional, como o Programa Aliança para o Progresso. (Montañó, 2015, p. 55)

³⁷⁴ MONTAÑO, Carlos. O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. Cortez Editora, 2015, p. 86.

³⁷⁵ Ibidem, p. 74.

para a conquista e participação em programas sociais e não mais com o foco no desenvolvimento de uma consciência social.

As afirmativas de Gohn e Montañó se adequam a análise de nosso objeto de pesquisa apenas se visualizarmos os aspectos transcritos nos relatórios e planilhas enviados às instituições financiadoras. Quando olhamos a fundo o cotidiano dos camponeses e a ação da Cáritas nesses territórios, a partir das fontes orais, percebemos outras escalas³⁷⁶ que estão conectadas à realidade dos relatórios, mas que são realinhadas, movimentadas e adequadas às demandas populares. Uma realidade que avulta e sai dos papéis em forma de ações de mobilização, formação, solidariedade, consciência e problematização do mundo a partir do, e para o, saber camponês.

A partir da comparação dessas fontes percebemos que a realidade social não é a mesma quando se muda a escala de observação. Quando observamos esses fenômenos totalizantes, como é o caso dos editais e projetos que firmam regras atribuídas nacional e mundialmente, teremos uma percepção outra da realidade social, que observamos a partir das entrevistas de história oral.

Esses fenômenos pensados em escala global podem ser vistos de outras formas, quando observados e analisados os cotidianos e as trajetórias de grupos específicos. E isso não quer dizer que a análise se finde nessas duas possibilidades, visto que cada escala pode representar uma ou mais imagens da realidade social³⁷⁷.

Essas interações de poder entre as ONGS internacionais e a Cáritas, nos deixam claro, ao observarmos o movimento de ações da Cáritas, que existe, na linguagem de Scott (2004) um discurso público que é exposto nos relatórios, e um discurso oculto, aquele que é evidenciado à luz das ações de planejamento e realocação de financiamentos pela Cáritas.

A instituição, que nesse sentido, carrega muito mais os traços dos seus agentes e moradores de comunidades do que a identidade mais ampla da Cáritas Brasileira ou das ONGS, a partir de suas práticas, como os intercâmbios, constrói suas formas de resistências pautadas nos cotidianos e nos espaços sociais³⁷⁸ dos moradores e dos agentes da Cáritas de Limoeiro.

A infrapolítica no território se mobiliza a partir de intercâmbios e formações que os camponeses e agentes Cáritas desempenham. Uma “dimensão discreta da luta política”, que

³⁷⁶ REVEL, Jacques. Jogos de escala—A experiência da micro-história. Rio de, 1998.

³⁷⁷ Ibid., p. 27.

³⁷⁸ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Vol. 1: A árvore da liberdade. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

transcende a materialidade dos relatórios e permite a mobilização e a organização dos camponeses para as lutas da região. Como bem destaca Tyrone Cândido (2017):

[...] o domínio do discurso oculto é, por excelência, o espaço preparatório das manifestações públicas, dos protestos [...] o discurso oculto forma disfarces, testa limites... até que um dia a resistência revela-se *em alto e bom som* nos espaços públicos da sociedade. O discurso oculto dos subalternos então sai de cena para dar lugar à entrada do discurso público.³⁷⁹

As experiências camponesas construídas com as ações da Cáritas na região foram capazes de conferir outra dinâmica aos territórios de Potiretama. Antes os moradores estavam isolados em suas comunidades e não tinham acesso às discussões das outras localidades ali próximas³⁸⁰ e da mesma região, como o caso do Tabuleiro de Russas situado também no Vale do Jaguaribe.

As ações da Cáritas conseguiram ligar as várias pontas soltas desse território e as transformar em uma rede de solidariedade, aprendizado e apoio. A partir da criação dessa rede entre os territórios houve uma aproximação das pessoas, das práticas, das reivindicações em torno do que o geógrafo Rogério Haesbaert vai chamar de território-rede.

3.3.2 Intercâmbios e a formação do território-rede

A organização do território em rede é como uma conexão de vários nós que dão uma forma particular a organização territorial onde o objetivo principal é a facilitação na circulação e comunicação de ideias, pessoas e/ou mercadorias³⁸¹. Não obedece necessariamente às fronteiras pré-estabelecidas. O território rede é dinâmico e ativo, mas essa complexidade só é possível através dos movimentos dos sujeitos.

É importante salientar que no mesmo território pode haver uma superposição de redes, uma constelação de pontos que “destroem velhos recortes espaciais e criam outros”³⁸² que são descontínuos e dinâmicos. Porém, sabemos que existe outra rede no Vale do Jaguaribe, constituída pelo tripé Estado-agronegócio-latifúndio e que é sinalizada por Cavalcante (2019) como sendo um agronegócio fruticultor.

³⁷⁹ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Resenha O discurso oculto nas artes da resistência. 2017, p. 279.

³⁸⁰ Ainda que algumas associações fossem vinculadas, o acesso das pessoas não associadas às informações das outras comunidades era mínimo, percebemos isso ao analisarmos o plano Trienal de 2003 a 2006 que trazia como uma das demandas a falta de articulação entre as comunidades.

³⁸¹ DIAS, 1995, p. 147.

³⁸² SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção, v. 4, 1996., p. 188.

Mesmo com uma expressividade no Vale do Jaguaribe, a rede entre camponeses e Cáritas é insuficiente para se contrapor a outra rede. Portanto, ainda que a primeira empreenda várias formas de resistência na região, a segunda domina recursos e poder que impõe vários assuntos na região, dentre eles o recorte territorial, as expulsões, os projetos e as formas de trabalho. A “existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço.”³⁸³.

Nos anos 2000, como uma estratégia para aumentar essa rede territorial, a Cáritas se aproxima e é aproximada – através das ações autônomas dos moradores – de diversas outras organizações, como já citamos ao longo do texto. Cada uma com um objetivo, mas todas com o foco central de conter o avanço do agronegócio e das políticas neoliberais no campo e garantir segurança para os camponeses seja alimentar ou vital.

Portanto, os momentos de formações que aproximam camponeses, professores, universitários, militantes, religiosos e políticos se expandem para além momentos de troca de experiências. Essas ocasiões são responsáveis pela ampliação do território-rede, que tem empreendido cada vez mais lutas e conquistado direitos na região.

Por isso voltamos aos intercâmbios, pois em nossa análise configuram a ação mais efetiva para a construção dessas redes territoriais. Através de práticas tradicionalmente camponesas, como os mutirões, as gincanas, as quermesses, as feiras, a Cáritas além de ampliar as possibilidades dessa rede fomenta atividades, que fazem parte da práxis de reafirmação e resistência da identidade das comunidades rurais, tendo em vista que giram em torno das práticas alimentares, dos costumes, dos modos de fazer, das manifestações culturais e são um importante elemento, que guiam as resistências da região.

Notamos isso na construção da Casa de Sementes de Caatingueirinha. Segundo Gracinha:

[...] eram seis comunidades que participavam das formações: Caatingueirinha, Saco do Jerimum, Baracha, Baixinha, Barro e Riacho Seco. Essas comunidades participavam, aí nós combinamos em fazer uma gincana para a gente conseguir, né, **as sementes**. Aí a comunidade que conseguisse mais semente, ficaria com a casa de semente, né. Mais em **qualidade e em quantidade** também né, em variedades. Aí a Caatingueirinha conseguimos **260 espécies de sementes, as crioulas e as nativas**. E a gente que ganhou a gincana. Aí hoje, até hoje nós tem a nossa Casa de sementes, que hoje tem 45 sócios e tá funcionando, Graças a Deus³⁸⁴. [grifo nosso]

³⁸³ SANTOS, 1996, p. 183.

³⁸⁴ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Antônia das Graças Moura de Oliveira. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020, p. 7.

Gracinha nos comunica o processo pelo qual algumas comunidades do município de Potiretama participaram de uma gincana para terem acesso aos recursos da construção de uma casa de sementes, no qual a vitoriosa foi Caatingueirinha, a comunidade que está no centro da nossa análise de malha territorial de ações da CDLN no Médio Jaguaribe.

A gincana aconteceu, pois os recursos para a construção não advieram de políticas públicas, mas de financiamento internacional e que precisava ter custos fixos que só atendiam a umas das comunidades. Contudo, essa Casa de Sementes, poderia ser acessada por todas as comunidades da região, desde que os agricultores se associassem à iniciativa, mantendo a concepção de território-rede.

O trabalho coletivo da gincana possibilitou um resultado ainda mais amplo. As comunidades passaram a conhecer mais de suas experiências pretéritas e das histórias das comunidades, que lhes cercavam. Uma semente trazia consigo uma lembrança de família, uma comida que era feita em casa, um sabor, a vivência do trabalho com os pais e irmãos, as festas que eram regadas a pratos feitos com alimentos da terra, sem veneno, sem transgênico, apenas e pura semente crioula³⁸⁵ e camponesa. Um marcador do elo da identidade familiar e comunitária.

Para, além disso, as Casas de Semente possibilitam que os agricultores tenham uma certa autonomia na plantação e que não dependam estritamente das políticas públicas de distribuição de sementes para o plantio anual. Ter a escolha do que plantar e não ser coagido pelo Estado a plantar às culturas das sementes enviadas.

A Casa de sementes e os intercâmbios fazem parte do conjunto de atividades de *Convivência com o Semiárido* desenvolvidas pela Cáritas de Limoeiro na região do Vale do Jaguaribe. Esses dois pontos configuram o pontapé inicial para a dinamização do território-rede, que se conecta por meio das ações e práticas de agentes e voluntários.

A Casa de Sementes fornece o grão, que irá florescer no quintal produtivo. O quintal da casa de um morador se conecta com a farmácia viva de outra casa, que precisa do conhecimento popular das curandeiras, que vende a produção para outra comunidade, que compra o húmus pra adubar as plantações, húmus, que é produzido pelas minhocas, que

³⁸⁵ As variedades crioulas podem ser definidas como variedades tradicionais de plantas cultivadas, adaptadas aos locais e culturas onde se desenvolveram, estando presentes nos bancos de sementes de muitos agricultores, principalmente em países em desenvolvimento, justamente por se constituírem como uma garantia de plantio do ano seguinte (DELWING; FRANKE; BARROS 2007, p. 187-188)

trabalham no Bioágua³⁸⁶ para a reutilização das águas cinzas nos quintais produtivos. São ciclos que se sobrepõem e se completam formando o território-rede.

Essa lógica acontecia diferente na Lagoa dos Cavalos, no Tabuleiro de Russas. Lá, mesmo que de forma precária, as famílias tinham acesso à terra – fosse ela particular, arrendada ou comunitária – e podiam fazer plantações de maior escala em terrenos desvinculados da casa.

Contudo, com as desapropriações causadas pelas construções do PITR, muitas famílias perderam seus projetos comunitários de *Convivência com o Semiárido* e suas terras ficando com acesso apenas ao espaço da casa. Em Potiretama a lógica agrária é diferente.

O agronegócio se apresenta em potencialidade ainda não efetivada. Mesmo assim, a realidade de configuração histórica latifundiária implicava e implica que para os moradores terem acesso à terra, deveriam se submeter a práticas já conhecidas, como os sistemas de arrendamento, em sua maioria. Portanto a estrutura fundiária condicionava as experiências de *Convivência com o Semiárido* em Potiretama.

O agronegócio já é uma realidade em Russas, mas uma promessa para Potiretama. A região que já estava no processo de luta e garantia de direitos por conta das desapropriações advindas da construção da Barragem do Figueiredo, em 2008 também foram informadas de um perímetro irrigado para o território que seria construída a partir da desapropriação de mais de 8 mil hectares, além dos 9,631 ha. já desapropriados para a construção da barragem e açude do Figueiredo, o que causaria novamente uma expulsão das famílias do território da obra e de seu entorno³⁸⁷.

Os intercâmbios ajudaram nessa percepção dos riscos que Potiretama e adjacências poderiam correr. Intercâmbios esses feitos com a conquista de políticas públicas, como o PIMC, e com o financiamento das Ongs internacionais, como a Misereor. As duas iniciativas, público e privado, ainda que tenham a intenção de melhorar as condições de vida dos povos do campo, fazem isso com uma visão baseada no assistencialismo.

³⁸⁶ Segundo Cáritas (2018, p. 6): “O sistema do Bioágua Familiar é utilizado para o tratamento das águas cinzas - aquelas descartadas após uso em lavagens de roupas e louças, assim como a água de chuveiros domésticos. [...] O sistema realiza o tratamento das águas cinzas após diferentes etapas que começam pela: (01) retenção de sólidos, óleos e graxas na caixa de gordura; e (02) tratamento físico, químico e biológico no filtro que é a parte mais importante do sistema. O filtro é composto por camadas diferentes, cada uma com função específica, em que as águas cinzas passam inicialmente por uma camada de esterco curtido e com presença de minhocas, seguida pelas camadas de raspa de serragem, areia, brita, seixos rolados e maiores fragmentos de rocha; (03) tanque de reuso, que servirá para acumular água até seu uso em irrigação; e (04) aplicação da água de reuso em sistemas de produção de plantas adaptadas às condições ambientais da região semiárida, com base nos princípios agroecológicos”.

³⁸⁷ As informações sobre as possibilidades de regadio constam no Programa Conhecer, nº 24, exibido na TV Diário em 20 de dezembro de 2008.

No P1MC, as formações foram perdendo espaço no projeto, dado que houve uma supressão dos mutirões em prol da doação de cisternas³⁸⁸. As Ongs financiavam tecnologias sociais de *Convivência com o Semiárido*, em contrapartida queriam os resultados em relatórios, que previam as metas e a padronização dos projetos em todas as comunidades, não se importando com a especificidade de cada uma, como podemos observar nos Planos Trienais.

O fazer-se da Cáritas, como executora e mobilizadora desses projetos na região do Baixo e Médio Jaguaribe, acontece justamente na diferenciação de outras entidades, que colocam em práticas projetos como esses, inclusive outras Cáritas Diocesanas.

Ao perguntarmos a agentes e moradores, em entrevista, qual era a principal diferença da CDLN para as outras, as respostas sempre vieram no mesmo sentido: a mobilização. Nesse sentido, a fala de Osarina é muito assertiva para entendermos esse processo. Osarina nos relata sua experiência como moradora de Lagoa dos Cavalos e agente Cáritas:

[Entrevistadora]: Quando trabalhava na Cáritas teve alguns contatos com outras Cáritas, né, de outras cidades da região do Ceará, até de fora talvez. Tu consegues destacar um diferencial da Cáritas de Limoeiro para essas outras Cáritas?

[Osarina]: {risos} muito fácil de responder! {RISOS}[...] eu tive relação com todas as Cáritas do Ceará, de conhecer realmente qual o trabalho que cada Cáritas desenvolvia. Por que o processo da Cáritas é um trabalho em rede [...] E o grande diferencial que eu falo... que eu percebo, é que a Cáritas de Limoeiro ela tem uma preocupação enorme com a mobilização das pessoas. Principalmente a mobilização pela luta do direito à água e à terra, que é o básico. Porque para gente desenvolver um pequeno projeto, por exemplo, de uma horta no quintal produtivo, a gente precisa ter terra. Então como trabalhar um quintal produtivo com a família que não tem terra? [...] Aí a família não tem terra a gente vai ficar por isso mesmo? Não! A gente vai lutar para que aquela família tenha acesso à terra. Tenha o direito garantido. Então todas as outras Cáritas trabalham na construção de cisterna, [...] na construção de moradia, [...] quintal produtivo[...]. Tem até outros projetos que a gente nem conhece de outras instituições que aqui a gente não temos. A Cáritas de Crateús, por exemplo, [...] chegou a trabalhar com uma equipe de 16 a 17 pessoas. Desenvolvi 11... 12 projetos ao mesmo tempo. [...], mas não tinha esse cunho na mobilização, não tinha a preocupação que é o mais difícil, trabalhar na mobilização das pessoas, trabalhar a garantia do direito, enfrentar o sistema político, enfrentar o Governo para fazer com que os direitos das pessoas fossem garantidos. E a Cáritas de Limoeiro é a primeira. As outras coisas aí vêm depois, é uma consequência. Mas o foco do projeto trienal, o texto digamos assim, as palavras elas vão nesse sentido da mobilização, da luta, do direito, da garantia daquilo que é essencialmente humano. Pensando nisso, sem o direito a água e a terra, se a gente trabalha com um público de agricultores, como é que a gente vai trabalhar no projeto se a família não tem água e nem tem terra?³⁸⁹

Analisando esta fala, percebemos a visão de uma agente da Cáritas de Limoeiro relatando sobre as experiências em rede com as outras Cáritas. Os destaques às mobilizações

³⁸⁸ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Anjerliana Souza Oliveira. Limoeiro do Norte, Ceará. 27/01/2020, p. 7.

³⁸⁹ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de história de vida e temática com Osarina da Silva Lima. Lagoa dos Cavalos, Russas/CE. 29 de janeiro de 2020, p. 13 e 14.

na fala de Osarina coadunam com as ocupações, passeatas, protestos entre tantas outras formas de resistência direta, que a instituição organiza junto aos camponeses e em rede com outros movimentos sociais.

A Cáritas se apropria da verba e da ideia principal dos projetos vindos do Governo e das ONGS e confere a eles o tom das comunidades, o tom do território, as cores da resistência. E faz isso para ter acesso a outros projetos, recentes e passados.

A adequação desses projetos à realidade das comunidades gerou diversos projetos que podiam servir de aprendizagem para as comunidades visitantes e visitadas. A aproximação também foi responsável por, a partir das experiências de lutas, conquistas e perdas das comunidades, permitir que locais que não promoviam a reivindicações de direitos, sensibilidades e demandas de outras localidades passassem a se somar nesses movimentos.

Durante os intercâmbios, com a valorização da experiência e da fala de cada camponês como único, foi possível o diálogo de mundos, vivências e culturas comuns, em uma cinesia, que colocava o sujeito como aprendiz e como formador. O intercâmbio é antes de tudo uma troca. Desde a mobilização inicial, mística, apresentação das pessoas à caminhada pela comunidade, a partilha de conhecimentos e a permuta de sementes.

A percepção e construção desse território dinâmico e que se liga em rede possibilitou aos sujeitos, que construíssem também um território da esperança que se contrapunha a realidade agrária em que viviam as comunidades no Vale do Jaguaribe. Segundo Moreira e Targino (2007):

o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro³⁹⁰.

A construção deste território só foi possível pelas diferentes formas de resistência camponesa, seja ela cotidiana ou organizada. Historicamente, alguns seguimentos da Igreja tiveram o papel de mobilizador dos camponeses em torno da organização para a busca de seus direitos, como é no caso das CEB's.

Semelhante a esse movimento, a Cáritas também agiu como agente mobilizador dos sujeitos que viviam nas comunidades de Potiretama. E como mais uma forma de intercâmbio de comunidades do Vale do Jaguaribe atendidas pela Cáritas, surgiram os Fóruns

³⁹⁰ MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 77.

Microrregionais pela Vida no Semiárido (do Vale e o Estadual), onde a Cáritas desde 2001, após seu ingresso na ASA, teve a “missão de articular” o Fórum do Vale.

[Entrevistador]: Você participa dele?

[Gracinha]: Participo.

[Entrevistador]: Como é Gracinha? Que eu não conheço o fórum, como é que funciona?

[Gracinha]: O Fórum, o micro eu participo do micro, né? O microrregional, que é daqui do vale. É, ele funciona assim, são 21 municípios, né? Que se junta de 2 em 2 meses. Então, a gente se junta e faz o debate, e discute, quais os problemas, que nós tamo sofrendo no município. Então, aí a gente escolhe as prioridades, e leva até os governos. [...] Assim, através dos Fóruns a gente tem tido muitas conquistas, muitas conquistas mesmo. Aí o Fórum, assim, o Fórum microrregional, ele, ele faz, a gente faz as demandas das prioridades, que tem nas comum..., dos municípios, aí já lev.... Leva pro cearense, aí o cearense já leva, né? Pro... Pra ASA³⁹¹.

Conforme a fala de Gracinha, os Fóruns Microrregionais são espaços onde os representantes de cada município levam as demandas das comunidades para serem conhecidas e debatidas. Mediante diálogo podem ser transformadas em prioridade e serão discutidas no Fórum Estadual e enviadas à ASA para que se tornem um projeto financiado pela instituição ou uma reivindicação de política pública, caso comprovada a necessidade através da documentação nessas reuniões.

No espaço dos Fóruns são levantadas questões referentes à terra, à água, educação; são discutidos assuntos sobre a vida dos moradores dos municípios do Vale do Jaguaribe a outros encontros nacionais como o ENCONASA (Encontro Nacional da ASA), os fóruns regionais, os encontros com a Secretaria de Recursos Hídricos, entre outros.

É uma possibilidade de integrar as regiões em torno de causas comuns e ao mesmo tempo conhecer a particularidade de cada município representado nas reuniões. No contexto de Potiretama, um dos questionamentos feitos durante a discussão sobre a implantação do P1MC nas comunidades foi que as pessoas não tinham terra própria para que as cisternas fossem implantadas. Ou seja, como ter cisternas para produzir e ter acesso à água, sem ter acesso à terra?

Reflexões como esta, serviram de base para que as comunidades fossem provocadas a refletir sobre a sua vida, seu cotidiano, e, sobretudo sobre como poderiam conquistar, acessar e cobrar os seus direitos.

A questão hídrica está relacionada com a agrária, ou seja, a questão fundiária e disputas por terras, que também está em diálogo com a agrícola e se relaciona com as técnicas

³⁹¹ COMTER. Entrevista de História de Vida com Antônia das Graças Moura. Comunidade Caatingueirinha – Potiretama/CE. 13/12/2015, p. 9 - 10.

e a exploração do trabalho³⁹². Assim seguimos em um ciclo de relações que vão construindo um outro saber que também pertence ao camponês.

Um saber qualificado, técnico, problematizador, que já estava presente no cotidiano camponês, mas que foi animado pelas iniciativas de intercâmbio com outras realidades. O saber camponês não é estático, ele, assim como todo e qualquer agente social, se transforma através dos estímulos, que acontecem a sua volta.

Uma das conquistas desses intercâmbios e do aprimoramento do saber camponês foi a melhora no acesso à educação dos jovens e crianças, que viviam nas comunidades de Potiretama. Muitos, ainda cedo, partiam para a cidade em busca de melhores condições de vida, já que não tinham acesso à terra, e por consequência, viver da agricultura era muito variável, muitos tentavam longe de casa empregos que garantissem uma renda fixa e que lhes garantisse uma mínima estabilidade.

3.3.3 Juventude rural e a construção de novas experiências

O trabalho dos agentes na comunidade de Caatingueirinha não alcançou os jovens logo de início. Era um trabalho voltado estritamente para a questão das cisternas e envolvia mais os adultos e responsáveis pela casa. Mas vocês conhecem criança, eles são curiosos! Deimy, que era um jovem muito curioso costumava escutar, “escorado no pé da porta”, às formações da Cáritas que aconteciam na igreja da praça central da comunidade em 2006. Assim como Deimy, se aproximaram outros olhares entusiasmados como o de Renato, Andreia, Ivânio e naquele ano um grupo de 12 jovens passou a fazer parte das reuniões de formação oferecidas pela Cáritas para os agricultores da região.

Os doze jovens, mediante participação nos encontros, avaliaram que era preciso ter um grupo voltado à juventude e que discutisse assuntos voltados para esse público.

E a gente foi vendo que não era só aqui que jovem se organizando. “Ah, tem jovens lá num sei aonde!”. E a Cáritas acompanhava vários outros grupos de outros jovens, de outros espaços, em outras regiões, e eles foram convidando a gente a também se inserir nesses espaços. E aí foi acontecendo os intercâmbios. Tinha jovem aqui em Potiretama, jovem lá no Iguatu, jovem em Itapipoca, que estavam inseridos dentro desses grupos da Cáritas e aí foi acontecendo os intercâmbios. E a partir daí fomos conhecendo também outros grupos, não só mais os grupos da Cáritas. Também os grupos de pastorais, grupos de movimento de luta, grupos LGBT’s também que

³⁹² PRADO JÚNIOR, 1979.

estavam dentro dos espaços, e a gente foi conhecendo e foi se inserindo dentro de outros grupos, de outros espaços também, em outras regiões, outros estados³⁹³.

A fala de Deimy endossa uma das principais ações da Cáritas de Limoeiro nos anos 2000: os intercâmbios. Essa prática seria um dos marcadores principais da identidade, que a instituição assumia nesse período. O ato de conhecer através da visita, do encontro, do diálogo, da discussão, da problematização. Descobrir o novo, redescobrir o antigo, ressignificar o espaço, aprender com os mais jovens, fortalecer a sabedoria dos mais velhos.

Os intercâmbios, em nossa análise, permitiram à Cáritas, além do exercício de caráter pedagógico, uma ampliação da escala de ação, já que nos próprios territórios muitos moradores se tornaram agentes voluntários e a instituição conseguia se manter presente, mesmo sem a presença de agentes institucionais no local.

Em uma entrevista muito emocionado, Deimy, um agricultor, morador de Caatingueirinha, filho de pai e mãe agricultores nascidos ali, também fala sobre alguns estímulos que a instituição proporcionou aos jovens da região, como é o caso do acesso à educação.

Com as formações e os contatos com outros grupos de jovens de outras regiões, outras lutas, bandeiras e pensamentos, os jovens de Caatingueirinha lutaram para conseguir ter acesso às universidades públicas da região e que antes configuravam um espaço distante a ser ocupado por eles. Deimy destaca que:

[Deimy]: [...] A gente hoje está com uma perspectiva, acho que são 26 jovens que se inseriram dentro da Universidade Pública. São 26. E também tem mais interessados, inclusive quando a gente vai na escola, às vezes, incentiva. Os membros que participam dos grupos de jovens sempre estão incentivando, eles sempre estão incentivando, estão motivando também a partir das lutas, que junto dos outros grupos, também incentivam a Universidade Pública, principalmente a Universidade Pública.

[Entrevistadora]: E antes desses intercâmbios ninguém tinha ido ainda?

[Deimy]: Não, só gente lá da cidade que era filho de rico que conseguia ir para Fortaleza, para Mossoró, que conseguiriam garantir, mas eram poucos também. [...] ³⁹⁴

Deimy é um dos jovens que acessou a Universidade. Hoje é historiador. Formado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), escreveu o trabalho *Evolução Política até as Comunidades Rurais do Município de Potiretama* (2016). Ainda acessou a universidade

³⁹³ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Antônio Deimy Moura dos Santos. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020, p. 5 - 6.

³⁹⁴ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Entrevista de História de vida e temática com Antônio Deimy Moura dos Santos. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020, p. 6.

outra vez, neste caso a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), para cursar Pedagogia. Tornou-se agente voluntário da CDLN e participou de diversos intercâmbios.

Assim como para ele, a média de escolaridade e acesso à universidade cresceu entre os jovens de Caatingueirinha. A maior parte deles estudava em Limoeiro do Norte e ficava em uma casa de apoio da Cáritas, onde passavam a semana e retornavam à comunidade aos finais de semana³⁹⁵.

A participação dos camponeses, em seus diferentes públicos, na construção das formações diversas ofertadas pela Cáritas no território possibilitaram não só uma mudança estrutural na comunidade, mas uma transfiguração nos modos de agir e pensar daqueles que participaram ativamente do processo.

O relato de Deimy é apenas um em meio a tantos outros, que destacam a importância da chegada da instituição na comunidade, não pelo que ela trouxe fisicamente, mas pelas possibilidades de conectar essas pessoas a uma rede de saberes, práticas, pensamentos, lutas e perspectivas, que não eram comuns aos seus cotidianos. O refazer do camponês no mundo moderno.

[...] eu não tinha interesse em ir para a escola, nenhum. Nem de aprender a ler, porque para mim eu ia viver aí [se refere a comunidade]. Mas depois que eu fui me inserindo no espaço da Cáritas, eu pensei: “eu preciso ler para poder aprender o que é que eles estão dizendo também”. Não só isso, né? Mas a partir daí eu fui querendo mais ir para a escola, querendo mais aprender, querendo compreender mais sobre tudo, né? Sobre tudo que estava envolvido na nossa comunidade. Fui também criando amor pela comunidade, criando vontade de viver na comunidade, de aprender, de conseguir sobreviver na comunidade. E essas mudanças aconteceram a partir desses pequenos processos, né? Que ocorreram aqui na nossa região³⁹⁶.

Depois das atividades da instituição na região, houve um decréscimo na migração permanente de jovens³⁹⁷. A permanência acontecia por vários motivos, dentre eles, um novo olhar sobre a comunidade, fruto de um trabalho patrimonial feito em Caatingueirinha, a partir do ano de 2014, com auxílio de professores e alunos do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), vinculado à Universidade Federal do Ceará e em parceria com a Cáritas de Limoeiro do Norte.

A construção do Museu da Resistência histórica e cultural das comunidades de Potiretama foi um dos processos que permitiram às comunidades de Potiretama promoverem a

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ Ibid. p. 8.

³⁹⁷ Ibid.

patrimonialização de elementos de seu território e configurar uma nova estratégia de resistência, como sinaliza o próprio nome do local.

Essa resistência é feita a partir dos usos do patrimônio identificado e significado pelas comunidades da região enquanto o seu direito à memória. Tem funcionado, além de resistência, como exercício da cidadania na construção de novas narrativas históricas³⁹⁸, onde o processo de compreensão e da construção de significados é compartilhado dando à história pública a possibilidade de dialogar com outros modos de organização comunitária³⁹⁹.

A comunidade, assim como outras localidades da região, estava dentro do plano de ação da construção de um novo perímetro irrigado na região do Vale do Jaguaribe, além dos 4 já existentes⁴⁰⁰. O Museu, assim como todo o trabalho patrimonial feito pelos moradores, foi pensado como uma forma de resistir ao discurso padronizado do DNOCS, que usava como justificativa para a desapropriação de comunidades inteiras um discurso que, além de se referir às comunidades como locais de produção rudimentar, atrasada e improdutivos⁴⁰¹, invisibilizava os habitantes dos territórios, suas práticas, cultura, particularidades e sua história.

Conforme imagem abaixo:

Figura 7 - Museu da Resistência e Casa de Sementes em Potiretama



Fonte: Arquivo Pessoal

À esquerda: Museu da Resistência histórica e cultural das comunidades de Potiretama.
À direita: Casa de sementes Renascer do Sertão

³⁹⁸ ALMEIDA, Juliele Rabêlo de; MENESES, Sônia (orgs.). História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

³⁹⁹ FRISCH, 2016, p. 62

⁴⁰⁰ Jaguaruana, Jaguaribe-Apodi, Russas e Morada Nova.

⁴⁰¹ JÚNIOR, Mário Martins Viana; DE ALMEIDA, Diego Gadelha. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. Revista História & Perspectivas, v. 29, n. 54, 2016, p. 101.

A partir do Museu, os agricultores das comunidades da Baixinha, Baracha, Barros, Bom Futuro, Assentamento Riacho Seco e Caatingueirinha construíram uma sistematização dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, festas, danças populares, lendas, músicas, costumes e outras particularidades imateriais desse território dado como impercebível pelo DNOCS⁴⁰².

Além disso, construíram duas trilhas arqueológicas com o percurso que passava por várias escrituras rupestres na comunidade de Caatingueirinha, onde os guias eram os moradores da própria comunidade. Mostraram, como forma de resistência, um território vivo, rico em cultura e que contrapunha o paradigma territorial hegemônico projetado pelo Estado através do DNOCS. Paradigma este que:

[...] vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional, dentro de uma economia ainda fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador⁴⁰³.

A consciência dos camponeses deste território de conflito, que se formava desde a construção de obras como o açude Castanhão, ficou mais aguçada, quando comunidades vizinhas as suas foram desapropriadas para a construção da Barragem do açude Figueiredo⁴⁰⁴.

Isso foi intensificado a partir do contato com as experiências dos moradores do Tabuleiro de Russas que passaram pelo processo de desapropriação de suas terras para a construção das duas etapas do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR).

No período de 2013-14, enquanto as comunidades de Potiretama estavam no processo de construção de lugares de memória, as comunidades de Russas estavam imersas no processo de luta e resistência frente às desapropriações da segunda etapa. No perímetro Jaguaribe-Apodi camponeses e camponesas, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, faziam a ocupação de terras dentro do perímetro, que logo veio a se tornar o Acampamento Zé Maria do Tomé, em 2014.

A ligação das experiências das pessoas de todos esses territórios em uma rede foi primordial para a construção de uma teia de resistência, que possibilitava pensar um território

⁴⁰² Inventário participativo feito pelos moradores da comunidade, sobretudo os jovens, com orientação dos bolsistas do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais em 2016.

⁴⁰³ HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/trans territorialidade em tempo de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014, p. 53 – 54.

⁴⁰⁴ Para a construção da barragem do Figueiredo foram desapropriados cerca de 9.631 hectares de terras localizadas no município de Alto Santo, com impactos em comunidades de Iracema e Potiretama.

contra hegemônico e ao mesmo tempo formular estratégias de combate às investidas feitas pelo DNOCS em toda a região do Vale do Jaguaribe. Segundo Haesbaert:

Aquilo que propomos denominar de paradigma territorial contra hegemônico, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-“terra” (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo “bem-viver” (como afirma os indígenas andinos) depende dessa interação⁴⁰⁵.

Resistência também possível através da consciência política que os agricultores formularam mediante a construção de vários encontros, oficinas, reuniões, formações e diálogos. O território-rede, que também se faz território da esperança, que se contrapõe ao território do agronegócio, é antes de tudo o território da solidariedade, da empatia e da percepção dos camponeses como classe.

A partir dessas experiências, contra todas as faltas do Governo e investidas do DNOCS, os agricultores unidos passaram a defender o território camponês do Vale do Jaguaribe lançando mão de outras estratégias. Temos então a construção de um território de conflito.

⁴⁰⁵ HAESBAERT, 2014, p. 53 – 54.

4 “NASCEMOS NA TERRA, MORAMOS NA TERRA E VAMOS CONTINUAR NA TERRA”*

4.1 Os usos da terra e do tempo no Vale do Jaguaribe cearense

Antes da chegada do Perímetro Tabuleiro de Russas, vivíamos da agricultura, da pecuária, apicultura. Plantávamos milho, feijão, mandioca, tínhamos nossas fruteiras no quintal e criávamos pequenos animais como ovinos, suínos, caprinos, bovinos e aves. A gente tinha o açude, casa de Farinha. Tudo era em pequena escala, mas o suficiente para garantir o sustento de nossas famílias, de forma constante e de boa qualidade sem o uso de agrotóxico. Antes era tudo sossego, a gente vivia feliz, mesmo com as dificuldades nos tempos de seca, tínhamos a farinha e onde plantar e criar nossos animais e tudo que se plantava se colhia. A gente se ajudava nos momentos difíceis. Nas horas de sofrimentos tinha sempre alguém ali do nosso lado, reuníamos nas nossas festas familiares, religiosas, culturais e tradicionais a gente era feliz e não sabia. Hoje é só destruição, o DNOCS chegou com a conversa que não tinha intenção de tirar as famílias das localidades e mesmo assim fez toda destruição, só nos pagou uma merreca e ainda precisamos lutar muito pra receber o reassentamento, o perímetro pode ser bom pra as empresas, mas não pra gente porque agora só temos o direito de contemplar as grandes plantações de frutas, mas tudo a base de agrotóxico.⁴⁰⁶

A “Carta do Tabuleiro de Russas” foi um documento produzido pelas famílias do Tabuleiro de Russas no contexto de resistência às investidas do Estado ao território camponês das comunidades, que se situavam naquele espaço. Nesse trecho conseguimos observar o conflito entre duas ideais de ocupação e uso da terra diferente: uma concepção referente ao modo de vida camponês e outra relacionada à agricultura capitalista presente nas ações do Estados através de mecanismos como DNOCS, SUDENE, entre outros.

A mesma terra exerce então duas funções diferentes. Para o seu Aldenor, “a função social da terra é produzir”⁴⁰⁷ e a partir disso todos terão acesso a terra, trabalho e autonomia. Contudo, em um certame desigual em termos de poder simbólico, aquisitivo e político, o Estado transforma este mesmo território em espaço de especulação fundiária, de monocultura intensiva e de receptor de obras, que atendem a interesses do mercado fruticultor de exportação mais do que às pessoas, que vivem no semiárido. E isso não está isolado. Não é uma característica

* O título do nosso capítulo é referente a uma das faixas confeccionadas pelos camponeses para o Grito dos Excluídos que aconteceu no dia 07 de setembro de 2010. Esses sujeitos moravam nas comunidades de Prainha do Canto Verde, em Beberibe; em Lagoa dos Cavalos, Russas; Caetanos de Cima, Amontada; Flecheiras, Trairi; Itarema. São Gonçalo do Amarante; Limoeiro do Norte e Aracati.

⁴⁰⁶ 7Carta do Tabuleiro de Russas. Acesso em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-do-tabuleiro-de-russas/>

⁴⁰⁷ COMTER/UFC. MCIPIIC. Comunidade Lagoa dos Cavalos. Entrevista de história de vida. Aldenor Marcelino de Lima. 27/06/2016, p. 7.

apenas daquele território. A renda da terra é um dos fatores de maior alastramento dos conflitos por terra no Brasil, pois o camponês luta pela terra para trabalhar e as empresas lutam pelo lucro da terra⁴⁰⁸.

Essa transformação dos usos da terra acontece principalmente a partir dos anos 1960, quando o setor agrícola e rural brasileiro foi palco de muitas transformações combinadas com a modernização da agricultura. Essas mudanças aconteceram de duas formas.

A primeira foi à predominância dos setores industriais e do capital financeiro com a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial que subordinavam as atividades agrícolas. A segunda, por conta dos benefícios provenientes das políticas públicas, incentivos de expansão acessados mais facilmente pelos grandes empresários, que possibilitava que eles tivessem uma maior facilidade de ocuparem as fronteiras agrícolas⁴⁰⁹.

No Vale do Jaguaribe a especulação e lucratividade sobre a terra é ainda mais evidente a partir dos anos 1990. Durante essa década foram empreendidas um conjunto de políticas, que possibilitaram a entrada “mais agressiva no sentido de viabilizar o território jaguaribano para a expansão do agronegócio da fruticultura e atração das corporações.”⁴¹⁰. Especialmente a partir do final dos anos 1990 e início dos 2000, a estruturação do agronegócio na região do Jaguaribe e no Brasil aconteceu pelas estratégias de exportação de *commodities* agrícolas para evitar e esquivar-se da desvalorização da moeda brasileira e impulsionar o superávit da balança comercial⁴¹¹.

Além do conflito por terra há uma disputa corpulenta sobre o tempo. Baseados na estrutura do trabalho familiar e por muitas vezes em grupo, os camponeses adequam seu tempo a partir dos processos familiares ou das tarefas domésticas. O trabalho é feito a partir da lógica da necessidade e, portanto, está mais ligado aos ritmos naturais. Nesse sentido, é importante retomarmos a análise de Thompson sobre o trabalho camponês ainda, que concerne a outro contexto:

O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. [...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “trabalho” e a “vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia

⁴⁰⁸ MARTINS, 1980

⁴⁰⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

⁴¹⁰ CAVALCANTE, Leandro Vieira. “As firmas tomaram conta de tudo”: Agronegócio e Questão Agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. (Tese de doutorado). Centro de Ciências e Tecnologia - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Ceará, 2019, p. 27.

⁴¹¹ Ibid.

de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o passar do dia⁴¹².

Assim, quando há uma mudança no acesso a terra, há também uma variação na relação com o tempo, visto que sob as ordens do novo dono da terra, o camponês precisa se adequar ao tempo do empregador, que lhe é impingido. Este, como procura lucro na terra, também busca formas de monetizar o tempo dos camponeses, pois “ninguém passa o tempo, e sim o gasta”⁴¹³.

Essa metamorfose modifica as relações do camponês com o espaço e com o tempo, e tenta os afastar de traços inerentes de sua cultura, “pois não existe desenvolvimento econômico, que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura.”⁴¹⁴

O desenvolvimento econômico da região Nordeste segundo Burzstyn (2008) não pode ser pensado sem relacioná-lo com os momentos de “ação” do Estado. A presença da figura do Estado na região nordestina se consolidou de duas maneiras diferentes.

No primeiro momento assumiu um caráter autoritário por omissão. Depois essa ação foi se tornando mais ativa, sem perder o caráter autoritário. Em outras palavras, inicialmente houve uma “hipertrofia do poder local”, visto que o trabalho do Estado era fundamentalmente a construção de açudes em áreas privadas, fortalecendo a estrutura agrária dos latifúndios e o poder dos coronéis, e atitudes de caráter emergenciais, sem a intenção de transformar a realidade da região.

Isso é exposto com a fundação do IOCS⁴¹⁵ (Inspetoria de Obras Contra as Secas, 1906) que mantinha a estrutura de dominação através das obras hídricas emergenciais citadas anteriormente. Em paralelo ao descrédito do DNOCS por conta dessas obras em terrenos privados e pelos casos de corrupção, em 1959 é criada a SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do Nordeste) com a intenção de organizar e planejar as obras contra a seca no Nordeste e diminuir as diferenças entre essa região e o Sudeste⁴¹⁶.

Os dois momentos foram evidenciados pelos camponeses na região do Vale do Jaguaribe que, antes dos anos 1970⁴¹⁷ e através de ações do Estado, experienciaram as frentes

⁴¹² THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 271 – 272.

⁴¹³ Ibid., p. 272.

⁴¹⁴ Ibid., p. 304.

⁴¹⁵ Em 1919, Inspetoria Federal de Obras contra as Secas e em 1945, Departamento Nacional de Obras contra as secas.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re (li) gião: SUDENE. Nordeste, planejamento e, 1977.

⁴¹⁷ Data do início do funcionamento do primeiro perímetro irrigado da região, na cidade de Morada Nova.

de emergência, obras paliativas, e logo depois a realidade dos perímetros irrigados como forma “planejada” de mudança na região.

Bursztyn (2008) identifica que o início dessas ações planejadas se deu com a SUDENE, em 1961, que trazia propostas de modificação para a região Nordeste, contudo com o objetivo expresso de “frear os movimentos populares”. Portanto, ações de caráter apaziguadores, mais uma vez tentando combater a seca e as emergências da região e não projetá-las de forma planejada e dialógica com os que ali habitavam.

No Vale do Jaguaribe, como vimos ao longo deste trabalho, já existiam outras formas de viver e conviver – com – (n)aquele território. Desde o início do século XX, homens e mulheres ocupavam o território do Tabuleiro de Russas⁴¹⁸ e de Potiretama e ali levantaram suas casas, suas plantações, criaram suas reses. Fizeram laços de solidariedade, amizade e pertencimento. Memórias, histórias, estórias e lendas. Experenciaram um modo de vida regado a todas essas características, bem como a trabalhos pesados, idas e vindas, seja para pegar água ou para procurar uma terra boa para o plantio. Da terra viviam, na terra cresciam.

Semelhante ao modo de vida dos moradores de Tabuleiro de Russas, viviam também as famílias da região entre os municípios de Potiretama, Iracema e Alto Santo, localizados na bacia do Médio Jaguaribe, área afetada pela construção da Barragem do rio Figueiredo.

Nesse caso, desde 2002 já havia debates na região sobre a construção da barragem, a partir da apresentação do projeto executivo pela SOHIDRA (Superintendência de Obras Hídricas)⁴¹⁹. Os debates acerca do projeto aconteciam no Comitê da Sub-bacia do Médio Jaguaribe⁴²⁰ e inicialmente se tratavam de questões que envolviam as estruturas físicas e a proposta de transposição das águas do Castanhão para o Figueiredo.

Os debates sobre as obras que viriam a mudar a realidade daquelas comunidades só foram retomados em 2006, quando em uma reunião com os “prefeitos, deputados, lideranças, representantes de todas as comunidades e população do Vale do Rio Jaguaribe”, o então diretor-geral do DNOCS, Eudoro Santana, garantiu que a obra geraria cerca de 1.200 vagas de emprego direto. Através da irrigação, piscicultura e agroindústria esse número de empregos aumentaria

⁴¹⁸ ALVES, 2012

⁴¹⁹ BARRAGEM do Figueiredo será tema de reunião. Diário do Nordeste, Fortaleza, 28 de novembro de 2002. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/barragem-do-figueiredo-sera-tema-de-reuniao-1.131649> Acesso em: 10/03/2020.

⁴²⁰ O Comitê foi criado pelo Decreto estadual nº 25.39, de 1º de março de 1999, e instalado em 16 de abril de 1999. Trata-se de um colegiado de caráter consultivo e deliberativo. Conta com representantes de 13 municípios (Alto Santo, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Milhã, Pereiro, Potiretama, São João do Jaguaribe, Solonópoles, Tabuleiro do Norte.) além de representantes do Poder Público Municipal, Poder Público Estadual, sociedade civil e usuários.

para 15.000. Além disso, o diretor salientou que uma das prioridades do governo Lula era pagar as indenizações das famílias e construir os reassentamentos.⁴²¹

Em 2008 a obra foi incorporada ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)⁴²² do Governo Federal, no segundo mandato do presidente Lula. A obra que custaria 90 milhões inicialmente, em 2008 chegava à projeção de 120 milhões de reais de gastos destinados a barragem, desmatamento e reassentamento das famílias. O impacto do PAC na realidade brasileira não foi unânime.

Uma das características do governo Lula foi negociar com grupos distintos da sociedade e atuar com propostas de desenvolvimento que, ora se aproximavam das ideias neoliberais, ora das ideias keynesianas⁴²³. No meio rural, por exemplo, o governo criou políticas públicas emancipatórias, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que aproximava o produtor do consumidor, que possibilita o aumento da renda; também criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que vinculava a produção camponesa para as merendas das escolas públicas da região de produção; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para o incentivo da agricultura familiar e da *Convivência com o Semiárido*.

Em contrapartida, em 2004, criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, o Selo Combustível Social, em uma trajetória reversa as políticas citadas anteriormente, era pautado para a subordinação dos camponeses, pois vinculava a produção às empresas capitalistas⁴²⁴.

Além dos investimentos em políticas públicas que beneficiavam o *agrobusiness* a partir de 2007, a tendência desenvolvimentista, que originou os PACS, promoveu obras de infraestrutura, que atingiram diretamente o território camponês - como as que estamos trabalhando neste texto - o que gerou uma média de aproximadamente 595 ocupações de terra em todo o Brasil e cerca de 85.777 famílias, em média, participando dessas ocupações. Houve,

⁴²¹ CONSTRUÇÃO da Barragem Figueiredo recebe o apoio do povo do Vale do Jaguaribe. DNOCS, Fortaleza, 26 de maio de 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/noticia-site-antigo-650> Acesso em: 10/03/2020.

⁴²²“De acordo com o governo federal, trata-se de um programa que centraliza os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, com o envolvimento em ações conjuntas, como as PPPs (governo e iniciativa privada), impulsionando o crescimento econômico do Brasil.” (JARDIM; SILVA, 2015, p. 62).

⁴²³ JARDIM, MC., and SILVA, MR. Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo? [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

⁴²⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no lulismo. O pânico como política: o Brasil no imaginário do Lulismo em crise, 2020.

portanto, uma intensificação dos conflitos sociais no campo se compararmos aos anos anteriores, com exceção de 1998 e 1999⁴²⁵.

Esses conflitos sociais também se intensificaram no Vale do Jaguaribe. A luta pelas indenizações e pelos reassentamentos das famílias que estavam na área de alagamento da Barragem do Figueiredo não cessou nos anos 2008. Nos anos de 2012⁴²⁶ e 2013⁴²⁷ ainda eram noticiadas nos jornais as demandas das famílias, que mesmo depois de terem acesso às casas dos reassentamentos não dispunham de equipamentos sociais como creche, escola, posto de saúde, igreja e praça; não detinham a regularização fundiária nem energia elétrica na Vila São José, Agrovila e Boa Esperança - assentamentos construídos pelo DNOCS para realocar as famílias.

Algumas dessas famílias, ainda em 2016, permaneciam sem a terra de plantio. Quase 10 anos após o início do debate sobre as obras e a construção das barragens, as famílias ainda permaneciam sem a garantia de moradia e recursos básicos⁴²⁸.

Mesmo assim, nos anos de 2009 e 2010, o que essas famílias experienciaram foi uma relação inversamente proporcional. Na mesma medida em que viam os investimentos na obra crescerem, as obras do reassentamento ainda não haviam sido iniciadas; outras não haviam recebido indenização; e as que permaneciam na área de construção da barragem corriam risco de inundação a qualquer sinal de chuva.

Segundo o Diário do Nordeste, os investimentos destinados ao DNOCS aumentaram 48% em outubro de 2009⁴²⁹, mas ainda em agosto de 2010 – data em que a obra deveria ter sido entregue – as desapropriações estavam indefinidas, com moradores divididos entre a permanência na terra e a ida aos reassentamentos, que ainda não haviam sido iniciadas as obras⁴³⁰.

⁴²⁵ Dados do DATALUTA em sistematização feita por Eduardo Paulon Girardi (2009).

⁴²⁶ BARRAGEM do Figueiredo soma rombo de R\$ 13,5 mi. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02/06/2012. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/barragem-do-figueiredo-soma-rombo-de-r-13-5-mi-1.478280>. Acesso em: 13/02/2020.

⁴²⁷ VILAS de reassentados da Barragem Figueiredo vão receber água, energia e mais 20 casas. DNOCS, Fortaleza, 10 de junho de 2013. Disponível em: <https://antigo.dnocs.gov.br/gab-cs/noticias/2637-noticia-site-antigo-3020>. Acesso em: 15/10/2019.

⁴²⁸ DNOCS libera recursos para reassentamento na barragem figueiredo. DNOCS, Fortaleza, 05 de junho de 2012. Disponível em: <https://antigo.dnocs.gov.br/gab-cs/noticias/2306-noticia-site-antigo-2667>. Acesso em: 15/10/2019.

⁴²⁹ RECURSOS federais destinados ao Dnocs aumentam 48%. Diário do Nordeste, Fortaleza, 22/10/2009. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/recursos-federais-destinados-ao-dnocs-aumentam-48-1.515058>. Acesso em: 13/02/2020.

⁴³⁰ DESAPROPRIAÇÕES ainda indefinidas no Figueiredo. Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 de agosto de 2010. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/desapropriacoes-ainda-indefinidas-no-figueiredo-1.457758>. Acesso em: 13/02/2020.

Tal como o processo de desapropriação do Tabuleiro de Russas que, mesmo com as indenizações e reassentamentos da segunda etapa – em alguns casos - não garantiria aos moradores o acesso a terra para plantio, todos aqueles sujeitos moradores na área afetada pela construção da barragem do Figueiredo ainda sofriam com o medo de poder ver suas casas e demais bens submersos caso chovesse na região. Esse medo atrelado a uma série de vinculações e parcerias políticas e sociais permitiu que uma sucessão de ações de resistências fosse travada na região, inclusive no âmbito jurídico.

No dia 26 de agosto de 2010, mês seguinte ao impasse das desapropriações, as famílias decidiram ocupar o canteiro de obras, onde a empresa Queiroz Galvão era a responsável pela construção das estruturas da Barragem do Figueiredo. Antes da ocupação, Pe. Júnior relata o trabalho, que a Cáritas fez na região para a tentativa de mobilização dos moradores:

[...] em Potiretama, nós tentamos muitas vezes no período de construção da barragem mobilizar as comunidades para não deixar que a barragem fosse construída enquanto não houvesse a indenização. Não conseguimos. Fomos lá para a comunidade de São José [...], e fui com Anjerliana passando de casa em casa, mobilizando o pessoal, a associação pra fazer movimento, pra protestar em Iracema... **ninguém conseguiu mobilizar nada.** A comunidade de São José não reagia. Nós fizemos lá na igreja reuniões, mas não deu em nada. Quando deu a primeira chuva, que foi no período que estava quase fechando a parede da barragem, e eles viram que se desse mais uma chuva a comunidade iria ficar alagada, aí foi que tivemos a notícia que eles foram acampar na parede da barragem. E eles foram espontaneamente, mesmo nós tendo tentado isso muitas vezes.⁴³¹

A Cáritas, como um elemento exógeno ao território, enfrenta dificuldades de inserção em alguns debates e questões, sobretudo em territórios, onde a instituição não tem um trabalho de base duradouro, como é o caso de São José. Em nossa análise, a confiança que os moradores conferem aos agentes Cáritas são baseadas nas relações e experiências construídas a partir de ações concretas.

São José passou a confiar mais na Cáritas depois do apoio a sua mobilização. Potiretama precisou de um ato concreto, como os desdobramentos dos processos formativos e a produtividade das tecnologias sociais para confiar na Cáritas, assim como outros territórios. A confiança não é dada, é construída, o que nos evidencia o comprometimento e responsabilidade da instituição com as comunidades, que atende.

⁴³¹ COMTER/UFC. MCIPIIC. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. Entrevista temática com Francisco Júnior Aquino, 29 de março de 2015, p. 6.

Essa mobilização feita pelos agentes da Cáritas, citada na entrevista do Padre Júnior, que antecede a ocupação do dia 26 de agosto de 2010, foi realizada pelos moradores no perímetro da barragem, mas não surtiu muitos efeitos. Como analisamos na fala do padre, a movimentação para a ocupação do canteiro de obras só aconteceu depois de um elemento natural, a chuva, evidenciando o que Thompson (1998) nos fala sobre a ação dos camponeses baseada na necessidade. No dia 18 do mesmo mês as comunidades já haviam feito uma outra ocupação e se reunido com o DNOCS e o IDACE para falar sobre os processos de indenização, sem êxito.

Na matéria publicada pelo Diário do Nordeste⁴³² é evidenciado um grupo de movimentos sociais e organizações que se somam a luta dos atingidos pela barragem, tais como a FETRAECE, o MAB, OBAS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a própria Cáritas de Limoeiro. O que não está escrito nas linhas do periódico é que essas instituições tinham interesses e perspectivas diferentes sobre o evento e que houve um conflito entre as partes.

4.1.1 Entre a lógica camponesa e a lógica do des-envolvimento: territórios e narrativas em disputa

Segundo Joaquim⁴³³, além dos atores citados por nós acima ainda houve a inserção do MST nessa luta empreendida pelos atingidos pela barragem. Conforme o entrevistado, que participou da ação, quando as famílias chegaram nos canteiros de obras para ocupar foram surpreendidas com a tentativa de convencimento, por parte da FETRAECE, para que as pessoas voltassem para as suas casas e que o MST saísse da luta imediatamente.

A investida de desmobilização foi barrada pelo entendimento dos moradores da situação, que estavam vivendo, além da mobilização da CDLN por um discurso religioso feito pelo padre Júnior salientando a importância de permanecer na ocupação e de ter o auxílio do MST. Esse conjunto de ações garantiu que os camponeses, de forma democrática, escolhessem se ficavam ali e se aceitavam a presença do movimento. A resposta para as duas questões foi positiva.

Em outra esfera do mesmo conflito, segundo o relato de Joaquim, as comunidades e o MAB entraram em alguns desacordos sobre a ocupação e os caminhos percorridos durante o processo, o que resultou na não responsabilização do MAB a levar a frente os processos

⁴³² <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familias-fazem-nova-ocupacao-1.463238>

⁴³³ Dados disponibilizados através de uma entrevista de história oral onde um nome fictício foi criado para proteger a identidade do entrevistado.

ocorridos na Barragem do Figueiredo, ainda que sua função fosse assessorar as famílias atingidas por barragens.

Nessa análise percebemos dois momentos distintos aonde a mobilização pela Cáritas atinge objetivos diferentes. No primeiro caso, a tentativa de convocar a ocupação. Frustrada. Na segunda, o direcionamento e apoio aos camponeses a um pensamento para a permanência da ocupação do MST naquele espaço, o que serviu como forma de pressão e resistência para os encaminhamentos sobre a barragem e os reassentamentos.

O que podemos observar, ao analisar os movimentos de mobilização de ação direta na região do Vale do Jaguaribe, é a presença de uma forte linguagem religiosa empreendida nesses espaços, fruto do contexto religioso na região, que aproxima a Igreja dos empobrecidos e, portanto, das causas sociais concretas.

As ações diretas, aqui também entendidas como ações coletivas, são uma das formas de resistência dos camponeses na região do Vale do Jaguaribe. Essas acontecem em uma “zona intermediária”⁴³⁴, que se situa entre as formas de resistências cotidianas⁴³⁵ e as lutas organizadas⁴³⁶. É nessa zona que “emergem protestos que não visam ou não conseguem uma alteração completa da ordem social, mas que constituem instantes com repercussões em níveis que excedem o local ou a região em que emergem”⁴³⁷. No decorrer do texto abordaremos momentos de luta em que as reivindicações ainda que situadas em uma escala micro, dialogarão com níveis para além do local.

Um desses atos religiosos comuns na região jaguaribana é o entoar de cantos religiosos nas ações de mobilização, músicas, que fazem parte da mística de movimentos sociais, bem como da experiência, que os camponeses foram somando ao longo de seus contatos com outros grupos e organizações. Na ocupação do canteiro de obras da Queiroz Galvão um canto, que é lembrado pelos agentes sociais presentes⁴³⁸ é o seguinte:

Nossos direitos vêm – Zé Rufino

Nossos direitos vê, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também. (refrão)

⁴³⁴ GODINHO, Paula. Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos. In: FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula (coords.). *Mundo Rural*. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX), Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 90.

⁴³⁵ SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

⁴³⁶ HOBBSAWM, Eric J.; MOREIRA, Cid Knipel. *Sobre história: ensaios*. Editora Companhia das Letras, 1998.

⁴³⁷ GODINHO, 2000, p. 90.

⁴³⁸ MARTINS VIANA, Mário Martins. Entrevista com Júnior Aquino. Seminário da Praia – Fortaleza/CE. 29/03/2014

1. Confiando em Cristo Rei, que nasceu lá em Belém, e morreu crucificado porque queria o nosso bem, confiando em seu amor se reclama até doutor, mas nossos direitos vêm.
2. Quem negar nossos direitos será negado também; já chega de mil promessas sem cumprir para ninguém. Mas com os irmãos unidos o mundo muda de sentido e nossos direitos vêm.
3. Só porque tu tens a terra e o gado com fartura, tu negas o teu irmão, esse pobre sem figura, cuidado com teu mistério, um dia no cemitério nossas carnes se misturam⁴³⁹.

O esmiuçar do cântico nos permite observar que vários elementos da vida cotidiana do camponês são misturados com acontecimentos do contexto de conflito. A crença em Deus e nos seus sacrifícios para a salvação dos homens permanece forte nas missas, terços, novenas e procissões.

Os símbolos religiosos, neste caso o cântico, diferente dos usos religiosos tradicionais, passam a ser aqueles, que refletem a luta de um povo que expressa a si mesmo. Muitos dos cânticos tradicionais recebem outra letra, que dialogam com a caminhada e com as experiências, que devem ser evidenciadas ali⁴⁴⁰.

A temática dos direitos negados, da exploração, das desigualdades sociais também é evidenciada. Nós encontramos nesse cântico o novo cotidiano imposto aos camponeses depois da inserção das grandes construções em território camponês e o ataque à lógica agrícola e agrária preexistentes.

Também percebemos uma voz uníssona entre territórios distantes, mas que empreendem lutas semelhantes. A mesma música estava no livro de Cânticos da Romaria da Terra e das Águas, no Santuário do Bom Jesus da Lapa, Bahia, em 2009⁴⁴¹ e na plataforma digital Youtube, onde a música é acompanhada de uma imagem que diz: “Lutando e cantando: Música e política dos trabalhadores rurais de Pernambuco”, em gravação feita através do Programa de Memória dos Movimentos Sociais⁴⁴².

O que notamos é um uso e apropriação do cântico por diferentes grupos de camponeses do Nordeste e estratégias para que esses sejam guardados e cantados como

⁴³⁹ ZÉ RUFINO. Nossos direitos vêm. Gravado em Carpina (PE), no Batuk Studio, em 2007 durante a festa de São José. (278 minutos)

⁴⁴⁰ VEIGA, Alfredo. O povo em marcha: peregrinações e romarias sob o olhar da Teologia da Libertação. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 136-148, 2010, p. 144.

⁴⁴¹ Cânticos para a Romaria da Terra e das Águas - Igreja da Lapa, nº 156 - Ano VI (2009) - Santuário do Bom Jesus da Lapa - Pastoral Litúrgica

⁴⁴² 18 - Nossos Direitos Vem. Realização Museu Nacional (UFRJ), NuAP, LACED, FETAPE, ASEPA, IICA, NEAD e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TgNrH4D5X-U>. Acesso em: 08/04/2021.

característica da unidade entre os movimentos sociais do campo. A partir deles, o “sagrado abarca num mesmo tempo, uma experiência religiosa, simbólica e também política”⁴⁴³.

Religiosamente esse cântico liga os camponeses ao sagrado, simbolicamente os liga a essa unidade de lutas camponesas representada pelos movimentos sociais do campo. Politicamente reflete a questão agrária mais ampla e os conflitos, que dela surgem. Esses elementos estão presentes em romarias, procissões, e em nosso estudo, nesta ocupação.

A ocupação durou quase um mês. No dia 11 de setembro de 2010 as famílias ainda permaneciam no canteiro de obras. Naquele dia aconteceu uma reunião convocada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, presidida pelo bispo Dom José Haring, da Diocese de Limoeiro do Norte, e tinha como objetivo garantir os direitos dos atingidos pela barragem.

Na reunião estavam presentes representantes do DNOCS, IDACE e INCRA, além de representantes dos municípios de Iracema e Potiretama. Nessa ocasião, foi acordado entre os participantes a necessidade de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁴⁴⁴.

o TAC aparece como um instrumento eminentemente reativo de tratamento de conflitos, que é acionado pelos órgãos legitimados quando um problema ou dano já ocorreu. Assim, acaba, na maioria das vezes, buscando o ajuste de conduta dos causadores de danos ambientais já ocorridos, se valendo supostamente do princípio da prevenção no sentido de evitar que esses danos ocorram novamente⁴⁴⁵.

O TAC tem a proposta de ser um documento que formaliza uma negociação entre duas partes diretamente sem o uso diretamente jurídico, ainda que por muitas vezes utilize a mediação de órgãos jurídicos e da linguagem e percepção moderno-jurídica.

Esse contato direto, em tese, permite que a negociação aconteça de forma mais rápida e tem como objetivo a “desburocratização” do processo. Os TACS são produzidos pela comunidade e assinados pela instituição em negociação, no caso do DNOCS⁴⁴⁶. Mas até essa assinatura o percurso é conflituoso, e o documento é enviado, reestruturado e reorganizado várias vezes, o que o desvia do seu objetivo de celeridade e objetividade.

Em novembro do mesmo ano, um Decreto Estadual⁴⁴⁷ definiu como “situação de emergência anormal em Iracema, Potiretama e Alto Santo afetados pela barragem”, pois se

⁴⁴³ VEIGA, 2010, p. 146.

⁴⁴⁴ [...] uma forma de solução extrajudicial de conflitos promovida por órgãos públicos, tendo como objeto a adequação do agir de um violador ou potencial violador de um direito transindividual (direito difuso, coletivo ou individual homogêneo) às exigências legais, valendo como título executivo extrajudicial (Rodrigues, 2002, p. 297 apud VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 5).

⁴⁴⁵ VIÉGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 13.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 3.

⁴⁴⁷ DECRETO Nº30.346, de 28 de outubro de 2010.

aproximava o período chuvoso. Isto se tornou mais um elemento de apelo das comunidades para que os acordos do TAC fossem cumpridos, dentre eles o não fechamento do leito do rio enquanto todas as casas fossem concluídas (para tal, o reassentamento deveria ser construído simultaneamente às obras da barragem), o pagamento das indenizações até 23 de dezembro de 2010, assim como a construção dos equipamentos sociais até outubro de 2012, a regularização fundiária dos reassentados, entre outros.

A realidade do TAC⁴⁴⁸ percorreu caminhos diferentes daqueles construídos pelo horizonte de expectativa⁴⁴⁹, que havia sido traçado a partir das lutas travadas pelos camponeses naqueles territórios.

Segundo Koselleck (2006), esse horizonte está vinculado às experiências vividas e as expectativas das pessoas, que sofreram e atuaram nos eventos. Ou seja, baseado tanto na recordação como na esperança. É justamente o conflito entre a percepção dessas experiências, no passado e no presente, que vai possibilitar, que os sujeitos as modifiquem e as ressignifiquem, pois “as experiências adquiridas podem modificar-se com o tempo”⁴⁵⁰ a depender do significado, que a elas são atribuídas.

Para as famílias atingidas pela Barragem essa experiência continuou sendo traumática e desvinculada da expectativa, que construíram e formalizaram através do TAC. Mesmo após a inauguração da Barragem, em 14 de junho de 2013, existiam famílias, que não haviam sido reconhecidas no cadastro habitacional e as que já estavam nas casas ainda não tinham acesso à água, energia, saneamento, cisternas, etc.

Conforme os relatos dos moradores, a maioria dos proprietários teriam recebido as indenizações, mas essas foram pagas com valores defasados e muitas benfeitorias não foram reconhecidas pelo DNOCS.

Outros atos de resistência foram organizados pelos camponeses da região atingida pela barragem do Figueiredo. Segundo a “Carta dos atingidos pela barragem do Figueiredo” os eventos de ação direta empreendidos pelas comunidades, que resistiam à construção da barragem e queriam suas indenizações e direitos garantidos, juntamente com a Cáritas e outros movimentos sociais como MAB, MST, OBAS, Fetraece, STTR de Potiretama e Iracema, foram os seguintes:

⁴⁴⁸ Construído do diálogo entre diversos sujeitos sociais diferentes como DNOCS, INCRA, IDACE e os representantes das comunidades de Iracema, Potiretama e Alto Santo e a Cáritas de Limoeiro, segundo Termo de Ajustamento de Conduta PRM/LIM/CE Nº 02/2010.

⁴⁴⁹ KOSELLECK, 2006.

⁴⁵⁰ KOSELLECK, 2006, p. 312.

Tabela 4 - Eventos de ação direta no contexto da construção da Barragem do Figueiredo (2010 – 2013)⁴⁵¹

Período	Ato	Local
2010	Ocupação do canteiro de obras da empresa Queiroz Galvão.	Barragem do Figueiredo
2013 (junho)	Ato de repúdio na Inauguração da Barragem	Barragem do Figueiredo
2013 (setembro)	Ocupação do canteiro de obras da Andrade Gutiérrez	Tabuleiro de Russas
2013 (outubro)	Ocupação de 4 dias	CE 138

Fonte: Dossiê Perímetros Irrigados. Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação do direito no semiárido, 2014.

Atos de resistência como esses foram comuns no contexto de conflito pelo qual passaram - e passam - os camponeses no território jaguaribano. No Baixo e Médio Jaguaribe assinalamos essas duas obras, Barragem do Figueiredo e o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, que causaram perdas físicas, simbólicas e territoriais para os que ali moravam.

Esses não se deixaram levar pelas águas do “desenvolvimento” e construíram lutas, que fortaleceram a rede política territorial de resistência naqueles espaços. Uma rede que conectava gritos, demandas e ajudas. Que ligava o Baixo ao Médio Jaguaribe, Potiretama a Lagoa dos Cavalos, o pequeno camponês aos movimentos sociais e, portanto, unia vozes polifônicas em busca de direitos e garantias para os camponeses.

À contrapelo das forças hegemônicas do Estado, a Cáritas Diocesana de Limoeiro fazia um trabalho junto às comunidades, que permitia o esclarecimento de assuntos não tão inteligíveis à linguagem camponesa, como projetos, processos, TAC's, etc, bem como atuou na construção de uma rede de atores, que foram necessários para empreender as resistências desde o início dos anos 2000 até os dias atuais.

Em 2009, as famílias de Potiretama, que já conheciam o projeto da barragem do Figueiredo, também tomaram conhecimento de outro projeto, que viria a mudar a realidade dessas comunidades: a construção de mais um perímetro irrigado no Vale do Jaguaribe, dessa vez aproveitando a água, que seria armazenada com a barragem do Figueiredo.

Considerando o lançamento por parte da gestão municipal de Alto Santo (julho/2009) de um projeto de irrigação de oito mil hectares de terras em duas regiões do município de Potiretama (Caatinga do Atanásio e Caatinga Grande), onde serão implementados a partir da conclusão da obra da Barragem do Figueiredo, tais comunidades serão

⁴⁵¹ Os atos listados foram somente os assinalados na “Carta dos atingidos pela Barragem do Figueiredo”, possivelmente ocorreram outros atos que não estão registrados em nossas fontes de pesquisa.

diretamente atingidas. Juntas, elas correspondem às comunidades mais populosas do município, estão organizadas e desenvolvem experiências de *Convivência com o Semiárido*, buscando garantir a sua sustentabilidade e preservando suas raízes sociais, culturais e econômicas.⁴⁵²

O trecho acima faz parte do ofício enviado pela Cáritas de Limoeiro a Ricardo Durval, superintendente do IDACE, pedindo informações sobre a construção do possível perímetro irrigado, o que seria o quinto na região jaguaribana. Cientes do processo de desapropriação, expulsão e negação de direitos, que estavam acontecendo na região do Tabuleiro de Russas no mesmo período, a Cáritas, a partir da prática dos intercâmbios e reuniões, iniciou um trabalho de preparação dessas comunidades para que, se caso a obra fosse aprovada, elas pudessem melhor se organizar e reivindicar direitos.

Em 12 de fevereiro de 2010, moradores de Iracema e Potiretama participaram de um intercâmbio em três territórios do Vale do Jaguaribe: Russas (Lagoa dos Cavalos), Chapada do Apodi e Nova Jaguaribara. Em março do mesmo ano, a CDLN se reuniu junto com as comunidades, que participaram do intercâmbio na igreja da comunidade Caatingueirinha, em Potiretama, para debater sobre as experiências visitadas. As comunidades visitadas compartilhavam de problemas semelhantes⁴⁵³.

Lagoa dos Cavalos, de Russas, vivia a realidade da construção do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas; na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi já havia sedimentado expropriações, desapropriações e outras violências e conflitos⁴⁵⁴; e em Nova Jaguaribara, no assentamento Curupati Peixe⁴⁵⁵, a realidade era a da resistência às obras do Castanhão e a luta pela consolidação de direitos prometidos.

Esse conjunto de experiências construiu identificações⁴⁵⁶ que permitiram que as pessoas de cada território e suas narrativas se aproximassem. A “História é o conhecimento de experiências alheias⁴⁵⁷” e através desse compartilhar as famílias de cada território ouviram as experiências dos outros, uniram às suas e construíram expectativas baseadas em suas realidades.

⁴⁵² CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Ofício nº 20/09. Ao Ilmo. Sr. Ricardo Durval. 07 de outubro de 2009.

⁴⁵³ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Assembléia comunidades Potiretama e Iracema sobre impressões da Caravana Cidadania dia 12 de fevereiro de 2010. Igreja da comunidade de Caatingueirinha (Potiretama/CE) em 25/03/2010.

⁴⁵⁴ FREITAS, 2010.

⁴⁵⁵ O local é quase uma ilha cercada pelas águas do açude Castanhão.

⁴⁵⁶ HALL, 1997 apud WOODWARD, 2000.

⁴⁵⁷ KOSELLECK, 2006, P. 310.

Mesmo que a realidade das comunidades não fosse a mesma, as famílias se apropriavam da “experiência alheia” sabendo que se não fizessem algo para garantir os seus direitos essa experiência se repetiria no futuro⁴⁵⁸ em sua realidade também.

O ato de acionar e acessar, através do diálogo e das visitas, as experiências de grupos de diferentes territórios possibilitou também uma partilha de horizontes de expectativas, visto que experiências e expectativas são marcadores de tempos, que se compõem e andam vinculados⁴⁵⁹ e que a “categoria horizonte de expectativa é ligada simultaneamente ao que ainda não foi experienciado, para o projeto futuro.”⁴⁶⁰

Essas esperanças, de certa forma, ainda que baseada em experiências, não garante a concretização do almejado, pelo contrário, “mensura as infinitas possibilidades de expectativas em relação ao tempo futuro, sejam efetuadas ou não”⁴⁶¹.

Essas experiências, assim como as expectativas, nem sempre foram construídas através de boas lembranças. Muitas das famílias dos territórios passaram por momentos traumáticos, que marcaram suas memórias individuais, compuseram as memórias coletivas e lembravam o medo, a incerteza e as despedidas vindas com as desapropriações de terra.

A partir desses momentos de partilha com outras comunidades e com os membros do próprio território há uma ressignificação dessas memórias. Elas são elemento fundamental para a prática da Cáritas nas reuniões. É a partir das memórias que o presente é atualizado, porque as experiências são fruto de um passado atual e baseado no presente, que “atualiza e reatualiza as experiências vividas consciente ou inconscientemente, em processos de incessante ressignificação”.⁴⁶²

Em assembleia, a intenção da “Caravana da Cidadania” era justamente que os camponeses vissem de perto as realidades que poderiam vir a se tornarem as deles também. Mais do que isso, o processo de intercâmbio tinha como objetivo gerar a reflexão dos camponeses para que, a partir de suas experiências individuais e comunitárias, delineassem e travassem suas estratégias de luta e resistência.

Observando as comunidades dos três territórios os camponeses evidenciaram que era importante ter cuidado com o “discurso enganador do governo”, também com o

⁴⁵⁸ Ibid., 2006.

⁴⁵⁹ KOSELLECK, 2006, p. 307.

⁴⁶⁰ NEQUETE, 2019, p. 42.

⁴⁶¹ NEQUETE, 2019, p. 42

⁴⁶² Ibid., p. 42.

“individualismo e desunião” e com o endividamento das famílias, que aderiram ao projeto do governo⁴⁶³.

Das três visitas também os camponeses saíram com a certeza de que precisavam se mobilizar, organizar para lutar pela permanência na terra e por um modelo de produção e vida agroecológicos, diferente daquele imposto pelo agrohidronegócio.

Ao analisar os dois momentos de tomada de decisão de organização pelas comunidades – a ocupação do canteiro de obras da Queiroz Galvão no Figueiredo e a criação da Comissão de resistência do Tabuleiro de Russas – percebemos que a ação contínua da Cáritas nas comunidades junto às demandas urgentes dos camponeses foram responsáveis por mobilizar e animar os territórios em diferentes momentos.

Através de suas ações que envolviam diversos elementos do cotidiano camponês como as memórias, a solidariedade, as partilhas e o trabalho comunitário a Cáritas conseguiu ser catalisadora da aproximação com outros territórios, das lutas e da aproximação de uma rede de agentes, que se uniram às lutas da região.

4.2 A Rede Política e as estratégias de luta e resistência

Um grupo de 150 pessoas, representando famílias atingidas pelas obras da 2ª etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, e da construção da Barragem do Figueiredo, no município de Alto Santo, ocuparam na manhã de ontem, por volta da 5h40min, o canteiro de obras da empresa Andrade Gutierrez, responsável pela construção dos canais que levam água para as áreas.⁴⁶⁴

No dia 26 de setembro de 2013, o jornal Diário do Nordeste noticiou o que seria o estopim de uma série de conflitos motivados pela disputa por terra na região do Vale do Jaguaribe. As famílias das comunidades dos municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama, que foram atingidas pela construção da barragem do Figueiredo, e as famílias das comunidades de Tabuleiro de Russas, que foram afetadas pela implantação do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas (PITR), ocuparam o canteiro da empresa Andrade Gutierrez⁴⁶⁵, a então escolhida para a construção dos canais de irrigação, que abasteceriam o PITR.

⁴⁶³ Relatório - Assembleia das Comunidades Potiretama e Iracema sobre impressões da Caravana Cidadania do dia 12 de fevereiro De 2010. Igreja Comunidade Caatingueirinha, Potiretama, 25 de março de 2010.

⁴⁶⁴ Diário do Nordeste. **Famílias ocupam canteiro de obras**. Fortaleza. 26 de setembro de 2013. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familias-ocupam-canteiro-de-obras-1.444871>. Acesso em: 15/10/2020.

⁴⁶⁵ A privatização das obras de irrigação feitas por empresas nacionais e internacionais foi comum ao Brasil desde o período da ditadura civil-militar quando foi lançado o Programa Plurianual de Irrigação, elaborado entre 1969 e 1971 pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que abordava vários

No ato, as famílias do Figueiredo reivindicavam o cumprimento dos acordos feitos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2010, assim como a garantia do reassentamento para os moradores, que haviam sido desapropriados de suas terras por conta das obras da barragem.

Já as famílias do Tabuleiro lutavam pelo cumprimento de outro TAC, assinado em 2011 pelo DNOCS, MPF e “representantes da Comissão em Defesa das Famílias da 2º Etapa do PITR”, com o intermédio da CDLN⁴⁶⁶. Os TAC’s, além de uma ferramenta jurídica de resistência das comunidades de garantirem formalmente as “promessas” firmadas pelo DNOCS, reúnem uma série de narrativas, expectativas e reivindicações, que desvelam nuances das lutas naquele território.

Através desses documentos conseguimos evidenciar a organização e as lutas coletivas, que as comunidades do Baixo e Médio Jaguaribe travaram em prol de seus direitos.

A construção desses TAC’s, assim como de outras formas de resistências no âmbito jurídico, foi possível a partir da rede política de resistência construída por diversos atores, que dinamizaram os atos empreendidos no Vale do Jaguaribe.

Como protagonista dessa rede, a Cáritas de Limoeiro realizou diversas atividades que catalisaram as ações de resistência nos territórios, tais como: a construção de diagnósticos participativos das comunidades atendidas, elaboração e distribuição de panfletos, informativos e convites, a produção de cartilhas e formações, os intercâmbios temáticos para públicos-alvo com assuntos e envolvendo pessoas de variadas idades, capacitação de camponeses para a participação em eventos estaduais, regionais e nacionais, comunicação através de rádio, televisão, plataformas digitais, audiências públicas, romarias, caminhadas e procissões, como o Grito dos Excluídos e a Caminhada das Águas, entre outros.

As ações destacadas uniram territórios distantes, espacialmente em torno da mesma causa. Isto pode ser observado, por exemplo, no deslocamento de integrantes das comunidades da região do Figueiredo até o Tabuleiro de Russas para ocupação do canteiro de obras da empresa Andrade Gutierrez.

Além da solidariedade às lutas dos camponeses de outros locais, essa aproximação foi possível a partir da teia de comunicação, que interligou e aproximou histórias e experiências. A partir de observação e análise dos próprios camponeses houve uma percepção solidária ao observarem, que se tratava de uma mesma luta. O inimigo era comum e estava expresso no

aspectos da questão agrária que serviram de parâmetro para a irrigação brasileira. (VIANA JÚNIOR; LOPES, 2020).

⁴⁶⁶ TAC, fl. 1. 2011

desenvolvimento proposto pelo DNOCS, pois previa uma lógica moderna, lucrativa e empresarial plenamente diferente das formas de apropriação e uso da terra construídas pelas comunidades rurais desses territórios. Porto-Gonçalves (2006) assinala que para que aconteça esse “des-envolvimento” é necessária a separação da sociedade com o meio, é preciso quebrar o envolvimento entre os sujeitos sociais e o território para facilitar a exploração do mesmo.

Para tal, o DNOCS como símbolo desse “des-envolvimento” na região, expulsa, expropria e priva os camponeses do acesso a terra com a justificativa de que são improdutivos, rústicos e atrasados e, portanto, não contribuem com a economia do país, já que produzem sob a percepção do tempo natureza, das relações de solidariedade, autonomia e soberania alimentar.

À contrapelo dessa ideia de “des-envolvimento”, que além de distanciar os indivíduos de suas terras gera a desmobilização e a falta de envolvimento entre esses sujeitos, a composição de uma rede política foi uma das estratégias mais frutíferas construídas na região. A rede política se formou a partir da identificação dos interesses e expectativas de atingirem objetivos comuns de diferentes atores sociais⁴⁶⁷.

Essa rede propôs aos sujeitos, que antes eram isolados – e se aproximaram especialmente por conta dos intercâmbios e participação em eventos locais e regionais promovidos pela CDLN –, uma agregação que, através dos interesses comuns, criou diretrizes e formas de estratégias, que normatizaram as práticas sociais⁴⁶⁸.

A ocupação do canteiro da Andrade Gutierrez é entendida por nós como o ponto de confluência entre os territórios e é um exemplo expresso de ação coletiva (e direta) dessa rede. É fruto de um trabalho de base construído, há décadas, nesses locais por diferentes atores e, principalmente, pela Cáritas de Limoeiro do Norte. Reúne as demandas, interesses, discursos e estratégias, tanto dos camponeses dos dois territórios, como da Cáritas, e outras instituições, que se somaram na construção da ocupação em conflito com a rede política do agronegócio. Esta que é fruto da aliança entre os latifundiários, corporações, grupos políticos, sindicatos patronais e, neste estudo, das empresas de fruticultura⁴⁶⁹.

As ações diretas acontecem baseadas no “repertório de ações coletivas”. Este se baseia na demanda das comunidades para a mobilização utilizando experiências, repertórios e memórias, que os sujeitos adquiriram ao longo do tempo, ou seja, uma escolha de um conjunto de performances aos quais um grupo tem familiaridade e que definem suas ações a partir do

⁴⁶⁷ BORZEL, 2008.

⁴⁶⁸ DA SILVA, 2010.

⁴⁶⁹ DA SILVA, 2010.

que elas *sabem como fazer*⁴⁷⁰. Esses repertórios emergem de lutas cotidianas e acontece pela repetição das estratégias bem-sucedidas⁴⁷¹.

O conflito direto entre essas redes com a ocupação foi precedido por várias tentativas jurídicas e legais das comunidades de ambos os territórios de obterem seus direitos. De fato, os camponeses adentraram o âmbito jurídico da lógica moderna e passaram a travar embate em outro terreno. Mesmo assim, os trâmites judiciais não foram suficientes para o cumprimento das demandas dos TAC's e da priorização das garantias básicas às famílias atingidas.

Dessa forma, a ocupação foi um ato planejado, detalhado e executado pela rede política territorial de resistência do Baixo e Médio Jaguaribe como um último ato frente ao esgotamento das relações no âmbito judicial.

Em denúncia feita ao Ministério Público Federal pela Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas notamos que não era uma prioridade do Estado a garantia desses direitos às famílias. O objetivo central era a construção das estruturas de represamento e irrigação na região.

Aduziu a representante: QUE foi firmado um TAC com participação do MPF, DNOCS, em 18/08/2011, pelo qual o DNOCS se comprometeu a reassentar as comunidades afetadas pelo Projeto Tabuleiro de Russas; QUE até o presente momento as famílias das Comunidades de Bananeiras e Escondidas já foram desapropriadas, já tendo deixado o local apenas as que foram efetivamente indenizadas; QUE as outras famílias que têm direito a reassentamento estão isoladas na área sem poderem produzir, sem acesso a estruturas como transporte, comércio etc. [...]; QUE estando as comunidades prejudicadas isoladas, se faz necessário que o DNOCS forneça no mínimo 01 cesta básica mensal por família, notadamente se considerado que estão impossibilitadas de produzir e plantar; QUE o início da obra do REASSENTAMENTO CIPÓ se faz igualmente necessário, portanto, até agora nada foi feito, solicitando a comunidade, diante das irregularidades acima apontadas, providência deste MPF⁴⁷².

Parte das famílias do Tabuleiro de Russas como observamos no Termo de Representação acima, já haviam recebido suas indenizações, ainda que com valores abaixo do que valiam suas terras e benfeitorias. Outra fração, no entanto, permanecia nas terras por conta da experiência da primeira etapa, quando os moradores saíram de suas terras sem receberem indenização ou serem reassentados. Neste ato de resistência colaborou a organização, que essas comunidades construíram ao longo dos anos e na qual a CDLN teve participação fundamental.

⁴⁷⁰ TILLY apud TARROW, 1995, p. 91 apud. ABRANCHES, 2013, p. 20.

⁴⁷¹ ANASTASIA, 2002, p. 32 apud ABRANCHES, 2013, p. 20.

⁴⁷² Ministério Público Federal, Termo de Representação Nº 07/2011.

Como forma de des-envolver os territórios e pessoas, o DNOCS ilhou famílias e as pressionou para a saída das terras antes de receberem suas indenizações. Em uma disputa de forças desiguais, muitas famílias, ainda que unidas e cientes das lutas, sucumbiram às propostas do DNOCS por medo, falta de acesso à estrutura e serviços básicos. Como podemos evidenciar na imagem a seguir que nos mostra a casa do casal Evandro e Lucimar, moradores da comunidade Bananeiras:

Figura 8 - Casa de Evandro e Lucimar Cercada Pelo Canal de Abastecimento do PITR.



Fonte: Arquivo da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Nesta imagem, de novembro de 2009, evidenciamos o canal de abastecimento do PITR à direita e a casa de Lucimar e Evandro à esquerda a poucos metros do canal, e a faixa de proteção presa a umas das árvores da própria casa. Conseguimos ter uma dimensão da proximidade dessas obras à casa dos moradores, bem como uma ideia da violência territorial e simbólica pelas quais esses indivíduos foram submetidos. Formas de reorganizar o território causando a desarmonia, o des-envolvimento na região.

Ainda que determinante na região, a rede política constituída pela Cáritas não contava – e não conta – com forças equivalentes às do Estado e do Capital. Para tanto, a instituição buscou aproximar diferentes sujeitos da sociedade civil das causas do território, e se somou aos que também já estavam agindo na região.

Fruto da rede construída pela Cáritas foi à afinidade de sujeitos e grupos de universidades e institutos federais - que permitiram uma publicização no meio acadêmico do conflito, que estava acontecendo no território, assim como a assessoria de alguns projetos geridos pela CDLN -, escritórios de advocacia, como o Escritório de Direitos Humanos e

Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) – responsável por representar juridicamente as demandas dos camponeses atingidos pela 2ª etapa do PITR -, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – que não era conhecido por grande parte da população e causava estranhamento prévio -, além de entidades integrantes da ASA e a Cáritas Regional.

A essa rede se somaram, em alguns momentos, a FETRAECE, os sindicatos dos trabalhadores rurais das comunidades, associações, outros setores das paróquias de cada município, o MAB entre outros. Porém, por quase sempre terem objetivos semelhantes, não quer dizer, que essa rede política fosse harmoniosa. Sobretudo nas relações entre a Cáritas, FETRAECE e MAB aconteceram momentos de desencontros de pensamentos e práticas, que foram superados a partir da escolha de direcionamento dada pelos camponeses.

Não quer dizer que a CDLN se identifique com todas as ações do MST, por exemplo. Mesmo assim, a junção de diferentes sujeitos e grupos permitiu a criação de um leque de possibilidades que até hoje resistem ao projeto do Estado para a região.

Na realidade das lutas realizadas na região da Chapada do Apodi essa rede política de resistência também foi mobilizada. Segundo a *Carta Aberta em Defesa dos/das Agricultores/as que fazem a ocupação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – Limoeiro Do Norte/CE* feita pela Cáritas Brasileira em 16 de maio de 2014 a ocupação logo nos primeiros dias reuniu um montante de 800 trabalhadores e agricultores, que se reuniram e ocuparam as terras do perímetro.

A análise da *Carta Aberta* feita pela Cáritas Brasileira nos permite ter acesso à teia de agentes que assinaram e que se somaram a luta dos camponeses da Chapada do Apodi. O documento é assinado por 166 organizações diferentes, dentre elas as outras Cáritas Diocesanas e Estaduais, políticos, núcleos de advocacia, sindicatos, grupos universitários, associações indígenas, PJMP, CNBB Nordeste dentre outros⁴⁷³.

As relações entre a Cáritas e os camponeses da Chapada nem sempre foram de consenso. No início da primeira década dos anos 2000, a Cáritas já estava próxima as famílias da Chapada e trabalhava na mobilização do MST na região. Segundo o Pe. Júnior Aquino⁴⁷⁴, a proposta do MST era ocupar o perímetro com militantes do MST de outras regiões além dos camponeses do território.

⁴⁷³CÁRITAS BRASILEIRA. Carta Aberta em defesa dos/das Agricultores/as que fazem a ocupação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – Limoeiro do Norte/Ce. 16/05/2014. Disponível em: <http://ce.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/2014/05/16/carta-aberta-em-defesa-dosdasagricultoresas-fazem-ocupacao-perimetro-irrigado-jaguaribe-apodi-limoeiro-nortece/>. Acesso: 12/11/2020.

⁴⁷⁴ MARTINS VIANA, Mário Martins. Entrevista com Júnior Aquino. Seminário da Praia – Fortaleza/CE. 29/03/2014, p. 9.

A ideia do MST era mobilizar um grande número de pessoas para dar visibilidade e força a ocupação. O líder comunitário Zé Maria do Tomé não concordava com essa estratégia. Ele preferia que os únicos a ocuparem as terras da Chapada fossem os trabalhadores da própria região. A relação dos camponeses com o MST não era de proximidade pacífica, ainda existia um ar de desconfiança. A Cáritas apoiou a estratégia do MST, neste caso, e foi expulsa, junto com o movimento e a CPT, do território pelo líder Zé Maria.

Essa ação de Zé Maria nos mostra no mínimo dois fatores sobre as mobilizações na Chapada do Apodi e no restante do Jaguaribe. O primeiro deles é que quando as ações dos agentes externos, como a Cáritas e o MST, não são condicionadas pelos interesses e demandas dos camponeses da região, a mobilização não acontece. Ou seja, é a escolha dos camponeses que chancela as ações externas àqueles territórios.

Um segundo aspecto diz respeito à percepção de um camponês inserido em um processo de luta ao qual teve mais perdas que ganhos. Perda de terras, de direitos, de produção entre tantas outras. Zé Maria jamais iria deixar que seu povo estivesse com o acesso à terra comprometido pela presença do MST depois da ocupação.

O líder queria a garantia total de que somente os camponeses da Chapada teriam acesso àquela terra que era deles historicamente. O que pode ser interpretado como falta de coletividade da parte de Zé Maria, nós analisamos como resistência. Resistência criada a partir de um horizonte de expectativa marcado pelo sofrimento vivido no espaço de experiência daqueles sujeitos, pois “podemos esperar que uma experiência se repita no futuro”⁴⁷⁵ e nem sempre essa reminiscência é afetiva, essas são “passados importantes que compomos para dar um sentido satisfatório à nossa vida”⁴⁷⁶.

Apesar deste conflito entre Zé Maria, Cáritas, MST e CPT, a região ainda permaneceu sendo palco para ações dessas entidades e movimentos. Uma das pautas de diálogo foi à questão do uso de agrotóxicos na região, que foi discutida por todos esses agentes. A partir disso percebemos que os camponeses agem de forma pendular em relação às instituições. Aproximam-se, quando os seus interesses conferem semelhança, mas se afastam se discordam.

Em 2014, essa rede política foi essencial para a ocupação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, na região cearense, no dia 05 de maio de 2014. Desta vez, infelizmente sem a presença do líder comunitário Zé Maria do Tomé, assassinado em 2010, quando estava a

⁴⁷⁵ KOSELLECK, 2006, p. 311.

⁴⁷⁶ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Revista Projeto História, São Paulo, n.15, p.51-71, abr.1997, p. 57

caminho de casa. O assassinato de Zé Maria foi um dos estopins para a organização de resistências de ações diretas na região da Chapada, tanto no lado cearense quanto no potiguar.

Vemo-nos em um paradoxo. Ao mesmo tempo que Zé Maria do Tomé não articulou a ocupação anteriormente com os outros agentes, agora, depois de sua morte é a memória desta, que impulsiona a ocupação e, inclusive, nomeia o atual acampamento.

Pelo fato do passado ser sempre atualizado no presente, as novas demandas das pessoas que sofriam com a implantação do PIJA passaram por um processo de ressignificação e tomaram novos rumos, pois a “experiências acumula uma série de camadas de tempos que estão em contínuo processo de ressignificação e de disputa, pois se relaciona intimamente com os projetos futuros e legitimação de ações do presente”⁴⁷⁷.

[Pe. Moraes]: Para nós é uma alegria grande estarmos aqui em parceria com o MST, Movimento 21, FAFIDAM, outras instituições que fazem parte. Então para nós é uma alegria dizer que estamos juntos e que, com certeza, o homem do campo também da nossa Chapada vai vir pra cá pra se encontrar conosco. Então a nossa chamada é “Venha nos ajudar também nesse momento para fazer parte dessa luta.” [...] Então nós estamos na luta pra, junto com o trabalhador, buscar esse espaço, essa terra que é nossa. [...] Nós já estamos mobilizando as comunidades para justamente dizer ao contrário, que essa luta é do trabalhador da região. O MST está aqui para fortificar e dizer... eles estão na luta conosco, mas vão “simbora”, mas a terra fica pra gente, pra gente começar a fazer essa luta⁴⁷⁸.

A fala de Moraes⁴⁷⁹ em entrevista à TV Jaguar no dia da ocupação da segunda etapa do PIJA pelos camponeses da Chapada e pelo MST é uma coadunação de temporalidades. Na medida em que convoca a participação dos camponeses da região para ocuparem o território, o agente Cáritas também enfatiza que a presença do MST na região seria apenas estratégia de luta, pois depois eles iriam se retirar e a terra ficaria para o povo da Chapada. Isto nos faz lembrar da ressalva de Zé Maria do Tomé anos anteriores.

A Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte foi o elo entre os camponeses e o MST na região da Chapada. No vídeo completo da reportagem (disponível online na plataforma YouTube) que aconteceu dentro da ocupação bem próxima a um canal de irrigação, que passa dentro do PIJA, a fala de Moraes veio logo após a fala de Maria de Jesus dos Santos, coordenadora estadual do MST, como forma de legitimar o discurso do MST na região pela

⁴⁷⁷ NEQUETE, 2019, p. 42.

⁴⁷⁸ MST fecha canal do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. TV Jaguar. 05/05/2014. 306 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmPDDeBtOEQ> Acesso em: 22/12/2020.

⁴⁷⁹ José Moraes Lima é padre, porém não exerce mais o sacerdócio, agente Cáritas de 2012 a 2019, um dos representantes da instituição responsáveis pelo acompanhamento das comunidades em conflito agrário como o Tabuleiro de Russas e a Chapada do Apodi.

Cáritas (entidade familiarizada às lutas e ações da região), assim como para convocar os camponeses para a ocupação, pela figura de um padre e agente Cáritas.

Pe. Júnior Aquino: [...] nós estamos aqui por uma razão evangélica. Essa terra que Deus criou, foi dada para todas as pessoas viverem, trabalharem, terem condições de vida decente. É injusto e é um pecado tirar dos trabalhadores, tirar dos agricultores o chão onde eles vivem, onde eles produzem e por isso que a luta pela reforma agrária, a luta para devolver a terra aos pequenos, mas do que uma ação de justiça é uma ação sagrada, é uma exigência. E por isso que a Igreja está aqui e apoia e vai continuar apoiando a luta junto com o MST, junto com várias organizações, porque essa terra da Chapada, com toda a riqueza que tem, de água, de possibilidades de produzir, é um dom de Deus dado para o povo da Chapada e a luta é para que a terra da Chapada fique com o povo da Chapada. [...] ⁴⁸⁰

Analisando esta entrevista dada pelo padre Júnior Aquino para a TV Jaguar em 08 de maio de 2014, percebemos expressamente o uso da linguagem religiosa para se comunicar com os camponeses da região. Uma linguagem de convocação à luta legitimada por um padre que nasceu na região e destinou sua vida a serviço das lutas dos excluídos do Vale do Jaguaribe.

Essa linguagem religiosa é capaz de facilitar a mobilização de alguns sujeitos que tiram o peso do estigma da ocupação como algo ruim, como “invasão” da terra de alguém e atribui a um direito divino, dado por Deus aos homens e mulheres. Por isso também a importância da Cáritas no processo de mobilização dos camponeses.

Em mesma entrevista, padre Júnior, questiona a ação do Governo em retirar as famílias da ocupação, depois do termo de reintegração de posse do dia 07 de maio de 2014. Segundo ele, na região do PIJA, desde 2009, em pesquisa feita pelo DNOCS, existe um conjunto de invasores no território.

Conforme o *Dossiê Perímetros Irrigados*, depois de várias denúncias da Associação dos Ex-irrigantes do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA) sobre a ocupação das terras da primeira etapa do PIJA, a Justiça Federal embargou temporariamente o processo licitatório da segunda etapa do PIJA até que um estudo sobre a ocupação do espaço fosse feito pela instituição.

O DNOCS (2009) constatou que 4.033,40 hectares do PIJA haviam sido “invadidos”. Dentre os invasores o destaque para empresas nacionais e internacionais e para a fruticultura: “Considerando as áreas invadidas superiores a 100 hectares, apenas quatro empresas (duas nacionais e duas transnacionais) somam cerca de 50%, o equivalente a 2.038,76 ha”⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ IGREJA (Pe. Júnior) apoia manifestação dos agricultores na Chapada do Apodi. TV Jaguar. 08/05/2014. 242 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0YUGRpUOJg>. Acesso em: 22/12/2020.

⁴⁸¹ IRRIGADO, DOSSIÊ PERÍMETRO. Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: Invasão de Terras. Precarização do Trabalho, Contaminação por Agrotóxico e Violência no Campo, 2014.

Tabela 5 - Relação de invasores/ocupante com áreas superiores a 100 ha

Invasores/ocupantes	Área (ha)	Ano
Del Monte Fresh Produce Ltda (invasor)	1.223,27	2004
Banesa – Bananas Nordeste S.A. (invasor)	356,74	2004
João Teixeira Júnior (invasor)	284,29	1998; 2003
José Gadelha de Lima (invasor)	198,93	1989; 1998
WG Prod. e Distrib. de Frutas Ltda (invasor)	174,46	2002
Luiz Prata Girão (invasor)	148,84	1998; 2002
José Anchieta Mendes Xavier (invasor)	126,45	1989; 2003
Fernando Antônio G. de Oliveira (invasor)	124,79	1988
Assoc. Ex-possesores Santa Maria (ocupante)	108,82	1991
Total	2.401,45	

Fonte: DNOCS (2009), organizado por FREITAS (2014).

Mesmo com a constatação da invasão da terra por essas empresas, até 2014 nenhuma atividade de reintegração de posse tinha sido direcionada a esses empresários. O que não aconteceu com a ocupação do PIJA pelos camponeses. A ocupação, que resiste até os dias atuais, já sofreu inúmeros mandatos de reintegração de posse.

Na última tentativa, em novembro de 2018, a rede política territorial articulada no Vale do Jaguaribe mais uma vez foi acionada para evitar a expulsão dos camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé. Segundo a notícia do Brasil de Fato, o DNOCS estaria sendo pressionado pelos latifundiários para que “o governo expulsasse, a qualquer custo, os agricultores sem-terra da região”⁴⁸².

A veiculação de uma notícia sobre a região do Vale do Jaguaribe em um jornal nacional é fruto de uma articulação política que vinha sendo desenvolvida por meio da ação da rede política territorial.

O Brasil de Fato é um jornal impresso, idealizado e lançado a partir da contribuição direta de movimentos sociais ligados à questão agrária, criado pela articulação entre o MST, a Consulta Popular, Via Campesina e outros movimentos sociais em 2003 durante o 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

O jornal passou a disputar o cenário da mídia brasileira e veicular uma visão de esquerda e que servisse de reflexão para a população, principalmente para os militantes⁴⁸³. A

⁴⁸² Crisóstomo, Rafael. Cercados pela PM, agricultores resistem ao despejo de 150 famílias no Ceará. Brasil de fato. São Paulo. 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/21/cercados-pela-pm-agricultores-resistem-ao-despejo-de-150-familias-em-limoeiro-ce/> Acesso em: 20/12/2020

⁴⁸³ LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato. 2014.

importância das publicações do Brasil de Fato é evidenciar conflitos que comumente não são vistos na mídia brasileira, e quando são, dão expressividade a narrativas, que favorecem àqueles que estão contra os movimentos sociais.

Como observado até aqui, as formas de atuação da Cáritas nos territórios do Baixo e Médio Jaguaribe cearense foram múltiplas e acionaram um conjunto de agentes que compuseram as articulações, mobilizações, formações, atuação jurídica, entre outros trabalhos juntos às famílias dessas comunidades.

Essa articulação é o que marca a identidade da instituição nos anos 2000 e vai delinear as ações e suas ligações com outros sujeitos. A nível paroquial e eclesial ainda há uma outra forma de articulação desses territórios com a Cáritas: a presença e atuação dos padres.

A Cáritas, em 2014, participou ativamente do processo jurídico de proteção dos acampados na Chapada e pela garantia de seus direitos. Concomitante a esses trâmites jurídicos, os padres vinculados a instituição fizeram celebrações religiosas no local, convocaram o povo a ocupar e foram sempre sujeitos presente naquele território. Os agentes também desempenharam um papel importante, sobretudo nas formações de agroecologia e *Convivência com o Semiárido* levadas até os camponeses nos anos seguintes de ocupação.

Além da presença dos padres vinculados às ações da Cáritas de Limoeiro, os assuntos dos quais a instituição tratava nas comunidades era partilhado para a Diocese e garantiu o apoio de figuras como o bispo Dom José Haring que participou de celebrações no acampamento Zé Maria do Tomé (figura 10) e afirmou que “Nossa diocese desde o início apoiou essa luta. E fez isso por fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo, que veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo. 10, 10)”⁴⁸⁴.

A espiritualidade nesses espaços de ocupação sempre é muito presente. As místicas, realizadas por grande parte dos movimentos sociais, na região do Vale do Jaguaribe são animadas pelos padres e agentes da Cáritas em conjunto com os movimentos sociais e agricultores.

As celebrações religiosas acontecem de modo a agradecer ou pedir algo e, sobretudo, para reunir territórios diferentes com gritos semelhantes em torno de algo comum. As imagens a seguir nos mostram três celebrações que aconteceram no Acampamento Zé Maria do Tomé em 2017, reafirmando a presença da Cáritas enquanto agente da Diocese de Limoeiro nesses espaços.

⁴⁸⁴ Acampamento Zé Maria do Tomé recebe solidariedade da diocese de Limoeiro do Norte. Pontíficas obras missionárias, Brasília, 12/04/2017. Disponível em: <https://www.pom.org.br/acampamento-ze-maria-do-tome-recebe-solidariedade-da-diocese-de-limoeiro-do-norte/>. Acesso em 08/04/2021.

Figura 9 - Celebração em agradecimento a suspensão da reintegração de posse do Acampamento Zé Maria Do Tomé em 08 de junho de 2017



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Figura 10 - Celebração em agradecimento a suspensão da reintegração de posse do Acampamento Zé Maria do Tomé em 08 de junho de 2017



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Figura 11 - Celebração à vida em 21 de setembro de 2017 No Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Figura 12 - celebração ao dia das crianças em 25 de outubro de 2017 no Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Nas quatro imagens acima vemos a celebração de missas em momentos diferentes no acampamento e vemos indícios das relações sociais estabelecidas. Estas são produzidas e

reproduzidas através desses rituais e dos símbolos e permitem a divisão das coisas em sagradas e profanas⁴⁸⁵.

Nas figuras 9 e 10 percebemos a importância desses rituais para a comunidade, haja vista a quantidade de pessoas que participam. Entendemos, que são importantes para a produção de sentidos que vão sendo apropriados pelos indivíduos.

Na figura 11 podemos observar um conjunto de símbolos (bandeiras do MST, frutas ao centro, imagem de dois homens em quadro⁴⁸⁶) e então vemos elementos seculares, ou seja, que não são sagrados e do convívio religioso, fazendo parte de uma celebração religiosa⁴⁸⁷.

Durkheim aponta que os “artefatos e ideias são sagrados apenas porque são sinalizados e representados como tais”, quer dizer, é apenas através da identificação de cada grupo e com o que eles elegem como símbolo que o sagrado é eleito para essas celebrações⁴⁸⁸. Esse sagrado também é assim considerado, pois está em diálogo com as normas e os valores desses povos, o que garante a unificação cultural e a construção de uma identidade coletiva⁴⁸⁹.

A religião é algo eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que expressam realidades coletivas; os ritos são uma maneira de agir que ocorre quando os grupos se reúnem, sendo destinados a estimular, manter ou recriar certos estados mentais nesses grupos⁴⁹⁰.

Em todas as celebrações destacadas aqui percebemos a presença de vários padres da região do Vale do Jaguaribe e em uma delas o bispo de Limoeiro do Norte compareceu. As missas, além de um ponto de encontro com o sagrado, eram momentos de partilha de vivências, experiências. Um ato de proximidade as dores, alegrias, conquistas e lutas do outro. Lugar de perceber o Deus do Novo Testamento, que é pobre e anda entre os excluídos, que luta pelos seus, por direitos, por dignidade.

Em todas as imagens, percebemos um sujeito comum: Padre Júnior Aquino, representante da Diocese de Limoeiro e da Cáritas Diocesana. Ele têm sido desde 2009 uma das vozes da Cáritas na região, juntamente como outros padres como Pe. Júnior de Russas e Pe. Djavan de Potiretama.

A teologia experienciada na ação dos homens e mulheres do campo no Vale do Jaguaribe ao longo dos anos além de idear uma rede de solidariedade, esperança, resistência e

⁴⁸⁵ DURKHEIM, 1954/1912 apud. WOODWARD 2019, p. 41.

⁴⁸⁶ Não conseguimos identificar quem eram esses dois homens.

⁴⁸⁷ DURKHEIM, 1954/1912 apud. WOODWARD 2019, p. 41.

⁴⁸⁸ DURKHEIM, 1954/1912 apud. WOODWARD 2019, p. 41.

⁴⁸⁹ WOODWARD, 2019.

⁴⁹⁰ DURKHEIM (apud BOCOCK & THOMPSON, 1985, p. 42) apud WOODWARD, 2019.

alternativas, construiu também relações de confiança, onde a instituição, reconhecida pelos camponeses da região pelas suas lutas juntos aos excluídos, foi diversas vezes chamada, pelos camponeses, a se somar às lutas, manifestações e ocupações.

Uma Igreja ativista e amparada na Teologia da Libertação. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2014), “se Deus fosse um ativista dos direitos humanos, Ele ou Ela estariam definitivamente em busca de uma concepção contra hegemônica dos direitos humanos e de uma prática coerente com ela.⁴⁹¹”

Nesse sentido, a percepção que as pessoas, de diferentes grupos, possuem das divindades e se relacionam com a questão no Vale do Jaguaribe são múltiplas. Ainda que as ações de cunho religioso e secularizado tenham pontos comuns e permitam a articulação desses grupos, como é o caso da Cáritas e sua rede de parceiros, a significação dessas ações para cada sujeito tem suas particularidades.

Enquanto para a Cáritas a ação é primeiramente eclesial, para os movimentos sociais e outros agentes é uma ação estritamente política. Isso não impede que os rituais e a mística das reuniões no acampamento sejam movidas pelos ritos cristãos, já que esses fazem parte da cultura e do cotidiano desses sujeitos, mas eles não são os norteadores da ação dos participantes desta rede de apoio.

A presença da Cáritas no acampamento, por sua vez, não acontece somente pela figura dos padres. Como vimos nesta seção a CDLN esteve presente em momentos de mobilização e articulação para a ocupação de território, assim como das negociações e mediações jurídicas, organização e apoio as romarias e celebrações. A instituição chega ao território e assume a posição, que atende a demanda do momento do acampamento e também das comunidades. A depender do contexto social a instituição assume diferentes papéis sociais⁴⁹², isso varia de acordo com os campos sociais⁴⁹³ em que atua.

Nos momentos que citamos e desenvolvemos acima a Cáritas acionou a sua identidade mobilizadora e articuladora, assim como seu papel como mediadora jurídica entre as demandas comunitárias e os responsáveis jurídicos. Por essa multiplicidade de ações e identificação com diferentes comunidades e públicos a Cáritas consegue percorrer diversos caminhos nesses territórios.

⁴⁹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos [livro eletrônico]. 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2014, p. 118.

⁴⁹² WOODWARD, 2019, p. 31.

⁴⁹³ BOURDIEU, 2011 apud. GOMES, 2016.

Essa identificação também acontece das comunidades com a instituição, exemplo disso é a relação da Cáritas Diocesana de Limoeiro com as famílias da comunidade Lapa, assunto, que iremos trabalhar no tópico seguinte desta dissertação.

4.3 A comunidade da Lapa e a ocupação da antiga fazenda Varzinha. (2016 – 2019)

Nesta segunda-feira, 15 de agosto das 2016, às 4h30 da manhã, trabalhadores e trabalhadoras da comunidade da Lapa, no município de Potiretama/CE, ocuparam a Fazenda Varzinha localizada no município de Iracema. De acordo com informações repassadas a nossa redação, parte dessa fazenda já foi indenizada em virtude da construção do açude do Figueiredo. A reivindicação dessas famílias é por direito ao acesso a terra, pois desde que foram expropriadas (tiradas de suas terras) em função da obra já supracitada, a aproximadamente 12 anos, vivem sem produzir! As famílias também reivindicam que as terras remanescentes e que pertencem à União sejam concedidas a eles, para que assim possam desenvolver suas atividades e viver dignamente!⁴⁹⁴

A matéria da TV Jaguar de Limoeiro do Norte nos noticia a ocupação da antiga fazenda Varzinha, localizada no município de Iracema, que faz fronteira com o município de Potiretama, ambos no Médio Jaguaribe, pelos moradores da comunidade Lapa, localizada em Potiretama.

A Lapa, por sua vez, foi uma das comunidades desapropriadas no processo de construção da Barragem do Figueiredo. Segundo a notícia de 2016, a comunidade estava há 12 anos sem acesso a terra de produção, precisando se submeter a outras relações de subordinação com outros sujeitos do local: os fazendeiros.

Para a construção da barragem, diversos territórios foram desapropriados, dentre eles terras de pequenos agricultores e de fazendeiros. A Fazenda da Varzinha foi uma dessas áreas desapropriadas pelo DNOCS e, portanto, passou a ser terra da União, terra pública.

Contudo, o dono da fazenda, segundo os ocupantes da região, ainda utilizava o território como se fosse de posse dele, mesmo tendo recebido o valor das indenizações daquele espaço. Além disso, a maioria dos antigos moradores da fazenda, que pagavam em dinheiro/produção para ali permanecerem, haviam sido expulsos pelo proprietário. Este tinha receio que os moradores, sabedores de que a terra era pública, não pagassem mais pelo uso da terra.

⁴⁹⁴ FAMÍLIAS de Potiretama realizam ocupação em Fazenda no município de Iracema. Tv Jaguar. Limoeiro do Norte, 16 de agosto de 2016 às 16h. Seção: Notícia/Cidades. Disponível em: <http://www.tvjaguar.com.br>. Acesso em: 22/02/2021.

Os camponeses da região da Lapa com a falta de acesso a terra que antes ocupavam no sistema de morador, permaneceram 12 anos sem alcançar políticas públicas, que garantissem as estruturas básicas para a sobrevivência, assim como passaram a viver sob um rígido sistema de vigilância e violência velada por parte dos fazendeiros, que ainda se denominavam proprietários de suas antigas terras. Envoltos por esse contexto na região do Médio Jaguaribe, as famílias da comunidade Lapa, em Potiretama, decidiram organizar uma ocupação na antiga Fazenda Varzinha que pertencia, antes das desapropriações, ao senhor Cosme Martins.

A gente já há muito tempo estava nessa luta, né, com a Cáritas, a Igreja, o MAB, aí a gente já foi a umas reuniões em Fortaleza e a gente viu que a coisa não ia andar. Aí foi, eu estava em casa um dia, liguei pro MAB, para eles virem na comunidade para fazer uma reunião com a gente, com as famílias. A gente juntou um grupo, quem estava mais a frente e conversou se estavam prontos para fazer isso. Aí eles combinaram, combinaram e no dia 15 (de agosto de 2016), um dia de segunda-feira, 15 agora de agosto, a gente acampou, saiu de casa para acampar aqui.⁴⁹⁵

Dona Antônia, agricultora e “filha da Lapa”, como se autodenomina, é da família Moura, que está há mais de 200 anos no território de Potiretama, inclusive na comunidade Caatingueirinha. Essa contagem é feita pelos moradores a partir da memória dos mais velhos, que relatam que os seus pais, avós, bisavós já ocupavam o território da Lapa em sua ancestralidade.

Antônia Alves de Moura, 51 anos, conta que se tornou liderança na comunidade a partir dos conflitos ocorridos por conta da construção da Barragem que alagaria as casas de diversas famílias. Ela diz que o Movimento dos atingidos por Barragem (MAB) chegaram ao território no período da construção para compartilharem as experiências dos povos da região do açude do Castanhão, e a partir das reuniões e formações do MAB, ela foi tomando a frente da comunidade e hoje é a presidenta da Associação da Lapa⁴⁹⁶.

[...] A gente vinha se reunindo com a família que precisava de ocupar e tinha algumas lideranças que ajudavam a gente na discussão. Aí a gente procurou a Cáritas Diocesana, a pessoa do nosso padre Djavan, que residia no município na paróquia de Potiretama e combinou, conversou com ele, pediu ajuda, se ele podia ajudar a comunidade e ele em momento algum ele se opôs. Ele disse que estava junto com a gente e a Cáritas de Limoeiro do Norte estava junta para ajudar. Aí a gente se reuniu e partiu pra luta, né? A gente ocupou a fazenda [...] Tinha o representante do MAB

⁴⁹⁵ Roda de conversa no acampamento da Lapa dos ocupantes e professores universitários. Iracema, 26 de agosto de 2016, p. 4. Disponível em: COMTER. Acesso em: 25/02/2021.

⁴⁹⁶ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Potiretama. Entrevista temática com Antônia Alves de Moura. 03 de março de 2021, p. 2.

que acompanhou a gente na época, no nosso movimento, e o nosso querido padre Djavan, e a gente enfrentou a luta.⁴⁹⁷

Antônia nos relata que, de forma espontânea, decidiu convocar o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) para organizar uma ocupação. Segundo ela, por diversas vezes, nesses 12 anos, havia participado de reuniões em Fortaleza e no próprio território com representantes do DNOCS e do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), sem que as demandas da comunidade fossem atendidas.

Na transcrição, além de percebermos a insatisfação de Antônia com os resultados das lutas jurídicas travadas no território, aponta a mobilização de uma rede política territorial na região do Vale.

Esta rede política territorial de resistência nas diversas situações que analisamos no recorte deste trabalho foi acionada pela Cáritas de Limoeiro. Constatamos, portanto, um movimento diferente das comunidades da Lagoa dos Cavalos e Caatingueirinha.

Na Lapa, a comunidade se reúne, elenca suas demandas e só então convoca a participação da Cáritas. A Cáritas por sua vez convoca toda a rede de ajuda que dá suporte as lutas às quais a instituição participa na região jaguaribana e uma nova rede, agora dos camponeses da Lapa e desses agentes externos convocados pela CLDN, é formada. Esta rede, ainda no início da ocupação, mobilizou outros agentes externos, como é o caso de professores universitários.

O primeiro trecho transcrito da fala de D. Antônia é fruto de uma reunião de visita de professores da UFC e da FAFIDAM à ocupação no dia 26 de agosto de 2016, onze dias depois da saída dos camponeses de suas casas para a antiga fazenda Varzinha. A intenção da reunião era conhecer as demandas dos acampados e ajudar na publicização da manifestação.

Na reunião estavam presentes os ocupantes, 3 professores universitários, um representante do MAB e agentes da Cáritas. Esses últimos foram os responsáveis pela aproximação dos professores com a ocupação, assim como o acionamento de outros parceiros dessa rede que veremos adiante.

⁴⁹⁷ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Potiretama. Entrevista temática com Antônia Alves de Moura. 03 de março de 2021, p.4.

Figura 13 - roda de conversa no Acampamento da Lapa dos ocupantes e professores universitários no dia 26 de agosto de 2016



Fonte: Acervo CDLN

Na foto vemos, da esquerda para a direita sentados, Padre Djavan (pároco de Potiretama e vice-presidente da CDLN), Moraes (agente da CDLN), Volgan (bolsista do COMTER-UFC), professor Mário Martins (História - UFC) e professor João Rameres (História - FAFIDAM), ao centro um banco de apoio ao gravador, que registrou o áudio da conversa e nos permitiu analisá-la como fonte histórica.

A análise dessa imagem nos permite identificar a presença desses agentes externos como expressivos canais de comunicação com o restante da sociedade civil fora de Potiretama, na medida em que cada professor publicitaria as demandas e o contexto de lutas da região com outros grupos e redes dos quais participam. Há um encadeamento de redes para que seja pública e, portanto, do conhecimento de muitas pessoas, as ações dos moradores da Lapa.

“Lutar por uma terra justa não é crime, é direito”, a frase escrita na faixa que está posicionada atrás dos professores foi fruto de uma oficina da Cáritas de Limoeiro na ocupação que permitiu que os jovens da ocupação construíssem faixas a partir de suas demandas. Essa oficina aconteceu no dia 25 de agosto de 2016⁴⁹⁸, foi coordenada pela agente Aline, de Russas, e dentre os produtos confeccionados observamos as faixas e camisetas.

⁴⁹⁸ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Hoje realizamos com os jovens que estão na ocupação na comunidade da Lapa em Potiretama uma oficina de confecção de faixas e camisetas com os gritos da comunidade. Limoeiro do Norte, 25 de agosto de 2016. Facebook: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1039812592754090&id=209878092414215. Acesso em: 22/02/2021.

Notamos, assim, a participação da Cáritas em diversos âmbitos. Ora mobilizadora de uma rede política que auxilia a comunidade em sua luta, ora executora de projetos artísticos dentro de uma comunidade de camponeses, que aprenderam a confeccionar e pintar camisas, faixas e, sobretudo, a exporem suas denúncias a partir de outras formas, a gráfica.

Além das manifestações nos cartazes, as demandas da comunidade foram evidenciadas também no meio jurídico, com assessoria da Defensoria Pública da União (DPU). A partir de um documento⁴⁹⁹ elaborado pela assessoria da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Ceará, nós pudemos ter acesso a essas demandas formalizadas, assim como, pela análise da transcrição do áudio da reunião⁵⁰⁰ do dia 26/08/2016 no acampamento.

Segundo a DPU, no dia 30 de agosto de 2016, 15 dias depois do início da ocupação, foi realizada uma reunião entre a direção e o corpo técnico do DNOCS, representantes do IDACE, agricultores do entorno da barragem, MAB, Cáritas de Limoeiro, Procuradoria Federal e DPU. Dentre as pautas desta reunião estão:

Execução do convênio nº 001/2009, firmado entre DNOCS/IDACE, que trata da regularização fundiária e reassentamento das famílias na região do Figueiredo;
Andamento dos processos de desapropriação das fazendas;
Conflitos fundiários e uso da área pública já indenizada por parte dos ex-proprietários;
Indefinição quanto à disponibilização de terras para a Lapa;
Discussão sobre o uso de vazante por parte dos pequenos agricultores, considerando a improdutividade das terras disponibilizadas aos atingidos pela barragem Figueiredo.

A primeira pauta diz respeito à ineficiência e imobilidade do DNOCS e do IDACE. O convênio datado de 2009 para a regularização fundiária e reassentamento das famílias da região do Figueiredo ainda não tinha sido concretizado, sete anos depois de sua expedição.

Assim como a questão do uso da terra pelos ex-proprietários e os esclarecimentos sobre as desapropriações de várias fazendas na região. Mais uma vez acentuando o vazio da ação do Estado na região, o que gera o descumprimento de uso da terra por parte dos fazendeiros, assim como a falta de iniciativas para a regulamentação e o acesso à terra conquistada pelos camponeses.

⁴⁹⁹ Documento em formato de Linha do tempo elaborado pela assessoria da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Ceará, tendo como subsídio as informações registradas e documentos anexos (atas, ofícios, TAC, etc) aos processos de assistência jurídica das comunidades atingidas pela barragem Figueiredo (PAJ 2016/035-04737 e 2017/035-04663). As informações restringem-se às tratativas para acesso à terra. Entretanto, nas reuniões listadas outras pautas foram discutidas, como infraestrutura das casas, questões socioassistenciais e acesso à água e luz.

⁵⁰⁰ Roda de conversa no acampamento da Lapa dos ocupantes e professores universitários. Iracema, 26 de agosto de 2016. Acesso: COMTER.

Além dessas demandas, a rede política cobrava o posicionamento do DNOCS e do IDACE sobre o uso das terras públicas para a produção e a concessão de terras através de termos de uso de posse para que os camponeses pudessem produzir em terra própria de cultivo, sem as ameaças de fazendeiros da região e sem o risco de perder a plantação ou os animais por estar cultivando/criando em terra pública.

Importante observarmos que o acompanhamento da Cáritas de Limoeiro às famílias da Lapa se iniciou durante o período do conflito estabelecido em torno da construção da Barragem do Figueiredo.

A Cáritas já vinha participando de reunião com a gente na comunidade antes do movimento da ocupação já a Cáritas participava de reunião com a gente. A gente participava de reunião em Fortaleza, no IDACE, no DNOCS acompanhado pela Cáritas. [...] Ela começou a acompanhar... quando foi o fechamento, o barramento do Figueiredo lá, na parede do açude. Não estou lembrada o ano [...] Desde desse tempo que a Cáritas acompanha a nossa comunidade Lapa.⁵⁰¹

Esse acompanhamento da Cáritas à comunidade da Lapa acontecia semelhante aos outros territórios. Além dos projetos de *Convivência com o Semiárido* desenvolvidos, a CDLN articulava reuniões, que permitiam que os camponeses tivessem conhecimento dos processos jurídicos aos quais estavam participando e pudesse construir alternativas àquelas situações.

Em 2012, como aponta o *Relatório de atividades desenvolvidas da CDLN – 2012*, as famílias da Lapa se reuniam e construíam demandas com relação à terra, à água e às indenizações.

No dia 08 de maio de 2012, os agentes Moraes e Osarina, da Cáritas de Limoeiro no período, se reuniram com as famílias da comunidade da Lapa para elencarem quais as propostas concretas, que as famílias apresentariam na pauta de reivindicação daquele ano.

Nesta reunião as famílias destacaram a inclusão de 7 famílias, que estavam em área remanescente, no projeto; a garantia de acesso à água do açude da região (acesso ao espelho d'água); a ampliação do teto de indenizações de 10 para 20 mil reais para que mais famílias tivessem direito ao reassentamento; a construção de um poço profundo para água de beber com adutora; e por fim, o uso das terras de Cosme Martins para serem ocupadas pelas 20 famílias, que estavam sem terra na comunidade da Lapa⁵⁰².

⁵⁰¹ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Potiretama. Entrevista temática com Antônia Alves de Moura. 03 de março de 2021, p.4.

⁵⁰² CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Relatório das ações desenvolvidas. Projeto n.º 233-062-1005 ZG – MISEREOR. Limoeiro do Norte, 08 de maio de 2012.

Incluir as sete famílias que estão na área remanescente;
 Atualizar os laudos (tanto os valores quanto os laudos das famílias dos herdeiros de Raimundo Chagas de Moura que faltaram ser feitos);
Garantia de terras para a 20 famílias (sugestão das terras de Cosme Martins);
A conquista do direito ao uso da água do açude (acesso ao espelho d'água);
 Ampliação do teto de indenizações pra ter direito ao reassentamento (de 10 para 20 Mil);
 Construção de poço profundo para abastecimento de beber com adutora⁵⁰³. [Grifo nosso]

Ao comparar os dados da seção *Dados das atividades do Relatório de atividades desenvolvidas da CDLN – 2012* com o ato de ocupação de 2016 percebemos que, ainda que a ocupação tenha sido espontânea naquele momento, ela vinha sendo pensada e proposta em reuniões da Cáritas com a comunidade desde 2012, 4 anos antes de sua ocasião.

As terras de Cosme Martins, localizadas no município vizinho (Iracema), eram próximas à comunidade da Lapa, já eram conhecidas de alguns camponeses da região por terem boas condições de plantio e fácil acesso à água, por conta da proximidade com um açude⁵⁰⁴.

Essa ocupação marca um contexto de retomada de formações, reuniões e experiências partilhadas entre os camponeses da Lapa e a Cáritas, assim como outros agentes da rede política territorial de resistência no Vale do Jaguaribe.

Entre os anos de 2016 e 2017 as reuniões dos camponeses da Lapa com diversos agentes relativos aos processos de alcance de suas demandas foi intenso. No ano de 2017 existiram reuniões quase mensalmente, por vezes mais de uma reunião por mês. Algo que não aconteceu antes das famílias ocuparem as terras da antiga fazenda Varzinha.

No documento da DPU⁵⁰⁵ conseguimos ver, ao longo do processo de luta e reivindicação organizado pelos moradores da comunidade da Lapa um acionar de diferentes agentes externos e a composição de uma rede política capaz de fornecer apoio em diferentes áreas àquelas pessoas.

Além dos movimentos sociais, como o MAB, que teve uma participação breve na ocupação, outros organismos da Igreja (como a Comissão Pastoral da Terra), universidades e diversos membros jurídicos foram acionados pelas demandas do território, muitos deles mobilizados pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Isto nos faz inferir sobre a existência

⁵⁰³ CÁRITAS BRASILEIRA, 2012, p.1.

⁵⁰⁴ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 18 de fevereiro de 2021, p. 4.

⁵⁰⁵ Documento elaborado pela assessoria da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Ceará, tendo como subsídio as informações registradas e documentos anexos aos processos de assistência jurídica das comunidades atingidas pela barragem Figueiredo (PAJ 2016/035-04737 e 2017/035-04663).

de uma relação de confiança da comunidade com a instituição e o conhecimento das lutas travadas e empreitadas no Vale do Jaguaribe.

O trabalho de agentes da Igreja Católica na região de Potiretama, desde 2014, foi feito pelo padre Djavan Fernandes, o primeiro pároco do município assumindo em 19 de março de 2014. A trajetória de vida do Djavan, ainda antes de ser padre, quando era criança na cidade de Jaguaribara, onde cresceu, foi marcada pelas conversas nas calçadas, os terços, as novenas e a luta.

Em todos esses espaços rondavam o tema da construção do açude do Castanhão. Djavan ouvia sua mãe, mulher católica, chamar o povo a luta depois dos terços e das novenas e adentrar nos temas de reivindicação ali, no cotidiano sagrado das pessoas de Jaguaribara.

A fé de sua mãe em Deus e na luta pela terra o influenciou em seguir a missão de padre e pela “necessidade de se organizar para defender a vida... e de buscar uma vida melhor não para si, mas para todos⁵⁰⁶”.

O contato do padre Djavan com a Cáritas aconteceu ainda enquanto jovem, quando morava em Jaguaribara e a instituição desenvolvia projetos nas comunidades do município e no seminário, quando se aproximou de membros da instituição. Já ordenado padre se envolveu com a instituição e em 2014, mesmo ano em que se tornou pároco de Potiretama, o padre assumiu a vice-presidente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Eu chegando na paróquia começamos a dialogar, a questionar a comunidade, sobretudo a comunidade da Lapa, que era a comunidade que pertencia a paróquia de Potiretama e eu tinha o trabalho pastoral mensal de visita, de celebração, de convivência com o povo. Sempre eu motivava o povo a lutar por terra, que havia uma urgência pelas terras. [...] Eu começava a fazer, sempre nas missas, nas conversas eu sempre dizia “– Olha, acho que é bom a gente pensar em uma ocupação e etc.” Eu sempre falava isso, mas eu não esperava que o povo pudesse fazer, porque o povo não é um povo de organização de luta, não é um povo que tem uma tradição de ocupar, de entrar. Eles tinham sempre uma ideia de que ocupar seria algo contrário aos valores que eles tinham. Um povo muito pacato do interior que não compreendia o valor de ocupar uma terra. E aos poucos a gente foi falando, até que um dia... e além da paróquia, de nós fazer esse trabalho pastoral nosso, também tinha o MAB, Movimento Atingidos por barragem que tinha uma certa atuação por lá. Eu já tinha até perdido a esperança de que um dia pudesse acontecer isso. Aí uma vez, a liderança da comunidade, da associação, a presidente da associação, Dona Antônia, nos procura juntamente com um membro do MAB pensando nessa possibilidade de entrar na terra, em uma das fazendas lá, do seu Cosme Martins. Uma das fazendas mais próximas da comunidade da Lapa que tinha terra fértil [...], açudes...⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 18 de fevereiro de 2021, p. 1.

⁵⁰⁷ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 18 de fevereiro de 2021, p. 6.

A fala do padre Djavan nos mostra a influência que a igreja popular tem na construção do pensamento e das ações dos indivíduos. Mas também nos mostra que ainda que o “povo muito pacato do interior” parecesse desmobilizado, aos olhos do padre, a partir de um ato concreto, organizado e gestado pelas pessoas da comunidade, aparentemente espontâneo.

A ação dos camponeses não se limita a ação organizada por movimentos sociais ou pela Igreja. As ações coletivas espontâneas acontecem a partir das experiências sociais cotidianas.

Olhar para os indivíduos como seres com capacidade para alterar o percurso da história, ver neles agentes sociais que podem apropriar-se de situações e encaminhá-las no sentido dos seus interesses é reconhecer que a inventividade constitui uma arma em relação à incorporação hegemónica. A recusa de estrangimentos sociais através da criatividade permite edificar um grupo e dinamizar a **acção colectiva**. Para os que não integram as elites, a forma de acção colectiva tem de ser o movimento social, por não terem outros recursos através dos quais possam fazer-se ouvir e ver vingar os seus pontos de vista.⁵⁰⁸

Essa ação coletiva pode se transformar em movimentos coletivos de ação direta, quando os sujeitos têm uma noção clara de seus interesses. Há a identificação dos sujeitos do grupo uns com os outros para que não haja tesões internas que os afastem de suas demandas⁵⁰⁹.

“Uma noção clara da identidade do grupo é essencial ao prevenir dessa fragmentação, mantendo a unidade.”⁵¹⁰ Essa ação coletiva acontece por via dos “repertórios”, que são as maneiras como as pessoas agem em busca de interesses e demandas comuns.⁵¹¹

A presença da Cáritas no território antes da ocupação está mais relacionada a construção das redes. Através das formações, reuniões e atividades da Cáritas na região de Potiretama, em específico na Lapa, foi possível manter um canal de comunicação entre os camponeses de vários territórios, a nível micro, na região do Vale, e em nível macro, atrelando as demandas locais a uma esfera da questão agrária nacional e também da mundial, já que parte dos financiamentos vinham de instituições estrangeiras. Ou seja, não somente pelas relações da produção de mercadorias os camponeses se comunicam, mas, sobretudo, pelo compartilhamento de suas demandas, reivindicações, lutas e experiências de vida.

A naturalidade do discurso religioso nessas comunidades, tanto do catolicismo popular gerado no interior das casas através de novenas e terços, e da prática comunitária de Igreja, coordenadas pelo padre Djavan no município, garantiram uma interlocução e um

⁵⁰⁸ BOUCHIER, 1986, p. 4 apud. GODINHO, 2000, p. 91.

⁵⁰⁹ GODINHO, 2000.

⁵¹⁰ Ibid., p. 135.

⁵¹¹ TILLY apud TARROW, 2009:51

entendimento da ação de ocupar como um meio possível de se obter direito à terra, portanto direito à alimentação e produção.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobram em ações coletivas em torno de movimentos sociais.⁵¹²

A espontaneidade da ação coletiva de ocupação da antiga fazenda da Varzinha pelos moradores da Lapa teve sua faísca ainda dentro da comunidade, influenciado por todo um contexto na região, e através das ações comunitárias. Apesar das frequentes propostas do padre Djavan para que os camponeses ocupassem, e desde 2012 as terras de seu Cosme Martins estarem nos planos de serem terras concedidas aos agricultores da Lapa, o ato da ocupação aconteceu, quando a comunidade chegou ao seu estopim.

Assim como em agosto de 2010, na ocupação do canteiro de obras da barragem do Figueiredo, que aconteceu por conta de uma chuva forte que gerou medo nos moradores dali, a ocupação da antiga fazenda Varzinha aconteceu no tempo dos camponeses. A partir da resignificação dessas memórias e experiências e da tentativa de modificação do futuro.

Ainda que a ação coletiva espontânea da Lapa tenha sido organizada pelos moradores da comunidade, percebemos uma grande participação da Cáritas e da paróquia de Potiretama, tanto através da presença dos agentes da instituição com ações na comunidade, como pela presença do padre Djavan, que foi um dos líderes da ocupação ocorrida na fazenda Varzinha.

⁵¹² FABRINI, João Edimilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. Revista Nera, n. 11, p. 8-32, 2012, p. 29.

Figura 14 - Padre Djavan conversando com Cosme Martins, o ex-proprietário da Fazenda Varzinha, no dia da ocupação.



Fonte: Acervo da CDLN.

A imagem acima foi registrada no dia 15 de agosto de 2016, o dia da ocupação. Nela conseguimos ver a participação de várias pessoas, inclusive de Gracinha da comunidade de Caatingueirinha, atrás do Cosme Martins, o homem de camisa listrada. Conversando com ele temos o padre Djavan. Quando questionado sobre o assunto dessa conversa, o padre Djavan disse que estava explicando os motivos da ocupação ao ex-proprietário, que na foto escuta atento.

Dessa imagem, queremos destacar o papel do padre Djavan, vice-presidente da CDLN, na ocupação como mediador e articulador de debates e do ato, que se firmou. É sempre comum vermos nas fotos do acampamento a presença do padre, inclusive com muita familiaridade e identificação com a luta.

Ele se refere à ocupação com o termo “nós”, quando alude a comunidade, expressando uma identificação de coletividade e participação recíproca dele com a comunidade.

A presença de Gracinha na imagem também requer destaque. A partir dela percebemos as relações familiares, que legitimam a ocupação histórica da Lapa pelos camponeses, especialmente da família Moura; além de chamar a atenção para a participação

política expressiva de duas primas e como chegaram a esses lugares de liderança em suas comunidades.

Gracinha e Antônia são da mesma família que historicamente ocupou o território da Caatinga do Atanásio. Os avós maternos de Gracinha eram primos dos avós de Antônia e todos eles nasceram na Lapa, o que já anuncia pelo menos 100 anos de ocupação daquele território por essas famílias, já que as entrevistadas têm entre 40 e 50 anos e os seus avós, duas gerações anteriores a delas, nasceram lá.

A participação política de Gracinha começou de seu contato com as formações organizadas pela Cáritas como executora do PIMC na região e do seu processo de amadurecimento na Associação e Sindicato de Potiretama (conforme analisado na pág. 86).

Antônia assumiu a liderança da comunidade em decorrência da construção da Barragem do Figueiredo e sua relação com o MAB e posteriormente com a Cáritas de Limoeiro (conforme exposto na pág. 200). Em ambas vemos 3 pontos em comum: Organização em torno de causas concretas para a permanência da terra e acesso a direitos (barragem), relação com mediadores externos (MAB e Cáritas) e a relação familiar das duas mulheres.

Mas como aconteciam então as redes territoriais antes da ação da Cáritas nesses territórios? Através da migração e da conexão de famílias. Esse conhecimento de redes de solidariedade, como característica da identidade camponesa, também foi marcador da identidade da CDLN. A partir dessa junção das características identitárias das comunidades e outras adquirida na relação com os outros interlocutores de sua rede de contato a Cáritas foi delineando sua identidade, o que marcava as suas ações nas regiões.

Essa relação pode ser percebida pelo que Pierre Bourdieu assinala como “campos sociais”. Um sujeito, no caso a Cáritas enquanto instituição participa de diversos campos sociais e neles exerce diferentes graus de escolha e autonomia, mas, “cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos”⁵¹³.

Esse campo social é marcado pelas diferenças na hierarquia de interesses e isso faz com que o campo mude de acordo com o interesse que o move⁵¹⁴. O ativar da rede política da

⁵¹³ WOODWARD, 2019, p. 30.

⁵¹⁴ BOURDIEU, 2011 **apud**. GOMES, Geovana Zoccal. O campo social e suas transformações: Batalhas e práticas do campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. 3º Seminário de Relações Internacionais da ABRI Florianópolis, 2016, p. 9

Cáritas é relacionado a demanda de cada comunidade, destacando essa hierarquia de interesses assinalada por Bourdieu nesses campos sociais.

O compartilhar de experiências entre as comunidades e a construção de uma rede territorial entre elas são um forte instrumento de luta e resistência. Através desta rede, além das atividades econômicas desenvolvidas na região, também as demandas e a circulação de informações são intensas.

O entendimento de que a questão agrária da região não era um problema apenas de uma comunidade, mas parte de um contexto e um panorama nacional foram possíveis a partir das vivências dos indivíduos e pela participação deles em processos formativos, que os capacitaram e os permitiram acessar outros espaços e diálogos, que eles achavam que não podiam alcançar.

Em comparação desses resultados da ocupação da Lapa com os objetivos específicos do Plano Trienal nas comunidades de Potiretama (conforme analisados no tópico 3.3 desta dissertação) percebemos que as ações vistas como espontâneas fazem parte de um projeto planejado e bem articulado ainda que em curta escala.

No Plano eram objetivos a capacitação das lideranças para o associativismo e a busca por direitos básicos, a inserção na luta pela reforma agrária, a participação em espaços de articulação (Fóruns Regional pela Vida no Semi-árido, Rede de Intercâmbio de Sementes e Via Campesina), o contato com as experiências de outras comunidades, melhoria na alimentação (que só é possível com acesso à terra e água) e o engajamento da juventude nas causas do território.

A Cáritas age no vazio que as ações do Estado operam no território: as desapropriações e o não desenvolvimento de ações contínuas pós-desapropriações que impedem que o agricultor plante e crie suas rezes, pois não tem acesso a terra e tecnologias sociais de *Convivência com o Semiárido*. Somadas às experiências de violência por parte dos fazendeiros locais, que cobram a renda da terra em áreas do Estado, como é o caso de Cosme Martins.

Além da disputa territorial na região, outro fator complexifica a questão agrária no território invadido pela Barragem do Figueiredo: a discrepância de narrativas.

Ana Cláudia Moura: A gente é da comunidade Lapa, uma das comunidades afetadas pela barragem do figueiredo. A gente vai aqui através desse vídeo fazer um pequeno esclarecimento. Tem algumas pessoas que não estão entendendo muito bem o motivo da gente estar aqui. Estão achando que a gente está roubando terra de fazendeiro.

Patrícia Carol: Nós estamos em uma área que pertence ao governo e que já foi indenizada, e que o patrão já recebeu por cada hectare de terra.

Rafaela Lucena: Estamos aqui com 27 famílias, entre elas tem mulher grávida, criança, jovens, adultos e também pessoas mais velhas.

Daiane Moura: Nosso objetivo é fazer com que o DNOCS venha até a gente e nos dê uma solução.⁵¹⁵

Mesmo com vários conflitos por terra na região do Vale do Jaguaribe, as jovens acima, moradoras da comunidade da Lapa, tiveram que vir a público, por meio da plataforma digital “Facebook” para explicar rapidamente a situação da ocupação. Essa criminalização das ocupações e movimentos de ação direta, em nossa perspectiva, demonstra ainda um grande desafio, que as comunidades camponesas têm pela frente. Em diálogo com E. P. Thompson, por entendermos a ocupação da Lapa como uma ação coletiva de subsistência e de existência dos camponeses:

[...] num aspecto a economia moral da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista (THOMPSON, 1998, p. 167).

Parte da população que não tinham experiências ligadas aos movimentos de ocupação e não conheciam as lutas das famílias atingidas pela construção da barragem do Figueiredo não entendia a ocupação como um movimento legítimo para a garantia de direitos negados há 12 anos.

Portanto, assim como nos escritos de Thompson, essa população preferia reproduzir os valores da ordem paternalista, que criminalizava os movimentos de ação direta, ao que se colocar ao lado dos seus iguais, os camponeses.

Essa deslegitimação da ação coletiva direta antes de tudo, no Vale do Jaguaribe, acontece por uma disputa entre 3 narrativas: a dos camponeses, a do Estado e a dos fazendeiros.

A narrativa do Estado, representado na Lapa pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e pelo DNOCS, que prega o desenvolvimento e as melhorias que os projetos trarão para a região é a dominante e configura uma história autorizada⁵¹⁶.

Dominante, pois, em uma relação de poder desigual, tem mais poder aquisitivo e, portanto, mais acesso aos meios de comunicação, notícia e divulgação. Trabalham tanto para

⁵¹⁵ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Jovens da comunidade da lapa cidade de Potiretama estão na luta por direito a terra de produção para as suas famílias e ocupam desde o dia 15 uma fazenda da região. Iracema, 18 de agosto de 2016. Facebook: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Disponível em: <https://www.facebook.com/209878092414215/videos/1034478443287505>

⁵¹⁶ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. São Paulo: Unicamp, 2007, p. 98.

fazer propaganda desse desenvolvimento, quanto para mascarar a desordem do mesmo. Dominante, pois, se utilizam de linguagens e códigos que não são comuns ao cotidiano daqueles moradores e se valem da postura de “autoridades”, esbanjando cargos, títulos e influências. Dominantes, pois, a partir do “enquadramento da memória”⁵¹⁷ que utilizaram para produzir o discurso autorizado fomentaram várias estratégias de esquecimento e de silenciamento das memórias camponesas, se utilizando dos “abusos da memória” e os “abusos do esquecimento” para garantir o poder sobre a narrativa, pois “a memória torna poderoso(s) aqueles(s) que a gere(m) e controla(m)”⁵¹⁸. Essa narrativa é construída de fora para dentro. Um plano nacional aplicado a um contexto local. Uma escala⁵¹⁹ macro, que modifica a escala micro.

Existe ainda outra narrativa dominante: de dentro do território e do cotidiano camponês. A narrativa do fazendeiro, do “patrão”. Este, ainda que viva cotidianamente e territorialmente próximo aos camponeses da região, atrela mais os seus interesses ao contexto assumido pelo lucro, domínio da terra, relações com o Estado e, sobretudo, à sua influência política.

Ainda que não ocupem cargos políticos, ou seja, “autoridades” como os agentes do Estado, talvez para os camponeses sejam mais reguladores do que o Estado, pois estão mais próximos e assim os mantêm no “cabresto”, uma herança da Primeira República brasileira.

Todavia, existe uma terceira narrativa, a que queremos conferir destaque neste trabalho e que permite um outro nível de escala de observação⁵²⁰, ainda que com a parcialidade do academicismo. A narrativa do camponês. Esta narrativa é como a água. A depender do momento, falta. A depender do evento, se adequa em frestas, lagoas, córregos, cacimbas. Às vezes fraca como neblina, às vezes forte como chuva de verão. E o principal: Voraz. Já diz o ditado popular: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Assim é a narrativa e a luta camponesa. Ao mesmo tempo em que se adequa às mudanças e contratos firmados com o Estado e com os fazendeiros, ela também tem força o suficiente para lutar e seguir o curso que deseja, o curso de suas demandas.

O que vemos, na transcrição do vídeo das jovens da comunidade, é um prestar de esclarecimentos à sociedade civil sobre a ocupação e, portanto, uma tentativa de validação e legitimação do ato. Analisando as falas, percebemos que pessoas que não estavam envolvidas

⁵¹⁷ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

⁵¹⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001, p. 42.

⁵¹⁹ REVEL, 1998.

⁵²⁰ REVEL, 1998.

no processo estavam acusando os ocupantes de serem invasores das terras dos fazendeiros da região.

O vídeo, então, é a tentativa de veicular a informação real. Que os ocupantes estavam em uma terra que já havia sido indenizada pelo DNOCS aos fazendeiros e que, portanto, era terra pública, que não estavam produzindo, terra improdutiva, terra devoluta.

Os movimentos de resistência no campo sofrem o estigma da criminalização. Como afirma Goffman, o estigma é “*a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena*” (GOFFMAN, 2004, p.4).

No caso da Lapa, as narrativas dos fazendeiros, que repassaram informações falsas sobre a ocupação, foram recebidas pela população geral como verdadeiras, enquanto a dos ocupantes tida como falsas. Juridicamente, a terra ocupada não pertencia aos fazendeiros, pois já havia sido indenizada e desapropriada para uso do DNOCS, como apontam os documentos do Ministério Público da União (DPU). Através da análise desses documentos e das falas dos ocupantes, podemos construir uma narrativa a contrapelo.

Esse estigma, fruto dessa narrativa construída no território e de um legado de silenciamentos dos povos oprimidos e da histórica criminalização dos movimentos sociais no campo, como um projeto nacional, é um fator que afasta os camponeses menos envolvidos nas organizações comunitárias desses processos de luta.

A Cáritas, na região do Vale do Jaguaribe, por ser um organismo da Igreja, consegue chegar a esses camponeses e fazer um trabalho de mobilização, sensibilização e por vezes foi um canal entre esses movimentos e as lutas da região.

A ocupação da Lapa é uma ação espontânea. Porém, essa espontaneidade é vista dentro do contexto territorial. Essas famílias já haviam participado de outros momentos de luta, no período da construção da Barragem do Figueiredo. Além disso, desde o início dos anos 2000, a Cáritas fazia o acompanhamento das comunidades de Potiretama, com trabalhos múltiplos, que já tratamos ao longo dessa dissertação. Ou seja, a espontaneidade da ação de ocupação é diretamente influenciada pelo contexto de lutas e o envolvimento das comunidades com a Cáritas de Limoeiro e a rede política territorial construída na região.

Figura 15 - roda de conversa no Acampamento da Lapa dos ocupantes e professores universitários no dia 26 de agosto de 2016



Fonte: Acervo CDLN

A imagem acima mostra parte dos moradores, que estavam ocupando o sítio da Lapa no ano de 2016. Na foto identificamos alguns sujeitos, que em nossa narrativa entendemos que devem ser nomeados e apresentados aos leitores. Da esquerda para a direita temos: Rafaela, Chico do bar, Sebastião, Helena e Mariana. Em pé: professor Francisco Antônio da Silva (FAFIDAM) com uma filmadora. No banco ao fundo: Ozenir, uma pessoa não identificada e Joana. No bando lateral a direita: Seu Coco, de chapéu de couro⁵²¹.

Ao levarmos essa imagem em consideração procuramos investigar as categorias espaciais, que possam estar contidas nela. O espaço fotográfico é o recorte espacial processado pela fotografia, ou seja, aquele que, a partir da intenção e escolha do fotógrafo, aparece na imagem registrada e que está dentro de um espaço geográfico: a casa ocupada na antiga fazenda Varzinha.

O espaço do objeto compreende todos os objetos fotografados e a ligação desses objetos com as experiências vividas, além da significação que esses objetos dão ao espaço fotográfico. O espaço da figuração é caracterizado pelas pessoas, os gestos, as posturas

⁵²¹ Os sujeitos foram identificados por D. Antônia quando solicitado por nós, os demais não conseguimos identificar por conta do enquadramento da foto.

corporais e o espaço da vivência é todo aquele que dá sentido, a partir das práticas humanas, ao ato fotográfico⁵²².

Dessa forma, ao analisar o espaço fotográfico dessa imagem, além de chamar atenção às condições precárias da ocupação, o que em nossa análise demonstra traços de sua espontaneidade e autonomia camponesa. O espaço do objeto é caracterizado por um grande número de redes, o que nos mostra a permanência de muitas pessoas no local. Na figuração vemos a participação de pessoas de diferentes idades, o que podemos analisar também através do vídeo das jovens da Lapa. Notamos uma resistência coletiva, solidária, forte, camponesa.

No entanto, a figura que queremos destacar nessa imagem é a de Seu Coco, o homem a direita com chapéu de vaqueiro. Segundo Padre Djavan, o seu Coco, assim como outros camponeses da Lapa, era morador da fazenda Vazinha.

Contudo, seu Coco, diferente dos outros, permanecia na terra como morador e trabalhava diretamente para o antigo dono da fazenda. Dentre as demandas de aquisição das terras de plantio para os ocupantes, o nome de seu Coco estava incluso inicialmente. Mesmo assim, ele agia na comunidade de modo a repassar as informações das reuniões da ocupação para o fazendeiro⁵²³. Isso fortalecia as práticas de violência, como as ameaças, à ocupação e afastava, ainda mais, o apoio da sociedade civil à causa, por medo que as violências reverberassem em quem ajudasse.

Seu Coco seria beneficiado, caso as demandas da ocupação fossem atendidas. Teria terra para produção sem precisar pagar pelo arrendamento, sem ter que dar parte da produção a um patrão. Contudo, ele continuava subordinado à figura do patrão. Ele trabalhava nas terras antigas desse proprietário e pagava a renda da terra, mesmo a terra pertencendo ao Estado. Os outros moradores foram expulsos, pois o fazendeiro temia que eles não pagassem os tributos, já que a terra era pública.

A subordinação de Seu Coco pode ser entendida por duas vias. A primeira é pelas relações paternalistas que por muito tempo foram e são importantes para entendermos as relações sociais do trabalho. Na maioria das vezes, no campo, os patrões são vistos como a figura de um pai, um membro familiar, que integra as práticas do trabalho à história de sua família – os casamentos, os arraiais, etc – o que faz com que, além do trabalhador se identificar

⁵²² MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996, p. 86.

⁵²³ MOREIRA, Carolina Rodrigues. *Meio digital, Fortaleza/Aracati*. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 18 de fevereiro de 2021, p. 4.

com a casa, onde trabalham, eles não organizem revoltas, já que se revoltar contra a figura do pai é mais difícil do que se revolta contra um patrão comum.

Nessa relação o que Seu Coco deveria se referir aos patrões como “eles”, acaba, em sua percepção, se caracterizando por um “nós”, que engloba ele e o patrão no mesmo domínio⁵²⁴. A diferença entre o “nós” e o “eles” faz com que Seu Coco se identifique com o seu patrão, ainda que suas condições de vida e trabalho se identifiquem com as práticas do “eles”, os camponeses, caracterizando o caráter relacional da construção da identificação e da identidade⁵²⁵.

A segunda é pela experiência de vida. Talvez o Seu Coco já tivesse ficado muito tempo sem ter aonde produzir, e agora que possuía, mesmo em condições de subordinação, não abria mão dessa terra.

Afinal, ocupar faz parte da construção de um horizonte de expectativa, esperançado a partir da ressignificação de experiências passadas e que não garante a concretização dessas possibilidades almejadas.

Talvez, Seu Coco estivesse se prendendo ao seu presente, que era o de acesso a terra por vias de subordinação e das lembranças do período em que não teve esse acesso no passado. Seu Coco se retirou da ocupação e não teve acesso às conquistas, que dela vieram⁵²⁶.

4.3.1 Entraves, conquistas e o acionamento da rede política

A permanência do MAB na ocupação foi breve e marcada por situações de conflito. Segundo uma das memórias do padre Djavan sobre o período de negociações.

Primeiro, um dos momentos primeiros da ocupação, uma semana depois da ocupação, se eu não me engano, houve uma audiência, houve uma reunião com as comunidades, os ex-fazendeiros e o DNOCS lá mesmo na ocupação. E foi muito tensa essa reunião. Os ex-fazendeiros muito alterados, houve bate-boca, houve assim... bem tenso, e ficou um pouco um clima de ameaça. E o rapaz lá, o membro do MAB, ficou muito assustado. Tanto que quando terminou a reunião ele pegou as coisas dele e foi embora. [...] Coisa que ficou também meio tenso foi em um momento de negociação lá no Governo de Fortaleza [...] o MAB levou uma pauta enorme, toda a pauta do Estado ele levou para a mesa. E lá o Diego foi contra esse método, o que ele queria é que fosse só a pauta do Figueiredo, da comunidade da Lapa e das outras comunidades.⁵²⁷

⁵²⁴ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Editora Paz e Terra, 2017, p. 86 e 87.

⁵²⁵ Woodward, 2019.

⁵²⁶ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 18 de fevereiro de 2021, p. 5.

⁵²⁷ MOREIRA, Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. Entrevista temática com Djavan da Silva Fernandes. 21 de fevereiro de 2021, p. 1.

Nessa fala conseguimos evidenciar dois motivos pelos quais o MAB saiu da ocupação da Lapa. O primeiro deles foi o terror causado no militante do MAB, o senhor Edpo Oliveira, com as ameaças públicas feitas pelos fazendeiros na reunião citada. Os movimentos sociais assim como os camponeses, ainda que tivessem uma rede de apoio e de resistência, não tinham uma rede de proteção física, algo que os assegurasse a segurança das pessoas no acampamento. O segundo motivo foi à discordância das pautas entre o MAB e o representante dos camponeses, a Cáritas de Limoeiro, representada pelo professor Diego Gadelha⁵²⁸ naquele momento.

As demandas coletivas construídas pelos camponeses da comunidade da Lapa eram específicas à sua situação. Já as pautas do MAB eram pautas do movimento como um todo. Pautas gerais que não envolviam somente a questão da Lapa, mas de um plano regional, com a convocação de outros territórios e demandas paralelas. Na análise dos agentes da Cáritas de Limoeiro essa abrangência nas pautas não traria conquistas concretas em curto prazo para as comunidades da Lapa.

Depois de 12 anos de espera, a intenção era garantir de forma mais direta e rápida o uso da terra e o direito de nela produzir aos camponeses. Na linha do tempo da DPU o MAB só é citado na primeira reunião depois da ocupação, no dia 30 de agosto de 2018, e não aparece mais nas fontes.

O restante do ano de 2016 foi pautado em embates jurídicos enquanto os ocupantes permaneciam nas terras da antiga fazenda Varzinha. Durante este ano, a ocupação foi visitada pela DPU – quem garantia as lutas jurídicas da comunidade a chamado da Cáritas –, do DNOCS, do IDACE e SEMACE (Secretaria do Meio Ambiente do Ceará).

As comunidades construíram um Termo de Ajustamento de Conduta⁵²⁹, em novembro de 2016, que reivindicava a autorização, em caráter emergencial, do uso das áreas de vazantes da Barragem do Figueiredo inseridas na parte desapropriada da antiga fazenda Varzinha, enquanto os estudos para o reassentamento dos agricultores eram feitos na região.

Previa a entrega desses estudos no prazo de 12 meses desde a assinatura do TAC com penalidade fixada em multa de 500 reais por semana em caso de atraso. Estabelecia ainda a autorização do uso das vazantes apenas para os agricultores familiares que apresentassem

⁵²⁸ Professor do Instituto Federal do Ceará - campus Fortaleza e agente da Cáritas. O professor tem grande atuação na região desde o início dos anos 2000 e transitou nos movimentos de luta e resistência de vários territórios. Aqui destacamos os territórios de Tabuleiro de Russas, Chapada do Apodi e Potiretama.

⁵²⁹ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Termo de Ajustamento de Conduta DPU/CE Nº 01/2016.

documentação de residência na Lapa. Mesmo assim, em reunião no dia 17 de janeiro de 2017, o DNOCS não concordou com a assinatura do TAC e o instrumento legal aceito para a solicitação do uso das vazantes foi substituído por um requerimento administrativo.

Em paralelo ao trâmite jurídico, a Cáritas de Limoeiro, além de assessorar a comunidade e acionar a DPU, quando necessário, construía nas comunidades alguns projetos de *Convivência com o Semiárido*.

Com essa atividade a Cáritas deixa plantada na terra a palma, planta que muito contribuirá para a vida dessas famílias. E nos agricultores e agricultoras cultivamos a semente da resistência e da esperança, na certeza de que para termos uma vida melhor é necessário lutarmos pelo nossos direitos e pelo zelo com a nossa casa comum!⁵³⁰

Em 03 de novembro de 2016, a CDLN em parceria com o curso de agronomia do IFCE (campus Limoeiro do Norte), desenvolveram na Lapa uma oficina de formação sobre o uso e a implantação de uma unidade de palma forrageira⁵³¹. A oficina que foi dividida entre prática e teoria, foi coordenada pelo professor Roberto Dias e pelo agente Moraes da Cáritas que, além de apresentarem diversas experiências do cultivo da planta pelo Nordeste brasileiro, conduziram os camponeses na plantação das mudas de palma e os orientaram em como cuidá-las.

As seguintes imagens mostram essa atividade e nos permite levantar outras problemáticas acerca do processo formativo e dos participantes, que dele participaram:

⁵³⁰ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. No dia 03 de novembro de 2016, foi realizado na comunidade Lapa, município de Potiretama/CE, uma oficina de Formação e implantação de uma unidade de palma forrageira. Potiretama, 03 de novembro de 2016. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1102249213177094&id=209878092414215. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁵³¹ Segundo a EMBRAPA (2015, p. 9): "... a palma forrageira faz parte da base alimentar dos rebanhos de zonas áridas e semiáridas. Características como alta palatabilidade, produção de biomassa e resistência à seca fazem dessa planta um alimento valioso para os rebanhos desta região."

Figura 16 - formação sobre a palma forrageira na Comunidade Lapa



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Figura 17 - momento de partilha de experiência prática entre um agente Cáritas e um agricultor sobre o plantio da palma forrageira



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Figura 18 - participação feminina na oficina de plantio da palma forrageira



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Figura 19 - participantes da oficina sobre a palma forrageira e terreno de plantio



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Ao analisar as imagens avaliamos uma grande aceitação dos agricultores da Lapa à proposta de intervenção no território apresentada pela Cáritas. Cerca de 20 agricultores participaram da formação, o que equivale a mais ou menos a quantidade do total de famílias da comunidade da Lapa (25 famílias).

O que percebemos é também uma ação de continuidade da Cáritas nos dois territórios: da ocupação na fazenda Varzinha e na comunidade da Lapa. Essa ação mostra uma ação orientada por planejamento prévio, ainda que tenha acontecido durante a espontaneidade de uma ocupação.

Ademais, a presença do professor Roberto Dias nos faz refletir sobre a rápida mobilização da rede política territorial de resistência para auxiliar os territórios em assuntos que são do seu interesse. Por último, a participação feminina. Ainda que seja maioria nas posições de liderança nas comunidades, inclusive na Lapa (Dona Antônia), a participação das mulheres nessa oficina foi pequena pelo fato de algumas mulheres da comunidade estarem na ocupação da antiga Varzinha.

Ressaltamos também, que no mesmo período, a luta jurídica acontecia com foco para a ação da DPU que, inúmeras vezes, foi acionada pela Cáritas para dar conta do processo jurídico envolto nessa questão. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 a DPU solicitou ao DNOCS o uso imediato das terras de vazantes pelas 24 famílias da comunidade da Lapa⁵³² e antes disso já havia recolhido toda a documentação dos agricultores da região, que comprovassem que eram moradores daquela área para construir essa solicitação de uso da terra⁵³³.

⁵³² Ofício nº 311/2017/DPU-CE/ORDH.

⁵³³ Ofício nº 525/2017/DPU-CE/ORDH.

Em março de 2017, uma sexta-feira, há um acirramento dos conflitos agrários na região pela ocupação indevida dos ex-proprietários com a pecuária e também pelo atraso do pagamento da indenização de alguns deles, como é o caso do seu Cosme.

Frente a esses conflitos entre agricultores e fazendeiros, a Cáritas pede novamente que a DPU formalize o pedido de proteção jurídica aos camponeses ocupantes e eles fazem uma denúncia ao Ministério Público Federal pelo uso indevido da região de vazantes por outras pessoas que não eram da comunidade da Lapa⁵³⁴.

Em 31 de março de 2017, a comunidade da Lapa conquista o acesso ao uso coletivo da terra de vazante do açude Figueiredo⁵³⁵. Para tal, a comunidade deveria ter acompanhamento jurídico da DPU para que fosse orientada de todas as legislações ambientais.

No dia 03 de abril de 2017, a DPU comunicou a conquista ao padre Djavan, via e-mail. Permitiu que ele levasse a notícia para a comunidade da Lapa e, através da Cáritas de Limoeiro, organizasse ações de educação para o uso correto daquelas terras conquistadas depois de longos anos de luta e espera.

Mesmo com a concessão de terras obtida pelos camponeses da Lapa os ex-proprietários continuavam invadindo o território concedido às 25 famílias da Lapa na antiga fazenda Varzinha.

Conforme o DNOCS (2017), as famílias da Lapa só tinham autorização para ocupar a região da antiga fazenda, pois o processo de ocupar outras terras remanescentes ainda estava no projeto de estudo feito posteriormente pelo DNOCS. Com o IDACE a questão era o pagamento das indenizações de seu Cosme e a desapropriação de outras terras da região, como a do proprietário Elpídio⁵³⁶. Essas terras seriam as terras destinadas ao reassentamento das áreas de cultivo das famílias da Lapa.

Em 18 de maio de 2017, depois da cessão do uso de terra conquistada pelas famílias em reivindicação com o DNOCS, as pessoas da comunidade da Lapa se reuniram para celebrar essa vitória.

Neste dia aconteceu a Missa da Terra e a festa da colheita para agradecer o acesso à terra e a colheita do feijão, mesmo com a pouca pluviosidade e a seca do Figueiredo. Na missa podemos evidenciar, antes de tudo, que a celebração das conquistas do cotidiano camponês e a

⁵³⁴ Documento elaborado pela assessoria da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Ceará, tendo como subsídio as informações registradas e documentos anexos aos processos de assistência jurídica das comunidades atingidas pela barragem Figueiredo (PAJ 2016/035-04737 e 2017/035-04663).

⁵³⁵ Ofício nº 166/2017/DG/DI/GAB.

⁵³⁶ Documento elaborado pela assessoria da Defensoria Regional de Direitos Humanos no Ceará, tendo como subsídio as informações registradas e documentos anexos aos processos de assistência jurídica das comunidades atingidas pela barragem Figueiredo (PAJ 2016/035-04737 e 2017/035-04663, p. 6).

questão política, que é centro da narrativa do ritual, seguem em consonância com a postura adotada pela Cáritas de interpretação do Evangelho de Cristo desde sua criação, ainda que de formas diversas. Estar ao lado dos pobres e lutar a favor deles⁵³⁷.

De acordo com análise de Menezes Neto (2017), a presença católica em momento de ocupação, como acampamentos, assentamentos, é mais restrita a prática das celebrações – missas e romarias – do que nas ações políticas. O autor ainda assevera o crescimento da presença de correntes carismáticas católicas nesse contexto e de igrejas evangélicas.

Ainda que afirmando a restrição da participação da igreja nesses espaços somente em celebrações, Menezes pontua que os movimentos sociais, como é o caso do MST, reconhecem que uma parcela da Igreja Católica e das igrejas evangélicas prestam solidariedade às suas lutas políticas.

Salientamos, que essa solidariedade da Igreja Católica ainda está muito ligada à dependência hierárquica dos padres e bispos da região, havendo momentos que, a depender do clérigo, esse apoio retraia e traços de conservadorismo político sejam percebidos com maior frequência.

Figura 20 - missa da terra e festa da colheita em 18 de maio de 2017



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

⁵³⁷ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. MISSA DA TERRA. Potiretama, 18 de maio de 2017. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1291443657590981&id=209878092414215. Acesso em: 20 jan. 2021

Figura 21 - missa da terra e festa da colheita em 18 de maio de 2017



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

Diferente da análise de Menezes Neto (2017), o que vemos na região do Vale do Jaguaribe é a presença da Igreja, enquanto Cáritas, agindo em vários âmbitos da luta política das comunidades, que atende.

Ao observar as fontes de diferentes momentos da ocupação da Lapa, percebemos a presença da Cáritas. No primeiro momento é chamada pela comunidade para o ato de ocupar, através do padre Djavan; depois é responsável pela convocação de uma rede política territorial de resistência, que vai atender múltiplas demandas da comunidade (DPU, jurídica; Universidades, divulgação e formações etc).

Por fim, no momento de celebrações, a missa é celebrada por dois padres ligados à Cáritas de Limoeiro, como vemos na Figura 20. Padre Djavan à esquerda e Padre Júnior Aquino à direita. Celebração essa com grande participação da comunidade, pois antes de uma celebração religiosa era uma comemoração pelas conquistas políticas daquele povo.

A ocupação durou de agosto de 2016 a março de 2017, com a conquista do acesso a terra para produzir. Mas a luta das comunidades continuou ativa nos anos seguintes com a assessoria da Cáritas e de sua rede de parceiros. Entre os anos de 2017 e 2019 a luta foi para estender os direitos às outras comunidades atingidas pela barragem que permaneciam sem terra, como é o caso de Boa Esperança I⁵³⁸ (conquistado em novembro de 2019⁵³⁹), acesso à área das vazantes e posse nominal da terra para cada agricultor já que eles tinham apenas o termo de uso da terra.

⁵³⁸ Processo Administrativo nº 594000.004177/2017-71.

⁵³⁹ Ofício nº 3262971/2019-DPU CE/DRDH CE.

Em 2019 as famílias ainda lutavam pelo acesso a Declaração de aptidão ao PRONAF⁵⁴⁰ (DAP) que reconhecia aquelas famílias como unidade de produção de agricultura familiar e, portanto, davam acesso a políticas públicas de incentivo à produção e obtenção de renda.

Em suma, o processo de garantia de direitos das comunidades atingidas pela Barragem do Figueiredo, com ênfase para as famílias da Lapa em nossa análise, teve quatro momentos diferentes: a) Anterior a 2012 - Movimentos de contestação a barragem e luta pela permanência nas terras; b) 2012 – Finalização da migração das famílias de uma região para a outra. Elas permanecem em uma única terra, mas continuam sem terra para cultivo; c) 2016 – retorno às negociações de acesso à terra; d) Entre 2016 e 2019 – Pressão das comunidades, DPU e Cáritas para o desfecho da questão do uso das vazantes e da área pública remanescente pela Lapa e comunidade Boa Esperança I.

No aparente vazio entre 2012 e 2016 (itens b e c) conseguimos destacar diversas formas de atuação na Cáritas na região que, em nossa investigação, assinala para uma preparação, influência e animação das comunidades para os movimentos, que se seguem em 2016.

Desde 2012, como aponta o *Relatório de atividades desenvolvidas da CDLN – 2012* a Cáritas, junto com as comunidades da Lapa já construía propostas de ocupação e direitos demandados pela comunidade. Em 25 de setembro de 2013 as comunidades ocuparam o canteiro de obras da Barragem.

Em 22 de outubro de 2013 as famílias da Lapa, Boa Esperança, Vila e Agrovila (as três últimas no município de Iracema) ocuparam a CE 138 e interromperam o tráfego dos veículos em Iracema. Essa manifestação aconteceu pelas péssimas condições dos reassentamentos aos quais algumas famílias foram direcionadas depois da desapropriação da região do Figueiredo.

A iniciativa teve apoio de todos os reassentados da Barragem do Figueiredo e do perímetro Tabuleiros de Russas e organizações como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Cáritas Regional Ceará, Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Russas e Iracema (STTR's), Paróquia de Russas, Paróquia de Potiretama, Diocese de Limoeiro do Norte, Escritório Frei Tito de Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁵⁴¹ CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Famílias atingidas pela Barragem Figueiredo retomam mobilizações hoje interrompendo o tráfego na CE 138, em Iracema. Limoeiro do Norte, 22 de outubro de 2013.

A influência da Cáritas de Limoeiro, além do acompanhamento das manifestações e mobilizações, estava nos momentos de formação e no contato das comunidades de Potiretama com o padre Djavan que, desde 2014, estava na região chamando as famílias à luta a partir da interpretação do Evangelho segundo a Igreja Católica e sua interpretação de acordo com a Teologia da Libertação. Ou seja, o “vazio” de conquistas entre 2012 e 2016 foi um momento de reorganização dos camponeses e de grande ação da Cáritas nessas comunidades.

A Lapa, como a única comunidade de Potiretama ainda na luta pelo acesso a terra, já que as demais faziam parte do município de Iracema, era a comunidade, que tinha mais proximidade com o Padre Djavan e, portanto, com a Cáritas.

O contexto de lutas em toda a região do Vale do Jaguaribe condiciona as ações dos camponeses da região a partir de suas demandas. Durante toda a análise, percebemos que, mesmo com influência direta da Cáritas e de movimentos sociais, os camponeses só se mobilizaram, quando escolheram fazer isso. Seja pelo medo das águas da Barragem inundarem suas casas, quando começou o período chuvoso, seja por iniciativas cotidianas, que nos disse que “estava aqui em casa e resolvi ligar para o MAB”. A resistência acontece na imprevisibilidade do cotidiano e a partir das demandas deste. Esse cotidiano, com a chegada de obras hídricas de grande porte que, além de não terem planejamento, violentavam as particularidades de cada comunidade.

Como já citamos, os camponeses no decorrer dos anos foram agindo como água, ora branda, ora potente, e se organizaram a partir das ferramentas, que tinham ao seu alcance.

Destacamos, que a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte desde sua fundação, mas principalmente desde o início dos anos 2000, passou a ser uma das principais ferramentas de articulação desses camponeses frente o (des)envolvimento e o avanço capitalista hidroagroexportador na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta pesquisa procuramos evidenciar a multiplicidade de ações realizadas pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte na região do Baixo e Médio Jaguaribe. Para tal, construímos uma narrativa que deu clareza ao processo de chegada e desenvolvimento da instituição na região jaguaribana assim como suas relações com a Igreja, o Estado e a própria Cáritas (internacional, nacional e regional). Porém, em nosso estudo, buscamos destacar as relações da Cáritas de Limoeiro com as comunidades as quais atende e com um conjunto de parceiros que vieram a formar redes políticas territoriais de resistência e que encaminharam as rupturas e permanências que aconteceram na instituição e marcaram a sua identidade.

O nosso desafio foi entender a Cáritas de Limoeiro como agente modificador e modificado pelo contexto das ações de des-envolvimento do Estado e o seu papel na questão agrária jaguaribana como formuladora e executora de projetos contra hegemônicos que evidenciam lógicas contrária a lógica desenvolvimentista. A lógica que trouxemos neste trabalho foi a do camponês e que a partir de estudos, experiências e vivências construíram um paradigma que norteou várias instituições e movimentos desde o início do século XXI: o paradigma da *Convivência com o Semiárido*.

A partir da nossa análise sobre as formas como a Cáritas se apropriou e desenvolveu atividades relacionadas a esse paradigma no Vale do Jaguaribe nós destacamos 3 comunidades que expressam, em seu caráter ambiental e agrário, espaços em que podemos ver, de formas diferentes, a consolidação e a validação deste paradigma e portanto, a afirmação de que, diferente do combate à seca proposto pelo DNOCS, as formas de conviver com o semiárido se expressam através de preservação da biodiversidade, das relações sociais, da solidariedade e também da reivindicação de direitos, lutas e conquistas. Enquanto o Estado promove a monocultura, a Convivência é espaço de cultivo múltiplo. De ideias, pessoas, experiências e ações.

Em Lagoa dos Cavalos, a comunidade pioneira, a Cáritas chegou como aprendiz. A comunidade serviu como espaço para ações trazidas pela Cáritas pela primeira vez e se tornou espaço para a experiência dos agentes e camponeses criarem e adequarem tecnologias sociais, modelos formativos e propostas de ação que seriam desenvolvidos em outras comunidades próximas da Lagoa e também no restante do Vale. As relações familiares que ligavam as

comunidades do Tabuleiro de Russas em rede ensinaram a Cáritas que essa rede podia ser maior, podiam ser intercâmbios.

Em Caatingueirinha a Cáritas chegou para formar e aproximar. Através dos intercâmbios, formações de lideranças e projetos desenvolvidos a comunidade se tornou modelo agroecológico no Vale do Jaguaribe e foi palco de visitas de estudantes e de outras comunidades que buscavam entender como foi possível construir um quintal tão verde, múltiplo e autossustentável, como o de dona Gracinha, em um espaço seco e sem chuva. Longe de milagre ou determinismo geográfico, os quintais produtivos, as farmácias vivas, o Bioágua entre tantas outras alternativas para o semiárido são fruto de ações planejadas, dialogadas com os camponeses e com o território em que habitam. Fruto do acesso a tecnologias sociais de captação de água e projetos que geram renda. Uma realidade que devia ser a de todas as famílias do semiárido brasileiro por meio de políticas públicas eficazes e planejadas.

Essas duas comunidades, assim como tantas outras atendidas pela CDLN ao longo dos seus 63 anos de existência, nos permitiram perscrutar a identidade que a instituição assumia e estabelecer os marcos que regulavam esse conjunto de ações. Inicialmente emergencial, assistencial e depois se encaminhando para o que denomina de promocional, a instituição em seu processo de formação foi se modificando e tomando feições próprias que a diferenciaram das demais Cáritas do Estado do Ceará, regional e nacional. Essas particularidades são resultado dos diálogos horizontais que desenvolveu com as comunidades, e mesmo que tenha executado os mesmos projetos em diferentes locais, ao analisar cada um desses percebemos que são totalmente diferentes porque a ação primeira da Cáritas é a experiência; e ainda que se assemelhem, as experiências não são iguais.

Mas o que mais evidenciamos neste trabalho foi o poder catalisador da Cáritas de Limoeiro. Mobilizadora de uma rede política territorial de resistência que foi responsável por viabilizar grande parte das lutas camponesas da região. Não que essa rede agisse por si, mas os camponeses, ou a Cáritas a partir da demanda dos camponeses, acionou essa rede em diferentes momentos e conseguiu dar conta por meios jurídicos, educacionais, formativos e estruturais das lutas empreendidas no Vale do Jaguaribe.

A partir desta rede, as comunidades de Tabuleiro de Russas, impactadas pelo perímetro irrigado, e as comunidades afetadas pela barragem do Figueiredo conseguiram a garantia de direitos básicos que só vieram depois de muita luta e resistência. Na Lapa, a experiência e o contexto da região fizeram com que os moradores percebessem e entendessem o ato de ocupar

como uma forma legítima da garantia de direitos. A experiência das negociações iniciais da barragem, o discurso mobilizador do padre, as experiências traumáticas e a falta de terra para trabalhar tudo isso atrelado a uma rede de parceiros que, acionados pela Cáritas, possibilitaram as garantias jurídicas de acesso a terra de plantio e a área das vazantes. Hoje a comunidade espera apenas a escritura das terras, que já foram cedidas e nomeadas a cada morador pelo DNOCS e IDACE.

Mesmo como todas essas conquistas a rede criada pelo Estado e o agronegócio é dominante e entendemos as limitações da rede política do Vale do Jaguaribe. É uma disputa desigual e que muitas vezes acontece só para que os danos das ações do Estado sejam freados, modificados, mas nunca paralisados. É uma rede que propõe alternativas, contraprojetos, contra-argumentos e uma outra forma de viver no semiárido. Sem desapropriação, sem agrotóxico, com terra e água para todos, com as famílias permanecendo e plantando na terra.

Em nossa análise, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte tem grandes desafios pela frente. O primeiro deles talvez seja a aquisição de financiamentos para a construção de novos projetos e a continuidade dos que já desenvolvem. Em uma atualidade em que vemos ainda mais potente a negação de direitos e uma ausência do Estado sobretudo nas regiões não encontradas nos mapas, como é o caso dessas comunidades, as ações da Cáritas se fazem necessárias para promover acesso a tecnologias sociais e principalmente para que as comunidades permaneçam reivindicando e lutando pelas suas causas apoiadas por essa rede de parceiros que foi mobilizada no Vale do Jaguaribe. Essa luta constante é necessária pois, ainda que a Cáritas desenvolva ações de *Convivência com o Semiárido* com essas famílias, a proposta máxima é que esse posicionamento seja do Estado, em forma de política pública e acessível a todos os camponeses do Brasil.

A falta desses financiamentos internacionais e nacionais também leva um outro problema: a diminuição dos agentes contratados. Hoje a instituição só conta com 3 agentes – Aline Maia, Patrícia Freitas e Anjerliana Sousa – que precisam dar conta de todos os territórios de ação e isso acaba se transformando em um trabalho integral e que, por muitas vezes, afasta essas agentes de casa, dos filhos e da família. Além disso, o acompanhamento nas comunidades fica limitado por conta do pouco número de agentes.

Em suma, as ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte atenderam, em diferentes momentos, os pobres e excluídos do Vale do Jaguaribe. Essa ação se baseava, antes de tudo, na interpretação do Evangelho de Cristo que dava ênfase a figura dos pobres e o serviço a eles, e,

portanto, se aproximou dos objetivos e ações de outros sujeitos naqueles territórios, como movimentos sociais e entidades variadas. Essa proximidade foi capaz de organizar e criar uma rede de articulação e solidariedade que foi essencial para as lutas empreendidas no Vale do Jaguaribe, sobretudo no início dos anos 2000 para os dias atuais. A postura de mobilizadora de ações coletivas evidenciada nos anos 2000, em nossa análise, é fruto do marco identitário das práticas de *Convivência com o Semiárido* apropriados pela instituição a nível nacional e que tomou novas formas em contato com cada comunidade jaguaribana.

Uma das palavras mais utilizadas nesta dissertação foi a “experiência”. Ela foi citada 156 vezes. Através dela pudemos analisar e entender como a Cáritas chega até os camponeses. A instituição entende que todas as experiências são importantes e têm algo a ensinar e que o compartilhar destas é a forma mais eficaz para aprender, para ser autônomo. Em todas as ações, até mesmo nas de ações coletivas, a instituição preza pelo diálogo, pela conversa e, portanto, pela escuta e olhar ativo que geram novas e variadas formas de perceber e entender o mundo; também de contestá-lo, questioná-lo e modifica-lo.

Agora peço licença para retornar à primeira pessoa do singular, usar o “eu” novamente e dizer que esta dissertação é fruto da minha experiência de pesquisa, que se tornou experiência de vida. Nesta pesquisa, além analisar, problematizar e questionar eu aprendi bastante. Com livros, vivências e pessoas. Fiz amizades eternas nesses territórios com pessoas de 80 anos e de 20 também. Padres, agricultores, lideranças, ativistas, professores, trabalhadores, políticos. Essa pesquisa me possibilitou interligar todos esses sujeitos e evidenciar que uma causa legítima é capaz de reunir do crente ao ateu, do mais instruído ao analfabeto e que no final, o importante não é isso, cada um tem sua função. E esta dissertação também tem um papel.

A primeira contribuição é a de poder publicizar, de forma analítica, uma narrativa historiográfica sobre uma das instituições mais importantes para a questão agrária na região do Vale do Jaguaribe e ver as mudanças as quais as comunidades do Baixo e Médio Jaguaribe construíram a partir de suas ações. Este trabalho se reúne à rede política territorial de resistência jaguaribana e tem como função evidenciar histórias e sujeitos que não estão presentes na narrativa dita oficial e que contraria a narrativa hegemônica do DNOCS. Nestes territórios há vidas, há produção, há luta.

A segunda contribuição é um texto panorâmico que possibilita a reflexão sobre vários assuntos e que abre um leque de possibilidades para quem queira estudar sobre as lideranças femininas da região do Vale do Jaguaribe, os movimentos de ação coletiva, o associativismo

camponês e sobre a Cáritas de Limoeiro, pois em um só trabalho seria impossível analisar tudo que esta instituição produz. Aqui não conseguimos – e nem era o nosso objetivo – trabalhar com todos os temas que a Cáritas aborda e por isso também podem ser pensados através deste trabalho os temas Economia Popular Solidária, Feiras sustentáveis, Fóruns Microrregionais, projeto Bodegas, o trabalho com os catadores de material reciclado, as formações de gênero e igualdade e diversos outros assuntos.

Por fim, pretendemos que trabalhos como este sejam frequentes da historiografia cearense e que possam assumir posição de destaque em análises sobre a questão agrária e os sujeitos que nela agem e que as narrativas a contrapelo sejam cada vez mais visibilizadas e evidenciadas até que se tornem comum a todos. Finalizo este trabalho com uma frase que pego emprestada do Papa Francisco e que diz: “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.”⁵⁴²

⁵⁴² PAPA FRANCISCO. Encontro Mundial dos Movimentos Populares em 28 outubro de 2014, Roma.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília. Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.
- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. 152 p.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As imagens retirantes. A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 225-251, jan./abr. 2017.
- ALMEIDA, Diego Gadelha de; VIANA JÚNIOR, Mário Martins; CHAVES, Rosa Lilian Sérgio de Carvalho; GOIS, Sarah Campelo Cruz (org.) **História, memória e conflitos territoriais no Ceará: comunidades do Tabuleiro de Russas**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate: Patrimônio, Educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 240 p.
- ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará**. 2012. 341 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, jan./jun. 1995.
- ANGERAMI-CAMON, V. A. Religiosidade e psicologia: a contemporaneidade da fé religiosa nas lides acadêmicas. *In*: ANGERAMI-CAMON, V. A. (org.). **Psicologia e religião**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. p. 1-42.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Evangelização e promoção humana. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 35-47, 2018.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- BECKER, Howard. “As políticas da apresentação: Goffman e as instituições totais”. *In*: E, Gastaldo (org.). **Erving Goffman, desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade. **A construção do sujeito no contexto dos excluídos: o caso dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs da Cáritas Brasileira**. 1995. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (org.). **20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. 1. ed. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Coleção de Pós-Graduação da UFC, 2017.

BORTOLI, Maria Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BRAGA, Lara de Queiroz Viana. **Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito sócio-ambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 146-162, set. 2006.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. *In*: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.) **Revolução e democracia: 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 389-408.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade (1964). *In*: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 193-201.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. O discurso oculto nas artes da resistência. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 274-280, 2017. Resenha da obra de: SCOTT, James C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2013. 340 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista (1979). *In*: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 97-115.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Amor que liberta: Mística e espiritualidade da Cáritas Brasileira**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. **O Semiárido brasileiro**. Caderno 3. Brasília, DF: EdUnb, 2002.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília, DF: EdUnb, 1995.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. **Cartilha Bioágua familiar: águas do bem viver**. Limoeiro do Norte, Ceará: Cáritas, 2018.

CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. *In*: MONTAÑO, Carlos (org.). **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Editora Cortez, 2014. p. 144-184.

CARVALHO, Otamar de. As secas e seus impactos. *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Agência Nacional de Águas. **A Questão da Água no Nordeste**. Brasília, CGEE, 2012. p. 45-99.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface**: a journal for and about social movements, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 45-73, 2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 393 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONDINI, Martinho. **Fundamentos para uma educação libertadora**: Dom Helder Camara e Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014.

COSTA, José Hamilton da. **Religião e solidariedade**: Dom Helder Camara e a Cáritas brasileira. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DEDECA, Claudio Salvadori; Trovão, Cassiano José Bezerra Marques; SOUZA, Leonardo Flauzino de. Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro. **Novos estudos**: CEBRAP, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 23-41, mar. 2014.

DELWING, Andréa Becker; FRANKE, Lúcia Brandão; BARROS, Ingrid Bergman Inchausti de. Qualidade de sementes de acessos de melão crioulo (*Cucumis melo* L.). **Revista Brasileira de Sementes**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 187-194, 2007.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus Editora, 1994.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. *In: DURKHEIM, Émile. Durkheim: os pensadores. Seleção de textos: José Arthur Giannotti*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 203-245.

FABRINI, João Edimilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 11, p. 8-32, jul./dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no lulismo. *In: SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; Perruso, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marinalva Silva (org.). O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. [s. l.]: Mauad X, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). Campesinato e Territórios em disputa*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, Antonio Nelorracion Gonçalves. **A miséria da piedade: o governo da pobreza no dispositivo da caridade (Fortaleza, 1880-1930)**. 2019. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de seca. (Ceará, nos anos 1950)**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro; RIGOTTO, Raquel Maria. Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipadora. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4103-4111, 2014.

FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula. **1968 40 anos depois: história e memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

FIGUEIREDO, M. C. B.; ROSA, M. de F.; GODIN, R. S.; SABOIA, L. de F. Gestão da demanda hídrica em municípios do médio e baixo Jaguaribe. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA)*, 2003, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FGV/FAPESP/USP. 1 CD-ROM. ISSN 1679-7841.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed. EPSJV: Ed. UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 7, n. 19, p. 341-350, 2006.

FORNAZIER, Armando; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 87-111, 2013.

FORTE, Joannes Paulus Silva. **A igreja dos homens: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da economia popular solidária no Ceará**. 2008. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FREIRE, Edwilson Soares. **As cortinas que cerram o Vale: religião e secularização na diocese de Limoeiro do Norte/CE (1940-1980)**. 2016. 569 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Editora Ltda, 1997. p. 61-78.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FROTA, Marcilio Nilton Lopes da.; CARNEIRO, Maria Socorro de Souza; CARVALHO, Geraldo Magela Cortes; ARAUJO NETO, Raimundo Bezerra de. **Palma para forrageira na alimentação animal**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2015. 47 p.

GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 149-153, out. 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Altas da Questão Agrária Brasileira e a Cartografia Geográfica Crítica. **Confins**, [s. i.], ano 2009, n. 5, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5631>. Acesso em: 30 ago. 2020.

GODINHO, Paula. A celebração como mecanismo de reiteração de uma cultura resistente: o caso do Couço (1958-1962). **Etnográfica**, [s. i.], v. 4, n. 1, p. 129-152, 2000.

GODINHO, Paula. **Memórias da resistência rural no Sul – Couço (1958-1962)**. 1. ed. Oeiras: Celta Editora, 2001. 360 p.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre: experiência, expectativa e práticas possíveis**. Lisboa: Letra Livre; Santiago de Compostela: Através Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais Na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GOMES, Geovana Zoccal. O campo social e suas transformações: Batalhas e práticas do campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. *In: Seminário de Relações Internacionais da ABRI*, 3., 2016, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2016. Disponível

em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1472069877_ARQUIVO_WorkshopDoutoral_trabalhocompleto_GeovanaZoccal.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 515-539, abr./jun. 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 217-223, jan./dez. 2000. Resenha da obra de: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 262 p.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 1997. 293 p.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimento?** São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Cultura Acadêmica, 2015.

KHAN, Ahmad Saeed; CRUZ, José Alfredo Nicodemos; SILVA, Lúcia Maria Ramos; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiros Sales. Efeito da seca sobre a produção, a renda e o emprego agrícola na microrregião geográfica de Brejo Santo e no estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 2, p. 242-265, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LASSANCE JÚNIOR, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara S. Tecnologias sociais e políticas públicas. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p. 65-82.

LIBÂNIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Ed. IUPERJ-UCAM, 1999. 232 p.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, [João Pessoa], v. 1, n. 1, p. 189-211, ago. 2016.

LOPES, Gustavo Esteves. Presença da história pública em comunidades locais: políticas culturais e exercício de cidadania no contexto de repertórios de ação coletiva – a experiência recente do Centro de Memória de Hortolândia – Prof. Leovigildo Duarte Júnior. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 39-48, jan./dez. 2013.

LÖWY, Michael. **O que é o cristianismo da libertação**: Religião e política na América Latina. São Paulo: Ed. Perseu Abramo: Ed. Expressão Popular, 2016. 256 p.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **A participação das mulheres nos movimentos sociais agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauri, 2014.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p.

MANOEL, Ivan Ap. História, religião e religiosidade. **Revista de Cultura Teológica**, [s. l.], v. 15, n. 59, p. 105-128, abr./jun. 2007.

MARTINS, Mônica Dias (org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, Walkíria Gomes de. Projetos comunitários: uma avaliação das experiências do PAPP e do Programa de São Vicente. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 10, n. 1, p. 97-122, jan./jul. 1994.

MAUAD, Ana Maria. Através Da Imagem: Fotografia E História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

MENEZES, Marilda A. Família, Juventude e Migrações. **Revista AntHropológicas**, Recife, v. 23, n. 1, p. 113-136, 2012.

MONTÃO, Carlos. O lugar histórico e o papel político das ONGs. In: MONTÃO, Carlos (org.). **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Editora Cortez, 2015. p. 53.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, [São Paulo], v. 4, n. 5, p. 1-8, 2003.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jul. 2007.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Intelectuais orgânicos e teologia da libertação na América Latina. *In*: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 27.: Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 8., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Acta Académica, 2009. p. 1-10. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-062/1707>. Acesso em: 08/08/2019.

NEQUETE, Júlia Boor. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: usos do tempo histórico e propaganda política da ditadura militar (1964-1979). **Revista SURES**, [s. l.], v. 1, n. 13, p. 39 -50, 2019.

NEVES, Frederico de Castro. A “capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 93-111, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Caridade e controle social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 115-133, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, [s. l.], v. 2, n. 21, p. 113-156, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia. **Para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PAULO VI, Papa. Populorum progressio. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, [s. l.], n. 41, p. 3-29, 1967.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. As práticas assistencialistas e a institucionalização da cultura do benefício. **Trajeto**: Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 89-107, 2006.

PEREIRA, Sidclay. As representações territoriais e o processo de gestão do semiárido brasileiro (Sertão), 1985-2016. **L’Ordinaire des Amériques**, [s. l.], n. 221, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/orca/3032>. Acesso em: 27/11/2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. [16], jan./abr. 2017.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; ALMEIDA, Diego Gadelha de; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; RIGOTTO, Raquel Maria; FERREIRA, Marcelo José Monteiro. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, 2013.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **A convivência com o semiárido no contexto sulamericano: segurança hídrica em Afogados da Ingazeira (Pernambuco, Brasil)** e

Graneros (Tucumán, Argentina). 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino, o caso do programa um milhão de cisternas no município de Afogados da Ingazeira PE.** 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 3-5.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. Uma categoria rural esquecida. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 45, p. 83-97, 1963.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise.** Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIAZANOV, David; ENGELS, Friedrich; MARX, Karl; ZASULITCH, Vera Ivanova. **Lutas de classes na Rússia.** Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Unicamp, 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Dossiê Perímetros Irrigados e a Expansão do Agronegócio no Campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHEZ, Zila van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 73-81, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: No tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Bruno Dias. Da Igreja Romana à Igreja dos pobres: crítica e utopia nas missivas de frei Betto (1969-1973). **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 7, p. 38-60, jul./dez. 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Thiago Araujo. **Articulação no semiárido brasileiro (ASA Brasil): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e movimentos sociais: uma reflexão a partir da articulação no semiárido brasileiro (Asa Brasil), 2003-2017. **Pegada: a revista da Geografia do Trabalho**, [s. i.], v. 19, n. 3, p. 102-116, set./dez. 2018.

SCHENATO, Vilson Cesar. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: Uma leitura a partir de E. P. Thompson e James Scott. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE*, 1., 2010, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2010. p. 1-11.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

SCHWARZ, A. Lógica do desenvolvimento do estado e lógica camponesa. **Tempo Social**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 75-114, 1990.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa Tradução de Maria A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes: revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jul. 2002.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia: Discursos ocultos.** Tradução de Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

SCOTT, James C. **The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia.** New Haven: Yale University Press, 1976.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. *In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 37-58.

SENA, José Roberto. A religião nas concepções dos clássicos Marx e Durkheim: Felicidade ilusória ou transfiguração da sociedade? **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 64-86, 2016.

SEPULCRI, Odílio; PAULA, Nilson de A Emater e seu Papel na Difusão de Tecnologia nos seus 50 anos. *In: PRÊMIO EXTENSÃO RURAL*, 2., 2006, [s. l.]. **Anais [...]**. [s. l.]: EMATER-PR, 2006. p. 1-71.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, Bruno Lopes. **Do Polígono das secas à vulnerabilidade ao colapso hídrico: uma análise do território do Rio Grande do Norte.** 2018. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. As redes políticas de resistência ao agronegócio: impasses e alternativas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*,

21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-17. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxIenga/anais_enga_2012/eixos/1071_1.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Rede Política Territorial da Soja em Pedro Afonso – TO = The territorial political network involving soybeans in Pedro Afonso – TO. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, p. 91-107, jan./jul. 2010.

SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão pastoral da terra ceará: uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Jacques Revel. **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 2, n. 1, p. 22-33, 2013.

SILVA, Rafael Viana da. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o maio de 1968 brasileiro. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 18, n. 210, p. 76-88, 2018.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Igreja Católica e Mercados: a Ambivalência entre Solidariedade e a Competição. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 156-174, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 275-302.

THOMPSON, Alistair. RECOMPONDO A MEMÓRIA: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 51-71, jul./dez. 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão técnica de Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, Alfredo César da. O povo em marcha: peregrinações e romaria sob o olhar da Teologia da Libertação. **PLURA: Revista de Estudos de Religião**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 136-148, 2010.

VERENA, Alberti. **Manual de História oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 236 p.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; ALMEIDA, Diego Gadelha de. Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais de tabuleiro de russas e o DNOCS. **Revista História & Perspectiva**, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 85-114, ago. 2016.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins; MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. Da produção camponesa familiar ao capitalismo: o perímetro irrigado Tabuleiro de Russas no Ceará (1988-2008). **Tempos Históricos**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 120-145, jan./jun. 2018.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa. **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 25-44, 2014.

WELCH, C; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WELCH, Clifford Andrew *et al.* **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. Editora UNESP; NEAD, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. **Revista Nera**, São Paulo, n. 6, p. 35-45, 2012.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2019.

WOORTMANN, Klaas. **Migração, família e campesinato**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do campo e territorialização de saberes: contribuições dos intercâmbios agroecológicos**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de pós-graduação em Educação. Universidade de Viçosa. Minas Gerais, p. 160. 2015

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo, 2000. *In*: BAKHTIN, Mikhail *et al.* **Os gêneros do discurso**. Estética da criação verbal, 2003. v. 4, p. 261-306.

APÊNDICE A - FONTES

DOCUMENTOS DO DNOCS

DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Levantamento cadastral na área do projeto Chapadão de Russas – CE, DNOCS. Cadastros entre os anos 1989 – 1992

DNOCS. Relatório 2006 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2008

DNOCS. Programa Conviver, N° 1. DNOCS. Fortaleza: Wave Media, 2008

DOSSIÊS

RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. Dossiê Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2012.

ENTREVISTAS

Entrevista de história de vida com **ALDENOR MARCELINO DE LIMA**. Entrevistadores: Carolina Rodrigues e Guilherme Façanha. Distrito do Peixe, Russas. 27/06/2016. Entrevista concedida ao COMTER – UFC.

Entrevista de história de vida com **ANTÔNIA DAS GRAÇAS DE MOURA OLIVEIRA**. Entrevistadores: Mário Martins e Isabele Farias. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. Dezembro de 2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC.

Entrevista de história de vida com **DINO GOMES DA COSTA**. Entrevistadores: Carolina Rodrigues e Guilherme Façanha. Comunidade Lagoa dos Cavalos, Russas. 27/06/2016. Entrevista concedida ao COMTER – UFC.

Entrevista de história de vida e temática com **ANJERLIANA SOUZA OLIVEIRA**. Entrevistador: Carolina Rodrigues. Cáritas, Limoeiro do Norte/CE. 27/01/2020.

Entrevista de História de vida e temática com **DEIMY MOURA DOS SANTOS**. Entrevistador: Carolina Rodrigues. Sítio Caatingueirinha, Potiretama/CE. 28/01/2020.

Entrevista de história de vida e temática com **OSARINA DA SILVA LIMA**. Entrevistador: Carolina Rodrigues. Comunidade Sítio Junco, Russas, Ceará. 29 de janeiro de 2020.

Entrevista temática com **ANTÔNIA ALVES DE MOURA**. Entrevistador: Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Potiretama. 03 de março de 2021, p. 2.

Entrevista temática com **DJAVAN DA SILVA FERNANDES**. Entrevistador: Carolina Rodrigues. Meio digital, Fortaleza/Aracati. 18 de fevereiro de 2021.

Entrevista temática com **FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR**. Entrevistador: Mário Martins. Fortaleza: COMTER, março de 2016. Entrevista concedida ao COMTER – UFC.

Entrevista temática com **FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR**. Entrevistador: Mário Martins. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. 29/03/2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC.

JORNAIS E PERIÓDICOS

- Brasil de fato. São Paulo. 21 de novembro de 2018. (acesso digital)
- Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1962. 1º Caderno.
- Diário de Natal, Rio Grande do Norte, 04 de novembro de 1986.
- Diário de Natal, Rio Grande do Norte, 14 de fevereiro de 1986. Edição 29, p. 9.
- Diário de Natal, Rio Grande do Norte, 26 de junho de 1986. Edição 118.
- Diário de Pernambuco, Recife, 07 de novembro de 1961. Primeiro caderno, p.3.
- Diário do Nordeste, 22 de outubro de 2009. Fortaleza. Seção Região (meio digital)
- Diário do Nordeste, 27 de Agosto de 2010. Fortaleza. Seção Região (meio digital)
- Diário do Nordeste, Fortaleza, 28 de novembro de 2002. (acesso digital)
- Diário do Nordeste. Fortaleza. 26 de setembro de 2013. (acesso digital)
- Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1990. Seção Política e Economia, edição 217, p. 15.
- O Povo. Fortaleza, 22 de fevereiro de 2017. Notícias. (acesso digital)
- Tribuna do Ceará, 01 de outubro de 1976. Fortaleza/CE.
- Tv Jaguar. Limoeiro do Norte, 16 de agosto de 2016 às 16h. Seção: Notícia/Cidades.
- Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 de agosto de 2010.

LEIS E DECRETOS

- BRASIL. Lei nº 9433 de 08/01/1997.
- BRASIL. Lei nº 6.662 de 25/06/1979.
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de maio de 2000.
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001.
- Decreto nº 11.474, de 3 de fevereiro de 1915
- Decreto nº 30.346, de 28 de outubro de 2010
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.066-22, de 27 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.

LIVROS E CARTILHAS DA CÁRITAS

- ADAMS, Telmo. Política de Formação para a prática da solidariedade. Série Políticas 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006.

CÁRITAS BRASILEIRA, Marco Referencial da Cáritas Brasileira – Políticas, prioridades e ações. Distrito Federal, 2008.

CÁRITAS BRASILEIRA. AMOR QUE LIBERTA: MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE DA CÁRITAS BRASILEIRA. Brasília, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. O Semi-árido brasileiro. Caderno 3. 2002.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Programa de Voluntariado. Pesquisa 2015. Outubro de 2015

CNBB. Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade. Estudos da CNBB nº 92. São Paulo: Paulus, 2006.

NOTÍCIAS DA CÁRITAS

CÁRITAS BRASILEIRA. Carta Aberta em defesa dos/das Agricultores/as que fazem a ocupação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – Limoeiro do Norte/Ce. 16/05/2014.

NOTÍCIAS DO DNOCS

DNOCS, Fortaleza, 05 de junho de 2012. (acesso digital)

DNOCS, Fortaleza, 10 de junho de 2013. (acesso digital)

OFÍCIOS

Ofício nº 166/2017/DG/DI/GAB

Ofício nº 311/2017/DPU-CE/ORDH

Ofício nº 3262971/2019-DPU CE/DRDH CE

Ofício nº 525/2017/DPU-CE/ORDH

CDLN. Ofício nº 20/09. 07 de outubro de 2009.

POSTAGENS DO FACEBOOK

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Limoeiro do Norte, 22 de outubro de 2013. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/caritaslimoeirodonorte/posts/533252300076791>.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Limoeiro do Norte, 25 de agosto de 2016. Facebook: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1039812592754090&id=209878092414215.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. Iracema, 18 de agosto de 2016. Facebook: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Disponível em: <https://www.facebook.com/209878092414215/videos/1034478443287505>

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. MISSA DA TERRA. Potiretama, 18 de maio de 2017. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1291443657590981&id=209878092414215.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE. No dia 03 de novembro de 2016, foi realizado na comunidade Lapa, município de Potiretama/CE, uma oficina de Formação e implantação de uma unidade de palma forrageira. Potiretama, 03 de novembro de 2016. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1102249213177094&id=209878092414215.

RELATÓRIOS E PLANOS TRIENAIIS

CÁRITAS BRASILEIRA .Comunicado Final: Emergência Social. Belo Horizonte, 09 de julho de 1992.

CDLN. Pequenos Projetos executados pela Cáritas Diocesana do Recurso da Misereor, 1982

CDLN. Plano de ação trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social: outubro de 2006 a setembro de 2009. Relatório da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte enviado a financiadora MISEREOR

CDLN. Relatório - Assembleia das Comunidades Potiretama e Iracema sobre impressões da Caravana Cidadania do dia 12 de fevereiro De 2010. Igreja Comunidade Caatingueirinha, Potiretama, 25 de março de 2010.

CDLN. Relatório das atividades desenvolvidas. Projeto n.º 233-062-1005 ZG – MISEREOR. Limoeiro do Norte, 08 de maio de 2012.

CDLN. Relatório de resultados referentes ao plano trienal 1997-1999. Limoeiro do Norte, 04 de janeiro de 2001

CDLN. Relatórios das principais atividades da Cáritas de Limoeiro – **Anos 1975 a 2000**. Limoeiro do Norte/CE. (25 documentos)

Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos, (Vol. 2). Brasília/DF, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. 2007.

CDLN. Plano de Ação Trienal de Apoio as Intervenções Políticas para inclusão social, Limoeiro do Norte (CE), 22 de maio de 2006.

CDLN. Plano de ações trienal de apoio as intervenções políticas para inclusão social – Limoeiro do Norte, outubro de 2006 a setembro de 2009.

REVISTAS

50 anos – **Cáritas Brasileira**: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 6

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Termo de Ajustamento de Conduta DPU/CE Nº 01/2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Termo de Ajustamento de Conduta, 2011

VÍDEOS DO YOUTUBE

TV JAGUAR. MST fecha canal do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. 05/05/2014. 306 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmPDDeBtOEQ>

TV JAGUAR. IGREJA (Pe. Júnior) apoia manifestação dos agricultores na Chapada do Apodi. TV Jaguar. 08/05/2014. 242 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0YUgRpUOJg>

OUTROS DOCUMENTOS

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. A irrigação no Brasil: situação e diretrizes. 2008.

Cânticos para a Romaria da Terra e das Águas - Igreja da Lapa, nº 156 - Ano VI (2009) - Santuário do Bom Jesus da Lapa - Pastoral Litúrgica

CNBB. Comunicado Mensal. Junho/1956. N45. **Apud**: COSTA, José Hamilton da et al. Religião e solidariedade: Dom Helder Camara e a caritas brasileira. 2011. Decreto estadual nº 25.39, de 1º de março de 1999

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Processo Administrativo nº 594000.004177/2017-71 Diário de campo – Carolina Rodrigues Moreira / 30 e 31 de maio de 2015 / Tabuleiro de Russas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, TERMO DE REPRESENTAÇÃO Nº 07/2011

DPU. Procedimento de Assistência Jurídica. PAJ 2016/035-04737

DPU. Procedimento de Assistência Jurídica. PAJ 2017/035-04663